

Conjuntura Africana

Centro de Estudios
Afro-Asiáticos

1985

JANEIRO DE 1985

INCREMENTAR AS RELAÇÕES SUL-SUL

Os anos de 1984-1985 marcam o centenário da Conferência de Berlim, quando as potências européias partilharam entre si o continente africano, e oficializaram seu total domínio sobre uma enorme vastidão territorial, até então pouco conhecida.

Porém, o mais grave é que a decisão, tomada em um salão de convenções numa capital européia, não se efetivaria sobre um espaço vazio, mas sim sobre seres humanos que, perplexos, foram obrigados a se curvar ante um tipo de civilização e cultura para eles desconhecida e introduzida artificial e brutalmente. O colonialismo, embora já presente na África desde o século XV, efetivou-se, a partir de então, pelas formas de domínio e exploração que lhe eram características, freando o processo próprio de desenvolvimento das sociedades locais.

A data em que se registram os 100 anos de um evento que deixou tão profundas e amargas conseqüências foi a escolhida para o lançamento de um boletim informativo sobre um continente que procura, na totalidade das nações que o compõem, todos os caminhos possíveis para apagar as formas de dependência existentes no passado.

Pôr em evidência a realidade africana pós-independência — a organização econômica, social e política de países apenas saídos da era do colonialismo; as expectativas, conflitos e possibilidades de alcançar a real emancipação em todos os setores e níveis, através do gigantesco esforço para cortar os laços de dependência com as antigas metrópoles colonizadoras, tão desejosas de perpetuar seu domínio sob a forma do neocolonialismo; a expansão, no Brasil, das informações acerca desse processo — é o que pretende **Conjuntura Africana**.

O Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), do Conjunto Universitário Candido Mendes, vem mantendo, desde sua fundação, em 1973, uma importante posição acadêmica como divulgador de conhecimento sobre os países africanos, atuando de forma relevante para o incremento das relações entre o Brasil e a África. Foi a primeira instituição acadêmica a promover no país um simpósio internacional sobre as relações entre a América Latina e a África, reunindo nesse evento representativas personalidades dos dois continentes. Com um quadro de pesquisadores que congrega especialistas em estudos sobre a realidade africana, vem divulgando seus trabalhos através da revista **Estudos Afro-Asiáticos**. Esse tipo de divulgação, porém, sempre nos pareceu demasiado restrito, visto que só atingia

os especialistas na área de estudos africanos, desejosos de aprofundar seus conhecimentos, enquanto nossa meta sempre foi atrair a atenção do maior número possível de pessoas para um continente semidesconhecido e, no entanto, tão importante para nós, não só devido à potencialidade que representa em nível econômico, mas também pelos laços culturais que nos ligam a povos cujos descendentes têm hoje tão grande força representativa na formação de nossa população e, conseqüentemente, nos nossos hábitos e costumes.

A abertura de novos mercados para o Brasil passa, necessariamente, por uma ampliação do conhecimento que temos dos 54 países que compõem o continente africano. O imediatismo e o mercantilismo que, em muitas circunstâncias, têm caracterizado as relações entre o Brasil e os países africanos é fruto da falta de aprofundamento das informações sobre as diferentes sociedades existentes naquele continente, o que pode configurar-se como entrave ao desenvolvimento de um melhor relacionamento.

As notícias sobre os países africanos têm divulgação restrita e secundária nos meios de comunicação brasileiros. Exatamente para preencher essa lacuna, surgiu a idéia da edição de um boletim informativo sobre o continente africano, tendo como objetivo a expansão de informações colhidas em fontes primárias ou

secundárias, em grande parte inacessíveis ou desconhecidas do público em geral, trabalhando-as analiticamente ou não, mas sempre privilegiando aqueles que melhor informarem os agentes brasileiros interessados no aprofundamento das relações com os países da África.

A edição do boletim informativo **Conjuntura Africana** concretiza, portanto, uma aspiração há muito perseguida pelo CEAA e só tornada viável graças ao apoio oferecido pela Financiadora Nacional de Projetos — Finep.

O grande incentivo dado pela Finep à pesquisa no Brasil alia-se à expectativa de ampliação da divulgação de notícias sobre as diferentes realidades africanas como eficiente meio de auxílio a todos aqueles que, de alguma forma, pretendam ter ou já mantenham uma presença ou atuação concreta no continente africano.

Incrementar as relações Sul-Sul, furando o monopólio exercido pelas potências industrializadas, e expandir um tipo mais adequado de relacionamento entre países em desenvolvimento, cujas dificuldades no sentido de encontrar uma via independente para o crescimento são idênticas, constituem legítimas aspirações dos povos da África e da América do Sul. Contribuir para a realização dessas aspirações é o que pretendemos também com o lançamento de **Conjuntura Africana**.

M. H. B.

O Banco Mundial e a África: Propostas para uma Operação de Resgate

O Banco Mundial acaba de produzir um relatório sombrio intitulado "Em direção ao desenvolvimento contínuo na África Subsaariana: programa conjunto de ação", apenas três anos depois de um relatório semelhante cujo título era "Desenvolvimento acelerado na África Subsaariana: uma agenda para a ação". O curto intervalo entre os dois relatórios é por si mesmo indicativo da urgência e gravidade com que a mais poderosa instituição financeira do mundo vê a atual crise econômica na África.

O Banco Mundial argumenta, no último relatório, que uma operação de resgate é imprescindível se a África não quiser ver-se assolada por "um pesadelo político, social e econômico até o fim do século", e propõe um programa abrangente de medidas para atacar aqueles que são vistos como os obstáculos fundamentais ao desenvolvimento africano.

Essas propostas específicas formarão indubitavelmente a base das atividades do Banco na África Subsaariana durante pelo menos a próxima década e condicionarão as perspectivas e o desempenho das outras agências multilaterais de desenvolvimento no continente africano. Os governos africanos também terão que levar em conta as recomendações do Banco Mundial, já que essa instituição financeira certamente fará com que quaisquer empréstimos no futuro dependam do fato de esses governos acatarem ou não as propostas contidas em seu relatório.

CONTÍNUA QUEDA DO PIB

A análise econômica e financeira e as recomendações do relatório são precedidos de um esboço da situação atual do continente, tanto em seus aspectos humanos como nos macroeconômicos.

A dimensão humana da crise, que continuamente se agrava, é algo de escandaloso. Com base em todos os indicadores sócio-econômicos, a situação da população do continente se tem deteriorado nos últimos 15 anos. A taxa de mortalidade infantil na África é agora quase o dobro da média para o Terceiro Mundo em geral. Hoje, 20% dos africanos comem menos que a necessidade mínima de calorias diárias estabelecida pela FAO, enquanto "estima-se que o número de esfomeados e pessoas severamente desnutridas aumentou de cerca de 80 milhões em 1972-74 para 100 milhões em 1984". A renda per capita do continente vem caindo desde a década de 70 — em 1984, era 4% mais baixa que em 1970. A produção de grãos vem caindo a uma média de 2% ao ano desde 1970. Um em cada 200 africanos é agora refugiado.

No nível macroeconômico, o relatório argumenta que o cerne do problema encontra-se na contínua queda do crescimento do PIB per capita — de uma média de 1,4% ao ano na década de 60 para 0,40% de 1979 a 1981. Embora parte dessa queda possa ser atribuída ao crescimento populacional, o Banco põe mais ênfase no decréscimo do retorno dos investimentos devido à ineficiência no uso de recursos, por parte tanto dos governos africanos quanto dos fornecedores estrangeiros.

A principal responsabilidade pela queda do PIB per capita no continente é atribuída ao desempenho dos seguintes países: Níger, Etiópia, Zaire, Tanzânia, Benim, República Centro-Africana, República Malgaxe, Togo, Serra Leoa, Mauritânia, Libéria, Senegal e Zâmbia. Enquanto o nível médio dos investimentos nesses países foi de 22% do PIB entre 1970-81 (80% dos quais se originaram de fontes externas), e isso foi considerado adequado, na opinião do Banco Mundial, para compensar a deterioração sofrida por esses países no que se refere aos termos de troca, tais fluxos de capital foram usados ineficientemente, o que resultou num declínio da média dos retornos sobre os investimentos.

O atual problema do continente em relação ao serviço de sua dívida, hoje representando cerca de 50 bilhões de dólares, também está ligado a esses fatores. Como resultado do boom dos preços dos produtos primários em meados da década de 70, houve um aumento na quantidade de empréstimos levantados no exterior com o propósito de financiar programas de investimento, a maioria deles no setor público.

Entretanto, quando os preços dos produtos primários registraram uma queda, no final da década, os governos em questão mostraram-se relutantes em interromper seus projetos inacabados e, por conseguinte, endividaram-se ainda mais.

Em sua maioria, entretanto, esses projetos têm sido considerados pelo Banco Mundial como inviáveis e inadequados, consistindo principalmente em investimentos públicos de grande escala, como universidades, rodovias, centros de convenções, aeroportos, e projetos de infra-estrutura industrial básica, como siderurgias e refinarias de petróleo, todos funcionando atualmente com capacidade ociosa. "A experiência demonstra que se fizeram demasiados investimentos em projetos que não geraram aumentos significativos de produção (...). Muitos projetos foram selecionados ou porque puderam proporcionar prestígio político ou como resultado de uma falta de consideração por suas prováveis taxas de retorno econômicas e financeiras".

O relatório também analisa o que poderiam ser chamados de obstáculos secundários ao desenvolvimento africano, que incluem as já conhecidas questões referentes à organização ineficaz nas áreas de marketing e transporte de produtos, a superproteção a indústrias ineficientes, o superdimensionamento do setor público, a erosão do incentivo à agricultura e a falta de know-how técnico nos quadros administrativos. O conjunto desses fatores levou os governos africanos ao estado em que se encontram, envolvidos numa política de "administração da crise" e não de planejamento econômico.

Ao mesmo tempo, o relatório analisa o outro lado da equação, para constatar que os países fornecedores de ajuda econômica também têm contribuído para a atual crise pela rigidez das normas que estabelecem com respeito ao uso dessa ajuda pelos países africanos.

Com tal análise em mente, o Banco recomenda determinadas medidas. Já que o continente ainda é essencialmente exportador de produtos primários, especialmente agrícolas, propõe-se uma ênfase nas reformas nesse setor. Duas políticas estratégicas de preço são tidas como a solução para a crise nessa área.

A primeira seria a desvalorização das moedas africanas, que agora são vistas como sobrevalorizadas e responsáveis pelo presente estado de estagnação das exportações de produtos agrícolas: "Taxas de câmbio realistas são essenciais para se reverter essa tendência".

A segunda política visaria uma reversão dos termos de troca internos, que no momento operam contra o setor agrícola/rural e a favor do industrial/urbano, através de possíveis medidas, como uma reorientação dos subsídios governamentais do setor urbano para o setor rural. O Banco argumenta que tal política ajudaria a reativar a agricultura e aumentaria as divisas oriundas da exportação.

O uso de taxas de câmbio mais livres, acoplado a uma política de comércio exterior igualmente mais liberal, também resultaria em maior integração regional das indústrias africanas, beneficiando aquelas voltadas para a exportação e eliminando os dispendiosos investimentos em indústrias que no passado se vinham escondendo atrás de mercados domésticos altamente protegidos por taxas de câmbio sobrevalorizadas.

Ao lado dessas propostas para os dois setores das economias africanas, o relatório também recomenda uma série de medidas paralelas variadas, como uma supervisão mais estreita dos gastos orçamentais; reformas nas juntas estatais de comercialização, que no momento se encarregam da exportação dos produtos agrícolas e são tidas como extremamente ineficientes; a descentralização do setor de serviços do Estado; estímulos ao setor privado e a inversões estrangeiras; limites ao crescimento do setor público; controle da natalidade e maior ênfase na eficiência e nas taxas de retorno, com a formulação de metas nacionais específicas.

Consciente de que um período de transição traria grandes conturbações às sociedades africanas, o Banco propõe a criação de um crédito de 2 bilhões de dólares para ajudar os governos da África a transporem as dificuldades temporárias durante esse período.

Pelo tom do relatório, o Banco está ciente da seriedade da situação. A única pergunta a ser respondida é se os Estados africanos estão preparados para sujeitarem suas economias ao amargo remédio de uma instituição financeira dominada pela "Reagonomia". Ao que parece, o triste estado que essas economias atravessam atualmente os forçará a isso.

M. S. C. S.

Relações Brasil-África: Evolução e Redefinições

Há 10 anos, instalava-se a nova política brasileira para a África, inaugurada com o gesto de reconhecimento em primeira hora, pelo Governo Geisel, da recém-constituída República Popular de Angola, sustentada pelo vitorioso Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A significação maior do evento, do ponto de vista diplomático, era dada pela transposição de fatores ideológicos, anteriormente axiomáticos, em função de objetivos geopolíticos compostos numa moldura de laços históricos e culturais.

Esse novo curso seria instalado historicamente com cerca de 15 anos de atraso, quando os ensaios de readequação promovidos pelo Chanceler San Thiago Dantas não se consolidaram definitivamente. Já se perfilam hoje os primeiros ensaios de avaliação desse período por parte de atores participantes do grande jogo da política externa. É que há duas fortes razões em favor dessas iniciativas: mudanças no Governo brasileiro, em fase de cautelosa transição para um novo regime, e mudanças no cenário da África Austral, afetando nações culturalmente irmãs — Angola e Moçambique — imersas num teatro de conflitos cuja natureza permanece dramática.

EIXOS DINÂMICOS

O consenso obtido no Congresso Nacional com respeito às orientações traçadas pelo chanceler Saraiva Guerreiro deixou entrever que a entrada das oposições no Governo não levará a alterações nas opções fundamentais dessa política, ao mesmo tempo em que a sintonia maior desses setores com os Governos de Angola e Moçambique propiciará fluxos mais desembaraçados nas duas direções.

Evidencia-se para qualquer observador que as relações com o continente africano consolidaram-se no sentido de duas sub-regiões — a África Austral e a região Oeste desse continente — indicando uma tendência a se constituírem eixos dinâmicos de operações comerciais e de cooperação.

Explicam essa realidade os vínculos culturais conjugados a fatores geográficos. Essa configuração evidencia um vasto campo inexplorado a ser viabilizado em outras sub-regiões onde há países de porte e projeção, como o Egito, por exemplo. Poucos são os casos de países africanos em que se pode considerar que os laços comerciais estabelecidos tenham alcançado uma significação que vá além do incipiente, tendo em vista o volume do comércio desenvolvido.

A Nigéria, nosso principal parceiro em termos comerciais, situada na África do Oeste, onde desempenha o papel de pólo econômico regional, vem a ser um caso ilustrativo: sendo responsável por aproximadamente um em cada quatro dólares das exportações brasileiras para a África ao Sul do Saara, esse país tem o Brasil em 15º lugar em sua pauta de intercâmbio comercial, com participação total de 0,8%. A Costa do Marfim, outro país com importante desempenho econômico na África do Oeste, com um volume de intercâmbio significativo com o Brasil, vem a ser apenas nosso 20º parceiro, responsável por 0,2% das trocas.

Outras características do comércio com esses países são a descontinuidade e as oscilações dos volumes comercializados ano a ano. Antes de se alcançar conjuntamente uma evolução estável de transações baseadas em uma pauta relativamente definida, correspondendo a certo nível expressivo de participação na pauta comercial, podemos considerar que há uma situação de parceiragem não-consolidada. Os resultados obtidos são, no entanto, indicadores de um potencial ainda pouco percebido em razão do impacto ainda limitado da abertura em direção à África. Responsável, em 1979, por 4,8% das exportações totais do Brasil — US\$ 650 milhões — esse mercado evoluiu para 7,3% em 1981, atingindo US\$ 1,7 bilhão. Seguindo a lógica da impiedosa recessão que atingiu os países do Terceiro Mundo não-produtores de petróleo, em 1983 as exportações brasileiras para a África regrediram a 4,9% do total. As importações viveram o mesmo sobe-e-desce: os 2,6% de participação, com US\$ 467 milhões importados em 1979, evoluíram para 9%, num total de US\$ 1,98 bilhão em 1981, e caíram para US\$ 638 milhões em 83, o que representa apenas 4,1% das importações totais. Esses números globais tomam mais perceptível o desempenho que o comércio africano pode vir a ter no quadro de um novo dinamismo resultante da retomada do crescimento, previsível para os próximos anos. Os problemas encontrados na origem da forte retração de 1982 e 1983 puseram em evidência características estruturais desse comércio que deverão ser administradas para que este tome um curso favorável. Enquanto os países africanos necessitam de bens de consumo, capital e tecnologia, sua oferta disponível de produtos, fora o petróleo, é comumente a mesma do Brasil: cacau, café e outros produtos tropicais. Abre-se, assim, um campo para a articulação de estratégias triangulares com terceiros países, complementando os fluxos com a ajuda brasileira na comercialização de produtos primários tradicionais, nos quais a

presença e a experiência podem contribuir para o acesso dos exportadores africanos ao mercado mundial.

Fica ainda como referência dessa experiência recente o fato de o petróleo ser carta essencial nos negócios com a Nigéria, Angola e Gabão, despontando com os maiores fluxos de comércio.

Em outro caso, a existência de vínculos culturais essenciais com Moçambique não foi suficiente para gerar fluxos comerciais em face da falta de estabilidade que esse país vem atravessando nos últimos anos. Tudo faz crer que somente um esforço concentrado, conjugado à superação dos problemas políticos internos, poderá produzir uma nova situação. Com uma participação nas exportações brasileiras de 9,87% em 1982 e 10,48% em 1983, Moçambique, por sua população e potencial econômico, está inclinado a ser um de nossos fortes parceiros.

O Gabão, considerado pelos exportadores um mercado bastante impermeável, devido à situação de quase monopólio desfrutada pela França em suas atividades econômicas, é um caso que evidencia a importância do petróleo no intercâmbio com o continente africano. No ano de 1982, esse país foi responsável por 32,6% das importações brasileiras provenientes das nações ao Sul do Saara, ficando pouco atrás da Nigéria, com 34,1%. O Gabão é também o caso de maior desequilíbrio comercial, pois suas importações do Brasil responderam por apenas 0,49% e 0,20% do total, respectivamente em 1982 e 1983. Mesmo levando-se em consideração a importância estratégica, para o Brasil, de ter no Gabão uma alternativa para a diversificação de suas fontes de suprimento de petróleo, as dimensões do déficit que se acumula no comércio entre os dois países deverão ser objeto de esforços consideráveis no sentido de remover os obstáculos que se interpõem a um aumento das exportações.

Dentre os setores de atividade que desempenham um papel dinâmico no desenvolvimento das operações de intercâmbio, fazem-se presentes o da engenharia de serviços e o das empresas de construção civil. Quatro nações africanas foram ou estão sendo hóspedes de operações de vulto de grandes empresas brasileiras nesses domínios: Mauritânia, Tanzânia, Congo e Angola.

Também se evidencia aqui o papel desempenhado pela grande empresa brasileira no desenvolvimento de operações que podem conduzir à estabilidade dos fluxos futuros. As dificuldades de se operar no cenário africano, originadas pelos problemas de adaptação, pela carência de logística e infra-estrutura, etc., revelaram a grande empresa, por sua disponibilidade de meios de ação, como o agente mais viável de atuar nesse contexto. Chama a atenção o fato de que somente uma cobertura de fora, favorecida pelo Estado, com suas agências de fomento, poderá propiciar o acesso sistemático de médias e pequenas empresas à exportação de bens e serviços para um mercado carente de meios e de mão-de-obra alfabetizada e treinada.

No domínio da cooperação, o número de estudantes africanos que recebem bolsas para frequentar universidades brasileiras assumiu importância, merecendo que se preparem as condições para uma real política de apoio acadêmico mútuo nas áreas universitária e de pesquisa. Vale o mesmo para o campo do treinamento de mão-de-obra e pessoal de enquadramento.

A área cultural foi a que se ressentiu mais profundamente da insuficiência de definições e iniciativas. Os países africanos continuam grandes desconhecidos dos meios culturais brasileiros, seja no que eles têm de tradicional ou de moderno, e os dutos de acesso para a produção cultural brasileira atingir a África não merecem que se diga que estejam desenhados ou em implementação, tendo-se efetivado apenas operações pontuais, à mercê do interesse surgido em algum país. No caso de Angola, a motivação maior, quando não a iniciativa, tem partido das autoridades africanas.

Desse modo, apesar das dificuldades encontradas, a avaliação mostra que os resultados obtidos por nossa política externa com relação à África são palpáveis, concretos. Isso tem repercutido favoravelmente junto à opinião pública no país, legitimando e criando um clima de aceitação para essa política, a qual, já tendo atravessado a fase dos questionamentos, é hoje bem-aceita por todo o espectro político-ideológico do cenário brasileiro.

CONJUNTURA AFRICANA é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes.
Diretor: Candido Mendes. Conselho Editorial: Jacques D'Adesky, João Luis Fragoso, José Maria Nunes Pereira, Juarez Coqueiro, Manoel da Paixão Faustino, Maria Helena Barbosa, Mark Stanley Christopher Simpson, Sidney de Miguel. Coordenador: Juarez Coqueiro.
Secretário: Carlos Alberto Medeiros. Planejamento gráfico e arte-final: Art House. Composição: Studio Moraes e Newsgraph. Impressão: Maio Tiragem: 1.000 exemplares. Preço da assinatura anual: Cr\$ 120.000.
Assinatura e correspondência: Rua da Assembleia, nº 10 - sala 501, Rio de Janeiro - CEP 20011 - RJ.

ETIÓPIA

UM EXEMPLO DA SITUAÇÃO ALIMENTAR NA ÁFRICA

A opinião pública internacional foi recentemente abalada por cenas de fome provenientes da Etiópia. Nesse país africano, a seca e, conseqüentemente, a quebra de colheitas colocou em perigo a vida de 6 milhões de pessoas (19,4% da população total), das quais 900 mil sofrem ameaça de morte imediata caso não haja pronta ajuda internacional. Concretizava-se, assim, uma cena já corrente no continente africano, uma parte do mundo que, apesar de ter mais de 60% de sua população dedicando-se à agricultura, se vê continuamente envolvida com problemas de alimentação. Através das cenas de fome e morte em 14 das 16 unidades administrativas etíopes, podemos chegar a pelo menos 30 países africanos que se encontram em situação similar. Por outro lado, dessas cenas se depreendem alguns dos problemas que envolvem a questão alimentar na África: baixo desempenho da produção de alimentos, fragilidade dos investimentos públicos dirigidos para esse setor, questões políticas moldando a "ajuda internacional".

FORMAÇÃO DE UMA SUBUMANIDADE

Nos últimos 10 anos, 13 das 16 unidades administrativas etíopes tiveram colheitas abaixo da média, isto é, insuficientes para alimentar satisfatoriamente sua população. Situação similar pode ser observada na maioria dos países africanos. De 1970 a 1980, segundo a FAO, a taxa de crescimento anual da produção de alimentos per capita foi de - 10%, o que significa uma queda de 20% se compararmos essa taxa com a que vigorou nos anos 60. Tal quadro hoje se manifesta no fato de que 20% da população africana se alimentam com menos que o mínimo necessário para a manutenção de uma saúde razoável, ou ainda se revela no aumento do número de pessoas que se encontram em diversos estágios de subnutrição: em 1972-74, esse número era de 80 milhões de pessoas; hoje (1984), é calculado em aproximadamente 100 milhões.

As cifras apresentadas tornam-se mais críticas quando nos detemos nos 24 países africanos vistos pela FAO como "mais seriamente afetados" pela carência

alimentar. Nesses países, a produção de alimentos per capita, entre 1981 e 1982, caiu a uma taxa anual de 15%. Em outras palavras, essa produção não chegou aos 140 kg per capita indispensáveis, segundo a FAO, para o mínimo da dieta humana: em 1981, ano de "boas colheitas", a produção per capita foi de 135 kg; em 1984, a expectativa era de que esse número tivesse diminuído para 100 kg.

Entre os "mais seriamente afetados", são provavelmente os países do Sahel aqueles que se encontram em situação mais crítica. Segundo as previsões do Centro de Agrometeorologia e Hidrologia Operacional de Niamey (Níger), o Cabo Verde, o extremo Norte do Senegal, a Mauritânia, o Norte do Mali, o Norte e o Centro do Níger e o Norte do Chade terão, em 1985, colheitas extremamente baixas, próximas a zero. Pelo que foi dito acima, é fácil perceber aquilo que Sophie Bessis insinua em artigo recente: a formação de uma subumanidade.

Esse frágil desempenho da agricultura de alimentos, que ultrapassa as razões de ordem puramente meteorológicas, nos leva ao

espaço ocupado por essa produção nos planos econômicos dos Estados africanos. Em 12 de setembro de 1984 (portanto, em meio à crise alimentar), em seu discurso de seis horas em comemoração ao 10º aniversário da revolução etíope, o dirigente máximo do Estado não fez qualquer referência à fome — a produção de alimentos não aparece como a principal prioridade nos planos econômicos do Governo. Nos anos 70, numerosos governos africanos proclaram que a agricultura e o desenvolvimento rural seriam a pedra angular dos planos nacionais de desenvolvimento. Entretanto, raros são os países em que esses setores aparecem com mais de 5 a 10% dos investimentos públicos.

Os investimentos no setor agrícola são destinados principalmente à agricultura de exportação e àquela ligada ao abastecimento do mercado urbano; esta última é diferente da "tradicional", que concentra a maior parte da população rural e, conseqüentemente, da população total.

CRESCER A IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS

Por sua vez, o déficit alimentar na África traduz-se na dependência em relação às fontes externas de abastecimento. E essa dependência se manifesta de duas formas: 1) no crescente aumento da participação dos alimentos nas pautas de importações; 2) na dependência da "ajuda alimentar" internacional, igualmente crescente. Desde 1982, após sucessivas colheitas fracassadas e devido à fragilidade de seu orçamento, o Governo etíope vem alertando a comunidade internacional para a necessidade de se reabastecerem seus estoques de alimentos, já escassos. Em maio de 1984, aquele país advertia sobre a morte iminente de milhões de pessoas caso não recebesse imediata e substancial ajuda internacional.

Através do Gráfico nº 1, podemos depreender que, no período 1970-80, a importação de alimentos ganha espaço cada vez maior no suprimento da dieta africana. Nesse gráfico, verificamos que, enquanto a produção interna crescia a uma taxa anual de 1,7%, as importações aumentavam a uma taxa de 8,9%. Segundo o relatório de 1981 do Banco Mundial para a África ao Sul do Saara, no período 1975-79 a ajuda alimentar era imprescindível para 44 países dessa área, dos quais 21 (48,6%) recebiam uma ajuda per capita acima da média. Em outro relatório, de 1984, essa mesma instituição chamava a atenção para o fato de que, em cada cinco pessoas da África

Subsaariana, uma se alimentava exclusivamente com produtos importados.

Constatada a quebra das safras, a Etiópia precisava de 60 mil toneladas de alimentos por mês para manter os 6 milhões de pessoas mais diretamente afetados pela seca; em outras palavras, aqueles gêneros eram necessários para que a seca não redundasse em mortes. Frente a essa situação de crise, apesar de as potências ocidentais serem os maiores produtores de grãos, a ajuda internacional veio primeiramente das organizações privadas de caridade, das agências internacionais e dos países escandinavos. Analisando tal fenômeno, Charles Elliott (antigo diretor da organização de caridade Christian Aid) observa que tanto Londres quanto Washington já previam a fome etíope, mas nada fizeram por acreditarem que a fome derrubaria o Governo marxista de Addis Abeba, como já o fizera com o imperador Hailé Selassié. Das 600 mil toneladas necessárias para salvar a vida desses 6 milhões de etíopes, apenas um terço havia sido enviado até dezembro de 1984. E isso apesar de a Comunidade Econômica Européia possuir, sozinha, um estoque de 10 milhões de toneladas.

Quanto à União Soviética, esta tem se mostrado, nos últimos anos, mais propensa a enviar armas do que cereais à Etiópia, o que poderia, de certa forma, ser explicado pelo fato de a própria URSS atravessar uma penúria de produtos alimentares. Entretanto, a compreensão da atitude soviética não ultrapassa certos limites: entre março e outubro de 1984, Moscou ofereceu a seu aliado 10 mil toneladas de arroz, um dos raros gêneros alimentícios que os etíopes não comem.

Os exemplos acima ajudam-nos a entender a "ajuda internacional". Segundo o periódico americano *Newsweek* (19/11/1984), os Estados Unidos relutaram em enviar alimentos à Etiópia e a Moçambique devido ao caráter marxista de seus governos. Segundo essa mesma revista, a administração Reagan mostrou-se pouco entusiasmada com a proposta do Banco Mundial de que enviasse sua "ajuda" à África através de uma instituição internacional. Em vez disso, Washington mantém a posição de resguardar para si o direito de escolher os países que prefere socorrer. Em 6 de outubro de 1984, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos determinou a quantia e os países que seriam beneficiados com o programa Alimentos para a Paz. Cinco países da África Subsaariana (Somália, Quênia, Sudão, Libéria e Zaire) concentram 53,5% da

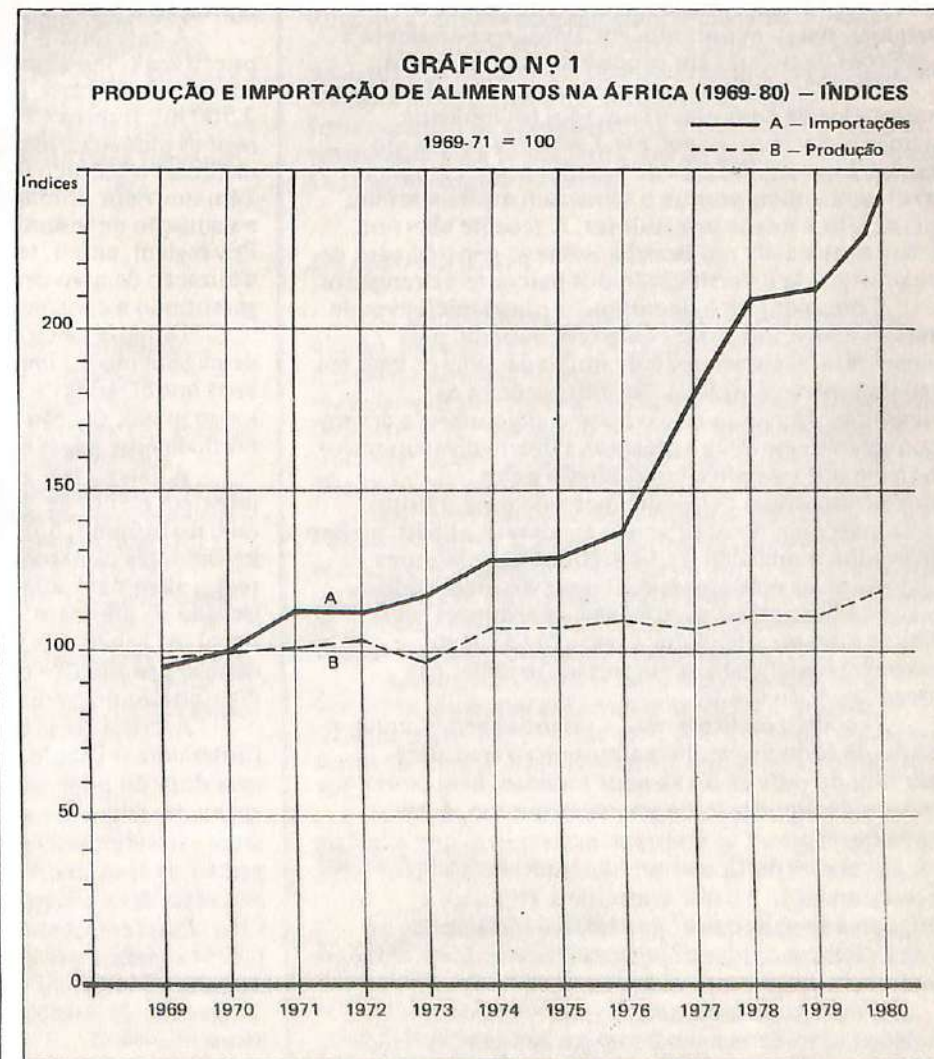
ajuda para essa região. Entre esses países, apenas a Somália (vizinha da Etiópia) se encontra entre aqueles que a FAO considerou "mais seriamente afetados" pela fome.

BAIXO NÍVEL TÉCNICO

Por último, um dos motivos estruturais apresentados para o frágil desempenho da agricultura de alimentos da Etiópia e da África em geral é o baixo nível técnico — o reduzido emprego de máquinas e insumos químicos. Frente a essa situação, o Banco Mundial e os países da OECD vêm propondo a modernização da agricultura africana via importação de "pacotes de tecnologia agrícola" dos países do Norte industrializado. Os benefícios dessa importação — que vem ao encontro dos interesses dos setores industriais ligados à agricultura nos países do Norte — para a agricultura africana é muitas vezes colocado em dúvida por especialistas da área. Isso porque essa tecnologia, em alguns casos, é inadequada às condições de clima e solo das regiões tropicais.

Por sua vez, partindo do quadro acima exposto — inadequação da tecnologia agrícola produzida em regiões temperadas às áreas tropicais —, e em particular das semelhanças de clima e solo entre Brasil e África, empresas e agências estatais do Brasil vêm como boas as perspectivas para o desenvolvimento de empreendimentos agropecuários brasileiros na África, seja através da formação de *joint-ventures* ou da exportação de máquinas agrícolas brasileiras para aquele continente. Neste ponto, é importante ter em mente que, pelo menos desde meados dos anos 70, a política externa brasileira vem procurando sublinhar a possibilidade de as relações Sul-Sul substituírem as Norte-Sul em algumas áreas — em particular, na esfera tecnológica. No caso do setor agrícola, argumenta-se do lado brasileiro que uma das principais garantias para o sucesso desses empreendimentos na África residiria na preexistência, no Brasil, de uma tecnologia agrícola produzida para as condições tropicais e, assim, adequada às características de clima e solo na África.

J.L.F.



Fontes: FAO, *Anuário de Produção* — 1980
FAO, *Anuário de Comércio* — 1980

CAMERUM:

Um Novo Código de Investimentos

O Encontro Econômico do Camerum, ocorrido a 24 de outubro de 1984, em Tóquio, e as Jornadas Franco-Camaronesas, organizadas entre 26 de novembro e 4 de dezembro de 1984, em Paris, Lyon, Estrasburgo e Bordéus, demonstraram o empenho do Governo camaronês em dissipar qualquer inquietação dos empresários com relação à estabilidade do país. Duramente atingido pela recessão econômica mundial e abalado pela tentativa de golpe contra o presidente Paul Biya, no mês de abril de 1984, o país conseguiu, em apenas alguns meses, ultrapassar esses tempos difíceis e instaurar novo clima de confiança.

A partir do mês de maio, a economia do Camerum começou a apresentar um ritmo apreciável de crescimento em suas atividades, se comparado à estagnação internacional.

Na realidade, o Camerum apresenta numerosos atrativos: no plano alimentar, é auto-suficiente e até exportador; os recursos energéticos são abundantes; a exploração petrolífera produz 6 a 7 milhões de toneladas de petróleo por ano, e 95% do consumo de eletricidade são fornecidos por hidrelétricas.

Embora a França tenha a confortável posição de primeiro parceiro econômico, está submetida à violenta concorrência dos Estados Unidos, do Japão e da Itália. O Brasil ainda aparece como parceiro marginal, tendo exportado, em 1983, o equivalente a 4 milhões de dólares em produtos manufaturados.

Considerando-se que o Camerum é essencialmente importador de bens manufaturados (maquinaria, aparelhos elétricos, papel, etc.), observa-se que são grandes as possibilidades de grandes negócios para o Brasil, ainda mais porque o Camerum aspira a ser um país aberto a novos investidores. A recente abertura de sua Embaixada em Brasília inscreve-se no quadro de sua política de diversificação dos parceiros estrangeiros.

Com o objetivo de estimular novas iniciativas de investimentos, um novo código foi adotado pela Assembléia Nacional, a 25 de junho de 1984, e logo em seguida posto em prática. As disposições e as numerosas vantagens que o novo código oferece devem encorajar as empresas brasileiras a desenvolverem maior interesse por esse país, considerado pelos especialistas como excelente mercado para o futuro, ainda mais quando se sabe que ele deverá atingir, no ano 2000, uma população de 14 milhões de habitantes.

Entre as numerosas vantagens do novo código, é necessário ressaltar as substanciais reduções sobre direitos e taxas, e também as isenções a longo prazo que beneficiam as empresas, divididas nas categorias A, B, C e D.

O código reafirma certas garantias gerais, como o direito de todo investidor estrangeiro a transferir para fora do país os dividendos auferidos, bem como o produto da liquidação de seu investimento. E mais: as pessoas físicas e as empresas estrangeiras que exerçam suas atividades no Camerum não podem ser objeto de discriminação no que concerne a impostos e obrigações sociais, isto é, não podem pagar senão as mesmas taxas exigidas às pessoas físicas e às empresas camaronesas da mesma natureza.

O código de investimentos refere-se não só à transformação de materiais que passam por mudança qualitativa em sua essência, durante o processo de industrialização ou montagem, mas também às atividades ligadas às indústrias agrícola, agropecuária, florestal e

madeira, às indústrias turística e hoteleira, às indústrias de construção e de serviços, às indústrias extrativas e às de manutenção de equipamentos industriais.

A categoria A é a das empresas pioneiras. Estas devem ser grandes empregadoras de mão-de-obra qualificada nacional para garantir a contínua formação de profissionais; devem ser implantadas em regiões pioneiras ou em zonas cujas condições de acesso e abastecimento sejam particularmente difíceis. Essas empresas beneficiam-se de uma redução de 5% sobre direitos e taxas de importação, isenção de impostos sobre certas mercadorias adquiridas no local, peças de reposição e matéria-prima.

A categoria B refere-se às empresas ditas prioritárias. São aquelas cujo nível de investimento acumulado durante 10 anos seja, no mínimo, de 2.500 mil francos CFA*. Devem ser implantadas em regiões pioneiras, não-portuárias, e contribuir para melhorar o balanço de pagamentos do seu setor. Têm um valor acumulado muito importante e favorecem a aquisição de insumos de outras empresas. Privilegiam, enfim, tecnologias que conduzam à utilização de mão-de-obra especializada nacional, garantindo a contínua formação de profissionais.

Durante cinco anos, essas empresas terão isenção de pagamento do imposto predial nas compras de bens imobiliários de seu programa de investimentos e, a longo prazo, isenção fiscal sobre as amortizações normalmente pagas nos três primeiros exercícios.

A categoria C engloba somente as empresas que investem menos de 500 milhões de francos CFA, e em que, no mínimo, 65% do capital pertençam a investidores camaroneses. As empresas dessa categoria terão, além das vantagens atribuídas à categoria A, isenção de impostos, durante oito anos, sobre o capital social, os benefícios industriais e comerciais, bem como isenção dos direitos de registro e da taxa sobre a distribuição de crédito.

A categoria D cobre as empresas suscetíveis de firmar com o Estado uma convenção de estabelecimento cuja duração pode ser superior a 15 anos — são as chamadas empresas sob convenção, que trabalham em áreas estratégicas da economia. Durante os cinco primeiros anos, o nível de investimento dessas empresas deve ser, no mínimo, de 5 milhões de francos CFA. Essas empresas beneficiam-se das vantagens previstas para a categoria B e têm regime fiscal estável durante 15 anos, no máximo. Elas devem respeitar o convênio de encargos elaborado no momento da assinatura.

J.D.A.

*Franco da Cooperação Financeira da África Central. Um franco francês é igual a 50 francos CFA.

RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA

Acordos e Diplomacia

BRASIL-ANGOLA

A Construtora Norberto Odebrecht assinou, em novembro passado, um contrato de 650 milhões de dólares para a construção da Hidrelétrica de Capanda, em Angola. A Hidrelétrica será construída no rio Cuanza, na Província de Malange, a 400 quilômetros de Luanda, e terá capacidade de 520 mil quilowatts e quatro unidades geradoras de 130 MW cada. A barragem a ser construída será do tipo enrocamento, com 120 m de altura e 1.300 m de extensão, formando um reservatório de aproximadamente 170 km².

Todas as obras civis da infra-estrutura e da barragem serão realizadas pela construtora Norberto Odebrecht. O projeto, a fiscalização e a montagem dos equipamentos de geração, bem como a fiscalização técnica, serão realizados pela empresa soviética Technopromoexport. Por sua vez, o Governo angolano criou o Gamek (Gabinete de Aproveitamento do Médio Cuanza), especialmente para supervisionar o projeto.

Segundo dados fornecidos pela Construtora, do ponto de vista do balanço de divisas, Capanda significará a exportação para Angola de US\$ 400 milhões em serviços de engenharia e bens produzidos por empresas brasileiras. A montagem financeira do projeto corresponde a uma troca de petróleo angolano pelos serviços e mercadorias brasileiros. A Petrobrás receberá petróleo e pagará às empresas brasileiras em cruzeiros. O Banco do Brasil, através da Cacex, entrará com a parcela de US\$ 280 milhões, a título de financiamento de parte das importações angolanas para a obra.

BRASIL-CAMERUM

Diplomata de carreira e ministro plenipotenciário da República do Camerum, Pierre Muondo She apresentou suas credenciais ao presidente João Figueiredo em 4 de dezembro de 1984. Nascido a 22 de dezembro de 1935 em Elon (Camerum), fez seus estudos primários e secundários no país natal. Após ter obtido sua licenciatura em Paris, bem como o diploma do Instituto de Altos Estudos do Ultramar, logo foi chamado a desempenhar importantes funções no Ministério das Relações Exteriores em Yaoundé, onde dirigiu o Departamento de Negócios Políticos e Serviços Administrativos. Cônsul em Paris, embaixador no Zaire e Moscou, a designação para Brasília faz de Pierre Muondo She o primeiro embaixador de seu país no Brasil.

BRASIL-COSTA DO MARFIM

O ministro das Obras Públicas da Costa do Marfim, Barry Battesti, e o ministro do Turismo, Duon Sadia, em entrevista ao jornal *Fraternité-Matin*, após a inauguração, em novembro, da linha Abidjan-Rio de Janeiro, da Varig, afirmaram que seu país deseja aumentar o intercâmbio comercial e turístico com o Brasil, em futuro próximo, com o objetivo de equilibrar a balança comercial entre os dois países, atualmente favorável ao Brasil.

Em 1983, o Brasil exportou 5,904 milhões de dólares em mercadorias para a Costa do Marfim e comprou o equivalente a 1,708 milhão de dólares. Atualmente, o Brasil dá assistência à Costa do Marfim na implantação de um importante programa de cultura de soja, assim como num projeto de alimentação para o gado destinado ao Brasil. No campo cultural, o Brasil tem participado principalmente da formação de músicos e atletas da Costa do Marfim.

BRASIL-GABÃO

O Brasil construirá proximamente no Gabão um Centro de Tecnologia Agrícola e de Formação, no valor de 13,5 bilhões de francos CFA, o qual será financiado em partes iguais pelo Brasil e pelo Gabão.

BRASIL-GUINÉ

O Brasil concedeu à Guiné um empréstimo de 50 milhões de dólares, segundo os termos de um acordo assinado no mês de novembro último, em Conacri, durante a reunião da Comissão Técnica Brasil-Guiné.

Os créditos são destinados a financiar vários projetos nos campos do desenvolvimento da cultura, dos transportes urbanos e da informática, com o fornecimento de equipamentos técnicos. Eles servirão igualmente para se construir um complexo turístico em Dalaba, no centro da Guiné.

BRASIL-NIGÉRIA

O Brasil concluiu com a Nigéria, em novembro último, um contrato de venda, pelo período de 12 meses, de diversos artigos manufaturados e matérias-primas representando um valor de 500 milhões de dólares. Por sua vez, a Nigéria comprometeu-se a aumentar suas vendas de petróleo ao Brasil em cerca de 40 mil barris por dia.

Em setembro último, a empresa brasileira Comércio Exportação e Importação assinou contratos de vendas com o Governo de Lagos e importadores privados nigerianos. Por outro lado, parte dos contratos de vendas de petróleo foi concluída entre a Petrobrás e a Nigéria National Petroleum Corporation (NNPC).

Apesar dos esforços realizados pelos dois Governos, as trocas comerciais entre os dois países atingiram, em 1983, somente 277 milhões de dólares, em contraste com 1,5 milhão de dólares apresentados em 1981.

BRASIL-ZAIRE

A Construtora Andrade Gutierrez ganhou a licitação para a exploração de uma mina de ouro em Kilo-Moto, no Zaire. As obras de instalação do canteiro serão concluídas dentro de três anos. A Construtora assinou um contrato de sete anos, no curso dos quais tem a intenção de produzir 4,5 toneladas de ouro por ano.

J.C.

Angola - SADCC. Na próxima reunião da SADCC (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral), que terá lugar em Mbabane, na Suazilândia, em fins de janeiro, diversos projetos energéticos serão apresentados aos organismos internacionais. Angola apresentará três projetos: a conexão dos sistemas elétricos Cuanza-Catumbela-Cunene, com possível extensão até a Namíbia; a exploração hidrelétrica do Gove, que deve ligar as regiões de Huambo e Bié; e, por último, um estudo sobre a exploração de madeira e carvão vegetal.

Angola - Projetos industriais. O serviço da ONUDI em Paris para o fortalecimento da cooperação internacional entre a França e os países em desenvolvimento informa que Angola procura parceiros para os seguintes projetos: indústria metalúrgica-siderurgia de Huambo (metalbo); indústria mecânica, assistência técnica a uma oficina mecânica (Fedario Muteka), centro de manutenção industrial (FMIN), fabricação de torneiras e comportas (Afrimetal); indústria química, expansão e recuperação da atividade de fabricação de pesticidas e inseticidas (quatro unidades existentes), criação de uma fábrica de fertilizantes fosfatados, empresa industrial encarregada da produção de pilhas e baterias; agroindústrias, complexo integrado para a criação de porcos e transformação de carne, recuperação e expansão de um complexo de conservação de frutas (Vinele), conservação de um complexo de produção de açúcar para a produção de álcool (Bom Jesus). Para qualquer informação complementar, enviar correspondência para: M. José Pedro de Moraes, representante de Angola junto ao serviço da ONUDI na França, 118, Rue de Vaugirard, 75006, Paris, Tel. 544-3802 - Telex: 20350F.

Egito - Licitação para projeto de desenvolvimento agrícola. No quadro do projeto de valorização de West Beheira, com financiamento conjunto do FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) e do Governo egípcio, e com a supervisão do Banco Mundial, estão previstos três contratos: 1) obras de irrigação, drenagem e terraplenagem - superfície irrigada total: 3.560 ha; 2) edificações: obras de reforma em 670 prédios já existentes e construção de 1.180 novos, em cinco aldeias. Esses prédios compreendem casas destinadas aos agricultores e pessoal administrativo, e prédios comunitários, como centros médicos, escolas, lojas e oficinas; 3) obras de infra-estrutura, compreendendo a instalação de um sistema de drenagem subterrânea, bem como a reforma e extensão da rota atual, sistemas de esgotos, de distribuição de água potável e de eletricidade destinados às cinco aldeias do projeto. As empresas interessadas devem encaminhar suas propostas para: The Director General - West Beheira Settlement Project, Administration Unity, Ministry of Agriculture, Nadi El Seid Street, Dokki, Le Caire, até o dia 30 de janeiro de 1985.

Guiné - Nova Política Industrial. As bases de uma nova política industrial para a Guiné foram lançadas durante a Conferência Nacional sobre a Indústria, que reuniu, em Conacri, 375 empresários e seus assessores, bem como especialistas da ONUDI. O relatório emitido no final da conferência enfatiza a necessidade da realização de reformas estruturais e

institucionais no setor industrial, com a criação de um Instituto Nacional de Tecnologia Industrial, de um Centro de Financiamento Industrial, de uma Câmara da Indústria e um Código Industrial. O relatório sublinha também a necessidade de selecionar os campos de industrialização, com uma hierarquização dos objetivos. Recomenda que todo investimento seja precedido de um estudo sério e que os centros de pesquisas do Ministério da Indústria desempenhem o papel de centros de coordenação para a rentabilidade das empresas. O relatório destaca ainda a necessidade de ampliação da cooperação internacional e africana.

A indústria, como outros setores da economia guineense, encontra-se em estado catastrófico, assinalam os dirigentes do país. Atualmente, ela se caracteriza pela anarquia na implantação das fábricas, pela falta de seriedade no estudo dos projetos, pela inadequação de tecnologias, pela falta de matérias-primas e pela insuficiência de energia elétrica.

As perdas acumuladas pelo setor industrial da Guiné nestes últimos cinco anos atingem atualmente 42 bilhões de francos CFA; a parte desse setor no Produto Interno Bruto é inferior a 5%, em bora o país possua imensos recursos agrícolas e minerais.

Informática. No decurso das I Jornadas Africanas, realizadas em Abidjan, Costa do Marfim, de 26 a 30 de novembro último, foi criada a União Africana dos Profissionais de Informática (UAPI), sob a presidência de Francisco Marius, diretor-geral dos Serviços Beninenses de Informática. A criação dessa organização responde ao desejo dos profissionais africanos de informática de se mobilizarem numa instituição pan-africana.

Lomé III. As difíceis negociações realizadas em Luxemburgo e Bruxelas com respeito às estipulações da nova convenção de Lomé (Lomé III) trouxeram à tona muitos dos receios que os Estados africanos mantêm em relação à política de ajuda e comércio da Comunidade Econômica Européia.

O pacote de ajuda finalmente oferecido aos Estados da África, do Caribe e do Pacífico (o grupo ACP) monta a US\$ 5,2 bilhões, o que representa um acréscimo de US\$ 1,2 bilhão em relação à convenção atual.

Entretanto, a presente convenção em si representa uma queda de 20% no financiamento total, em termos reais. Seria necessário dobrar a presente oferta somente para restaurar o nível de ajuda fornecido por Lomé, especialmente levando-se em conta os ajustamentos para compensar a inflação, os aumentos populacionais, a entrada de Moçambique como o 65º membro da organização e a provável adesão de Angola.

Lomé também é um acordo comercial, e em novembro último uma séria divisão transpareceu no seio da CEE com respeito à relativa importância das cláusulas de ajuda, por um lado, e das comerciais, por outro. A Alemanha e a Grã-Bretanha favorecem um aumento no acesso ao mercado da CEE para os países da ACP através de um desmantelamento das restrições de cotas e "regras de origem".

Apesar dos quase 10 anos da Convenção, a percentagem que o ACP representa no comércio da CEE caiu de 7% em 1975 para 5,5% em 1982. Por outro lado, a França e a Itália favorecem um nível mais elevado de ajuda e a manutenção das barreiras alfandegárias.

Também tem havido inquietação por parte do ACP em relação às tentativas da CEE de vincular as questões de direitos humanos e a política econômica dos países recipientes ao desembolso da ajuda européia.

Portanto, divisões dentro da própria CEE, como também entre a CEE e o grupo do ACP, marcaram a assinatura do novo acordo, firmado a 8 de dezembro último na capital do Togo, o que não é bom presságio para seu funcionamento.

Nigéria - OPEP. A Nigéria recentemente reduziu o preço de venda do seu petróleo em US\$ 2 por barril, sem consultar a OPEP, numa tentativa de preservar sua posição, a qual vem sendo ameaçada devido à atual superabundância do produto no mercado mundial.

Em março de 1983, a OPEP fixou a cota da Nigéria em 1,3 milhão de barris por dia, de um total de 17,5 milhões de b.p.d para o grupo como um todo. Entretanto, a oposição, principalmente por parte de comerciantes, intermediários e corretores de petróleo nigerianos, pressionou o Governo, primeiro do presidente Shagari e depois de Buhari, para que tentasse obter uma cota maior da OPEP ou se desligasse da organização.

O professor Tam David-West, ministro do Petróleo e das Energias, pediu à conferência da OPEP, em julho, que concedesse mais 300 mil barris à Nigéria. Ele conseguiu um acordo que permitiu a seu país produzir um máximo de 1,4 milhão de b.p.d. em agosto de 1984, e isso foi considerado na Nigéria uma grande vitória.

Essa última ação da Nigéria é resultado do aumento das dificuldades econômicas em relação à dívida externa. Mesmo com o acordo de março de 1983, a Nigéria estava produzindo muito aquém da sua capacidade de 2,4 milhões de b.p.d. As divisas externas provenientes da venda do petróleo, que haviam chegado a US\$ 22 bilhões em 1980, atingiram somente metade dessa cifra em 1983.

Ao mesmo tempo, a despeito das drásticas medidas tomadas pelo Governo Buhari, que incluem desvalorizações do naira e cortes nas importações, as reservas de moeda estrangeira montam a somente US\$ 1,3 bilhão, enquanto o total da dívida externa é estimado em US\$ 11 bilhões, quantia cujo amortecimento tem sido progressivamente mais difícil.

PNUD. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento concederá 30 milhões de dólares a projetos de desenvolvimento voltados para a produção de alimentos nos países africanos afetados pela seca. Esse montante será utilizado fundamentalmente na compra de sementes e fertilizantes e no restabelecimento de armazéns agrícolas. Grande parte dos projetos inclui a construção de barragens e represas na Etiópia e no Chade, um sistema de irrigação em Moçambique e um sistema de abastecimento de água nas zonas rurais da Somália.

M.S.C.S. e J.C.

O CEAA publica também **Estudos Afro-Asiáticos**, revista semestral de grande utilidade para a compreensão do mundo afro-asiático contemporâneo.

AFRICANA

FEVEREIRO DE 1985

ANO 1 - Nº 2

RELAÇÕES EURO-AFRICANAS E A CONVENÇÃO DE LOMÉ

A Convenção de Lomé, da qual a terceira parte foi assinada na capital togolesa, no dia 8 de dezembro de 1984, para vigorar de 1º de março de 1985 até 1990, é o mais abrangente acordo internacional entre um grupo de países industrializados, a Comunidade Econômica Européia (CEE), e um grupo de países em desenvolvimento, isto é, 65 países da África, Caribe e Pacífico (os países do ACP), contando a África com 98% da população total do grupo.

O cerne da relação contratual da Convenção encontra-se na área da cooperação comercial, segundo a qual os países do ACP desfrutam de um acesso preferencial ao mercado europeu, através da abolição de tarifas alfandegárias, impostos e restrições quantitativas para produtos originários desses países. Com isso, 99,6% das exportações do ACP estão isentas de tarifas.

TRANSFERÊNCIAS DE FUNDOS

Outro mecanismo importante é o sistema STABEX, que constitui a primeira tentativa concreta de retificar uma das principais causas do subdesenvolvimento, isto é, a flutuação nas receitas de exportação de produtos primários, garantindo aos países do ACP um mínimo de receita em caso de flutuação de preços (somente no que diz respeito às exportações do ACP para a CEE) e quebras de produção. Os países do ACP estão aptos a receberem transferências dos fundos do STABEX, composto pelas contribuições financeiras da CEE, se satisfizerem duas condições: 1) que o produto tenha representado, no ano precedente ao pedido de ajuda, 6% das exportações totais do país (1,5% para

os países menos desenvolvidos - PMDs - como Guiné-Bissau e Tanzânia); 2) que as flutuações atinjam pelo menos 6% (1,5% para os PMDs) em relação à média das receitas de exportações para a CEE no decurso dos quatro anos precedentes. Lomé III ampliou o número de produtos agrícolas (49 atualmente incluídos no esquema).

Uma salvaguarda parecida para minerais, chamada SYSMIN, cobre as principais exportações de minérios contra quedas de produção de pelo menos 10%. Os dois esquemas contarão com recursos financeiros de 925 milhões de ECUs (1 ECU = 6,6 francos franceses) e 415 milhões de ECUs, respectivamente. Os fundos concedidos têm a forma de empréstimos sem juros, reembolsáveis quando as receitas se recuperarem. Entretanto, aos PMDs não se exige reembolso.

Além dessa ajuda no âmbito dos esquemas STABEX e SYSMIN, os países do ACP contarão com 7,1 bilhões de ECUs retidos no Fundo Europeu para o Desenvolvimento (FED) e no Banco Europeu de Investimento (BEI), para projetos específicos e programas de ação.

ATIVIDADE AUTÓCTONES

Entretanto, as negociações acirradas entre ACP e CEE, que marcaram Lomé III, são um indício do descontentamento dos países do primeiro grupo com a deterioração de sua situação econômica no âmbito das relações euro-africanas. No decorrer de Lomé I e II, a participação das

exportações dos países do ACP no total das importações da CEE decaiu de 8,1%, em 1974, para 5,5%, em 1982, apesar de o número desses países ter aumentado de 45 para 63. Isso enquanto a CEE fornece cerca de 61% das importações dos países do ACP. Lomé não tem, portanto, conseguido reduzir a dependência desses países à exportação de matérias-primas, desmentindo a alegação européia de que o pacto encorajaria o desenvolvimento de atividades manufatureiras autóctones. Pesquisas mostram que o peso dos primeiros 25 produtos para exportação, no total do comércio externo dos países do ACP, é hoje superior a 1975.

Apesar de o montante da ajuda oferecida pela CEE ter aumentando sensivelmente em relação a Lomé II (de 5,5 bilhões para 8,5 bilhões de ECUs), ele continua bem abaixo das reivindicações, especialmente levando-se em conta a inflação mundial, o crescimento populacional dos países do ACP, a adesão de novos membros ao grupo e a prevista entrada de Portugal e Espanha na CEE, enquanto novas fontes de ajuda.

Com todas essas falhas, pergunta-se por que os países do ACP continuam participando da Convenção. Responde-se com outra pergunta: a curto prazo, qual é a alternativa para os países africanos? A nova adesão de Moçambique indica que mesmo os países ditos marxistas não podem dispensar a ajuda econômica e os mercados seguros oferecidos por Lomé. Assim, nas presentes condições recessivas mundiais, Lomé é o "menos ruim" dos acordos econômicos internacionais de que dispõe a África.

O provável aumento do descontentamento dos países do ACP em relação a Lomé toma-se de especial relevância para o Brasil, enquanto alternativa de mercado e fonte de insumos para a África. Sob tais condições, uma política africana mais ativa por parte do Brasil certamente encontraria retorno.

M.S.C.S

SADCC: ESTRATÉGIA REGIONAL CONTRA A HEGEMONIA SUL-AFRICANA

A África do Sul, país-chave da África Austral, tem o maior peso específico no continente africano, e é a maior potência regional. No sentido de aumentar sua hegemonia, foi tentada a criação de uma constelação de Estados cooperativos, visando um agrupamento regional formado por países da região. Esse projeto tinha por objetivo a preocupação sul-africana — devido à incipiência do poder aquisitivo da maioria negra e mestiça, que constitui um mercado exíguo — de procurar mercados externos em áreas territorialmente próximas e quanto a sua influência como forma de manter, sem modificações estruturais, o sistema do *apartheid*, obstáculo à expansão interna.

Em oposição à estratégia de constelação proposta pela África do Sul, nasceu uma das mais recentes iniciativas em direção a uma cooperação regional na África: a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral — SADCC (Southern African Development Coordination Conference). Inaugurada em 1979, por iniciativa dos chamados Estados da Linha de Frente — a saber: Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue —, tem como meta prioritária atenuar a influência sul-africana sobre a região, produzindo uma estrutura de relações à altura do poderio sul-africano, com vistas à construção de uma autonomia coletiva para esses países.

AREAS FUNCIONAIS

Na I Conferência da SADCC, realizada em Lusaka (Zâmbia), os países decidiram não se envolver na elaboração de um conjunto de instituições que poderiam gerar entraves, optando pela concentração num esforço prático de implementação de projetos que venham beneficiar o desenvolvimento regional. Para tanto, áreas de interesse comum foram identificadas e cada país-membro recebeu uma incumbência específica, devendo apresentar projetos para serem apreciados pelos demais.

Embora à área de transportes e comunicações se tenha atribuído prioridade absoluta, uma vez que sua melhoria é fundamental para a implementação de projetos de outros setores e também por serem os Estados da região extremamente dependentes das vias de transporte sul-africanas, verifica-se hoje, quase cinco anos após sua criação, que o setor industrial foi o que alcançou o mais espetacular sucesso da SADCC, em termos de investimento.

Na divisão da região em distintas áreas funcionais de cooperação, adotou-se o seguinte plano de ação: transportes e comunicações, sob a responsabilidade de Moçambique; segurança alimentar regional, Zimbábue; controle regional de doenças do gado, Botsuana; criação

de um subcentro do Instituto Internacional de Pesquisa Agrícola nas regiões tropicais semi-áridas, Botsuana; desenvolvimento industrial regional, Tanzânia; desenvolvimento energético regional, Angola; formação de quadros, Suazilândia; fundo regional de desenvolvimento, Zâmbia.

Para a implementação dos objetivos programáticos da SADCC, ocupa lugar de destaque uma ação conjunta no sentido de atrair a cooperação internacional, tendo em vista angariar crédito e ajuda.

INTERESSE COMUM

Os Estados-membros da SADCC encaram a cooperação internacional como uma ajuda baseada não só na idéia de libertação econômica e na necessidade de desenvolver recursos humanos, mas também no interesse comum de reforçar as economias dos países da região. A falta de divisas, de tecnologia e de capitais, apesar das potencialidades econômicas (recursos naturais incalculáveis, a maioria ainda inexplorados) desses países, levou a SADCC a reiterar, em todas as conferências realizadas, sua posição favorável à ajuda internacional. E, já na II Conferência (Maputo, 1981), mais de 25 países doadores (CEE, EUA, Holanda, Suécia, Itália, Iugoslávia, etc.) e 18 organizações internacionais se fizeram representar. Da América Latina, estiveram presentes a Venezuela e o Brasil, que já participara como observador desde a fundação.

Para o Brasil, a SADCC se apresenta como terreno privilegiado para ações de cooperação; o país já participa, inclusive, de vários empreendimentos, principalmente em Angola, Moçambique e Tanzânia.

Para participar de projetos da SADCC, as firmas estrangeiras interessadas devem negociar diretamente com o país encarregado do setor visado. A SADCC procura levar os investidores a observarem cuidadosamente o quadro regional, apresentando as potencialidades tanto regionais quanto nacionais, para a adequação dos projetos; paralelamente, ao parceiro local se apresenta grande variedade de fornecedores e fontes de financiamento, para que haja maior capacidade de escolha. Procura-se também apresentar ao financiador estudos prévios sobre a viabilidade de determinados setores. Os projetos aprovados são incluídos na lista de prioridades. Só depois de estudados pelos ministros encarregados do setor é que será proposta a parceria — estatal ou particular — ao país receptor.

A 1ª de fevereiro do corrente ano, teve lugar mais uma Conferência da SADCC, desta feita em Mbabane, Suazilândia.

M. H. B.

UDEAC: UMA EXPERIÊNCIA REGIONAL DE 20 ANOS

É em Bangui, capital da República Centro-Africana, que se encontra a sede da União Aduaneira e Econômica da África Central (UDEAC), organização regional criada por um tratado assinado em 8 de dezembro de 1964, em Brazzaville.

A UDEAC, fundada poucos anos após a independência de seus países-membros (Camarões, República Centro-Africana, Congo, Gabão e Chade), tinha por objetivo lançar as bases de uma genuína cooperação sub-regional, em nível tanto econômico quanto político, visando o bem-estar e a melhoria do padrão de vida de suas populações. A UDEAC dava, portanto, continuidade, no plano econômico, à União Aduaneira Equatorial (UDE), que agrupava, na época, os mesmos países, com exceção dos Camarões.

Não deixam de causar surpresa as saídas e retornos dos países-membros, tanto assim que, apenas dois anos após o início do funcionamento efetivo da UDEAC, surgiu a primeira crise: acusando os países litorâneos de manterem privilégios, principalmente no setor industrial, a República Centro-Africana e o Chade abandonam a União para formar, juntamente com o Zaire, a efêmera União Econômica da África Central (UEAC). Alguns meses depois, a República Centro-Africana retornou à UDEAC, mas o Chade só o fez 16 anos mais tarde, em 17 de dezembro de 1984.

Atualmente, fazem parte da UDEAC seis países: Camarões, República Centro-Africana, Congo, Gabão, Guiné Equatorial e Chade. Sua importância pode ser medida pela extensão territorial que abrange — 3 milhões de km² — e pelos 18 milhões de habitantes que a ocupam. Esse conjunto dispõe de rica e variada gama de riquezas econômicas, englobando petróleo, diamantes, ferro, bauxita, manganês, urânio, cobre, ouro, amendoim, algodão, café, cacau, banana, madeira e gado. Observa-se também que esse conjunto, com solo e subsolo potencialmente ricos, proporciona admirável complementaridade entre seus Estados-membros. Assim, os Camarões e o Congo, com privilegiada infra-estrutura rodoviária e ferroviária, constituem excelentes vias de penetração e escoamento para os países interioranos, como o Chade e a República Centro-Africana. A indústria de transformação, em pleno desenvolvimento nos Camarões, complementa a indústria mineira do Gabão (urânio e petróleo), ao passo que o rebanho bovino do Chade e a agricultura do Congo têm amplo mercado nos países vizinhos.

As diferentes formas de atuação da UDEAC são asseguradas por um corpo de instituições que compreendem o Conselho de Chefes de Estado, o Comitê Executivo e o Secretariado Geral. O Conselho de Chefes de Estado orienta e coordena as políticas econômicas e alfandegárias dos Estados; é o órgão supremo, com poder de decisão, e reúne-se, ao menos, uma vez por ano. O Comitê Executivo é formado pelos ministros dos negócios econômicos e financeiros dos países-membros, que recebem delegação permanente do Conselho de Chefes de Estado para tratar e decidir sobre questões pertinentes; reúne-se, no mínimo, uma vez por ano. Por último, o Secretariado Geral, órgão executivo da União, zela pela aplicação do tratado, sendo responsável pelo bom andamento dos serviços administrativos e pela organização do aparelho executivo.

As relações entre os Estados-membros concretiza-se na União alfandegária — em princípio, os Estados da UDEAC formam um único território alfandegário, uma espécie de "mercado comum" da África Central, no

interior do qual a circulação de mercadorias, bens, serviços, capitais e pessoas é totalmente livre.

A livre circulação de mercadorias é favorecida pela aplicação de legislação comum para a administração alfandegária dos Estados. Essa legislação inclui as tarifas alfandegárias, o código das alfândegas e a regulamentação que engloba tanto os textos legislativos quanto as decisões tomadas em nível comunitário.

As mercadorias originárias dos Estados-membros e transferíveis para o consumo, de um país para outro, são isentas de todos os direitos e taxas de entrada e saída. As mercadorias fabricadas no território da União são submetidas ao regime de taxa única, paga pelo Estado consumidor.

Um fundo de solidariedade, determinado pelos Estados-membros e alimentado por contribuições fixadas pelo Conselho de Chefes de Estado, sem referência às receitas alfandegárias, compensa as vantagens retiradas de atividades de trânsito pelos Estados litorâneos, em proveito dos Estados sem saída para o mar.

Coube também à UDEAC a iniciativa de criar órgãos comuns de desenvolvimento, estudos e formação. Entre eles, o BEAC (Banco dos Estados da África Central), órgão encarregado das emissões na região; a Escola Interestatal de Alfândega; o Centro Regional de Estudos Populacionais. Em dezembro de 1975, a UDEAC, pressionada pela necessidade de levantar recursos financeiros para financiar o desenvolvimento regional, criou o Banco de Desenvolvimento dos Estados da África Central (BDEAC), cuja missão é promover a integração regional e o desenvolvimento econômico dos Estados-membros através de projetos multinacionais ou nacionais, que possam compensar as desigualdades de desenvolvimento existentes na região.

Paralelamente, importantes esforços têm sido feitos visando o equilíbrio e a integração de políticas setoriais dos Estados-membros. Na área dos transportes, implementou-se um plano para a rede rodoviária interestatal, e o projeto para uma estrada-de-ferro ligando Bangui ao oceano já foi aprovado. Na área das comunicações e telecomunicações, numerosos projetos foram harmonizados. A cooperação agrícola, especialmente a criação de gado e produção de carne, foi objeto de um estudo aprofundado. Dois outros projetos estão em estudo, visando a coordenação da pesquisa científica e técnica, bem como o turismo.

Apesar de todo o trabalho desenvolvido durante os anos de existência da União alfandegária, do esforço voltado para a harmonia e o equilíbrio das legislações nacionais na área fiscal, constata-se que a UDEAC, ante o potencial existente, ainda apresenta um volume de trocas entre os Estados bastante modesto. Deve-se deplorar também que a livre circulação de bens e pessoas, condição essencial de toda integração econômica, funcione mal. Apesar dessas dificuldades, deve-se reconhecer que a UDEAC já percorreu um longo caminho. Criada apenas um ano após a OUA (Organização para a Unidade Africana), tem não somente o mérito de funcionar com regularidade, mas também de servir como modelo para instituições análogas, como a Comunidade Econômica da África Ocidental (CEAO) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). E mais: hoje, a UDEAC serve como propulsora da recém-criada Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), que, além dos seis membros da União, engloba também o Burundi, Ruanda e o Zaire, lançando, assim, as bases para uma nova dimensão na cooperação regional africana.

J. D. A.

CONJUNTURA AFRICANA é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) do Conjunto Universitário Candido Mendes.
Diretor: Candido Mendes. Conselho Editorial: Jacques D'Adesky, João Luis Fragoso, José Maria Nunes Pereira, Juarez Coqueiro, Manoel da Paixão Faustino, Maria Helena Barbosa, Mark Stanley Christopher Simpson, Sidney de Miguel. Coordenador: Juarez Coqueiro.
Secretário: Carlos Alberto Medeiros. Planejamento gráfico e arte-final: Art House. Composição: Studio Moraes e Newsgraph. Impressão: Maio.
Tiragem: 1.000 exemplares. Preço da assinatura: Cr\$ 120.000. Annual subscriptions: US\$ 40 (Twelve Issues).
Envio de cheque em nome de: SBI-CEAA - CONJUNTURA AFRICANA. All orders and cheques payable to: SBI-CEAA - CONJUNTURA AFRICANA.
Assinaturas e correspondência: Rua da Assembleia, nº 10 - sala 501 - Telefone: 224 8622 R. 59 - Rio de Janeiro - CEP 20011 - RJ.
Subscriptions and correspondence: Rua da Assembleia, 10 - Sala 501 - CEP 20011 - Rio de Janeiro - RJ Brasil.
CONJUNTURA AFRICANA conta com o apoio financeiro da FINEP - FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS.

ANGOLA E MOÇAMBIQUE: NOVAS SAÍDAS PARA A CRISE

Angola e Moçambique, pelo poder nacional real e potencial que possuem, serão, em alguns anos, países de grande destaque na África, sobretudo Angola.

Para que isso se torne realidade, é necessário superar a terrível crise que atravessam, gerada por uma descolonização tardia e dramática que envolveu esses países no jogo da guerra fria. Isso levou-os a uma aproximação com o bloco socialista que foi intensificada pela hostilidade norte-americana e, sobretudo, pela agressão militar e ação desestabilizadora da África do Sul.

Para a superação dessa crise, é indispensável um reajuste político global, no contexto da África Austral, com mudança de atitude tanto dos Estados Unidos quanto, sobremaneira, da África do Sul, única potência da região, que deverá ser levada a promover significativas alterações no seu relacionamento na área — a independência da Namíbia, por exemplo —, bem como na questão da *apartheid*. Os primeiros passos para um novo relacionamento com Angola e Moçambique já foram dados (acordos de Lusaka e de Nkomati, além de outras rodadas de conversações), mas foram ainda tímidos e ambíguos. Não deixaram, porém, de contribuir, junto com a ação recente da diplomacia americana, para um efeito significativo: um refluxo da influência soviética na região, sobretudo em Moçambique.

URSS — África: tempo e contratempo

Os soviéticos parecem só ser capazes de exercer considerável influência num país africano enquanto este estiver em período de luta de libertação ou em conflito armado, interno ou externo, e tiver contra si a animosidade de Washington.

Nesse caso, eles são a quase única alternativa de fornecimento de material bélico e de formação de quadros, sobretudo militares. Entretanto, tendo esse país conquistado a independência ou cessado o conflito (interno ou com outro país, normalmente fronteiriço), começam as dificuldades dos soviéticos.

Chegada a hora de acelerar o processo de desenvolvimento ou de reconstrução nacional, o bloco socialista é um parceiro quase impotente, comparado com os países ocidentais industrializados: não tem nem capitais suficientes, nem *know-how* adequado, não é um mercado fornecedor ou absorvedor satisfatório e nem tem experiência no continente africano, ao qual, aliás, não dispensa prioridade na sua estratégia global.

Voltando ao enfoque das relações da União Soviética com Angola e Moçambique, a implantação de partidos marxistas-leninistas nesses países parece indicar serem eles instrumentos de perdurável solidariedade com o Leste.

Analistas africanos afirmam que os soviéticos exercem, sobre os países que necessitam vitalmente do seu apoio militar, forte pressão para que neles seja criado um partido marxista-leninista. A Etiópia seria um exemplo típico.

Esse tipo de partido sustenta-se através de um tentacular aparelho burocrático de cúpula altamente centralizadora e com elevada capacidade de preservação do poder.

Os remanejamentos no topo não transbordam o círculo dos principais dirigentes. E, o que é muito importante: praticamente não há golpes de militares fora dos quadros partidários.

A atração do modelo ocidental

Para ajudar a pensar numa possível evolução dos processos políticos e econômicos de Angola e Moçambique — salientando, embora, que entre os dois há expressivas diferenças —, é conveniente reportarmo-nos ao que tem ocorrido no continente africano com países dirigidos por partidos marxistas-leninistas. Os casos de Benim e, sobretudo, o do Congo podem servir de referência para as reflexões que se seguem.

Nesses países, a relação de dependência/complementaridade com a Europa, herdada do colonialismo e ampliada pelo predomínio do sistema capitalista em nível mundial, e a urgência de modernização para o atendimento de demandas de novo tipo de consumo, sobretudo das elites urbanas, levaram a dissolver, gradualmente, a primazia do poder real partidário, que foi sendo substituído por um executivo governamental composto de técnicos, políticos e militares, frequentemente nacionalistas, mas conformados, de certo modo, com a praticamente obrigatória parceria com o Ocidente e desiludidos com o modelo soviético.

Que ocorre, em consequência disso, no quadro sócio-econômico desses países? Permanece do modelo original revolucionário a estatização das grandes unidades de produção que dividem crescentemente o espaço econômico com as multinacionais e, em grau bem menor, com uma embrionária burguesia nacional favorecida pelo Estado (criada "por decreto"), em grande parte oriunda da burocracia. No plano político, com um poder já bem diluído, resta a indefectível ritualística das superestruturas do partido marxista-leninista, esvaziadas de uma efetiva participação popular que quase só faz corpo presente na repetição de *slogans*, em momentos de "espontânea" manifestação militante.

Tenha-se bem em conta que o esquema esboçado acima não é, de forma nenhuma, apanágio exclusivo dos partidos marxistas-leninistas. O mesmo se poderia dizer para a quase totalidade dos partidos únicos africanos, sejam de países "progressistas" ou "moderados" (nestes, o capitalismo de Estado é bem menor). O grande alibi para o partido único na África continua sendo a necessidade de forjar a unidade nacional por cima da diversidade tribal, e a expectativa de que tal modelo sirva de instrumento para um ensaio de barganha em face das grandes potências, através da ideologia neutralista.

As armadilhas deixadas pelo colonialismo na África Austral

A especificidade histórica de Angola e Moçambique e as condições de guerra interna e externa em que vivem não permitem, por enquanto, prever uma evolução do quadro político-partidário e econômico como a que, simplificada, expusemos acima. Os dois países travaram longa luta armada de independência, defrontando a hostilidade da maior parte do bloco ocidental, cúmplice do colonialismo português. A União Soviética e seus aliados tiveram papel destacado no apoio militar e na formação de quadros no decorrer dessa luta, e o têm ainda atualmente. Por outro lado, os Estados Unidos, mesmo depois da independência desses países, exerceram sobre eles — especialmente em Angola — atos de ingerência interna e agressividade política só superados pelas ações militares praticadas pela África do Sul. Esses fatos devem ser levados em consideração, em que pese ao pragmatismo que angolanos e moçambicanos estejam demonstrando.

Como dissemos, Angola e Moçambique vivem atualmente em estado de guerra provocado por rebeldes cuja ação é sustentada e conjugada com a agressão militar sul-africana. A economia desses países encontra-se quase destruída. No período pós-independência, ela desorganizou-se pelas condições da descolonização, que provocou a fuga de centenas de milhares de técnicos europeus, insubstituíveis a curto prazo, pois o colonialismo não havia formado sequer quadros médios em quantidade mínima. Até mecânicos e motoristas eram, frequentemente, portugueses. Atualmente, a situação é também crítica pela quase paralisação, em diversas áreas, do abastecimento, das comunicações e dos serviços essenciais, vítimas das sabotagens dos rebeldes. Em Angola, as invasões sul-africanas provocaram prejuízos incalculáveis. Em Moçambique, ocorreu o mesmo, além de o flagelo da seca determinar a morte de várias dezenas de milhares de pessoas, ano passado.

Em face dessa situação, os Governos dos dois Estados encetaram negociações com a África do Sul que, contudo, ainda não produziram resultados satisfatórios. Por outro lado, eles recusam-se, pelo menos por

enquanto, a negociar com os rebeldes da UNITA, em Angola, e com os da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), estes constituídos por "bandos armados", onde não se identificam programas políticos, estrutura partidária e nem mesmo uma implantação tribal, como é o caso da UNITA. A sua formação é mais do tipo "comandos", formados pelo Governo branco da Rodésia e, depois, pela África do Sul.

São ajudados também por ex-colonos de Moçambique que se refugiaram, na altura da independência, na África do Sul e que sonham retomar seus postos. Além dessas quatro dezenas de milhares de ex-colonos, a África do Sul possui uma comunidade de 650 mil imigrantes portugueses.

Os Governos do Movimento Popular de Libertação de Angola — Partido do Trabalho e do Partido Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) recusam-se, pelo menos por enquanto, a negociar com os rebeldes em outros termos que não sejam os da anistia. Para além disso, o que pretendem, no mínimo, é infligir-lhes perdas irreparáveis que levem os revoltosos a aceitarem as propostas a serem apresentadas por Maputo e Luanda. Enquanto isso, a ajuda militar soviética é considerada indispensável, sobretudo em Angola. Esta, aliás, tem melhores condições de pagá-la, graças às receitas petrolíferas.

Pragmatismo e novas opções

Ao pensar na perspectiva de manutenção de governos leninistas em Angola e Moçambique — ou na possível evolução para regimes socialistas mais abertos —, é necessário levar em consideração que a luta armada de independência enraizou, em grupos sociais populares e intelectuais importantes, a opção por um modelo de programa mínimo antiimperialista.

O desgaste político dos Governos dos dois países, provocado por inúmeros erros cometidos — entre os quais a importação de modelos inadequados por dirigentes previsivelmente inexperientes —, erros agravados pela herança colonial e pelas condições provocadas pela guerra interna e externa, retirou desses Governos o apoio de importantes setores da população, de vários matizes ideológicos. Esses setores têm

representação expressiva na camada dirigente dos dois Estados. A fissura não é sentida de modo tão nítido atualmente porque o esforço para debelar a guerra interna e a agressão sul-africana não é favorável ao surgimento de dissidências abertas.

Políticos desses países adiantam que, em face da dependência econômica herdada por seus países do mundo capitalista, e dada a falta de alternativa do Leste (Moçambique, por exemplo, teve negada sua promoção no Comecon de membro observador a participante pleno), a abertura para o Ocidente não só será mais acentuada, como também é previsível um reajuste político gradual nos regimes de Luanda e Maputo, resguardadas, no entanto, as opções de base antineocolonialista e neutralista, incorporadas desde a luta de libertação.

Assumirão também maior importância as alianças econômicas regionais africanas, os investimentos e o apoio dos países escandinavos e as relações com o Terceiro Mundo. Quanto ao Brasil, solicitado por esses países como parceiro privilegiado, deverá procurar saber corresponder a essa expectativa, especialmente levando em conta que a abertura desses países para o Ocidente e uma possível "coexistência pacífica" com a África do Sul tornarão os mercados de Angola e Moçambique muito mais amplos e sofisticados, embora palco de competições mais acirradas que nas condições atuais.

Quanto às relações com Portugal, elas atravessam um momento difícil, pois há acusações dos africanos de conivência de importantes setores políticos portugueses com a UNITA e, especialmente, com a Renamo. Todavia, resolvido esse diferendo e com a entrada de Portugal no Mercado Comum Europeu, em 1986, alguns países, como os Estados Unidos e a Alemanha Federal, por exemplo, desenvolverão operações econômicas tripartites com Angola e Moçambique, através de Portugal. Este carece de recursos econômicos, mas tem um indiscutível *know-how* da região.

Como finalização destas observações provisórias, sublinharia que a trajetória de Angola e, especialmente, a de Moçambique não podem ser avaliadas fora do contexto da África Austral, onde a evolução política da África do Sul é peça-chave.

TRATORES: NOVO CAMPO DE EXPORTAÇÃO PARA A ÁFRICA

Frente à penúria alimentar por que passa a África nos últimos tempos, o Banco Mundial e os países da OECDE consideram que, para além dos problemas derivados de secas, guerras, conflitos civis, etc., uma das razões para tal situação estaria localizada na deficiente tecnologia agrícola encontrada no agro africano. Por conseguinte, segundo esse ponto de vista, a saída dessa situação de penúria se daria, em parte, através da mudança do padrão tecnológico, ou seja, mediante a adoção de um novo padrão que garantisse o aumento do rendimento da produção agrícola.

Essa modificação poderia se dar via importação de "pacotes" de tecnologia agrícola dos países do Norte industrializado. Entretanto, alguns especialistas da área afirmam que a aplicação desse tipo de tecnologia na África vem mais ao encontro dos interesses dos setores industriais ligados à agricultura nos países do Norte do que propriamente das necessidades africanas — o clima e o solo africanos são diferentes daqueles no qual essa tecnologia foi produzida.

Por sua vez, se os resultados da aplicação na África de uma tecnologia agrícola produzida nos países do Norte são duvidosos em razão das diferenças de clima e de solo, o mesmo não se daria com aquela "produzida" no Brasil — é o que se argumenta do lado brasileiro.

As semelhanças de solo e clima e a preexistência de uma tecnologia agrícola adequada a essas condições constituiriam garantias para o sucesso dos empreendimentos brasileiros — tanto em projetos agropecuários como na venda de maquinaria à África. Em outras palavras, as semelhanças geofísicas tornam-se um dos carros-chefes da presença agrícola brasileira na África.

Essa presença manifesta-se na configuração do Projeto Soja, iniciado em 1978, na Costa do Marfim, cujo contrato previa o emprego de pessoal técnico e equipamentos do Brasil. Segundo o periódico *African Business* (outubro de 1984), esse projeto já cobre 10 mil hectares e nele se verifica a adaptação, com sucesso, de técnicas brasileiras de seleção, preparo e plantio em solo africano. Outro exemplo é o da Cotia, empresa inicialmente circunscrita à pecuária, mas que nos últimos tempos tem ampliado seu raio de ação para se dedicar a atividades agrícolas na Nigéria. Deve-se destacar, entretanto, como o fez *African Business*, que muitos dos projetos brasileiros, após

um início auspicioso, sofreram diversas dificuldades, sendo logo abandonados.

CRESCIMENTO RAZOÁVEL

Tanto no Projeto Soja como nas atividades da Cotia, nota-se a presença do item exportação de equipamentos do Brasil para a África. No primeiro, há oito empresas do ramo agrícola, não-concorrentes entre si, que fornecem equipamentos, e a Cotia apóia exportações desse item para Angola, Moçambique, Costa do Marfim e Nigéria. E, detendo-nos mais demoradamente nas exportações de máquinas agrícolas do Brasil para a África, em particular no caso dos tratores, podemos ver, pelo Gráfico nº 1, que essas vendas apresentam crescimento razoável. Por outro lado, deve-se sublinhar que, para além das "semelhanças" das condições de clima e solo entre Brasil e África, o entendimento das exportações de tratores do Brasil para aquele continente deve ser procurado no próprio movimento da agricultura brasileira nas últimas décadas.

Em outras palavras, deve-se ter em conta que a nova configuração adotada pelo processo de acumulação de capital urbano-industrial no Brasil, a partir de meados dos anos 50, iria determinar um novo papel para o setor agrícola, redefinindo-o, entre outras coisas, como mercado de insumos modernos. A modernização da agricultura brasileira, verificada nos anos 60-70, é, em grande medida, resultante da pressão exercida pela expansão dos segmentos industriais fornecedores de tratores, insumos químicos, etc. Ao mesmo tempo, é necessário também ter em mente a crise por que passa atualmente o modelo de desenvolvimento agrícola no Brasil, crise essa que se traduz na redução das compras de máquinas e insumos — devido, em parte, à retração do crédito oficial, que facilitava a demanda desses produtos, e à incapacidade do setor agrícola de se auto-sustentar —, o que leva as fábricas de equipamentos e insumos a terem parte de sua capacidade produtiva ociosa, com premente necessidade de novos mercados. Cabe lembrar ainda que, no que se refere à competição do setor de tratores, das 42 empresas existentes em 1983, seis eram estrangeiras (14,3%), concentrando, contudo, 40% do patrimônio e 53,8% do faturamento total do setor. Isto é, as empresas que dominam esse setor são as filiais daquelas (acima referidas) existentes no Norte industrializado.

No período 1972-83, podemos verificar que, em termos de unidades vendidas, as exportações de tratores tiveram comportamento diferente daquele predominante no mercado interno. Enquanto neste mercado a tendência, no período considerado, é negativa, apresentando um descenso anual de 7,7%, o mesmo não ocorre com as vendas para o exterior. As exportações, apesar de corresponderem a mais ou menos 10% das vendas internas, tiveram um crescimento anual de 29,8%, quando levamos em conta os anos negativos de 1982-83. Essa diferença é particularmente acentuada quando nos detemos na variação percentual das vendas de 1976 para 1977, isto é, um momento crítico para o setor. Para as vendas no mercado interno, essa variação foi de -23%; em contrapartida, para o mercado externo, verificou-se um aumento da ordem de 787%, ou de 346%, se compararmos o número de unidades exportadas em 1974 com o de 1977.

Detendo-nos no valor das exportações de tratores, notamos, através de dados da Cacex, que o principal mercado é constituído pelos países da América Latina e da África, cuja capacidade de absorção no período 1976-83, com exceção de 1978, correspondeu a mais de 70% das exportações brasileiras. Nesse quadro, devemos sublinhar, em particular, a participação da África.

CRESCIMENTO DO RITMO

O mercado africano, apesar de no período 1978-83 reter somente de 13 a 27% do total das exportações brasileiras de tratores, apresenta um crescimento relativo superior ao da América Latina (Gráfico nº 1). Entre 1975 e 1983, as vendas de tratores para a África cresceram a uma taxa anual de 88,4%, ultrapassando a da América Latina, que se deteve em 30,1%. Assim sendo, o ritmo das vendas para a África é superior ao das vendas para a América Latina, à média das exportações totais de tratores pelo Brasil (39,8%) e à taxa de crescimento das exportações gerais brasileiras para a África no mesmo período, que ficou em torno de 19,54%.

Essa elevada taxa de crescimento significa que a variação 1976-77 representou um crescimento de 6,936% no número de unidades enviadas para a África (entre 1975 e 1977, a variação é de 9,283%), superando assim o aumento relativo ao mercado latino-americano, que foi de 128%; em termos de valor, a África

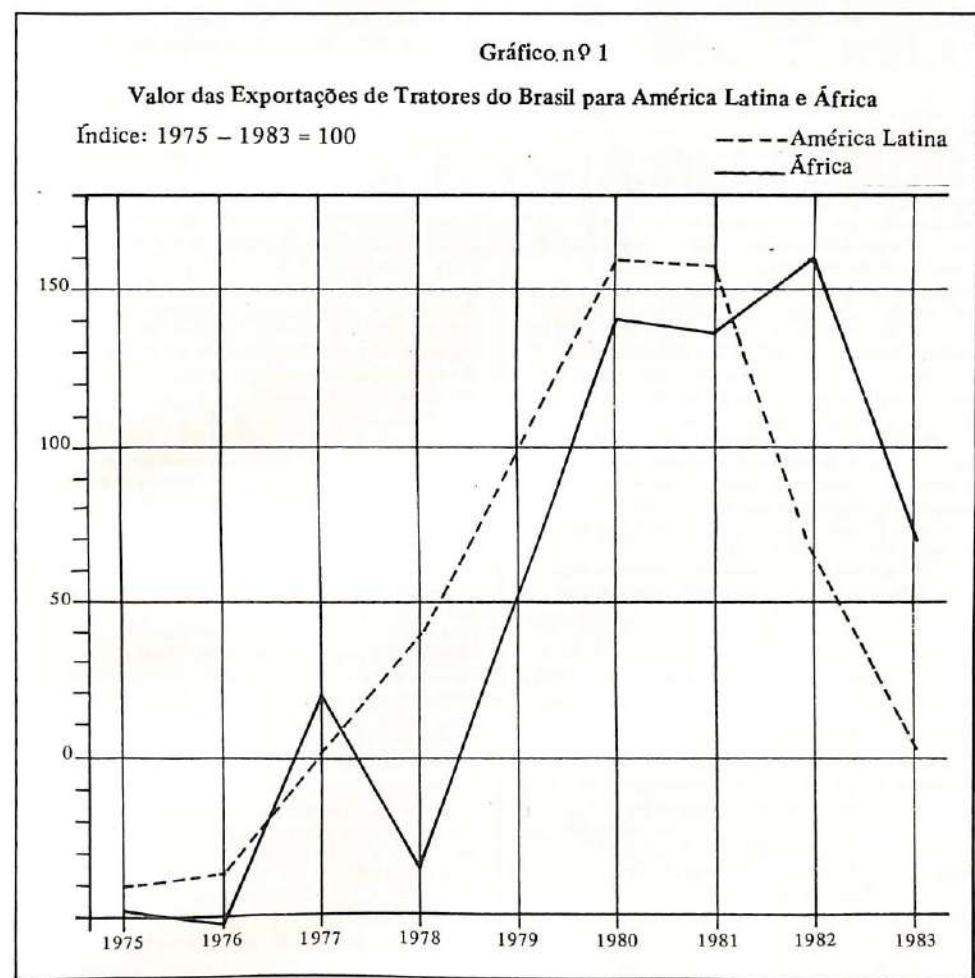
apresenta uma taxa de 9,523% e a América Latina, de 269%. Desse modo, no crescimento do ritmo das exportações de tratores verificado entre 1976 e 1977, o mercado africano teve atuação de extrema importância. Por outro lado, algo semelhante pode ser dito quanto ao decréscimo das

vendas externas notado em 1982 e 1983. Nesses anos, a variação negativa total das exportações, em dólares, foi de 56,5% — a queda no mercado africano foi de 44% e, no latino-americano, de 54,4%. Em 1983, a África absorveu 35% dos tratores vendidos pelo Brasil.

Por último, apreendendo o mercado africano em termos de países (ver Quadro nº 1), verificamos certo predomínio daqueles ligados à agricultura de exportação. Entretanto, o que de fato se destaca é a presença da África do Sul como principal mercado para os tratores do Brasil, pelo menos no período considerado — isto é, de um país cuja *performance* agrícola foge ao padrão africano mostrado no início deste artigo. De 1978 a 1981, a África do Sul absorveu anualmente mais de 63% das exportações totais para o continente, mantendo-se nos demais anos entre os cinco principais importadores, sendo o único país a deter essa posição no período 1977-83.

Deve-se sublinhar também que a agricultura sul-africana possui um padrão tecnológico que a destaca no continente. Seu desempenho pode ser percebido pelo fato de, nos anos 70, ter apresentado um crescimento anual de 3,4% (a população sul-africana cresceu a uma taxa anual de 2,1%), ou pelo fato de esse país ser o sétimo exportador mundial de grãos; 90% das exportações agrícolas sul-africanas são dirigidas para o próprio continente. Tal situação permitiria que, recentemente, o Ministro da Agricultura sul-africano declarasse: "Nas décadas futuras, a agricultura terá o mesmo valor estratégico e de mercado que o petróleo tem hoje em dia" (*Le Mois en Afrique*, nº 217-218). E isso se torna particularmente perigoso quando levamos em conta o papel que esse país ocupa no cenário africano e internacional. Até 1982, foi esse país o principal mercado africano para os tratores do Brasil.

J.L.F.



Fonte: Cacex. Anuário de Comércio Exterior, 1975 a 1983.

QUADRO Nº 1

Os Cinco Principais Países Africanos Importadores de Tratores do Brasil (1977-1983)

1977		1978		1979		1980		1981		1982		1983	
Países	% *	Países	%	Países	%	Países	%	Países	%	Países	%	Países	%
Moçambique	56	África do Sul	63,4	África do Sul	76,4	África do Sul	79,1	África do Sul	71,7	Marrocos	51,8	Gana	37,5
África do Sul	43,4	Moçambique	20,2	Angola	7,6	Moçambique	8,1	Moçambique	9,5	África do Sul	20,5	Marrocos	35,9
Egito	0,22	Costa do Marfim	7,1	Mauritânia	6,5	Tanzânia	2,8	Egito	6,8	Zâmbia	7,6	Zâmbia	7,3
Senegal	0,15	Camarões	5,6	Costa do Marfim	3,0	Egito	1,6	Marrocos	4,4	Congo	6,5	Congo	5,4
Gana	0,06	Nigéria	3,3	Nigéria	2,7	Angola	1,3	Quênia	0,2	Quênia	5,6	África do Sul	5,4

* Percentagem das exportações de tratores do Brasil para a África.

Fonte: Cacex. Anuário de Comércio Exterior, 1977 a 1983.

Angola: a crescente presença francesa. O Banco francês Paribas inaugurará, brevemente, uma filial em Luanda. É a primeira sucursal de um banco estrangeiro em Angola. Segundo o semanário francês *Le Point*, a finalidade é "fazer o jogo da França, especialmente o da Elf Aquitaine", empresa petrolífera desse país atuando em Angola.

A cadeia hoteleira francesa Méridien sucederá a empresa brasileira Sisal na gestão do Hotel Presidente, o mais luxuoso de Luanda, com 169 quartos e suítes.

A Sisal causou polémica em Angola pelos métodos que usou na reforma do Hotel Presidente, cujo custo final ascendeu a 25 milhões de dólares.

Angola - Petróleo. O Governo angolano, neste início de ano, desencadeou importantes iniciativas na área de prospecção petrolífera, reservando ao Brasil e à França participações importantes.

A Petrobrás iniciou, no dia 7 de fevereiro, a exploração de petróleo bruto sobre a plataforma continental angolana, mediante a instalação de uma plataforma semi-submersa, de acordo com o assinado com um consórcio hoje atuante em Angola, no valor total de 25 milhões de dólares. Essa plataforma será explorada pela Braspetro, pela British Petroleum, pela Pétrofina e pela sociedade angolana Sonangol.

São maiores agora as possibilidades de empresas estrangeiras contratarem material e serviços da Petrobrás. Como informa seu presidente, estando a locação de um equipamento em torno de 25 mil dólares por dia, em um ano isso representaria cerca de 10 milhões de dólares.

Também no setor petrolífero, o Governo angolano autorizou a criação da Petromar, união econômica mista franco-angolana, sediada em Luanda, especializada na fabricação de diversos derivados do petróleo. Os acionistas da Petromar são a sociedade francesa Bouygues Offshore e a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola. O capital social da Petromar totaliza cerca de 4,7 milhões de dólares.

África - Defesa. Foi criado em Libreville, em novembro de 1984, o Instituto Africano de Estudos Estratégicos (IAES), que no mês de janeiro último, de 16 a 19, realizou um colóquio cujos temas foram as Forças Armadas africanas em seus vários aspectos.

O colóquio, aberto pelo Sr. Léon Auge, antigo presidente da Corte Suprema do Gabão, contou com a presença do Embaixador da França no Gabão, Pierre Dabiezies, abordando o tema "O modelo militar", e de professores e *experts* franceses das Universidades de Toulouse, Estrasburgo, Bordéus e Paris. Destacaram-se os assuntos ligados à natureza e situação dos exércitos do continente, e a questão nacional e do populismo. Outros temas abordando a questão da intervenção militar também foram apresentados. Várias autoridades militares de países francófonos, como Costa do Marfim, Congo, Benim e República Malgaxe, apresentaram temas concernentes à relação entre Forças Armadas e sociedade, e os problemas advindos da participação no poder.

Marcando a importância do Gabão e de seu Exército, com a inauguração do novo Instituto, e representando o presidente Bongo no encerramento do colóquio, o Dr. J. Mpouhot-Epigat, atual ministro da Defesa Nacional e Veteranos de Guerra, fez lembrar que o "desenvolvimento de nosso país é que

lhe assegura uma segurança correta, pois permite que se possa sustentar um exército, equipamentos e tecer alianças sem que se fique, ao mesmo tempo, 'enfestado'".

África - Fome e meio ambiente. A ICIHI (Comissão Independente sobre as Questões Humanitárias), organismo independente criado sob a égide da ONU e composto por 25 personalidades internacionais, tendo se reunido em Haia, declarou que será necessário "meio século ou mais" para recompor o equilíbrio ecológico no continente, devido à destruição do meio ambiente, pelo homem, afirmando que as calamidades de fome e seca não podem ser atribuídas "somente aos caprichos da natureza", mas também à negligência humana. Fizeram-se recomendações quanto à política de ajuda no sentido de privilegiar as ações no nível de aldeias (locais), ao lado dos programas de assistência financeira em "grande escala", que "não têm resolvido os problemas de base da África". Processos de desflorestamento e desertificação, a longo prazo, foram postos em movimento por políticas econômicas que, na melhor das hipóteses, negligenciaram e, na pior, interromperam a produtividade dos sistemas de agricultura tradicionais.

Os participantes fizeram constar ainda que "menos de 25% da ajuda externa aos oito países do Sahel, entre 1975 e 1980, foram direcionados à agricultura, o que ajuda a explicar como a política de ajuda é cúmplice na lógica dos fatos que engendram a fome".

África do Sul: as relações com os rebeldes moçambicanos. Em consequência do Acordo de Nkomati, o Governo de Pretória vem intermediando conversações entre o Governo de Moçambique e os rebeldes da Renamo. O ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Pik Botha, declarou recentemente que as propostas da Renamo são tão irrealistas que ele nem se preocupou em transmiti-las ao presidente moçambicano. Pik acrescentou: "estão sempre a me dizer que a vitória da Renamo é para breve. Já lhes expliquei que dentro de 10 anos podem continuar a afirmar o mesmo e, entretanto, é o país deles que está sendo destruído." Observadores da região admitiram que Pretória "possa estar em vésperas de endurecer sua posição" relativamente aos rebeldes, e acrescentaram que Pik teria dito "estar perdendo a paciência" com a Renamo.

Apesar do Acordo, a atuação dos rebeldes continuou, recrudescendo mesmo em algumas áreas. Argumenta-se que isso poderia estar ocorrendo, de certa forma, à revelia do Executivo de Pretória, mas com o forte apoio de setores do Serviço de Informações Militares da África do Sul. Por outro lado, outros países estariam também ajudando a Renamo. Pik visitou recentemente o arquipélago de Comores com o objetivo de convencer o Governo desse país a não mais servir de ponto de apoio aos rebeldes moçambicanos ao permitir que armas compradas no golfo Pérsico - com dinheiro de ex-colonos portugueses - cheguem, através de Comores, à Renamo.

Costa do Marfim - Reescalonamento da dívida. Relatório redigido pelo Sterring Committee do Clube de Londres, que reúne credores privados, a ser lido por 350 bancos credores da Costa do Marfim, servirá de base

para o acordo sobre o reescalonamento da dívida vencida entre dezembro de 1983 e 1984, com montante alcançando 73 bilhões de francos LFA, para um prazo de cinco anos, com três anos de carência e *spread* de 1 7/8 sobre a Libor.

O pedido de reescalonamento feito em dezembro de 1983, para um país reconhecido como bom gerente de sua política econômica, é resultante de um processo que se iniciou com o aumento das receitas de exportação de cacau e café, responsáveis por metade das receitas totais, com a elevação de preços ocorrida em 1976 e 1977.

Esses bons resultados conduziram a Costa do Marfim a implementar um importante plano de equipamento em infra-estruturas. A queda de preços que se seguiu em 1978 iniciou as dificuldades financeiras, que se agravaram com a combinação de fatores enquadrada pelo segundo choque do petróleo, a valorização do dólar e o aumento da taxa de juros no mercado internacional.

Acrescentou-se ainda, mais tarde, em 1983, a seca, que, rebaixando o volume de água dos lagos das usinas hidrelétricas, causou falta de energia, obrigando o país a se equipar com urgência, com turbinas e combustíveis.

A dívida tornou-se pesada para a economia, atingindo 80% do PIB e com um escalonamento, até 1989, no mesmo nível dos desembolsos. Com a economia pressionada pelo déficit estrutural do balanço de pagamentos, com saldos comerciais insuficientes para compensar o peso das transferências e serviços devido às altas taxas de juros, a despesa interna foi comprometida em cerca de 40% (280 bilhões de francos CFA) para 1983.

Nesse quadro, a Costa do Marfim, a "vitrine da África", se vê comprometida com a austeridade e a contenção de despesas até 1989 - toda uma década perdida para o desenvolvimento.

Gana - comércio e cooperação com o Brasil. O esforço ganês de aumentar seu comércio e cooperação com a América do Sul está rendendo dividendos. Até o presente momento, o Brasil tem oferecido mais de US\$ 40 milhões em crédito a juros baixos para projetos agrícolas e de construção de moradias. US\$ 15 milhões estão sendo usados para a construção, por brasileiros, de 14 olarias, cada qual capaz de produzir 800 tijolos/hora. A intenção é montar uma fábrica em cada uma das 10 capitais regionais de Gana.

Mais US\$ 15 milhões são destinados à construção de fábricas de telhas pela firma brasileira Machina Schriener.

Outros acordos incluem a revitalização do setor pecuário ganês, através da introdução de técnicas de inseminação artificial e de gado brasileiro, construção de barragens para aumentar a irrigação no setor agrícola e construção de infra-estrutura para o armazenamento de grãos.

O CFAA publica também **Estudos Afro-Asiáticos**, revista semestral de grande utilidade para a compreensão do mundo afro-asiático contemporâneo.

AFRICANA

MARROCOS CONTINUA OCUPANDO SAARA INDEPENDENTE

Ao marcar a comemoração, a 3 de março, do 24º aniversário da sua subida ao trono do Marrocos, não em Marrakesh, como tradicionalmente, mas em Laâjoud, na parte ocupada do Saara, Hassan II pretendeu dar uma demonstração de força, após o fracasso político que sofreu com o reconhecimento do Saara - República Árabe Saauri Democrática (RASD) - pela Organização da Unidade Africana (OUA) como seu 51º membro, na reunião de novembro de 1984, em Adis Abeba. Em represália, o Marrocos saiu da OUA.

A OUA e a ONU vinham, desde há muito, propondo negociações diretas entre o Governo de Rabat e a Frente Polisário, movimento nacionalista saauri, criado em 1973, mas o Marrocos não apenas recusou sempre essas negociações como desrespeitou a Resolução 104 AHG da OUA, de 1983, que previa o cessar fogo e a realização de um plebiscito no Saara, com controle internacional.

O Governo de Rabat reivindica direitos históricos sobre o Saara, território que, de certo modo, fora "vassalo" do "Grande Marrocos", antes da colonização europeia. Esses direitos não são reconhecidos pela OUA nem pela ONU, e foram também recusados pelo Tribunal de Justiça Internacional de Haia.

A OUA tem como regra básica das suas resoluções que a independência de todas as colônias seja feita obedecendo à intangibilidade das fronteiras herdadas do colonialismo. Os africanos consideram que desfazer as fronteiras artificiais traçadas pelo colonialismo, a fim de obedecer à realidade étnica, seria aumentar a "balcanização", isto é, dividir a África em um número ainda maior de Estados.

O pan-africanismo aponta um caminho oposto: o da formação de organizações regionais, com gradual integração econômica, primeiro, e política, depois.

Quanto às Nações Unidas, a Resolução 3331 da sua Assembléia Geral de 1978 "reafirma o direito

inalienável do povo do Saara Ocidental à livre determinação e independência". A Polisário tem assento no Comitê de Descolonização da ONU.

O Saara está situado na costa atlântica africana, tendo o Marrocos ao Norte, a Argélia a Nordeste e a Mauritânia ao Sul e a Leste. Tem 305.240 km² e uma população, majoritariamente nômade, calculada em perto de 1 milhão de habitantes, incluindo os refugiados. A colonização espanhola terminou em 26 de fevereiro de 1975 com um acordo tripartite pelo qual o Governo de Madrid outorgava o Norte do Saara ao Marrocos e o Sul à Mauritânia. Esta, após quatro anos de luta, assinou um tratado de paz com a Polisário, em 1979, desistindo da sua "soberania" sobre o Saara meridional. Essa região foi, pouco depois, parcialmente ocupada pelo Marrocos, com ajuda militar norte-americana e francesa e apoio financeiro da Arábia Saudita.

A guerra intensificou-se com o fornecimento de armamento mais pesado à Polisário pela Argélia, seu principal aliado. Por seu lado, o Marrocos vem procurando preservar das incursões dos nacionalistas o "Saara útil" - a região mais ao norte, onde estão as minas de fosfato - com a construção, a partir de 1982, de "muros", espécie de muralhas protegidas por campos minados e radar, que têm dificultado a ação da Polisário. Esta procura impedir a consolidação de um quarto "muro" que impediria os guerrilheiros de terem acesso aos portos do Norte e, sobretudo, lhes dificultaria a penetração na região a partir de suas bases militares na Argélia. O Governo de Argel considera esse "muro" uma provocação, pois passa a 20 km da sua fronteira, criando riscos de possível confronto direto entre tropas argelinas e marroquinas.

A utilização pela Polisário do território da Mauritânia para o ataque às forças de ocupação marroquinas ficou prejudicada com o golpe militar ocorrido nesse país em dezembro de

1984, quando o presidente Kouna Haidalla foi derrubado pelo coronel Ould Taya. Este manteve o reconhecimento da RASD, decisão pessoal do ex-presidente, mas pretende assumir uma posição de neutralidade no conflito saauri-marroquino.

Na disputa pela hegemonia no Maghreb, a Mauritânia continua aliada da Argélia, com a qual participa, ao lado da Tunísia, de um Tratado de Fraternidade e Concórdia, assinado em dezembro de 1983. Por seu lado, o Marrocos, de posições marcadamente pró-ocidentais, estabeleceu, pelo Acordo de Oudja, de agosto de 1984, uma aliança inesperada com o radical líder líbio Khadafi, criando a União Árabe-Africana. Embora a Líbia tenha sempre apoiado a Polisário e reconhecido a RASD, não se pode prever o comportamento de Khadafi na evolução do conflito Marrocos-Saara.

Nesse conflito está em jogo a principal riqueza do Saara, o fosfato, cujas reservas, ascendem a 10 milhões de toneladas. O Marrocos é o terceiro produtor mundial de fosfato, antecedido pelos Estados Unidos e União Soviética. Ao controlar, como faz atualmente, Bu Craa, uma das maiores minas do mundo, no Saara, o Marrocos domina 70% da comercialização mundial de fosfato, já que os EUA e a URSS consomem internamente quase toda a sua produção.

No desenvolvimento do conflito, verifica-se um desgaste diplomático e econômico do Marrocos (75% do Exército marroquino estão envolvidos na guerra), embora Hassan conte com o apoio, para a "causa do Saara", até da sua oposição parlamentar. Do lado saauri, os ganhos políticos sobrepujam os militares. O Governo da RASD, presidido por Mohamed Abdelaziz, já foi reconhecido por cerca de 60 países, 14 dos quais latino-americanos (há um parecer na Câmara dos Deputados que recomenda o reconhecimento da RASD pelo Brasil).

Apesar das rivalidades, os países do Maghreb evitam confrontos diretos entre si e, nestes últimos meses, intensificaram as negociações referentes à situação no Saara.

GABÃO: RIGOR E AUSTERIDADE NA ECONOMIA

A economia do Gabão praticamente não registrou progressos importantes depois de 1980. Na verdade, esvaziou-se. A principal causa dessa desaceleração está na queda da produção de petróleo, que passou de 9,8 milhões de toneladas em 1979 para 7,7 milhões em 1984, conseqüência do progressivo esgotamento das reservas mais antigas. Em 1983, a valorização do dólar em relação ao franco CFA e a entrada em produção das novas reservas de Oguendjo, Konzi e M'Bya não impediram uma queda de cerca de 7% nas receitas.

Os outros três pilares da economia — madeira, magnésio e urânio —, apesar de um aumento na produção dos dois primeiros e uma estagnação em torno de mil toneladas para o último, em 1983, também sofreram, a partir de 1981, com as flutuações na demanda mundial.

Em 1983, uma clara deterioração atingiu o balanço de pagamentos, que apresentou um déficit de 24,3 bilhões de francos CFA, ao contrário dos excedentes alcançados entre 1980 e 1982. Essa reversão de tendência se deve à forte progressão dos gastos em bens e, principalmente, serviços. As prestações gratuitas de serviços e os investimentos a curto prazo concorreram para que se produzisse um grande saldo negativo, e os saldos líquidos dos investimentos a longo prazo foram reduzidos pelo pagamento dos juros da dívida externa.

Após um período de crescimento acelerado, motivado pelo boom petrolífero de 1974, a deterioração da economia tem causado sérios prejuízos ao desenvolvimento desse país, cuja renda *per capita*, de 3.810 dólares, só é ultrapassado no Continente Africano pela da Líbia. Diante dessa situação, o rigor e a austeridade passaram a ser a bandeira do Governo. Pensar na era pós-petróleo é preparar a estratégia da retomada do crescimento econômico, a qual passa pela valorização de potenciais ainda não explorados, como o ferro, o diamante, a barita, o zinco, e também pelo desenvolvimento da produção agrícola e da indústria de transformação.

Para encorajar os investimentos particulares, além da próxima mudança do Código de Investimentos, uma série de medidas foi adotada e posta em prática no corrente ano; entre estas, a redução do imposto sobre salários e do imposto sobre gastos financeiros, bem como a dispensa da contribuição ao Fundo Gabonês de Investimentos para as empresas que tenham investido em 1984. No setor das pequenas e médias empresas (PME), o Estado também tomou medidas importantes. O Promogabon, principal órgão da secretaria do Estado, encarregado das PME, foi totalmente reestruturado e seus meios reforçados graças à concessão de um Fundo de Auxílio e Garantia de 2 bilhões de francos CFA, destinados a facilitar o acesso dessas empresas ao sistema financeiro.

O V Plano Quinquenal, adotado em dezembro último pela Assembléia Nacional e cujo montante de

investimentos se eleva a 1.228 bilhões de francos CFA, reflete, em sua orientação, a estratégia do pós-petróleo. Entre os investimentos prioritários estão a agricultura, a exploração florestal, as indústrias alimentícias, a indústria madeireira, mas também as telecomunicações e os transportes, principalmente a construção do segundo troncoamento Booué-Moanda-Franceville, da estrada de ferro Transgabonesa.

Essa política de austeridade configurou-se no último dia 15 de dezembro pela exoneração de diretores das empresas para-estatais considerados ineficientes. Mas é no nível do orçamento do Estado, deficitário para o exercício de 1985, que melhor se observa o peso da austeridade. Com efeito, dos 679 bilhões de francos CFA ganhos em receitas, 594 bilhões originam-se de recursos nacionais e 85 bilhões, de financiamentos externos. Quanto às despesas, distribuem-se entre a dívida pública (155 bilhões), as despesas de administração (219 bilhões) e os investimentos (325 bilhões). Esse orçamento de 679 bilhões de francos CFA, com um acréscimo de apenas 11 bilhões em relação ao de 1984, é marcado por uma queda de 10 bilhões nas receitas em razão do petróleo, compensada por um aumento progressivo nos impostos e taxas, avaliado em 19 bilhões.

No setor do comércio externo, a política de austeridade manifesta-se pela decisão anunciada por Libreville de diversificar as trocas, procurando novos parceiros. Encorajadas por essa decisão, as trocas com os Estados Unidos, o Canadá e os Países-Baixos estão crescendo, o que submete a França a uma rude concorrência, embora esta ainda se mantenha como primeiro cliente e primeiro fornecedor, com mais de 25% do total das exportações e 51% do total das importações.

A cooperação franco-gabonesa não escapa a essa reorientação da política econômica. O Gabão, por abrigar em seu território cerca de 30 mil cidadãos franceses e ocupar posição estratégica no sistema francês de intervenção militar na África Central, reclama, em nome de seus laços privilegiados, um maior esforço por parte da França, com vistas à redução de suas despesas públicas. Por ocasião da última visita oficial do presidente Omar Bongo a Paris (outubro de 1984), diversos assuntos em suspenso foram particularmente discutidos, e soluções foram esboçadas. Entre esses assuntos, destacou-se o problema das moradias dos cooperantes franceses em Libreville — a França aceitou participar de seu financiamento. Foi também o caso da Rádio África n.º 1, que serve como retransmissora da Rádio França Internacional; do reforço para o Exército gabonês, com a modernização de seus equipamentos; e, por último, do desejo de aquisição de uma central nuclear e da formação, pela França, de técnicos gaboneses.

J. D. A.

ZIMBÁBUE - UMA LIÇÃO PARA A ÁFRICA AUSTRAL?

Cinco anos depois da independência (18 de abril de 1980), o Zimbábue é uma ilha de relativa estabilidade política e de desenvolvimento econômico numa região em que importantes vizinhos se encontram em situação caótica. Sob o Governo do primeiro-ministro Robert Mugabe, líder da União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU) — um dos dois movimentos de libertação que forçaram o Governo de minoria branca de Ian Smith à negociação em 1979 —, o país vivencia uma transição surpreendentemente pacífica para um governo de maioria negra, sem o caos econômico e as lutas de facções em grande escala que marcaram a independência de Angola.

Eleito por maioria esmagadora, em fevereiro de 1980, Mugabe conseguiu 57 cadeiras das 80 que poderia obter no parlamento de 100 membros (20 cadeiras são reservadas aos brancos). De então, tem demonstrado grande habilidade na solução dos múltiplos problemas enfrentados pelo seu país pós-revolucionário. Contrariando as expectativas dos brancos que o tinham como um revolucionário marxista disposto a impor a imediata socialização da economia, Mugabe, embora reafirme continuamente seu compromisso com o socialismo, tem subordinado sua ideologia às realidades econômicas do país.

Não escapou a Mugabe o fato de que os brancos — apesar de serem somente 220 mil em uma população total de 8 milhões de pessoas — detinham as rédeas do poder através do controle do setor comercial agrícola.

Frente a essa realidade e ansioso para evitar uma repetição da *debacle* angolana, com a fuga do capital branco e da mão-de-obra especializada, Mugabe tem equilibrado dois pólos: a realidade — e mesmo necessidade, a médio prazo — da dominação da economia pelos brancos e as reivindicações dos negros com referência à posse da terra, um dos fatores catalisadores na luta de libertação.

Na época da independência, o setor agrícola comercial branco produzia 80%-90% dos alimentos básicos e dos itens agrícolas voltados para o mercado (fumo, algodão), que representavam 50% das divisas de exportação. O setor também detinha 50% da terra e apresentava a mais alta taxa de produtividade no mundo, depois dos EUA. Os planejadores governamentais têm agido cautelosamente a fim de não destruírem o potencial de crescimento em nome da equidade. Com o programa de repovoamento, estima-se que até meados de 1985 o Governo terá realocado cerca de 40 mil famílias em terras de fazendeiros brancos, sem ter coagido os brancos a venderem-nas. Mugabe tem tido êxito, portanto, em rechaçar as reivindicações da ala radical da ZANU, que desejava a estatização e a redistribuição imediata das terras agrícolas pertencentes aos brancos. Ao mesmo tempo, tem assegurado aos novos pequenos fazendeiros africanos e àqueles que cultivam as terras ancestrais os insumos necessários para que suas propriedades se tornem economicamente viáveis.

Sua política cautelosa parece ter rendido dividendos. Após três anos de produtividade decrescente, devido à seca que vêm assolando a África Austral como um todo a previsão para a safra de 1984 indicava que o país teria de importar 600 mil toneladas. Em vez disso, os produtores-camponeses surpreenderam os analistas, obtendo um excedente de 375 mil toneladas. Os pequenos produtores também foram responsáveis por cerca de dois quintos do algodão colhido, aumentando sua produção em quase 60%. Sua contribuição para o total da produção agrícola comercializada aumentou de 10% em 1981 para 15% em 1984.

As principais razões para o sucesso do Zimbábue encontram-se no fato de possuir o mais eficiente sistema estatal de comercialização de produtos agrícolas na África negra, fornecendo crédito, sementes, pesticidas e transporte aos produtores, acoplado a incentivos de preços remuneráveis. Dependendo das chuvas, a previsão para a safra de 1985 é ainda mais otimista: um total de 1,5 milhão de toneladas, que deixaria um pequeno excedente para reabastecer os celeiros e com o qual o Zimbábue poderia retomar o papel tradicional de exportador de grãos para seus vizinhos.

Outros setores da economia também demonstraram sinais de recuperação. As exportações cresceram 20% em 1984, como também a produção mineral, enquanto a produção industrial cresceu 6%, contribuindo para o otimismo cauteloso com relação a 1985.

No cenário político doméstico, o mais importante resultado das políticas conciliatórias de Mugabe *vis-à-vis* a comunidade branca foi o rompimento de 13 membros brancos do parlamento com a Frente Republicana de Ian Smith, que anteriormente detinha as 20 cadeiras reservadas aos brancos, para se tornarem independentes, oferecendo apoio tácito a Mugabe, com o que a influência deste último se estendeu ao eleitorado branco.

Seus problemas com Joshua Nkomo parecem também ter sido superados, por enquanto. Líder do movimento nacionalista rival, a União do Povo Africano do Zimbábue (ZAPU), Nkomo parece ter caído em relativa obscuridade após perder sua posição de ministro em 1982 contentando-se agora em contestar verbalmente as políticas de Mugabe. Em 1982, parecia que a rivalidade ZANU-ZAPU faria o país submergir numa luta interétnica entre os Shona e os Matabele, tribos que apóiam a ZANU e a ZAPU, respectivamente. Mugabe usou mão de ferro com o que veio a ser conhecido como a "dissidência da Matabelelândia", quando cerca de mil ex-guerrilheiros da ZAPU desertaram do Exército nacional e se embrenharam no mato, em protesto contra a demissão de Nkomo. Para não alimentar os receios dos Matabele quanto a uma dominação total do aparelho de Estado pelos Shona, Mugabe sensatamente reteve os quatro membros restantes da ZAPU que integravam o seu gabinete.

As relações com a África do Sul têm sido conduzidas seletivamente em termos de confrontação com o Estado racista. Levando em consideração a ameaça do ministro das Relações Exteriores sul-africano, Pik Botha, de que o oferecimento de bases operacionais ao movimento de libertação sul-africano — o Congresso Nacional Africano (ANC) — seria interpretado como uma declaração de guerra, Mugabe não tem permitido que a ANC opere a partir do território do Zimbábue. Embora afirme que seu Governo é totalmente contrário o *apartheid*, e apóie o ANC, Mugabe também deixou claro que "nós simplesmente não somos fortes o bastante para fornecer bases, já que haveria represálias da África do Sul". Sendo um país sem acesso ao mar, o Zimbábue depende criticamente do sistema de transportes que atravessa a África do Sul em direção ao mar. Além disso, 19% do total de seu comércio são feitos com aquele país. Assim sendo, Mugabe acrescentou que "temos de aceitar que a África do Sul é uma realidade geográfica e, como tal, temos de manter um relacionamento mínimo"; conseqüentemente, sua posição tem sido a de manter as relações comerciais e aceitar uma *détente* forçada pela realidade política e econômica.

CONJUNTURA AFRICANA é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) do Conjunto Universitário Candido Mendes.
Diretor: Candido Mendes. Conselho Editorial: Jacques D'Adesky, João Luis Fragoso, José Maria Nunes Pereira, Juarez Coqueiro, Manoel da Paixão Faustino, Maria Helena Barbosa, Mark Stanley Christopher Simpson, Sidney de Miguel. Coordenador: Juarez Coqueiro.
Secretário: Carlos Alberto Medeiros. Planejamento gráfico e arte-final: Art House. Composição: Studio Moraes e Newsgraph. Impressão: Maio
Tiragem: 1.000 exemplares. Preço da assinatura: Cr\$ 120.000. Anual subscriptions: US\$ 40 (Twelve Issues)
Envio de cheque em nome de: SBI-CEAA - CONJUNTURA AFRICANA. All orders and cheques payable to: SBI-CEAA - CONJUNTURA AFRICANA
Assinaturas e correspondência: Rua da Assembléia, n.º 10 - sala 501 - Telefone: 224-8622 R. 59 - Rio de Janeiro - CEP 20011 - RJ
Subscriptions and correspondence: Rua da Assembléia, 10 - Sala 501 - CEP 20011 - Rio de Janeiro - RJ Brasil
CONJUNTURA AFRICANA conta com o apoio financeiro da FINEP - FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS.

POLÍTICA AMERICANA NA ÁFRICA: NOVAS ATITUDES

O papel da superpotência ocidental no cenário africano parece estar recebendo novos contornos imprimidos por uma mudança de atitude na forma de os Estados Unidos se relacionarem com os problemas do continente e de defenderem seus próprios interesses. Embora velhos e conhecidos, esses problemas adquiriram gravidade e foram esgotando a eficácia dos procedimentos tradicionais.

O que um comentarista francês, referindo-se a seu país, dizia ter sido sempre tomado como uma obrigação — definir uma “política africana” de maneira global —, para os Estados Unidos se colocou tradicionalmente de forma diversa: suas orientações para o continente, de modo geral, pautaram-se pela definição de comportamentos mais genéricos sobre temas evidentemente estratégicos e decisivos.

Definições como o *deal* concernente à descolonização repercutiram sobre o processo de emancipação das nações que se livraram da tutela dos antigos impérios — Grã-Bretanha, França e Bélgica —, onde a presença direta americana era restrita ou combinada com a interposição das antigas metrópoles e a manutenção da “assistência” a amigos privilegiados, como foi ou continuam sendo as relações com Egito, Zaire, Tunísia e Quênia, por exemplo, segundo as preferências circunstanciais. Reveladora dessa orientação para a África foi a Resolução 39 do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, chamada de “opção do bebê de piche” de Kissinger (“*tar baby option*”), expressando a idéia de que imiscuir-se na cena política do continente provocaria a aderência de toda sorte de inconvenientes. Mais recentemente, sob o Governo Carter, a política de direitos humanos também serve de exemplo, pois, aplicada sem ênfase à solução do conflito racial originado pela resistência do regime do *apartheid* na África do Sul, não conseguiu apresentar resultados substantivos. Não é raro alguns argumentarem que houve até conseqüências negativas (por exemplo: recrudescimento do militarismo sul-africano, apoio à UNITA e à Renamo). Há evidências crescentes de que a fórmula do “engajamento construtivo” — política de pressão amigável por trás das cortinas — da primeira investidura de Reagan, com base em métodos e princípios diferentes, seguiu o mesmo caminho, tendente ao imobilismo, fazendo

constar sua parcialidade e incoerência no passivo a ser creditado à responsabilidade da liderança norte-americana em relação aos problemas maiores da África.

Pode-se dizer, nesse quadro, que uma nova atitude se delineia no que se refere à presença americana no continente. Com uma ativa movimentação, a diplomacia dos Estados Unidos, em ampla e coordenada ação de consultas, objetiva agora resultados globais no contexto africano. É sob uma pressão mais direta que pretende agora conduzir os países a posições mais próximas de seus princípios estratégicos de organização do Estado, da economia e da sociedade.

Estamos, pois, diante de “uma política africana” dos Estados Unidos, e mais, sob a direção de um guru preparado para a dimensão da tarefa: o Dr. Chester Crocker, especialista em segurança e questões africanas que, em meados da década de 60, apresentou uma tese sobre África Ocidental e desde essa época vem escrevendo sistematicamente sobre os mais variados problemas da política e do desenvolvimento na África, a quem Reagan delegou a função de secretário de Estado assistente. É curioso ver que o calendário eleitoral explica parcialmente a escolha do momento em que, graças ao fato de não haver mais eleições pela frente, uma maior audácia é permitida. As primeiras iniciativas que vieram a público tiveram o efeito de “destampar a panela”, dando início a múltiplas ações de comitês anti-*apartheid*, com a mobilização de personalidades do mundo político e cultural e, ainda mais significativo, do conjunto da bancada republicana no Senado, que tomou iniciativa de cobrar resultados palpáveis da política externa que indiquem o início de uma transição real.

A evolução mais recente dos acontecimentos nos Estados Unidos, após a visita, em janeiro, do senador Kennedy à África do Sul e seus subúrbios negros, onde se deram consultas a lideranças representativas, tem conduzido a deliberações por parte de cidades (como Nova York) e Estados americanos no sentido de pressionar as grandes empresas (em torno de 350) responsáveis pelos cerca de 2,3 bilhões de dólares investidos diretamente em setores como indústria, mineração e serviços, e por mais 14 bilhões de dólares em empréstimos bancários e investimentos

em ações. Anteriormente, em março de 1977, um grupo de 103 corporações americanas havia aderido ao que se chamou de Princípios Sullivan, uma espécie de código de conduta para empresas que operam na África do Sul, pelos quais estas se comprometiam a não discriminar em matéria de condições de trabalho, alimentação, conforto, promoção e treinamento para facilitar o acesso dos não-brancos a funções administrativas e técnicas, assim como a posições de direção. Havia ainda o compromisso de promover a melhoria das condições de vida fora do trabalho no que se refere a transporte, habitação, educação, saúde e recreação.

O reconhecimento de que as modificações necessárias requeriam mudanças nas condições de trabalho relegava tais mudanças, no entanto, ao compromisso das empresas de utilizarem o que chamaram de “canais adequados” (“*appropriate channels*”) para obtê-las. Neste mês de março, em Leeds (Inglaterra), sob a coordenação do ex-primeiro ministro Edward Heath, 134 companhias norte americanas tomaram uma nova iniciativa. Destaca-se desta vez uma linguagem mais política, prometendo apoio à igualdade e liberdade de trânsito para os trabalhadores negros, e mais a extinção de todas as leis segregacionistas.

A OUA, que havia recebido favoravelmente os Princípios Sullivan, enviará a Washington, a pedido do seu Comitê de Liberação, delegação de alto nível para questionar a sobrevivência do “engajamento construtivo”. Enquanto isso, a pressão atual para o “desinvestimento” se exerce nos Estados Unidos com a interdição legal do engajamento de fundos de pensão nas carteiras de ações dessas empresas, a interdição a empréstimos bancários e a proibição de comercialização da moeda-ouro sul-africana, o Kruggerand, colocando assim as empresas e os bancos diante de um fato consumado. Um processo de consultas com lideranças da comunidade negra sul-africana está em fase de desenvolvimento e busca precisar a percepção desse setores quanto aos sacrifícios em número de empregos que essa política de “desinvestimentos” poderá provocar. A posição do bispo anglicano de Joanesburgo, prêmio Nobel da Paz, Desmond Tutu, de oferecer um prazo de 18 meses antes da entrada em vigência de medidas mais pesadas de “desinvestimentos”, procurando tirar maior partido dessas medidas do ponto de vista de ganhar tempo para negociações e manobras, parece ser a tendência dominante na condução das pressões. O fato de pela primeira vez ocorrer nos Estados

Unidos um movimento de opinião de organizações civis envolvendo praticamente todo o parlamento, onde as diferenças que restam são de ênfase ou prioridade, conjugado com articulações governamentais, ainda que dúbias, conduz a uma pressão inédita sobre o regime bôer, que deverá ser levada a sério, podendo ignorar a necessidade de se negociar o *status quo*. A política oficial do “engajamento construtivo” vai ficando de lado no curso das iniciativas e evoluções do processo, embora Washington, para não perder a pose, não a professe abertamente.

Uma presença mais direta

A percepção americana da situação da África escolheu tradicionalmente a definição de duas sub-regiões consideradas estratégicas: a África Oriental, sobretudo o Chifre, com seu papel definido pela proximidade com o Oriente Médio, e a sua função de suporte na segurança da rota do petróleo árabe por Suez — evitando o possível uso dos estreitos de Bad-Al-Mandeb, virtual ponto de estrangulamento pelos soviéticos —, e a África Austral, devido também à função de segurança com relação à alternativa a Suez, a chamada rota do Cabo, mas ainda e sobretudo pela presença de um Estado de dominação branca hospedando em seu território mais de 50% dos investimentos americanos na África.

O fato de que o ordenamento político do continente atualmente seja o resultado de um processo de lutas de libertação nacional ao qual as antigas nações colonizadoras lograram fazer face, administrando a transição de maneira a preservar alavancas de poder decisivas diante do quadro comum de extroversão das economias e desestruturação de circuitos econômicos internos, faz com que a França e a Inglaterra, principalmente, mas também a Bélgica e Portugal, estejam em condições de influenciar consideravelmente a maior parte dos países e neles mantenham uma presença direta.

A presença americana é exercida, em certa medida, com base na intermediação ou triangulação pelas ex-metrópoles, ou pela competição por espaços para investimentos e influência política direta.

Evidentemente, a comunidade de valores culturais anglo-saxônicos com a Grã-Bretanha abriu caminho para laços mais profundos nos países que estiveram sob essa influência colonial, como é o caso da Nigéria, onde as opções fundamentais da armadura institucional do país estão definitivamente associadas a essa tradição. A área francófona, diferentemente, inspira-se na

estratégia de dominação francesa de “espaço fechado”, com base num conjunto de práticas de cooperação de natureza assimilacionista complementar a um corpo de instituições monetário-financeiras e militares.

É nesse contexto que a nação hegemônica do Ocidente faz face à confrontação estratégica global com a URSS no palco do Continente Africano, utilizando políticas de ação interposta através das nações européias, no que despontam situações como as negociações da independência do Zimbábue, levadas a termo, no seu início, diretamente pelo Sr. Kissinger e, após ter sido abortado o fechamento do plano americano, retomadas e conduzidas com êxito, em bases parecidas, pelo Foreign Office (Ministério das Relações Exteriores britânico), em 1979, sob a coordenação de lorde Carrington.

Novos ingredientes para a confrontação global

É essencial na determinação da especificidade do teatro africano como campo de enfrentamento das superpotências, em relação às outras regiões do Terceiro Mundo, o fato de ele ter estado dominado pelas contingências da luta pelo desmantelamento da ordem colonial e o racismo, durante todo o pós-guerra, e, como desdobramento natural, pelo esforço de erguer administrações que dessem corpo aos Estados nacionais emergentes. A construção institucional desses Estados sedimentou-se sob a égide de movimentos independentistas ou de libertação nacional, sob lideranças civis que, no desenrolar do processo, foram sobrepassadas, em geral, por lideranças militares tendentes à concentração pessoal do poder. A situação mais comum é o padrão da organização política do Estado com partido único, que habitualmente se confunde com o próprio Estado, utilizando-se do binômio cooptação-repressão para soldar uma coesão nacional ameaçada pelas crises de identidade interétnicas. É regra também a inspiração em uma visão estatizante do sistema produtivo e a propensão forte ao neutralismo terceiro-mundista com respeito a embate global Leste-Oeste.

A assistência soviética a muitos movimentos de libertação abriu alternativas de contrapressão, em muitos casos, deixando um legado extraordinário de influência nas mentalidades da geração que vivenciou a fase de ruptura da antiga ordem colonial. Isso promoveu um modelo econômico baseado na estatização de empresas e na substituição de importações. A extensão da crise econômica e social

que se estabeleceu não poderá ser superada sem uma reavaliação da natureza das instituições atuais e o estabelecimento de alternativas para as economias africanas, com a revisão de instrumentos como a política de ajuda, a abertura de novas possibilidades comerciais para a exportação e o fortalecimento das estruturas produtivas internas, sobretudo no setor rural.

O que nesse quadro incentiva ainda a intervenção mais direta de Washington é a inapetência do bloco socialista para a criação de alternativas corretas de desenvolvimento.

Angola e Moçambique, os últimos da fila de um longo e extenuante processo de luta de libertação para edificar as estruturas de Estado e a paz interna e externa, vêm sendo vítimas de uma conjugação de fatores como a falência de políticas adequadas de integração étnica e regional, e a incidência da disputa internacional como fator de agravamento dos conflitos. Tais conflitos são demarcados, nesse caso, pelo contexto envolvente da resistência do regime de *apartheid* sul-africano a mudanças que favoreçam um ordenamento regional incluindo a Namíbia. Assim, produziu-se uma espécie de empate no desenrolar de enfrentamentos bastante complexos, principalmente pelo número de partes que envolvem, e sempre à mercê de uma deterioração maior, com ameaça de conflagração generalizada.

O estabelecimento de uma situação de fluidez em Angola e Moçambique facilitou psicologicamente que o acudado Governo de Pretória aceitasse iniciativas de paz como o acordo de Nkomati, de 1984, com o presidente Machel de Moçambique, e o Compromisso de Lusaka, com Angola, no mesmo ano. Essa situação, somada ao consenso em ampla escala no continente, resultado da gravidade da crise, faz com que iniciativas radicais se coloquem na ordem do dia, no campo do desenvolvimento, visando deter o processo de enfraquecimento e fragmentação das economias nacionais. É essa exigência de soluções baseadas em novos parâmetros que motiva a diplomacia americana a se introduzir com ênfase no caminho da nova política, envolvendo todos os seus aliados e privilegiando duas cartas: o maior engajamento direto em termos estratégicos militares e a procura de negociações de paz que permitam fixar situações de estabilidade, possibilitando — o que é decisivo — fomentar “políticas de desenvolvimento e reconstrução” através da mobilização de recursos da iniciativa privada e de organismos multilaterais como o BIRD, onde sua supremacia é incontestada.

"BRASIL E ÁFRICA: TECNOLOGIA E COOPERAÇÃO"

No contexto do debate em torno da cooperação Sul-Sul, a questão tecnológica tem assumido um caráter primordial, na medida em que se frustram as experiências de cooperação tipo Norte-Sul, mostrando-se cada vez mais inadequadas as importações de "pacotes tecnológicos" forjados para realidades em muitos aspectos divergentes dos países do Terceiro Mundo. Assim sendo, a cooperação tecnológica entre o Brasil e a África, em face das potencialidades que encerra, tem condições de tornar-se um modelo de cooperação Sul-Sul em todos os aspectos exemplar.

A partir de meados dos anos 70, após ter sido dado o impulso inicial durante a viagem do Chanceler brasileiro Gibson Barbosa à África (outubro/novembro de 1972 e fevereiro de 1973), as relações do Brasil com aquele continente se intensificaram significativamente. A política dita "pragmática e responsável" incrementada pelo governo Geisel, contrapartida externa do modelo de "desenvolvimento associado" adotado internamente, encontra no mercado africano um rico espaço a ser ocupado. As exportações para a África, em relação ao total do comércio externo brasileiro, evoluem de uma participação de 2,3% em 1972 para 7,3% em 1981. No período de 1982 a 1983, esse índice sofre um crescimento negativo de 5,9%, fechando o ano de 1983 com uma participação de 4,9% em relação ao total das exportações brasileiras. Quanto ao campo diplomático, o Brasil mantém relações com 40 dos 51 países africanos independentes, possuindo atualmente 20 embaixadas nesse continente e sediando 12 embaixadas de países africanos.

No campo da cooperação tecnológica, há um enorme potencial a ser explorado, mas que depende da existência de uma efetiva vontade política que ultrapasse o nível da retórica oficial e avance no terreno das realizações concretas.

As semelhanças climáticas e geográficas entre o Continente Africano e o Brasil, associadas ao fato de o Brasil ser um país "em desenvolvimento", favorecem a cooperação tecnológica Brasil-África. Durante seu processo de industrialização, o Brasil precisou enfrentar problemas similares aos encontrados atualmente pelos países africanos, tendo de buscar soluções compatíveis com as suas condições materiais e geográficas, sua disponibilidade de matérias-primas e mão-de-obra. É a posse dessa chamada

"tecnologia adequada aos trópicos" que torna a cooperação entre o Brasil e a África tão promissora aos olhos dos setores africanos e brasileiros envolvidos na sua realização.

A participação brasileira em um projeto agrícola na Costa do Marfim é um exemplo de cooperação bem-sucedida. Em 1978, o Governo daquele país, visando em tese a auto-suficiência alimentar, iniciou o Projeto Soja, com a presença do Brasil através da Femecap (Federação Meridional das Cooperativas Agropecuárias). Nesse projeto, a participação brasileira — engenheiros, técnicos e equipamentos — realiza-se nas etapas de desmatamento, preparo do solo, plantio, colheita e armazenamento de soja, arroz e milho, incluindo a efetivação de um complexo produtor de sementes para as três culturas.

As principais empresas agrícolas brasileiras fornecedoras de equipamentos para o Projeto Soja fundaram o Procampo (Programa Brasileiro de Cooperação Técnica Agrícola), apoiado pelo Governo brasileiro, mediante o Sistema de Cooperação Técnica, e pelo Ceag-SP (Centro de Assistência à Pequena e Média Empresa do Estado de São Paulo). Posteriormente, foi criada a Procampo Participações e Empreendimentos, que detém 40% do capital da Brasivoire, pertencendo o restante à Lair Financière da Costa do Marfim. Seus objetivos: comercializar os produtos e serviços brasileiros utilizados no Projeto Soja e organizar a estrutura de assistência técnica. Sendo extensivo a novos mercados africanos, despertados pelo Projeto Soja, esse acordo poderá facilitar novas associações (*joint-ventures*) de caráter cooperativo para a transferência de tecnologia brasileira.

A exportação de serviços, uma das fórmulas encontradas pelo Governo brasileiro na segunda metade dos anos 70 para equilibrar o balanço de pagamentos, tem sido veículo da penetração tecnológica brasileira na África. Apesar das dificuldades colocadas pela lentidão da burocracia, o que é grave, levando-se em conta a alta competitividade do mercado de serviços, as empresas brasileiras têm obtido relativo sucesso nos mercados africanos exatamente por serem detentoras de um *know-how* mais adequado às condições locais. Isso ocorre particularmente nas áreas de engenharia civil, projetos de ferrovias, usinas de açúcar e álcool e engenharia de detalhes de unidades.

Quanto à iniciativa do Estado, o discurso oficial tem sido generoso em estimular a cooperação tecnológica entre o Brasil e a África, mas os desdobramentos práticos não acompanham, na mesma intensidade, a retórica. Nos últimos dois anos, foram estudadas formas de cooperação técnica com países africanos, dentre os quais a Costa do Marfim, o Gabão, a Guiné-Bissau e Angola. Durante viagem feita pelo chanceler Saraiva Guerreiro aos três primeiros países citados (1983), foram analisadas as seguintes áreas: agricultura, pesquisas agrícolas, industrialização de alimentos, culturas tropicais, pesquisa geológica e formação profissional.

A participação do Senai em programas de cooperação tecnológica na África alcança grande número de países. Seus principais objetivos são: planejamento e metodologia da formação profissional, treinamento de técnicos em desenvolvimento de recursos humanos, especificações sobre equipamentos, *lay-out* de oficinas de aprendizagem, elaboração de material didático, administração da formação profissional, estudos sobre as relações entre o sistema de educação formal e a formação profissional, aspectos legais da aprendizagem, funcionamento de cursos e programas. Os programas têm sido desenvolvidos com os seguintes países africanos: Angola, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gana, Guiné-Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Tunísia e Zaire. Da mesma forma, o IPT — Instituto de Pesquisas Tecnológicas (órgão da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo) vem desenvolvendo acordos de cooperação tecnológica com países africanos, como por exemplo na área energética, com o Senegal e com a Zâmbia, e nas áreas de têxteis, construção civil, metalurgia, laboratório de testes, análises e ensaios, com Moçambique.

Verificamos que, apesar de êxitos setoriais e do potencial existente, o Brasil ainda carece de uma política articulada de cooperação tecnológica para o continente africano. No período 1974-81, o Governo brasileiro firmou cerca de 13 convênios/acordos de cooperação tecnológica com os seguintes países: Angola, Argélia, Congo, Cabo Verde, Gabão, Guiné-Bissau, Líbia, Mali, Moçambique, Nigéria, Senegal. A questão tecnológica, central no mundo moderno, é condicionante do desenvolvimento das nações. Os desdobramentos da cooperação Brasil-África no campo da tecnologia oferecerão um painel dos limites e potencialidades da cooperação Sul-Sul.

Atila Roque
(Colaborador)

EM FOCO

Nigéria: um orçamento de austeridade

"Pagaremos as nossas dívidas e não mendigaremos mais", afirmou o presidente Buhari, no início deste ano, ao anunciar as grandes linhas do orçamento de 1985. Afirmou que as dívidas de 1984 haviam sido pagas e que as de 1985, no montante de 4,3 bilhões de dólares, seriam acertadas. "Tomamos a iniciativa e estamos no caminho do saneamento econômico", assegurou Buhari, que estimou em 13,5 bilhões de dólares a receita do Estado. As despesas de investimento foram avaliadas em 5,8 bilhões de nairas (1 naira vale 1,33 dólar) e as de funcionamento, em 5,4 bilhões.

No orçamento do Estado, o Ministério da Agricultura foi o mais beneficiado (18% dos investimentos), seguido pelo da Educação (7,8%), descendo o das Forças Armadas para o terceiro lugar. No setor petrolífero, prossegue o projeto de liquefação de gás e a decisão de construir uma nova refinaria, que permitirá à Nigéria ser totalmente independente em matéria de refino.

Buhari anunciou que, em 1985, não haverá empréstimos para novos investimentos. O orçamento, menos severo que o esperado, dependerá da quantidade e do preço do petróleo que a Nigéria puder vender, bem como das limitações que conseguir impor às suas importações.

A dívida externa do país é de 16 bilhões de dólares. O seu serviço exigiu, em 1984, 3,8 bilhões, correspondentes a 36% das receitas petrolíferas, e necessitará, em 1986 e 87, de uma média de 5,3 bilhões, absorvendo 50% das rendas do petróleo. O agravamento da situação financeira já havia motivado uma queda drástica nas importações e o corte de 60% dos programas de investimento.

As negociações com o FMI, para um *stand-by* de 2,5 bilhões de dólares, não chegaram a bom termo. Três pontos do programa do FMI foram particularmente recusados pela Nigéria: a desvalorização da moeda, a supressão da subvenção aos produtos petrolíferos e a liberalização do comércio exterior.

A Nigéria, com um mercado de mais de 80 milhões de dólares, com cerca de 90 milhões de habitantes, é a segunda maior potência econômica da África, superada apenas pela África do Sul. Federação reagrupando 19 Estados, ela representa cerca da metade do PNB e 40% do comércio exterior da África subsaariana (mais uma vez, excluindo-se a África do Sul). No entanto, após o *boom* dos anos 70, a exportação do petróleo caiu de 2,3 milhões de barris/dia, em 1980, para 1,1 milhão em 1984, ao mesmo tempo em que o preço do barril descia de 40 dólares para 28, preço de outubro passado.

A reversão do mercado petrolífero, contribuindo decisivamente para a crise financeira, revelou problemas estruturais na economia nigeriana: o custo da indústria de substituição de importações, a vulnerabilidade de uma economia mono-exportadora (cerca de 70% do orçamento

provém das receitas de petróleo), a dificuldade de controlar a explosão urbana e o crescimento dos circuitos especulativos e, sobretudo, o fato de que, de grande exportador de alimentos, a Nigéria passou a importá-los em grandes quantidades.

Cimeira dos Cinco

Realizou-se em São Tomé, de 14 a 15 de fevereiro, a V Cimeira, reunião que congrega, desde 1979, os chefes de Estado dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa. Estiveram presentes os presidentes José Eduardo dos Santos, de Angola, Aristides Pereira, de Cabo Verde, João Bernardo Vieira, da Guiné-Bissau, Samora Machel, de Moçambique, e Manuel Pinto da Costa, de São Tomé e Príncipe, que, como anfitrião, presidiu o encontro.

Mais que a língua oficial comum e a mesma colonização, o que congrega a "Grupo dos Cinco", segundo os seus dirigentes, é uma identidade de princípios políticos básicos forjada no combate ao colonialismo português. Os partidos políticos que lideraram a luta de libertação desses países, e hoje estão no poder, formaram, em 1961, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), que se dedicou a articular a estratégia comum durante a guerra colonial. É na tradição desse espírito de solidariedade que se baseia o "Grupo", o qual pretende, com a sua coesão, fazer-se melhor ouvir nas assembleias internacionais.

A Declaração da V Cimeira "constatou que o problema crucial dos cinco Estados é a necessidade absoluta de garantir a paz, a estabilidade, a unidade e a integridade territorial dos seus Estados", acrescentando que "o imperialismo faz da República Popular de Angola e da República Popular de Moçambique os alvos principais e o ponto de partida dos seus projetos de desestabilização (...) e assim pretende recuperar as nossas pátrias para a sua esfera de dominação". A Cimeira condenou a África do Sul pelo *apartheid* e ocupação da Namíbia e exigiu que ela cumprisse o compromisso de Lusaka, estabelecido com Angola, e o Acordo de Nkomati, feito com Moçambique, ambos visando o fim das agressões sul-africanas e do apoio aos rebeldes nos dois países. O item cinco da Declaração reza: "A V Cimeira denuncia com veemência a cumplicidade e conivência de certos círculos políticos, econômicos, financeiros e militares portugueses nas agressões contra a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique, em detrimento das relações de amizade e cooperação existentes."

Foi proposta a realização de uma conferência do "Grupo dos Cinco" para tratar de questões econômicas internacionais, especialmente as pertinentes às relações da África com a CEE, no quadro da Convenção de Lomé.

Há um propósito dos "Cinco" de diligenciar, junto à OUA e outras organizações internacionais, a adoção do português como uma das línguas de trabalho.

Um dos pontos do Programa de Cooperação para 1985 prevê a realização, em Cabo Verde, no mês de março, de um curso de aperfeiçoamento administrativo para altos funcionários dos cinco países, com a orientação de especialistas brasileiros.

Burquina: dilemas da revolução

Com um orçamento limitado a 58 bilhões de francos CFA (cerca de 110 milhões de dólares), o presidente de Burquina Fasso (ex-Alto-Volta), capitão Thomas Sankara, reduziu em 12% os salários dos trabalhadores e funcionários públicos.

Ante o protesto dos sindicatos, o Governo decretou, em fevereiro passado, a eliminação de inúmeros benefícios sociais de que desfrutavam os dirigentes sindicais.

Por detrás desse confronto está o divórcio entre o Conselho Nacional da Revolução (CNR), órgão máximo do país, e o maior partido de esquerda, dominante nos sindicatos, a Liga Patriótica para o Desenvolvimento (Lipad), aliada dos militares do CNR no golpe de 1983 que implantou a "Revolução de 4 de agosto".

Com ela, instalou-se no poder uma nova geração de militares nacionalistas, favorável a uma revisão das alianças em política externa, desejosa de combater a corrupção estatal e, sobretudo, bastante voluntarista nos métodos de reforma social e nos projetos de desenvolvimento que preconiza.

No início do Governo, Sankara procurou ampliar a sua base de apoio junto à esquerda civil, que mobilizou e enquadrou a população através dos Comitês de Defesa da Revolução (CDR), estruturando-os por bairro, aldeia ou lugar de trabalho. No entanto, em maio de 1984, a influência da Lipad no Governo foi estancada. Além da demissão de ministros oriundos dos seus quadros, ela foi acusada de querer alinhar Burquina com as posições soviéticas e de manipular os CDRs. Essas organizações de massa tiveram, a partir dessa data, sua autonomia e suas atribuições limitadas. O CNR passou a nomear seus principais dirigentes e a fazer deles correias de transmissão do Conselho junto aos trabalhadores, procurando eliminar a influência da Lipad nos sindicatos.

Ex-colônia francesa, situada no interior da África Ocidental, Burquina tem uma superfície de 247.200 km² e uma população de 6,5 milhões de habitantes; mais de 2 milhões são emigrantes, a maioria na Costa do Marfim. O PNB é de cerca de 1,3 bilhão de dólares e a renda *per capita*, de 200 dólares. As exportações andam em torno de 45 milhões de dólares (gado e algodão, sobretudo) e as importações superam os 350 milhões de dólares. A França é o seu maior parceiro comercial.

Com um vizinho potencialmente hostil, a "moderada" Costa do Marfim — de que depende para o acesso ao mar —, e demarcando-se politicamente da França, Burquina constituiu, para os governos conservadores africanos e ocidentais, um exemplo "perigoso" junto às jovens elites, especialmente as militares, do continente.

Sankara vem reforçando o Exército com material proveniente, sobretudo, da Líbia. Esta disputa com a Argélia a influência sobre Burquina, no campo da cooperação econômica. Por outro lado, Sankara estreitou suas alianças com os governos revolucionários do Benim e de Gana, países vizinhos, tendo com este último um tratado de defesa mútua.

O Exército burquinense, com cerca de 4 mil homens e absorvendo 25% do orçamento do Estado, também participa da execução dos projetos de desenvolvimento e produz, em cada guarnição, gêneros alimentícios.

Voltando à área política doméstica, essa briga entre antigos aliados mostrou que os militares pretendem o controle absoluto do processo revolucionário. Tal estratégia leva a um considerável isolamento do Governo, que já tinha contra si a "oposição burguesa" dos partidos tradicionais, cuja liderança está, em muitos casos, no exílio ou na prisão.

Esse isolamento tem privado o Governo de pessoal dotado de experiência política e competência profissional, o que compromete o êxito dos inovadores projetos sociais propostos. Os "novos" CDRs, inchados de oportunistas e voluntários tecnicamente desqualificados, não constituem uma alternativa promissora.

Brasil-Gabão: venda de aviões

A Embraer e uma concorrente suíça apresentaram, em fevereiro passado, aos responsáveis pelas Forças Armadas gabonesas vários modelos de monomotores capazes de transportar de seis a 10 passageiros. A empresa brasileira fez também uma demonstração de seus aviões Tucano e Xingu, este último assemelhado ao Bandeirante, do qual a Força Aérea do Gabão já possui um exemplar.

O jornal gabonês *L'Union* salientou que a Embraer vem de assinar contrato de venda com a Nigéria e os Emirados Árabes.

África-França - Política militar

Em pronunciamentos acerca da política militar francesa na África, o general Mery mostrou-se favorável a uma concentração de esforços nas regiões estratégicas, consideradas pontos de controle das grandes correntes de trocas Norte-Sul: o Cabo, Dacar e o extremo Norte da Tunísia. Uma intervenção mais direta nessas regiões, "sem medo de agir com rigor, rapidez e sucesso", requereria uma distribuição mais concentrada dos mil conselheiros e cerca de 10 mil militares franceses presentes na África.

Continuando, o general lembrou que a quase totalidade dos quadros militares de Estados africanos com os quais a França assinou acordo de cooperação são formados em suas escolas, e que o Governo francês já interveio na Mauritânia, no Chade, na República Centro-Africana e no Zaire (Kolwesi).

Holandeses executam obra de drenagem em Moçambique

Situado nos subúrbios de Maputo, o antigo "bairro indígena" de Munhuana era inundado anualmente, em razão de ter sido construído próximo a uma lagoa. Ali vivia grande parte da população (220 mil habitantes) numa área de 1.500 hectares. Alternando-se com as secas no interior, a capital sofre problemas de inundação, que a Direção Nacional de Águas - DNA, do Ministério da Construção e Águas, desde 1978, vem tentando solucionar, o que deve ocorrer em julho próximo, com a conclusão das obras iniciadas em setembro de 1982. Essas obras se referem à bacia "A", que abrange o Aeroporto, Minkadjuine, Malhangabue, CDOP, Masaquene e a Munhuana (Tlavana). O plano geral de saneamento abrange 24 bacias com área de 9 mil hectares, e nele a bacia "A" foi identificada como prioritária. Somente a construção dos coletores-troncos está sendo realizada, já que há necessidade de remoção de moradias para se instalarem os coletores secundários, em nível de bairro e quarteirão.

Em concorrência internacional, a CETA (estatal moçambicana) recebeu a adjudicação da obra junto às empresas holandesas Interbeton, NBM e Heijonans, num esquema de *joint-venture*. O financiamento do trecho em execução é holandês. Trata-se de cinco quilômetros de vala principal e 11 de valas primárias que drenam as zonas baixas. A vala principal leva as águas para o vale do Infulene, região de mangues propícia para a agricultura e que está em estudos para aproveitamento pelo FNA.

Cerca de 700 trabalhadores estão imobilizados, com dificuldades de disciplina e continuidade de trabalho. Há problemas de qualificação de pessoal e de logística de provisão. A mão-de-obra foi

recutada entre trabalhadores que faziam biscates e pequenas obras, e reforçada com pessoal de outras regiões do país.

OUA: Preparativos para uma reunião de cúpula econômica

Reuniu-se em Adis Abeba, de 28 de fevereiro a 5 de março passados, o Conselho de Ministros da Organização para a Unidade Africana (OUA), com o objetivo de preparar a Conferência de Chefes de Estado dessa entidade que terá lugar em junho próximo e será dedicada exclusivamente às questões econômicas, como foi a de 1980, em Lagos.

A amplitude dos problemas econômicos a resolver fez passar para segundo plano as tensões políticas. A situação do Continente Africano é crítica: 150 milhões de pessoas vítimas de subalimentação crônica, 150 bilhões de dólares de dívida externa, 18 bilhões de dólares de déficit do balanço global de pagamentos. Calcula-se o déficit alimentar, em 1985, em 6 milhões de toneladas. Agravando a situação, a seca tem ocasionado, em numerosas regiões do continente, uma fome sem precedentes.

Argélia: prioridade à agricultura

Mais um país africano coloca a agricultura como prioridade principal no seu desenvolvimento. O Plano Quinquenal da Argélia (1985-89) fixa como objetivo o aproveitamento de novas terras e o desenvolvimento de obras hidráulicas, e abrange uma série de medidas visando a melhoria do meio rural - como a eletrificação do campo, por exemplo.

O déficit alimentar argelino continua a aumentar. Em 1963, com todos os problemas da guerra de independência, terminada um ano antes, a Argélia cobria 93% de suas necessidades alimentares; em 1984, não ia além de 40% dessas necessidades. O país precisa importar 65% dos cereais, 85% dos legumes e 75% dos ovos que consome, além de carne e batata. Essas importações custam, hoje, 20 vezes mais que há 15 anos. A população do país duplicou, entre 1963 e 1984, mas essa causa é insuficiente como explicação, bem como o fato de a capital, Argel, ter tido a sua população multiplicada por cinco, em 20 anos. A erosão e a desertificação são outras causas importantes apontadas.

O certo é que, após muitos anos de prioridade à indústria pesada, baseada no gás e no petróleo, a agricultura terá, agora, a sua vez.

Líbia-Sudão

Mais uma vez, Khadafi está às voltas com negociações secretas com vizinhos: o coronel Jaffar Niméri, presidente do Sudão, tomou a iniciativa de pôr fim à longa hostilidade existente entre os dois governantes, num desesperado esforço para manter seu regime. Mas as negociações têm sido ultra-secretas devido ao medo do dirigente sudanês de desagradar seus mais fiéis aliados - o Egito e os Estados Unidos, ambos fortemente contrários a qualquer negociação que envolva o dirigente líbio. O último encontro dos vizinhos ocorreu a 4 de fevereiro, em Paris.

África-TV

A I Conferência de Ministros Francófonos da Comunicação, ocorrida no Cairo, em fevereiro passado, aprovou as seguintes iniciativas: desenvolvimento de estudos com vistas à construção de um

satélite comum para os países francófonos da África, destinado à emissão direta de programas de televisão francesa e a ser lançado em 1986; criação de um fundo especial de ajuda para a co-produção, no campo da radiodifusão, televisão e cinema.

África-Coréia do Norte

O especialista francês Pascal Chaigneau chamou a atenção para o aumento da influência militar, na África, da Coréia do Norte, um dos aliados da União Soviética. Sua presença está assim distribuída: na República Malgaxe (formação de elites militares e civis), no Benim (guarda presidencial e polícia política), no Zimbábue (guarda presidencial), em Angola (tropas de combate antiguerrilha), em Gana (guarda presidencial), em Burquina Fasso, ex-Alto-Volta, desde 1984 (com a assinatura de acordo de cooperação militar) e na Etiópia (tropas de reserva).

O professor Chaigneau vê uma possível ameaça de desestabilização dos parceiros privilegiados da França, principalmente o Togo, com a realização de manobras militares Gana-Benim - Estado vizinho dos togoleses -, com observadores de Burquina Fasso, ocorridas em janeiro passado e coordenadas por oficiais norte-coreanos.

Khadafi oferece armas aos negros americanos

"Estamos satisfeitos que nosso irmão Khadafi e o povo líbio considerem justa a luta dos negros e índios da América. Mas não posso aceitar armas", afirmou o líder dos muçulmanos negros norte-americanos, Louis Ferrakhan, em 28 de fevereiro passado, em resposta à oferta, feita dias antes, por Khadafi, em transmissão via satélite, durante a convenção do Movimento dos Muçulmanos Negros em Chicago. Em sua mensagem, o líder líbio conclamou: "Os Estados Unidos devem ser destruídos, ou a nação negra o será. Estamos prontos a fornecer armas e a treiná-los." Dirigindo-se aos soldados negros do Exército americano, Khadafi recomendou: "Vocês são suficientemente numerosos para criar um exército poderoso contra o nosso inimigo comum."

África-EUA

Em recente entrevista, Andrew Young, ex-embaixador norte-americano na ONU e atual prefeito de Atlanta, declarou: "O Governo norte-americano precisa compreender que é de seu próprio interesse manter negócios com a África. Nosso déficit comercial com esse continente chega a 150 milhões de dólares. Uma das maneiras de melhorar esse déficit é instituir um sistema fiscal que encoraje a exportação de tecnologia para a África".

O CEAA publica também **Estudos Afro-Asiático**, revista semestral de grande utilidade para a compreensão do mundo afro-asiático contemporâneo.

CONJUNTURA
AFRICANA

ABRIL DE 1985

ANO 1 - N.º 4

DETERIORA-SE A POSIÇÃO AFRICANA NO COMÉRCIO MUNDIAL

A diversidade entre as regiões do Terceiro Mundo tem se aprofundado com o agravamento dos efeitos da crise econômica mundial. A África tem sido o continente mais atingido, devido sobretudo à debilidade atual das estruturas econômicas da maior parte dos seus países. Tal fenômeno tem por origem o grau de especialização e extroversão das economias, que as coloca na dependência de receitas de exportações baseadas em um ou dois produtos, geralmente agrícolas tropicais, minerais e petróleo.

Os setores de produção voltados para o mercado externo são amplamente dominantes no conjunto das atividades, representando muitas vezes mais da metade do PIB. Com a renda que geram, determinam o comportamento da demanda dos setores voltados para o consumo interno.

Afora pequenas variações, 80% das exportações dos países africanos continuam sendo direcionadas para os países industrializados, sendo que apenas 10% se destinam ao comércio intracontinental. Essa realidade permanece imutável desde as independências dos anos 60 e é determinante na definição dos rumos e estratégias dos países africanos.

Os produtos de base exportados são muitas vezes comuns nas pautas de países da mesma região, o que os torna competidores ou incapazes de desenvolver a curto prazo o comércio entre si, dificultando a consecução de um proclamado objetivo de alcançar a integração econômica através de acordos de destarificação e consorciamento para desenvolver, principalmente, projetos de indústrias de base ou de infra-estrutura.

Desde 1980, quando as exportações africanas atingiram um máximo de 4,7% das exportações mundiais, vem caindo continuamente sua participação, com 3,9% em 1981; 3,7% em 1982; e se acentuando em 1983, com 3,2%. Esta queda abrupta tende a ultrapassar em muito os níveis históricos das décadas de 60 e 70 - quando ha-

viam sido ultrapassados em 1979 e 1980 - alcançando 4,3% em 1963 e 3,9% em 1973, tendência que também ocorreu no conjunto do Terceiro Mundo, que viu sua participação declinar de 27,8% em 1980 para 27,3% em 1981, 26% em 1982 e 24,8% em 1983.

Houve, porém, heterogeneidade na evolução das exportações dos países do Terceiro Mundo, destacando-se o desempenho dos produtores de petróleo em relação aos não produtores. De 1979 a 1982, embora menos pronunciadamente, o grupo dos não produtores vinha perdendo posições na participação do total das exportações mundiais - 79 (13,6%); 80 (12,9%); 81 (12,3%) e 82 (11,9%) -, mas no ano de 1983, devido a políticas severas de incentivo a exportações para fazer frente ao desequilíbrio nas contas externas, esta tendência se reverteu e a participação aumentou para 14,7%. Esses esforços de exportação estão ligados em muitos casos a políticas de reajustamento estrutural promovidas pela batuta do FMI ou a partir de esforços para evitar o seu envolvimento na condução da política econômica do país em dificuldades de sobrevivência. Outro fator a se considerar foi a expansão da economia norte-americana, que possibilitou uma certa reativação dos mercados de produtos primários, conjugada com a flutuação habitual dos preços de *commodities*, que também indicariam uma tendência à recuperação no quinto ano de uma série descendente. Os exportadores de petróleo, ao contrário, prosseguiram mais profundamente na tendência de perdas de participação, após uma elevação importante, resultado, em 1979, do segundo choque do aumento de preços: 79 (11,7%), 80 (14,9%), 81 (15%), 82 (14,1%) e 83 (10,1%).

O petróleo, evidentemente, constituiu-se num mercado à parte quanto aos mecanismos que regulam sua evolução, sendo de forte incidência os fatores políticos nas duas redefinições do nível de preços (1973 e 1979). Pode-se perceber como a evolução dos preços,

após o segundo choque, segue um movimento de flutuação, subindo inicialmente até 1982, quando então passa a perder consideravelmente o seu valor.

Os dados estimados pelo GATT apresentam para 1983 um total de 58,1 bilhões de dólares de exportações africanas (excluída a África do Sul). A gravidade desta reduzida cifra revela-se pela diminuição de 14% em relação a 1979, sendo 16% a menos que em 1982, 24% a menos que em 1981 e 38% a menos que em 1980. No entanto, essa redução até 1982 se fazia acompanhar de uma desvalorização dos preços de matérias-primas, o que não se verificou em 1983. Em geral, os preços conheceram, nesse ano, uma estabilidade ou mesmo um aumento, como foi o caso das oleaginosas, café, cacau, madeira, borracha e chá, com exceção do petróleo, que sofreu um recuo de mais de 11%. Os produtos de base continuam a terem seus preços se comportando ciclicamente com flutuações drásticas, mantendo níveis insuficientes de remuneração com respeito ao esforço de produção; no entanto, é o peso do petróleo no total das exportações africanas que orientou a queda do conjunto nas exportações mundiais.

Os países produtores de petróleo são os que apresentaram maior redução de receitas de exportação: para a Líbia, em 1983 a baixa foi de 18% (10% em 1982 e 26% em 1981), enquanto para a Nigéria a queda atingiu 30% (depois de diminuições sucessivas de 16% e 26% em 1982 e 1981). Comparando-se esses números com os dos países não produtores de petróleo (ou não principalmente produtores) observa-se que estes foram menos afetados, como é o caso do Marrocos, que teve uma redução de 2%, da Costa do Marfim e do Zaire com 3% e da Tunísia com 7%. Há ainda exemplos como os do Gabão, Argélia e Egito, os dois primeiros importantes exportadores de petróleo, que mantiveram os mesmos níveis do ano anterior. □

AS DIFÍCEIS RELAÇÕES DE PORTUGAL COM SUAS EX-COLÔNIAS

Em abril de 1974 as lutas de libertação nacional levaram à queda do regime fascista português. Onze anos depois, ainda são difíceis as relações entre Portugal e o conjunto dos países africanos de expressão oficial portuguesa. Recentemente o presidente moçambicano desabafou: "Visitaram-nos o presidente Ramalho Eanes, os primeiros-ministros Pinto Balsemão e Mário Soares e vão perguntar-lhes os resultados" . . . Essa frustração contrasta com as declarações de intenção no sentido de uma cooperação exemplar, reiteradas pelos líderes africanos e pelas autoridades portuguesas.

Em Portugal, os setores colonialistas oriundos das ex-colônias (os chamados retornados) reforçaram os que se opunham às reformas. O seu enquadramento político passou a ser disputado pelo Centro Democrático Social (CDS) e pelo Partido Social Democrata (PDS). As alianças do Partido Socialista (PS) com esses partidos, o retrocesso nas reformas, as suas ramificações nas forças-armadas e o seu poder econômico, são prova do reforço desses setores. Organizaram em Moçambique grupos de moçambicanos armados que mais tarde se transformaram na Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) que, com apoio da África do Sul, armam e treinam. Em Angola, de forma menos direta, apóiam a União para a Independência Total de Angola (Unita), organização com alguma base étnica e que como a Renamo tem perspectivas neocoloniais e é uma peça básica na política sul-africana.

Os dois grupos beneficiam-se de grande liberdade de movimentos em Portugal, de onde procuram obter auxílio da Europa e dos Estados Unidos e desenvolvem atividades diplomáticas e propagandísticas. É esta situação que dificulta as relações de Portugal com as antigas colônias.

O papel de Mário Soares, primeiro-ministro do governo de coligação PS-PDS e virtual candidato às eleições presidenciais deste ano, deve ser levado em conta. Influente Secretário Geral do maior partido português (PS), Mário Soares mantém relações privilegiadas com a social-democracia alemã

e com os Estados Unidos, que cada vez se mostram mais interessados na África Austral. Neste contexto, o fato do primeiro-ministro português ter sido um dos principais negociadores das proposições neocoloniais do ex-presidente General Antônio Spínola deve levantar dúvidas nos africanos.

A exemplo dos outros países africanos de língua oficial portuguesa, Angola e Moçambique procuram aberturas em relação ao Ocidente. Moçambique entrou para o Fundo Monetário Internacional, assinou a última Convenção de Lomé (ver *Conjuntura Africana*, n.º 2, p. 1) que regula o comércio entre a Comunidade Econômica Europeia e países da África, Caribe e Pacífico e procura cooperar economicamente com a África do Sul. Como consequência dessa abertura, Maputo deve beneficiar-se de cooperação militar limitada com Washington. Angola, que tem nos Estados Unidos o principal país comprador de petróleo (4 milhões de toneladas em 1984) e que proximamente assinará a referida Convenção, procura atrair investimentos do Ocidente e, segundo o seu presidente José Eduardo dos Santos, pretende fazer do Brasil o principal parceiro na cooperação. Espera-se que o fato de atualmente residir no Brasil um dos principais financiadores da Renamo, o Sr. Manuel Bulhosa, homem de negócios espanhol com grandes interesses em Portugal e que se estendiam a Moçambique, não faça o líder angolano mudar de idéia . . .

O governo português parece atento a movimentos que a França, Itália e Espanha (segundo comprador do petróleo angolano com 1,5 milhão de toneladas em 1984) têm feito em direção a Angola e Moçambique, após "iniciações" em Cabo Verde, considerado trampolim para a África Austral, num momento em que aparentemente as tensões tiveram alguma diminuição. Os fatos da última reunião dos chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé (ver *Conjuntura Africana*, n.º 3, p. 7) não ter condenado o governo português pelo seu possível apoio à Renamo e Unita e do Prof. Mota Pinto, ex vice-

primeiro-ministro e ex-ministro da Defesa, considerado o contato da Renamo, ter deixado o governo, ainda que por razões ligadas à política interna de Portugal, terão contribuído para certo alívio. É provável que esses acontecimentos tenham contribuído também para que o Sr. Eduardo Ambar, recentemente empossado na pasta de Secretário de Estado de Cooperação de Portugal, considere boas as perspectivas de cooperação com esses países africanos. Ele pretende priorizar o ensino do português nas antigas colônias, fundamental, em seu entender, para a cooperação técnico-econômica, apoiar as empresas portuguesas ali instaladas e defende a criação de um banco de cooperação (em fase de estudos).

O aumento da linha de crédito (em 1984 Angola recebeu cerca de metade dos 430 milhões de dólares do crédito concedido por Lisboa aos países africanos de língua portuguesa) dependerá mais da evolução das relações políticas do que da grave crise da economia portuguesa. Dessas relações e da situação militar em Angola (angolanos e cubanos têm falado com insistência na retirada gradual dos soldados cubanos) e Moçambique (agravada nos últimos tempos) dependerá o aumento dos cooperantes portugueses, que hoje são os mais numerosos nas cinco ex-colônias. As dificuldades destas deverão contribuir para que procurem privilegiar a cooperação com Portugal. A possibilidade de ter de defrontar uma concorrência cada vez maior de outros países com mais recursos na cooperação africana, poderá levar Portugal a esforços tendentes à normalização das relações com Angola e Moçambique.

Devido aos reduzidos recursos de Lisboa, a chamada cooperação tripartite (Portugal-Alemanha e [ou] Estados Unidos-países africanos) é um cenário provável. Apesar dos graves problemas e das suas sérias contradições internas, os países africanos devem encarar tal perspectiva com as cautelas recomendáveis no caso de qualquer projeto que no mínimo encerra virtualidades neocoloniais. □

MPSF

A AJUDA ALIMENTAR NORTE-AMERICANA PARA A ÁFRICA

Desde que o Programa de Alimentos para a Paz (PAP) foi aprovado pelo Congresso norte-americano (Lei Pública n.º 480, de 1954) até o ano passado, foram enviados 32 bilhões de dólares em alimentos, para 1,8 bilhão de pessoas espalhadas pelo mundo. E no trigésimo aniversário do programa, o Presidente Reagan declarava como um dos objetivos atuais o de responder mais rápida e efetivamente às necessidades de alimentos das populações africanas. Em outras palavras, em diferentes oportunidades, o governo Reagan vem reafirmando que os Estados Unidos tem se colocado à frente na luta contra a fome na África.

Entretanto, nos detendo mais demoradamente na análise da ajuda alimentar norte-americana, a primeira impressão retirada daqueles números e declarações logo se desvanece.

Em 6 de outubro de 1984, o Departamento de Agricultura norte-americano, dentro do PAP de 1985, decidia alocar 432,5 milhões de dólares para os países da África. Desta quantia, 82,3% foram para apenas cinco países (Egito, Sudão, Marrocos, Somália e Libéria), dentro do critério de "amizade" para com Washington adotado para a escolha. Destes países, somente a Somália estava incluída na lista da FAO "dos mais seriamente atingidos pela fome".

Nesta medida, percebe-se que um dos traços do programa de ajuda alimentar norte-americano é o seu uso como instrumento político. Traço que segundo um dos especialistas em problemas alimentares do Terceiro Mundo, Susan George, já estava contido no texto da lei que criou o programa (PL-480). Este conteúdo político ficou recentemente mais claro no caso etíope (ver *Conjuntura Africana*, n.º 1, p. 5), embora já estivesse explicitado com todas as letras na declaração do antigo secretário de Agricultura norte-americano, Butz, em princípios dos anos 70: "Os alimentos são uma arma, constituem agora um dos nossos principais trunfos de negociações."

Por outro lado, deve-se igualmente salientar que a amizade dos Estados Unidos pelos países africanos, à semelhança da União Soviética, se manifesta mais pelo fornecimento de armas do que de alimentos. Segundo *Cahiers de L'Afrique Occidentale et Équatoriale* (20/02/85), da ajuda norte-americana (exercício fiscal de 1986) destinada aos principais beneficiários africanos, em média, mais de 55% serão consagrados à assistência de caráter

essencialmente militar; o restante será dividido entre a ajuda alimentar e o apoio puramente econômico. Este é o caso, por exemplo, do Marrocos e da Somália, países afetados pela fome, onde a ajuda militar corresponde a 52,2% e 65,2%, respectivamente, da assistência norte-americana a eles concedida.

A justificativa para esta concentração particularmente acentuada no domínio militar pode ser encontrada no texto de apresentação do orçamento norte-americano para 1986: "Os programas de ajuda à segurança são os instrumentos maiores da segurança nacional e da política externa dos Estados Unidos: eles servem para consolidar a posição dos governos aliados e amigos (. . .). Esta ajuda permite também o acesso dos Estados Unidos a bases de instalações no estrangeiro." Por outro lado, não é necessário dizer que aquele desequilíbrio entre a assistência militar e a alimentar é feito com aquiescência dos Estados africanos receptores.

Um outro aspecto da "ajuda alimentar" norte-americana está ligado à manutenção e expansão de mercado. Quando da aprovação da PL-480, era declarado o seguinte propósito: "Um ato para aumentar o consumo das mercadorias agrícolas norte-americanas nos países estrangeiros." Segundo os cálculos do Banco Mundial, em princípios dos anos 80, a ajuda alimentar correspondia a mais de 20% do total das importações de cereais da África, sendo a maior parte de trigo e seus derivados (a participação dos Estados Unidos era de 75% dessa ajuda). Em outras palavras, a ajuda alimentar atua como agente de mudança dos padrões de alimentação locais, substituindo por outros onde estão presentes os produtos da agricultura norte-americana. A ajuda militar ajuda a criar e expandir mercados.

Enquanto mantenedora de mercados é ilustrativa a participação do Egito em 52% das verbas do PAP de 1985 para a África, apesar deste país não passar por penúria alimentar tão grave como outras regiões africanas. A explicação para tal participação é dada pela ameaça do Egito reduzir as suas compras de trigo, devido às suas dificuldades financeiras, o que afetaria os vendedores norte-americanos.

Sob este aspecto é interessante ainda lembrar o comentário feito pela revista *Jeune Afrique-Economie* (14/03/85) sobre o recente aumento da ajuda alimentar norte-americana à África: "É preciso enfatizar que esta generosidade se dá em um momento

em que os fazendeiros americanos se debatem com excedentes de cereais." Portanto, nestas condições, a ajuda alimentar canaliza excessos de produção sem que isto afete muito os preços internacionais dos grãos.

Por outro lado, para além da ajuda na forma de fornecimento de alimentos, o Governo Reagan enfatiza a necessidade de dar assistência aos países africanos envolvidos em projetos de reformas econômicas, em particular, na agricultura. Para Washington esta seria a única forma de resolver o problema da fome. Neste particular, entretanto, deve-se lembrar que em setembro de 1984 os Estados Unidos recusaram-se a participar de um fundo especial proposto pelo Banco Mundial, que tinha por objetivo "inverter o declínio econômico da África subsaariana e restabelecer o crescimento e o desenvolvimento econômico." Com esta atitude, conforme *Newsweek* (19/11/84), Washington reafirmava a sua "posição de resguardar para si o direito de escolher os países que prefere socorrer". E na escolha destes países, além do critério político, são priorizados aqueles decididos a liberalizar sua economia e que encorajam o setor privado e o livre jogo das leis de mercado. Assim se explica que certos Estados como o Mali, Senegal, Níger, Guiné e Zaire, viram a assistência norte-americana aumentar sensivelmente depois de 1981, ou seja, depois de terem anunciado sua intenção de reformar o setor estatal. Este critério econômico de escolha é melhor entendido quando se tem em conta que o governo Reagan vem incentivando as empresas americanas a aumentar suas operações no mercado africano.

No que diz respeito especificamente às atividades agrícolas, o diretor para África da USAID, Mark Edelman, declara: "Existem coisas que os Estados Unidos fazem melhor que os outros, notadamente a pesquisa agrônômica." Tal seria o caso, segundo este diretor, da variedade de sorgo que, experimentada no Sudão, apresentou um aumento de três vezes no rendimento das colheitas. Entretanto, sabe-se hoje que estas variedades de alta produtividade podem causar sérios efeitos colaterais nos solos tropicais, o que cria mercado para a aplicação de todo um pacote tecnológico produzido pelas indústrias norte-americanas. Dessa forma, conclui-se que a única coisa segura é a ampliação dos mercados para aquelas indústrias. □

JLF

ÁFRICA DO SUL: O DILEMA DE BOTHA

Nos últimos seis meses, mais de 250 negros foram mortos em distúrbios raciais na África do Sul. Como disse Desmond Tutu, o bispo negro sul-africano vencedor do prêmio Nobel da Paz do ano passado, "a agitação é endêmica". Alguns argumentariam que isto é uma subestimação das proporções de crise da situação e que a África do Sul se encontra no limiar de uma revolução. Por outro lado, os apologistas do Partido Nacional (NP), no governo, consideram os problemas transitórios, próprios de uma sociedade em vias de adaptação às novas circunstâncias da década de oitenta. Estará a África do Sul mudando (e implicitamente pergunta-se se o *apartheid* está sendo desmantelado)? O que aconteceu com as reformas do *apartheid*, prometidas por P. W. Botha quando assumiu o poder em 1979, dizendo aos brancos que teriam de se "adaptar ou morrer", e cujo *approach* fora descrito na época por certos líderes negros moderados como "aberto, honesto, receptivo e flexível"? A crescente gravidade da posição do regime, assediado como nunca, tanto internamente como internacionalmente, acarretou um processo de polarização ideológica e de intransigência das partes envolvidas.

Pode-se dizer que a explicação para a presente crise encontra-se em três fatores interrelacionados: o papel central que o conceito do *Afrikanerdom* (o reino dos afrikaners) desempenha na política sul-africana e as pressões a que vem sendo submetido recentemente; a crise econômica que aflige o país e a sua contribuição para o acirramento da militância negra; e, finalmente, a realidade por trás das intenções reformistas de Botha.

O papel do *Afrikanerdom* recebe pouca atenção na imprensa, mas é uma chave fundamental para a compreensão dos problemas sul-africanos e os rumos que estes podem vir a tomar. Poder branco na África do Sul significa poder afrikaner. Desde a guerra dos Boéres (1899-1902), quando estes, descendentes dos primeiros colonos holandeses e antepassados dos atuais afrikaners, foram esmagados pelos interesses econômicos britânicos da Província do Cabo, os afrikaners se contentaram em deixar a dominação da economia privada nas mãos dos anglo-saxões enquanto monopolizavam o poder político. Como resultado, os brancos anglo-saxões até hoje não têm grande peso na política sul-africana (o seu partido, o Progressive Federal Party retém apenas 27 cadeiras no Parlamento branco de 178 cadeiras) e os

afrikaners podem ser caracterizados como um grupo dentro de um grupo, suprimindo a maioria dos cargos do governo, a quase totalidade da burocracia estatal, quadros militares e executivos das grandes empresas estatais.

Tribo branca

Em contraste com os anglo-saxões que ainda mantêm laços com a pátria-mãe, os afrikaners viraram as costas à Europa e, num processo que durou trezentos anos, evoluíram como um grupo étnico distinto, ao ponto de justificadamente poderem ser chamados de a única tribo africana branca. O papel do *Afrikanerdom* é baseado no cultivo contínuo do nacionalismo afrikaner e na organização social criada em torno de suas doutrinas, apoiado ainda nos dois pilares gêmeos: a Igreja Holandesa Reformada e o Broederbond (irmandade afrikaner, responsável pela perpetuação do domínio político dos afrikaners e de sua identidade cultural, responsável também pelo "assalto" dos seus quadros às posições de comando nas grandes empresas estatais).

Com o apoio do *volk* (o povo), o Partido Nacional — personificação política do *Afrikanerdom* (e que conta com 128 cadeiras no parlamento branco) — engendrou o *apartheid* ou o que hoje se chama "desenvolvimento separado". O *Afrikanerdom* é baseado no princípio inverso do pluralismo europeu: a fim de sobreviver, tem de ser exercido poder total sobre nacionalismos rurais ou então pô-los em quarentena. Resultante disso, o estilo administrativo do governo sul-africano enfatiza *Kragdadigheid* (força), uma vez que a história afrikaner indica recompensas para posições de intransigência.

O *Afrikanerdom* atualmente acredita que a sua pátria e modo de vida único estão em jogo. Sua principal preocupação é a manutenção do poder.

O reino ameaçado

Não são poucas as pressões a que vem sendo submetido o *Afrikanerdom*. Primeiramente, não mais existem os Estados-tampão do colonialismo português — Moçambique e Angola — e o governo de minoria branca de Ian Smith na Rodésia, que serviram para separar a República Sul-Africana do resto da África Negra. O país se encontra isolado no contexto africano e os exemplos das lutas de libertação naqueles países têm agora grande efeito de demonstração na própria população negra sul-africana.

Na frente econômica, a recessão internacional atingiu o país severamente. Estimativas não oficiais avaliam o número de negros desempregados em pelo menos dois milhões, equivalente a 20% em algumas áreas. A inflação deverá chegar a 20% até o fim de 1985, cifra astronômica para os padrões do país. A moeda sul-africana vem caindo continuamente de valor em relação ao dólar enquanto o preço do ouro, que em 1981 representou cerca de 40% das receitas de exportação, caiu para 330 dólares a onça, depois de uma alta recorde que chegou a 800 dólares em 1980.

Os custos econômicos do aparelho de segurança, necessário para manter o *apartheid* intacto e funcionando, também disparam. A guerra contra a SWAPO (movimento de libertação) na Namíbia, que a África do Sul ocupa ilegalmente, aliada à manutenção das forças de segurança internas, empurraram o orçamento militar para \$3,5 bilhões em 1984, um aumento de 21,4% em relação a 1983, representando 17% dos gastos estatais.

A forma de lidar com estas mudanças tem pela primeira vez levado a uma séria divisão das fileiras afrikaners, anteriormente monolíticas, em *Verligtes* (iluminados) e *Verkrampptes* (conservadores). Os primeiros, liderados por P. W. Botha, não mais se contentam com o que julgam ser um *status quo* anacrônico. Eles estão cientes da fragilidade inerente ao sistema e desde 1979 vêm tentando moldar um "*status quo* dinâmico", capaz de ceder vagarosamente "cada anel" para manter intacto "os dedos". Os porta-vozes deste grupo advogam crescentemente uma causa que transcende o chauvinismo étnico, pureza cultural e anticomunismo, ou seja, a sobrevivência.

A estratégia da sobrevivência

Duas alianças foram estabelecidas. A primeira com os interesses industriais anglo-saxônicos, prejudicados de duas maneiras pela rigidez do "*apartheid* econômico". Uma delas foi a insuficiência de mão-de-obra negra especializada devido às leis que reservam certos empregos para uma mão-de-obra industrial branca em declínio tanto em termos relativos como absolutos. A outra foi a restrição ao crescimento de seus empreendimentos devido ao mercado consumidor negro desproporcionalmente pequeno. A segunda aliança é com o complexo militar, liderado pelo General Magnus Malan, preocupado com a segurança nacional e estabilidade interna. Argumenta-se que as reformas aplicadas por Botha fazem parte de uma estratégia global preconizada pelos militares, segundo a qual o regime deve estabelecer um grau de legitimidade junto aos não brancos e assegurar a frente interna, deixando

assim as forças armadas livres para que possam conter a esperada ameaça militar nas fronteiras, oriunda dos vizinhos marxistas. A estratégia é abandonar os aspectos mais absurdos (e antieconômicos) do sistema e fomentar uma classe média negra urbana, que se identificará com os brancos e agirá como um tampão contra a grande massa de negros reivindicando direitos iguais, além de cooptar os mestiços e indianos, dando-lhes um papel limitado no processo decisório.

A fim de alcançar o primeiro objetivo, Botha vem tentando abolir o "pequeno *apartheid*", responsável pelos gargalos econômicos. Esse pequeno *apartheid* se mostrou embaraçoso internacionalmente e leva às presentes ameaças de desinvestimento por parte de companhias americanas e europeias sob pressão dos seus respectivos governos (ver *Conjuntura Africana*, n.º 3, p. 4). Conseqüentemente, muitas das leis que proíbem a integração racial em lugares públicos têm sido abolidas. Permite-se aos negros se candidatarem aos empregos de melhor remuneração anteriormente reservados aos brancos. Além disso, cerca de nove milhões de negros urbanos, cuja permanência no passado, na chamada África do Sul branca, só era justificada na medida em que havia trabalho para eles (isto é, contanto que prestassem um serviço à economia branca), e estavam sempre sujeitos a remoções forçadas para os bantustans, podem agora se candidatar ao *status* de permanentes e possuírem casas e propriedades nas áreas urbanas a eles reservadas. O segundo objetivo, o de cooptar os mestiços e indianos, foi testado através da introdução da reforma constitucional de 1984, que ofereceu aos dois grupos os seus próprios parlamentos num complexo arranjo constitucional, criando duas novas câmaras para acomodá-los, com 80 cadeiras para os mestiços e 40 para os indianos. Tal medida deixa o poder, em última análise, nas mãos dos bran-

cos e exclui totalmente os negros não urbanos, que o governo espera que satisfaçam suas aspirações políticas nos dez bantustans empobrecidos.

Se Botha esperava poder cooptar os indianos e mestiços e neutralizar a militância negra através de suas reformas, a estratégia falhou e até levou a cisões no seio do *Afrikanerdom*.

Os afrikaners *verkramppte* acreditam que mesmo as reformas do pequeno *apartheid* foram longe demais e que uma concessão econômica ou social, hoje, implicará uma política amanhã; acreditam também que a exclusividade do *Afrikanerdom* deve ser preservada a todo custo. O grão-sacerdote dos *verkrampptes*, Andries Treurnicht, que apóia o *apartheid* ortodoxo, articula uma corrente de sentimento profundo dentro do *Afrikanerdom*, e evidencia-se uma notável guinada em direção ao Partido Conservador ultra-direitista (que Treurnicht fundou quando rompeu com o Partido Nacional, em 1982) e o ultra-racista Herstigte Nasionale Partie (HNP), liderado por Jaap Marais, que gostaria de ver um retorno à era do *baaskaap*, o puro despotismo racial dos anos cinquenta e sessenta. Várias cadeiras do Partido Nacional, no coração afrikaner da província do Transvaal, agora se encontram vulneráveis ao HNP, que mesmo sem ganhar uma cadeira nas eleições de 1981, arrecadou 33% do voto afrikaner.

Oposição unida

Se as fileiras afrikaners se encontram fracionadas, nunca a oposição interna ao *apartheid* se mostrou tão unida. Aglutinando-se em oposição às reformas constitucionais de Botha, e almejando a unidade política dos não brancos, a Frente Democrática Unida (UDF) formou-se em agosto de 1984, clamando por uma África do Sul inteiramente democrática. Conta com dois milhões de membros provenientes de

cerca de setecentas entidades filiadas, de sindicatos e entidades religiosas, tanto de brancos como de negros, mestiços e indianos, e sofre forte influência do Congresso Nacional Africano (ANC), a organização guerrilheira que combate o *apartheid*. A UDF pediu um boicote do referendo entre brancos, mestiços e indianos convocado por Botha para sancionar os seus arranjos tricamerais. Como resultado, apesar de 66% dos brancos votarem a favor, somente 18% dos eleitores potenciais mestiços e 16% dos indianos foram às urnas para elegerem os seus representantes.

Apesar de Botha prosseguir com o seu esquema, a campanha do boicote foi uma demonstração impressionante de unidade e rejeição das medidas paliativas do presidente. As reformas constitucionais, paradoxalmente, promoveram a formação de novas organizações populares entre os não brancos, que se tornaram a pedra fundamental da resistência. A nova constituição eliminou totalmente as esperanças dos negros de obterem o voto e mais uma vez o foco da luta contra o *apartheid* tornou-se os guetos negros servindo às metrópoles brancas. Em novembro de 1984, uma greve geral de dois dias no Transvaal, injetada de grande teor político, paralisou o parque industrial sul-africano. Foi a greve de maior sucesso nos últimos 34 anos e demoliu a crença do governo de que, através da legalização dos sindicatos negros, os trabalhadores se contentariam com questões puramente econômicas.

Os negros estão conscientes de que, enquanto os *verligtes* e *verkrampptes* discordam a respeito das reformas ao pequeno *apartheid*, o preceito central do grande *apartheid* permanece intacto, e não é um ponto de discensão entre os afrikaners, isto é, não se discute o plano a longo termo de dividir a África do Sul numa constelação de dez enclaves independentes de acordo com etnia ou tribo ou que negros (com exceção daqueles com direitos de permanência nas áreas brancas) somente desfrutarão de direitos nas partes do país designadas para seus respectivos grupos. Não se toca também no fato de que as remoções forçadas de negros e as leis do passe continuarão e que a vasta maioria das riquezas e terras do país permanecerão nas mãos dos brancos.

Botha, portanto, encontra-se num impasse. Por tentar amenizar a estrutura racista do *apartheid*, um número substancial de sul-africanos brancos sente que ele pode estar indo, ou já foi, longe demais, enquanto para a maioria esmagadora de sul-africanos negros, nada a não ser um completo desmantelamento do *apartheid* é aceitável. □

O Apartheid

De acordo com o Censo de 1980, a população sul-africana atingia cerca de 25 milhões, com a seguinte composição étnica: negros, 17 milhões (68%), brancos, 4,5 milhões (18% do total, dos quais 35% eram anglo-saxões e 65% afrikaners); mestiços, 2,6 milhões (10,5%) e indianos, 800 mil (3,3%).

A palavra *apartheid* em afrikaans (a língua dos afrikaners, derivada do holandês) significa separação. De acordo com sua doutrina, cada raça tem um destino próprio e, portanto, deve ser mantida separada das demais. Argumenta-se assim que os africanos enquanto grupo racial devem ser isolados dos brancos e, até mesmo, os diferentes grupos étnicos africanos (Zulu, Xhosa, etc.), na medida do possível, devem ser separados um dos outros. Cada grupo racial, portanto, tem teoricamente o seu lar e para os negros estão destinados dez bantustans (reservas nativas, que dispõem de apenas 13% da área sul-africana; o resto do território pertence aos brancos). Os dez bantustans se tornarão "estados independentes", sendo que quatro já o são, apesar de serem reconhecidos como tais apenas pela África do Sul. Na verdade, funcionam como reservas de mão-de-obra barata para a África do Sul branca. Quando assumiu o poder em 1948, o Partido Nacional promulgou uma série de leis que sistematizaram os preceitos do "grande *apartheid*", tais como as que controlam a migração de negros para as cidades brancas à procura de trabalho (inclui-se aqui a infame Lei do Passe, segundo a qual os negros são obrigados a carregarem consigo uma caderneta onde consta o período de permanência permitida nas áreas brancas). Há ainda as que reservam certos empregos aos brancos (o *apartheid* econômico), e geralmente, as que regem o "pequeno *apartheid*", isto é, o *apartheid* cotidiano: a segregação em lugares públicos, trens, hospitais, praias, etc. □

SUDÃO: A PESADA HERANÇA DE NUMEIRI

O Marechal Gaafar Numeiri foi derrubado, a 6 de abril, após quase 16 anos de governo, por um golpe militar chefiado pelo seu ministro da Defesa, General Abdul Rahman Suwar El-Dahab. O golpe foi dado no bojo da mais grave crise política e econômica que o Sudão sofreu após a independência, em 1956, e que levou às ruas de Cartum, a capital, centenas de milhares de trabalhadores e profissionais liberais em greve e protestando contra o aumento do preço de alimentos básicos, provocado pelas medidas de restrição impostas pelo Fundo Monetário Internacional. Vários analistas consideram o golpe de Dahab como preventivo, dada a possibilidade de tomada do poder pelos jovens "oficiais livres" nacionalistas inspirados no nasserismo.

A herança deixada por Numeiri é pesada. Além da fome que afeta quase um quarto de uma população de 22 milhões de habitantes, com centenas de milhares de deslocados inchando as cidades, o Sudão já recebeu quase um milhão de refugiados de guerra dos países vizinhos, especialmente Etiópia e Chade (ver *Conjuntura Africana*, n.º 1, p. 5).

Outra causa do agravamento da crise foi a promulgação, em setembro de 1983, da *sharia* (lei islâmica) como base do código legal do país, feita por Numeiri para atrair maior apoio interno dos fundamentalistas (em especial, da Fraternidade Muçulmana) e externo da Arábia Saudita.

A aplicação da *sharia*, com mutilações de membros a ladrões e adúlteros, fez de Numeiri uma espécie de "aiatolá" e exacerbou as diferenças religiosas e étnicas do país, onde o Norte concentra 70% da população, formada por muçulmanos, dos quais 40% são arábidos, e o Sul, povoado por animistas (20%) e cristãos (5%). Os sulistas já haviam travado uma guerra de secessão conduzida pela Anya Nya, entre 1955 e 1972, quando Numeiri restabeleceu a paz em troca de autonomia administrativa da região. Essa autonomia foi quebrada, em junho de 1983. O Sul foi dividido em três províncias e vários projetos do governo prejudicaram a região em benefício do Norte.

A islamização forçada do país e a perda da autonomia fez alastrar uma nova guerrilha no Sul e trouxe para ela a adesão de muitos oficiais desertores. Ao contrário da Anya Nya, o Movimento de Libertação dos Povos do Sudão (SPLM), cujo exército de 12 mil homens é comandado pelo coronel desertor John Garang, não é separatista. Ele luta por um novo regime "demo-

crático e socialista" que reconheça a autonomia do Sul. Entretanto, a guerrilha, apoiada militarmente pela Líbia e Síria, impede a exploração do petróleo e mobiliza 3/4 do exército sudanês, de 70 mil homens, numa guerra que custa um milhão de dólares por dia e já matou perto de 100 mil pessoas.

A *sharia*, que o novo governo ainda mantém, embora com restrições, acabou sendo, ainda no tempo de Numeiri, contestada por quase todos os grupos influentes muçulmanos: os partidos conservadores nortistas — a Umma, do ex-primeiro-ministro Sadiq el Mahdi, e o Unionista — e os modernizantes Irmãos Republicanos. A fundamentalista Fraternidade Muçulmana, principal aliada de Numeiri, foi por ele banida do poder, em fevereiro passado, e teve 200 dos seus dirigentes presos sob acusação de complô pró-iraniano.

Essas forças políticas heterogêneas, acrescidas do Partido Comunista e dos nasseristas, conglomeraram-se na opositorista Frente de Salvação Nacional, que passou a ser escutada pelos governos egípcio e saudita e, depois, pelo norte-americano, nas últimas semanas que antecederam o golpe. Ao ex-ditador restava o partido único, União Socialista Sudanesa, sem força real, e o exército. Este, contudo, encontrava-se cada vez mais dividido entre as influências divergentes dos fundamentalistas e dos "oficiais livres".

A crise econômica foi agravada com as imposições do FMI, dado que o país, com uma dívida externa beirando os 10 bilhões de dólares (para um PNB à volta de 6,7 bilhões) é obrigado a pagar, como serviço anual desta, 85% dos seus recursos em divisas. As exportações totalizaram, em 1982, a quantia de 582,5 milhões de dólares (algodão, 65%) e a importações 1,910 bilhão. O governo Reagan havia bloqueado uma ajuda suplementar ao Sudão de 180 milhões de dólares, a fim de incitar Numeiri a tomar medidas de austeridade econômica, moderar a islamização do país e conduzir negociações de paz com o Sul. Numeiri encontra-se com Reagan em Washington, a 1.º de abril, mas só consegue uma promessa de liberação de US\$ 67 milhões. Afinal, os Estados Unidos enviaram ao novo governo de Dahab US\$ 40 milhões para financiar a importação de petróleo.

O Sudão é, depois do Egito, o país africano que recebe maior ajuda norte-americana. Para 1986, estão previstos 254 milhões de dólares, dos quais 68,5% irão para a área militar e de segurança, sendo o restante para a ajuda econômica e alimentar.

Na visita que fez ao país, em 4 de março passado, o vice-presidente norte-americano, George Bush, considerou o Sudão "um amigo e parceiro importante numa região nevrálgica de grande relevância estratégica". Situado às margens do Mar Vermelho, e limitando-se com seis países — entre os quais, a Etiópia e Líbia, hostis aos EUA; o Chade, em permanente conflito, com parcial ocupação líbia, e o pró-ocidental Egito — o Sudão é o mais extenso país do continente (2,5 milhões de km²), pertencendo, ao mesmo tempo, ao Mundo Árabe e à África Negra.

Os Estados Unidos dispõem no Sudão de bases para a sua Força de Deslocamento Rápido e direito de escala para os aviões espiões Awacs e navios de guerra. O Egito, que dominou o país desde 1899 até a independência, em condomínio com a Inglaterra, divide com o Sudão o vale do Nilo e tem exercido sobre o país uma considerável influência. Mantém em Cartum um contingente militar para a defesa aérea da capital face a um possível ataque líbio. Outro parceiro importante é a Arábia Saudita que, com os seus petrodólares, sonha em fazer do território sudanês, de solo fértil e irrigado por três mil quilômetros de rio, o celeiro do mundo árabe do Golfo Pérsico.

É com todas estas implicações estratégicas, econômicas e políticas que qualquer novo governo do Sudão deve lidar. O General Dahab, pró-ocidental, vem adiando o prazo de passagem do governo para os civis, alargando para cerca de dois anos a promessa inicial de seis meses para a transição.

Em linhas gerais, o quadro político que Dahab defronta apresenta, entre outros, os seguintes problemas: dificuldades de entendimento, entre si e com o novo poder, das forças heteróclitas de meia dúzia de partidos e 40 sindicatos apressadamente agrupados na recém-formada Aliança das Forças Nacionais; a crescente inquietação dos "oficiais livres" com a manutenção no poder de chefes militares do governo deposto; a suspensão da trégua do SPLM e a acusação de Garang de que o novo governo é "a segunda república de Numeiri". Há que considerar também a posição de Kadafi que, embora tenha sido o primeiro a reconhecer o governo de Dahab e advertido Reagan contra uma intervenção norte-americana ao proclamar que "o Sudão é nosso", mantém atualmente uma posição de reserva face aos velhos militares no poder. □

JMNP

Em Foco

UGANDA: RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

Depois de mais de dez anos de instabilidade política, durante e imediatamente após a era de Idi Amin, a economia está começando a se recuperar sob o governo do Presidente Milton Obote, ele próprio derrubado por Amin em 1971.

Durante a ditadura deste último, que teve seu término com a invasão tanzaniana em 1979, o país entrou em colapso econômico, com as exportações de algodão caindo de 76 mil toneladas em 1970 para 15 mil toneladas em 1979; a produção de café, que representava cerca de 86% das receitas de exportação no período de 1974-78, caiu de 251 mil toneladas em 1969 para 120 mil em 1978-79. Amin levou o arbítrio ao seu extremo, fazendo da violência a pedra fundamental da sobrevivência do seu regime. A consequência foi uma regressão política e econômica que deixou Uganda devastada e desmoralizada.

O partido de Obote, o Congresso Popular de Uganda (UPC) venceu as eleições de dezembro de 1980. Apesar de enfrentar a dissidência do Exército de Resistência Nacional (NRA) liderado pelo ex-Ministro da Defesa, Museveni, que considerou as eleições de 1980 fraudulentas, Obote tem conseguido restringir o movimento a três dos trinta e três distritos do país.

A economia alcançou uma taxa de crescimento de 5% em 1983 e 1984, e o otimismo de Obote é partilhado pelo FMI e o Banco Mundial. O país implementou as metas do FMI e por isso conseguiu levantar mais 300 milhões de dólares junto à organização, enquanto que o Banco Mundial está financiando dez projetos no país no valor de 425 milhões de dólares.

A produção de algodão da safra de 1984 cresceu 30%, 60% do qual foi exportado, enquanto que espera-se que a safra de 1985 aumente em 64%, atingindo um total de 110 mil fardos. O algodão é de extrema importância econômica e social para os ugandenses, tanto pelo fato de representar a principal matéria-prima para a indústria, como porque seu cultivo representa uma fonte de renda para 60% da população do país. A produção de café também vem aumentando sensivelmente.

Um oficial do Alto Comissariado Britânico disse recentemente a um grupo de empresários ingleses que estava otimista em relação a Uganda, e companhias britânicas têm voltado para recuperar as suas fábricas, nacionalizadas durante a década dos setenta, como é o caso da British American Tobacco. □

A PRESENÇA MILITAR NORTE-AMERICANA NA ÁFRICA

A presença militar norte-americana na África, embora atualmente melhor estruturada, nunca foi marcante, fundamentando-se exclusivamente sobre uma visão estratégica: fazer face aos soviéticos e seus aliados. Hoje, os Estados Unidos não estão diretamente envolvidos nos conflitos do continente, restringindo-se a sua participação à venda de armas e ajuda militar.

Embora aumentada, a venda de armas para a África nunca foi significativa, não passando de 1% a 5% do total mundial, concentrando-se num número limitado de países da África Oriental. A partir de 1982, a administração Reagan decide racionalizar sua política militar para a África, privilegiando a ajuda em detrimento da venda de armas.

Com vistas a concretizar essa nova política, quatro diferentes programas estão sendo implementados. Um é o Programa de Ajuda Militar Gratuita (Military Assistance Program) — criado logo após o fim da Segunda Guerra Mundial e pouco utilizado nos anos 70, cujo orçamento para 1985 é de 450 milhões de dólares, contra 220 gastos entre 1982/84. Doze países se beneficiarão desses recursos nativos: Sudão, Somália, Quênia, Zaire, Níger, Chade, Djibuti, Guiné, Botsuana, Senegal e Malawi.

Cite-se, também, o Programa de Formação de Militares Africanos (International Military Education Training) — concorre para criação de laços pessoais e duráveis, seguindo o vitorioso exemplo soviético e francês, não se limitando aos aliados mais seguros; serve como instrumento de abertura para desenvolver relações outros países, principalmente aqueles que se beneficiam da ajuda soviética; os créditos para este programa têm crescido: em 1982 foram de 2,5 milhões de dólares; em 1984, de 9 milhões; e prevê-se para 1985 a quantia de 11 milhões.

A partir de 1985, uma nova experiência será tentada através de um terceiro programa: utilizar uma parte da ajuda militar para o desenvolvimento, pelos exércitos locais, de projetos que visem à economia civil — transportes, saúde, controle de regiões pesqueiras; a dotação é de 5 milhões de dólares e cinco países foram cuidadosamente selecionados para a implantação do programa: Senegal, Níger, Malawi, Togo e Botsuana.

Por último, o Pentágono trabalha uma outra idéia que poderá se concretizar nos próximos anos: a criação de uma reserva especial de créditos e material para ser usada em situações de crise, isto é, voltada para países que não podem ser encorajados a se armar, mas que devem ser ajudados, com rapidez, ante uma ameaça súbita e grave.

É surpreendente verificar que na África Austral, embora seja no plano diplomático a zona prioritária da política norte-americana, a ajuda militar é quase nula. É na África Oriental — Sudão, Somália e Quênia — que a presença dos Estados Unidos é marcante, dependendo a segurança destes três países essencialmente da ajuda norte-americana. Mas, é também nessa região que os soviéticos têm melhor consolidadas a sua presença e as suas posições. □

MSCS

A ÁFRICA DO SUL E O GÁS DA NAMÍBIA

O campo de Kudu, um dos mais importantes depósitos de gás da Namíbia, próximo à fronteira da África do Sul, tem despertado interesses econômicos sul-africanos ansiosos por livrarem o país da dependência de combustíveis importados. A companhia parastatal sul-africana Soeker tem sido incentivada por Pretória a prosseguir com os trabalhos de avaliação do campo de Kudu. Este depósito, localizado em águas territoriais namibianas (distante apenas 28 km da fronteira com a África do Sul e 120 km do litoral), foi descoberto e fechado (*capped*) pela Chevron, dos Estados Unidos, em 1974. Desde então nada mais tinha sido feito no sentido da sua exploração. O primeiro sinal de mudança nesta política de não-exploração foi dado em setembro do ano passado quando noticiou-se que um importante banco de Londres estava levantando financiamento para a avaliação do campo.

A relevância estratégica de Kudu pode ser avaliada por sua potencial produtividade. A maior parte das reservas sul-africanas de gás estão próximas de Mossel Bay. A liquefação do gás retirado desses depósitos, como é proposto, deverá produzir 19 mil a 25 mil barris de combustível por dia, respectivamente 8,4% e 11% das atuais necessidades de combustível líquido da África do Sul. Estima-se que o montante da produção do depósito de Kudu resultaria entre cinco e dez vezes mais do que os campos sul-africanos, suprimindo entre 30% e 60% do consumo atual daquele país. A exploração do depósito de Kudu, favorecida pelos avanços recentes na tecnologia de liquefação do gás, levaria a África do Sul à auto-suficiência em combustíveis líquidos.

Por outro lado, o fato desse depósito estar localizado nas águas territoriais namibianas cria uma série de dificuldades políticas para a sua exploração pelos sul-africanos. A resistência que o regime do *apartheid* tem encontrado por parte dos movimentos de libertação namibiano — particularmente a SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano), que desde 1976 é reconhecida pela ONU como legítima representante do povo da Namíbia — é indubitavelmente um complicador da questão. O potencial produtivo do campo de Kudu torna a sua posse um elemento estratégico fundamental para uma Namíbia independente. Desta forma, face à relutância de Pretória a uma efetiva independência da Namíbia e ao seu crescente interesse pela exploração do campo de Kudu, torna-se possível uma luta fronteiriça de considerável dimensão. □

Atila Roque
Colaborador

O CEEA publica também
Estudos Afro-Asiáticos,
revista semestral de grande utilidade
para a compreensão do mundo
afro-asiático contemporâneo.

MHB

■ ÁFRICA DO SUL—ESTADOS UNIDOS.

Muitos detalhes sobre as ligações entre esses dois países nos setores nuclear e militar poderão vir à tona num futuro próximo através das declarações de um ex-funcionário executivo da Escom — companhia de eletricidade paraestatal sul-africana. O desvio de grandes quantias liberadas para a compra de combustível nuclear provocou o pedido de demissão, em fevereiro, de um considerável número de funcionários do alto escalão da companhia. Em seguida, ante a acusação de apropriação indébita de fundos, um dirigente da Escom afirmou que revelaria segredos de transações nuclear-militares, caso as acusações não fossem retiradas.

Embora conhecido, o recrutamento, pela África do Sul, de técnicos nucleares norte-americanos, se divulgado, seria prejudicial numa época em que a política de “engajamento construtivo”, por parte do governo americano, encontra-se sob o fogo de acirradas críticas. Assim, qualquer menção à cooperação nuclear com a África do Sul seria extremamente inconveniente para a administração Reagan.

■ TERCEIRO MUNDO X FMI. Em visita ao Instituto de Estudos Sociais, em Haia, o Presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, fez um apelo aos países endividados do Terceiro Mundo: a organização de uma frente de oposição às excessivas exigências dos países credores ricos. O chefe de Estado tanzaniano mostrou-se contrário às pressões impostas pelo FMI para a concessão de créditos aos países em vias de desenvolvimento, e apontou como exemplo o Brasil, que para evitar a falência foi obrigado a aceitar condições socialmente injustas.

O estadista africano ressaltou que uma ameaça, por parte do Brasil, do não pagamento de suas dívidas seria suficiente para fazer tremer o sistema financeiro mundial. Afirmou também que se o Terceiro Mundo agisse em conjunto, os países desenvolvidos seriam forçados a renegociar os termos dos pagamentos dos empréstimos e outros aspectos injustos do sistema econômico internacional.

■ MOÇAMBIQUE: PROSPECÇÃO DE PETRÓLEO. Um contrato para prospecção de petróleo na costa sul de Moçambique foi assinado entre o Ministério de Recursos Minerais daquele país e a British Petroleum. O contrato prevê um acordo de partilha da produção e exploração numa área de cerca de 10 mil m². Além da BP, estão também presentes em Moçambique a Amoco, subsidiária da Standard Oil, com o monopólio da extração em quatro áreas da plataforma continental, localizadas no delta do rio Zambeze, mais a Esso e a Shell, que fazem prospecção na bacia do Rovuma, em Cabo Delgado.

■ NIGÉRIA: CORTES NOS GASTOS. O governo nigeriano está revendo contratos de projetos não terminados com o objetivo de cortes nos gastos públicos. O primeiro a ser atingido pela nova política governamental foi o metrô de Lagos, desenvolvido pelo consórcio francês Interinfra, cujos gastos estavam alcançando uma escalada não prevista, podendo ultrapassar em mais de 12 milhões de dólares a proposta inicial. O consórcio francês ganhou a concorrência em 1982, tendo já 80 milhões de dólares alocados na obra.

Em fevereiro de 1984, o governo militar anunciou que todos os principais projetos não terminados e assinados pelo governo de posto seriam reestruturados segundo sua capacidade para produzir razoável retorno do capital investido. Embora fosse afirmado que o metrô estaria pago no prazo de cinco anos, logo foi verificada a inviabilidade dessa previsão, ante a incapacidade de retorno de seus custos em divisas estrangeiras, que representam 80% do custo total das obras.

■ SADCC: NOVOS PROJETOS. Trinta novos projetos para o ano de 1985 foram aprovados por ocasião da 6.ª reunião da Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), realizada em Mbabane, Suazilândia, no mês de fevereiro último. Estiveram presentes representantes de 23 países e 18 instituições internacionais fornecedoras de crédito para projetos de desenvolvimento. O Brasil, juntamente com a Índia, anunciou sua participação em projetos de energia renovável de pequena escala.

■ TANZÂNIA: CONTRATOS DE RISCO. Três companhias petrolíferas assinaram, no último dia 2 de março, um acordo para prospecção no distrito de Banganoyo, ao norte de Dar-es-Salaam: Elf Aquitaine (França), International Development Corporation (Inglaterra) e Koweit Development Foreign Petroleum Exploration Company. Numa superfície de 12 mil km², coube à Elf 30% dos direitos e 35% às duas outras companhias. O custo do projeto está calculado em 10 milhões de dólares; em caso de descoberta de petróleo, 70% a 85% da produção pertencerá ao governo tanzaniano.

■ ÁFRICA: CONSÓRCIOS MARÍTIMOS. O recente agrupamento de armadores de quatro países da África Ocidental (Senegal, Costa do Marfim, Togo e Benin) está fazendo escola. Quinze membros da ZEP (Zona de Trocas Preferenciais) da África Oriental e Austral estudam a criação de uma companhia marítima comum. A organização de consórcios marítimos regionais deverá permitir aos países africanos uma redução de sua dependência em relação aos armadores ocidentais.

■ ÁFRICA: AUTOMÓVEIS. Em 1984, embora mais da metade (56,4%) da produção de automóveis da França tenha sido exportada, a África absorveu menos de 10% desse total: somente 155.780 carros de passeio foram comprados pelos países africanos, quantidade bem inferior aos anos de 1982 e 1983. Da mesma forma que as marcas francesas, as japonesas também conheceram uma diminuição nas vendas e na penetração no mercado africano, embora o Japão continue como o maior exportador de carros de passeio para a África.

■ MOÇAMBIQUE: CARVÃO. A 30 km ao norte do rio Zambeze, na província de Tete, acha-se localizada uma das mais ricas minas de carvão do mundo. Na mina de Moatize e áreas circunvizinhas já comprovou-se a existência de reservas de, pelo menos, 750 milhões de toneladas de carvão da mais alta qualidade. No entanto, as condições de funcionamento são as mais precárias com consequência das mudanças econômicas preconizadas no 4.º Congresso da Frelimo em 1983. Técnicos em desenvolvimento das mais variadas procedências têm pesquisado o país para observar a potencialidade de seus recursos naturais.

Entre os relatórios a serem brevemente publicados encontra-se um a respeito da mina de Moatize. Segundo cálculos superficiais, a produção anual da mina será de 60 milhões de toneladas, o que lhe dá uma potencialidade de produção de 170 anos. Por estarem os depósitos a céu aberto, não são necessárias técnicas dispendiosas para a extração do mineral, daí a previsão de que o carvão poderá ser transportado para o porto de Beira pelo preço de 20 dólares a tonelada, e vendido a preços de mercado entre 60 e 80 dólares.

Para isso, no entanto, muitos investimentos serão necessários: instalação de um sistema apropriado para a extração, similar aos usados na África do Sul, ao preço aproximado de 1,5 bilhão de dólares, reconstrução da estrada de ferro para Beira e aprofundamento do porto desta cidade para facilitar o embarque. Moçambique aguarda os investidores interessados em desenvolver a infraestrutura necessária para deslanchar a produção da mina de Moatize. Um fator importante vem atravessando os empreendimentos: a sabotagem constante dos rebeldes da Renamo, apoiados por setores militares da África do Sul.

■ ÁFRICA—FRANÇA. Pela primeira vez, em muitos anos, a França está deficitária em suas trocas com a África. Segundo estatísticas recém-publicadas, esse déficit alcançou, em 1984, a cifra de 4,5 milhões de francos. É necessário lembrar que até 1983 a África era uma das poucas regiões do mundo com as quais as trocas comerciais favoreciam a França. São múltiplas as razões dessa evolução paradoxal, sendo a mais evidente a que aponta um aumento, durante 1984, das importações (18%) oriundas da África contra uma diminuição (10%) das exportações.

Um bom resultado para a África que, finalmente, conseguiu equilibrar suas trocas com a França. Porém, esse desempenho esconde situações contrastantes oriundas de duas causas conjugadas: a França importou principalmente petróleo, na medida em que a África ultrapassou o Oriente Médio, como principal fornecedor (33,5%). Essa tendência aparece clara quando se observa o aumento das importações provenientes da Nigéria, Líbia, Egito, Congo e Gabão.

A outra causa refere-se à redução das compras de diversos Estados africanos devido a dificuldades financeiras. Assim, as vendas francesas baixaram no Senegal, Congo e Libéria, estagnaram na Costa do Marfim, Egito, Tunísia e Nigéria e, por razões políticas, baixaram fortemente as exportações para a Líbia. Paralelamente, os excedentes da França com certos países transformaram-se em déficits — Costa do Marfim e Zaire — e esses déficits se aprofundaram sobremaneira em relação à Nigéria, Gabão, República Centro-Africana e, principalmente, Líbia.

CONJUNTURA AFRICANA

MAIO DE 1985

ANO 1 - N.º 5

ARGÉLIA PREPARA-SE PARA ERA PÓS-PETRÓLEO

— José Maria N. Pereira

Em discurso recente à nação, o presidente argelino Chadli Bendjedid declarou: “Estamos no horizonte do ano 2000 e a época de contar com o petróleo e o gás está ultrapassada”. Ele conclamou os argelinos a “arregaçar as mangas” e a deixar de considerar o Estado como “uma vaca leiteira”. Bendjedid enfatizou também que na discussão entre as relações do setor privado com o Estado, os interesses deste “estão à frente de qualquer consideração”.

Ao fazer um balanço do 1.º Plano Quinquenal (1980-84), o primeiro-ministro Abdelhamid Brahimi declarou que durante esse período a produção industrial aumentou em 17%, graças, essencialmente, à melhor utilização da capacidade de produção. Ele precisou que as empresas argelinas operam atualmente com 80% das suas capacidades, contra 40%, em 1979. Isso permitiu reduzir as importações relativas à produção industrial bruta de 48,4%, em 1978, para 21,7%, em 1984.

Descentralização e agricultura

Este melhor desempenho da produção industrial não pode ser desligado do fato de cerca de 70 sociedades estatais, que formavam a coluna dorsal da economia argelina, terem sido desmembradas em 400 empresas menores, mais operacionais.

A reversão das prioridades econômicas em proveito da agricultura provocou uma diminuição de 61% para 35% na participação do setor industrial no total dos investimentos. Já o setor de hidráulica, por exemplo, passou de 3% para 6,4%, enquanto a agricultura não pôde absorver a massa esperada de investimentos por falta de estruturas adequadas. No entanto, foram fornecidos a agricultores privados 15 mil tratores e 70 mil moto-bombas. Prevê-se, a médio prazo, a privatização de todos

os domínios da agricultura que apresentem déficit. Cerca de 25% das receitas do petróleo e do gás foram gastas, em 1983, na compra de produtos alimentares (ver *Conjuntura Africana*, n.º 3, p. 8).

O novo Plano Quinquenal (1985-89) prevê maior articulação entre os setores econômicos e sociais tanto a nível nacional como municipal, de modo a evitar que certos projetos venham a custar 75% mais que o previsto inicialmente, o que ocorria no período do plano anterior. Foi criado um banco de desenvolvimento para financiamento das necessidades de investimentos produtivos das comunidades locais. Embora permaneça o monopólio das importações pelo Estado, pequenas e médias empresas podem importar equipamentos até o valor de 17 mil dólares. A ênfase atual é a de implantação de pequenas unidades industriais.

‘Renda “per capita” maior que a brasileira

Com uma superfície de 2,4 milhões de km², a Argélia tem uma população de 21.562.000 habitantes (1984), da qual cerca de metade é urbanizada. Perto de 2 milhões de pessoas precisam de alojamento, o que levou o governo a um ambicioso programa de construções.

A taxa de desemprego chegou a 16,9%, em 1984, e 800 mil argelinos trabalham como imigrantes na França. Terceiro PNB da África, com 46 bilhões de dólares, em 1983 (África do Sul, 80,3; Nigéria, 66,5), a Argélia ostenta também o terceiro PNB per capita do continente: 2.350 dólares (Brasil, 2.170). As exportações atingiram 13,2 bilhões de dólares (petróleo e gás, 98,2%) e as importações totalizaram 10,8 bilhões (1983). A França é o principal parceiro comercial argelino,

mas os Estados Unidos são o maior comprador de hidrocarbonetos (3,6 bilhões de dólares, em 1983).

Ampliando o mercado de gás

Segundo uma pesquisa argelina, de agosto de 1984, “as perspectivas de consumo interno para a próxima década não permitirão mais à Argélia exportar petróleo”, embora suas reservas cheguem a 1,23 bilhões de toneladas, o que corresponde a perto de 40 anos de produção ao ritmo atual. A Sonatrach, empresa estatal de hidrocarbonetos, prospecta e explora petróleo e gás, sozinha ou em associação com companhias estrangeiras, entre as quais a Braspetro.

Alargar os mercados de gás natural, de que é o 4.º produtor mundial, é para a Argélia uma tarefa primordial e os contratos têm aumentado bastante ultimamente (Canadá e Espanha, por exemplo). Uma delegação argelina esteve no Brasil, em fevereiro passado, visando a troca de 3 milhões de metros cúbicos diários de gás por contribuição de tecnologia e equipamentos brasileiros para o programa argelino de estradas de ferro, construção de minicentrais elétricas, eletrificação rural e construção e instalação de fábricas de cimento.

Abertura para os Estados Unidos

No campo da política externa, a viagem de Bendjedid aos Estados Unidos, em abril, trouxe resultados importantes. Entre eles, a autorização de venda de 17 aviões de transporte Hércules C-30 e um crédito norte-americano de 50 milhões de dólares para compra de material militar leveiro. Dias antes dessa viagem, o Departamento de Estado norte-americano havia retirado o nome da Argélia da lista de “países hostis”, isto é, países que não podem comprar armamento dos Estados Unidos.

Está prevista para este mês uma visita do presidente argelino ao México, Cuba e Venezuela e, no final do ano, à Colômbia, Brasil e Argentina. □

INDEPENDÊNCIA DA NAMÍBIA: PONTO FINAL DA INTERROGAÇÃO?

Maria Helena Barbosa

Observa-se, no momento, mais uma manobra da República da África do Sul para prolongar seu domínio ilegal sobre o território da Namíbia, utilizando-se de posturas ambíguas para postergar a independência de seu vizinho, rico em minerais, principalmente diamantes e urânio, este último de grande valor estratégico.

A solução da situação pela via armada já foi, há algum tempo, detectada como impossível em vista do poderio militar sul-africano, cuja ação poderia expandir-se por toda a região, proporcionando a contrapartida de uma maior penetração da influência soviética e de seus aliados nos países da África Austral. A partir dessa constatação, admitiu-se que as negociações relativas ao futuro da Namíbia teriam que ter como interlocutores únicos os governos de Luanda e Pretória, na medida em que Angola é o país mais diretamente atingido pela confrontação das forças em luta, isto é, o movimento de libertação da Namíbia — SWAPO (South West Africa People's Organization), e o autoproclamado colonizador do território — a grande potência sul-africana.

As conversações entre os governos de Luanda e Pretória iniciaram-se em 1982 nas reuniões de Cabo Verde. No entanto, a inclusão do chamado *linkage* — retirada das tropas cubanas de Angola concomitante à saída dos sul-africanos da Namíbia — como uma das condições para a solução da situação namíbia extrapolou o problema regional, uma vez que evidenciava a influência dos interesses norte-americanos na questão. E o *linkage* foi categoricamente rejeitado por Angola e a maior parte dos países africanos.

A deterioração econômica de Angola fez com que o governo socialista de Luanda iniciasse um movimento de abertura para o Ocidente, dando ensejo a conversações com Washington que resultaram em uma nova reunião entre os governos de Luanda e Pretória, co-rodada com a assinatura do Acordo de Lusaka (Zâmbia), a 16 de fevereiro de 1984, que estabeleceu a retirada das forças sul-africanas do sul de Angola

em troca do compromisso angolano de não mais permitir a presença de bases da SWAPO nessa mesma área do seu território.

Decorrido mais de um ano, quando nada se concretizara em relação às decisões de Lusaka, subitamente, o ministro sul-africano Botha anunciou, a 16 de abril, a retirada total das tropas sul-africanas do território angolano.

Mas, como de hábito, Pretória arma suas manobras de forma a dar um passo para frente e alguns para o lado e, três dias depois, uma nova medida foi anunciada: o estabelecimento de mais um governo interino na Namíbia, o que provocou a conjunta desaprovação das principais potências ocidentais (Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha Ocidental e Canadá) que há muito vêm tentando equacionar o impasse da independência do território.

Ante o fracasso da primeira tentativa de uma coalizão de partidos, sob a égide da África do Sul, que governou a Namíbia de 1978 a 1983, a recém-formada Conferência Multipartidária reúne seis partidos moderados (Democratic Turnhalle Conference, South West African National Party, South West African National Union, SWAPO-Democrats, Rehoboth Free Democratic Party e Labour Party) que representam facções nativas minoritárias variadas e os brancos residentes no território (8% do total da população). No entanto, a exclusão da SWAPO desse novo governo de coalizão será um forte entrave às pretensões sul-africanas de estabelecer uma força política para fazer frente à popularidade da SWAPO, pois esta, embora fraca na luta armada e muito dividida por lutas internas, congrega, politicamente, cerca da metade da população da Namíbia, por ser representante do principal grupo étnico do país, os ovambos. Um outro objetivo é o reconhecimento mundial, pois a ONU aponta a SWAPO como único representante legítimo do povo namíbio.

Esta manobra sul-africana é mais um ato de independência do governo Botha diante das pressões que vêm sendo exercidas pelo governo norte-americano em favor de reformas internas na

África do Sul e na sua aprovação à Resolução 435 da ONU, que aponta, para a independência da Namíbia, eleições com a participação da SWAPO e a retirada das tropas sul-africanas do território.

“O governo interino não deve ser encarado como uma declaração unilateral de independência” — afirma Botha. E ele continua, dizendo que seu plano “não representa uma violação dos compromissos internacionais do governo sul-africano e sim uma exigência dos partidos internos da Namíbia”, impacientes e desejosos de se autogovernarem, como proclama o presidente da Conferência Multipartidária: “Na ausência de uma solução internacional, o povo da Namíbia deve assumir a responsabilidade pelo futuro do país”.

O governo provisório, com duração prevista de três anos e rotatividade mensal do primeiro-ministro, tem como missão primordial elaborar, no prazo de 30 meses, um projeto de constituição que pretende ver aprovado por referendo, a fim de obter legitimidade para “impor” a Pretória a independência do território. É exatamente essa a legitimidade procurada por Pretória para fazer frente a tão criticada parcialidade da ONU, que apenas reconhece a SWAPO como partido legítimo. Em última instância, todas as manobras da África do Sul visam afastar qualquer possibilidade da SWAPO atingir o poder, pois isto, segundo Pretória, acarretaria ter por vizinho mais um governo de tendência socialista e que poderia se tornar, também, mais uma base para o ANC (Congresso Nacional Africano), partido político banido que luta para derrubar o sistema do *apartheid*.

A URSS tem mantido uma discreta desaprovação às movimentações do governo de Luanda, cuja virada pró-Ocidente torna vulnerável sua influência e a de seus aliados cubanos. Para a União Soviética, a desestabilização em seus países aliados é mais vantajosa, pois a maior parte de sua ajuda é dada em armamentos e não em cooperação econômica, financeira e tecnológica, necessidades vitais para as jovens nações africanas.

COSTA DO MARFIM: A ENCRUZILHADA DA DEPENDÊNCIA

Manuel Faustino

No dia 28 de março, Jean Loup Dherse, vice-presidente do Banco Mundial, anunciou a concessão à Costa do Marfim do terceiro empréstimo destinado ao ajustamento estrutural, no valor de 250 milhões de dólares. A confiança demonstrada pelos grandes bancos não anula as dificuldades por que vem passando a economia do país, apontado como um verdadeiro milagre, até muito recentemente.

“Milagre”, desigualdade e dependência

A Costa do Marfim, país da África Ocidental com 322 mil km² e uma população de 9 milhões de habitantes (1984), apresentou entre 1950 e 1970 um ritmo de crescimento econômico bastante acentuado (9% ao ano, em média). Na primeira metade da década de 1970 o ritmo de crescimento diminuiu devido a períodos sucessivos de queda de preço do cacau, de seca, de aumento de preço do petróleo e de má safra do café. Entre 1976 e 1978, a média anual do crescimento econômico variou de 8 a 12%, graças principalmente à elevação dos preços dos produtos de exportação. O crescimento econômico foi acompanhado de crescentes dificuldades financeiras, o que levou o país a se socorrer do FMI.

A base da economia marfiniana é a agricultura de exportação e o aproveitamento dos recursos florestais (cerca de 25% do PIB). As grandes plantações produzem cacau (1.º produtor mundial, com 430 mil toneladas em 1981) e café (3.º produtor mundial, com 350 mil toneladas em 1981). A indústria (principalmente têxtil, de calçados, metalúrgica, química e produtos agro-alimentares) participa com 11,7% do PIB.

Entretanto, o modelo de crescimento adotado levou a importantes distorções que estão na base dos problemas a que a sociedade marfiniana tem de fazer face. O desequilíbrio regional é um deles. Na verdade, quase todo o esforço econômico se tem concentrado na região meridional, em detrimento das savanas do Norte.

Abidjan, a capital econômica, tem um quarto da população do país e uma renda média dez vezes superior à do Norte. O esgotamento dos recursos florestais, o progressivo endividamento do país e o controle de importantes setores econômicos por estrangeiros, franceses na maior parte (40% do capital industrial é estrangeiro), são consequências importantes da política adotada.

A remessa de lucros e benefícios para o exterior é feita de modo liberal, o que é sem dúvida facilitado pela influência de grande número de europeus no país (60 mil franceses, sendo 900 militares).

A dívida externa da Costa do Marfim ultrapassou os 7 bilhões de dólares em 1984. Em 1980 as autoridades marfinianas começaram a seguir as diretrizes do FMI e do Banco Mundial, exceto no que se referia à renegociação da dívida externa a médio prazo.

Em 1983, seca e incêndio destruíram boa parte da safra, quadro que se agravou com o aumento da importação de petróleo (a produção local, cerca de 1,2 milhões de toneladas, é insuficiente). Em 1984 assistiu-se a uma recuperação da agricultura e espera-se em 1985 um desempenho ainda melhor. Mas o impacto das medidas acordadas com o FMI continuam a fazer-se sentir, alterando a tradicional “paz social” e podendo afetar a proverbial estabilidade política. A partir de 1980 foi decretado o congelamento dos investimentos, a compressão salarial, o aumento de impostos e a elevação dos preços da água, pão, eletricidade e gasolina. Em 1983, profissionais liberais e estudantes entraram em greve. Quanto aos operários, continuaram a sua oposição surda à política econômica do governo através de sindicatos clandestinos.

A questão da sucessão

Mas a questão política que polariza as atenções do país é a sucessão do Presidente Félix Houphouët-Boigny, de 80 anos de idade e que governa o país desde a independência, em 1960. O velho dirigente marfiniano que conduziu o seu país à independência e fora ministro de Estado do Governo da França, continua sendo o condutor da política da Costa do Marfim. Assim, uma vez que o seu atual mandato termina este ano e que existem vários candidatos à Presidência, a efervescência política é grande entre os dignatários do partido único da Costa do Marfim. Ainda que a preferência do presidente tenha o efeito de uma indicação, ele tem mantido um silêncio sepulcral em torno da questão, acirrando ainda mais a competição entre os candidatos.

A disputa, que se trava apenas nos herméticos círculos da hierarquia partidária e do Estado, tem adquirido conotações rocambolescas, como em 1980, quando Emmanuel Dioulo (eleito deputado e que passou a ser o prefeito de Abidjan) fez um acordo com

Henri Konan no sentido de barrar a ascensão do então presidente da Assembléia Nacional, Philippe Yacé. Este, acusado de prepotência e corrupção, foi afastado da linha sucessória, ficando aparentemente asseguradas a presidência da República para Konan e a vice-presidência, ou o cargo de primeiro-ministro, para Dioulo. Contudo, Houphouët-Boigny fez aprovar uma emenda constitucional alterando o dispositivo que assegurava a substituição do presidente da República pelo presidente da Assembléia Nacional (H. Konan, a partir de 1980). Imediatamente a aliança entre os dois políticos se desfez e passaram a trocar acusações.

Nos meados do mês de março a disputa pela presidência adquiriu nova coloração, quando Emmanuel Dioulo, que teve ascensão política e econômica meteórica, foi acusado do desvio de mais de 20 bilhões de francos CFA dos cofres públicos. Dioulo, que aparentemente contava com as boas graças do presidente e dirigia a Companhia Geral de Importação e Exportação (Cogemix), apesar de estreitamente controlado pela polícia, fugiu do país.

Apesar de aparentemente o escândalo ter tido ampla cobertura da imprensa por causa da luta sucessória, ele causou considerável impacto num clima de política de “austeridade” e confirmou a idéia da corrupção nas altas esferas. Se isso não significa que alterações fundamentais ocorrerão na política governamental, decerto aumentará a pressão das camadas mais jovens no sentido de mudanças, o que encontrará resistência da importante classe de ricos plantadores marfinianos e da frágil burguesia urbana ligada ao aparelho de Estado e às empresas estrangeiras.

Uma vez que o sucessor de Boigny certamente sairá do círculo dos políticos que o têm acompanhado, não é de se prever que o futuro presidente tome iniciativas no sentido de modificar significativamente a política marfiniana, podendo contudo ser obrigado a proceder dessa forma ou a ser substituído a médio prazo. O descontentamento com a desigual distribuição de renda em termos regionais e sociais cresce, jovens oficiais do Norte dão mostras de certa impaciência e é o próprio governo que prevê que, em 1990, menos de 20% da população urbana ativa terá emprego no setor moderno.

Em tais circunstâncias, se as grandes potencialidades existentes não forem aproveitadas, dificilmente a estrutura neocolonial deixará de ser posta em causa.

ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA: O FMI DITA O JOGO

Sidney Miguel Lourenço

Dentre a miríade de instituições internacionais que intervêm na África, o Fundo Monetário Internacional ocupa um lugar de destaque, devido à natureza do papel que lhe é reservado no modo de funcionamento do atual ordenamento da economia mundial. Por ser uma espécie de bombeiro, suas intervenções se fazem sempre a quente, quando as economias dos países se deparam com desequilíbrios nos pagamentos externos.

O recurso ao financiamento externo se realiza através de projetos e programas que viabilizem o reajuste de estruturas que restabeleçam o equilíbrio operacional do sistema econômico. Ocorre então uma espécie de "corpo mole" dos financiadores, indicando às autoridades do país em crise o caminho do Fundo para solucionar seus problemas de normalização. Os remédios amargos do Fundo passam por programas de curto prazo em que empréstimos-ponte de sustentação (stand by) são oferecidos contra a adoção de medidas (de choque) de reajustamento. A prévia aceitação pelo país de amoldar-se ao esquema de reajuste proposto constitui o critério da condicionalidade exigida pelo Fundo para engajar-se na operação de conceder créditos-ponte ou facilitados de curto prazo, para permitir a reequilibragem.

Há sinais favoráveis de recuperação da economia mundial após a recessão de 1980 a 82, com o PIB dos países industrializados crescendo 2,3% após a queda de 0,1% em 1982; e a elevação suave do volume das atividades dos países em via de desenvolvimento passando de 1,1% a 1,3% o crescimento econômico. E também a recuperação do comércio internacional, que havia declinado 2,5% em 1982, passando à elevação de 2%, vem se acrescentar. Os produtos de base, excluindo o petróleo, em 1983 reverteram a tendência descendente, alcançando 7% de aumento nas cotações em dólar.

A região subsaariana do continente africano, no entanto, praticamente não se beneficiou da recuperação, apesar de ter acompanhado os outros subdesenvolvidos na recessão de 1980-82. O grupo de importadores de petróleo teve reduções na renda *per capita* de 0,9% em 1981 e 1,7% em 1982, sendo que em 1983 chegou-se a 2% de queda. Os países produtores de petróleo da região foram submetidos a reduções ainda mais draconianas em 1981-82, quando a renda *per capita* baixou 11% para cada ano e, ainda mais, tiveram 7% de decréscimo em 1983. Assim, o conjunto das economias subsaarianas

teve todos os modestos ganhos dos anos 70 devorados entre 1980 e 1983, com a queda de 11% na renda *per capita* no período.

Neste contexto adverso em que o FMI é chamado a intervir, evidentemente fatores internos como crescimento populacional, má administração de projetos e queda na produção alimentar desempenham um papel crucial, porém as condições do comércio externo e do endividamento são definidoras das restrições mais decisivas. O indicador mais explícito é a pressão exercida para o declínio das exportações e o encarecimento e diminuição das importações, fazendo os termos de troca sofrerem queda de 27% entre 1980 e 1982. Esse recuo por si só foi responsável pelo decréscimo de 1,2% do PIB dos países subsaarianos no seu conjunto e de 2,4% do grupo de menor renda *per capita*.

Engrenagens do endividamento

Os dados disponíveis consolidados pelo BIRD para o fim de 1982 apresentavam estimadamente um volume de 48 bilhões de dólares em empréstimos de médio e longo prazo acumulados pelos países da África subsaariana. Esses empréstimos foram contraídos pelos governos diretamente ou recebem deste sua garantia. O FMI outorgou créditos de 4 bilhões de dólares e nas operações facilitadas de curto prazo desembolsou cerca de 7 bilhões. A gestão desse débito, depois de 1980, começou a se agravar com a superposição aos desequilíbrios comerciais e internos, da sobrecarga da elevação dos juros no mercado financeiro internacional. As proporções adquiridas pelo serviço da dívida o transformou no principal problema como fator de desordem nas economias.

No período de quatro anos, foram ao Clube de Paris renegociar sua dívida 24 países, de onde treze reescalaram e outros onze tiveram reestruturados seus débitos comerciais. O grupo dos países subsaarianos no final de 1983 tinha acumulado débitos atrasados, principalmente em créditos comerciais, superiores a 8 bilhões de dólares, sendo este montante. O mais importante é que os planos de reescalonamento prevêm um acréscimo acentuado nos vencimentos para os próximos anos. De 4,1 bilhões de dólares, que venceram em 1981 e 5 bilhões em 1982, passou-se para 9,9 bilhões no ano de 1984, e, em média anual, os vencimen-

tos atingirão 11,6 bilhões de dólares de 1985 a 1987.

As renegociações no Clube, consideradas tradicionais na medida em que não levaram em conta o conjunto da situação em que se vêem envolvidos os países, previu um calendário que jogou para adiante a sobrecarga de serviços que foi se acumulando. A dinâmica da dívida não segue obrigatoriamente a lógica da riqueza ou pobreza relativa dos países. A Nigéria, como país de um PNB de 66,5 bilhões de dólares (1983), tendo o petróleo como principal fonte de divisas, caiu nos embargos da insolvência através de uma combinação entre a flutuação do preço do petróleo e o engajamento excessivo num plano de investimentos em infraestrutura, do mesmo modo que a Costa do Marfim, que é exportadora de produtos agrícolas tropicais e beneficiou-se de termos de troca ascendentes nos anos 70, ganhando fácil acesso ao crédito. As renegociações em base tradicionais de curto e médio prazos não prevêm condições em que esses países possam efetuar reajustes suaves em suas estruturas internas que permitam fazer frente ao reescalonamento, principalmente nos próximos dois ou três anos sucessivos ao acordo. O problema central é a temporalidade excessivamente curta de seus empréstimos e a profundidade dos ajustamentos nesse prazo.

Um país mais vulnerável como o Sudão, onde o volume do déficit comercial externo ultrapassa o do volume das exportações, os indicadores parecem irrealistas; sua dívida alcançou 7 bilhões de dólares em 1983, o que equivale a mais de sete vezes o produto exportado. O serviço da dívida em 1983, de cerca de 1,1 bilhão de dólares, ultrapassa amplamente o volume das exportações. Considerando as taxas de juros a níveis de mercado, o reescalonamento de sua dívida nos moldes do Clube de Paris absorveria 80 a 90% das divisas do país até o fim da década. O Sudão não está isolado nessa situação, havendo outros países como o Zaire, que atingiram o limite da inviabilidade.

O envolvimento do FMI será crescente, nas economias da África subsaariana, podendo atingir 3,5 bilhões de dólares nos anos de 1985 a 1987. O acúmulo de débitos atrasados elevou o serviço da dívida em 30% em 1984. O montante de dívidas faz ver que outras formas de assistência econômica devem ser previstas para a maior parte dos países, e mesmo aqueles que adquiriram uma situação de maior

vência terão de passar por prováveis excessivamente rigorosas de reajuste estrutural.

O Fundo em meio ao desastre

Com a eclosão da crise de pagamentos, o Fundo foi chamado a jogar um papel decisivo em escala no continente, como nunca antes havia realizado.

As renegociações do Clube de Paris indicam que os cronogramas acertados não completavam uma estratégia de normalização sem a adição de uma ação mais dura ao nível de programas de reajustamento estrutural das economias devedoras.

Os países subsaarianos, colocados numa situação singular com respeito às outras regiões do Terceiro Mundo, tinham em 1982, na ajuda financeira dos industrializados, um componente representando 10% de sua formação bruta do capital; para os subsaarianos essa taxa chegava a 80%. Como os investimentos privados haviam caído para a metade, o acionamento do Fundo foi uma consequência natural; tratava-se de manter em certos parâmetros os fluxos de capital que sustentariam a capacidade de importar. Em condições estruturais como essas, uma crise de importações repercute sobre o consumo interno e principalmente sobre a alimentação de sua população. Entre 1980 e 82 o Fundo desembolsou 2 bilhões de dólares em termos líquidos para programas de sustentação, e os países, no mesmo período, raspam de suas reservas um volume de 10 bilhões; o grupo dos importadores de petróleo, isoladamente, desembolsou 1 bilhão de dólares.

As evidências indicam que a partir de 1982, quando o déficit médio nos balanços de pagamentos dos países subsaarianos atingiu 9% e se tornou claro que a ampliação dos déficits só tenderia a aumentar, o Fundo passou a ser visto pelos países industrializados, seus banqueiros privados e organizações de ajuda como o "instrumento adequado" para conduzir um reordenamento financeiro, custasse o que custasse. Esta conclusão derivou dos recursos institucionais de que o FMI dispõe para induzir políticas estruturais através da cláusula da condicionalidade.

Numa expressão do Sr. de Larosière, seu diretor administrativo, "a ação do Fundo permitiria aos países reduzir seus déficits externos a níveis mais viáveis, de uma maneira mais ordenada do que eles o fariam por outro caminho". Os argumentos, sustentando-se no fator positivo de que recursos são injetados nas formas de empréstimos-ponte e de facilidades estendidas de crédito, permitindo manter um certo crescimento, não respondem, num cenário extremado como o da África subsaariana, à inviabilidade que

fórmulas temporárias de três a cinco anos no máximo estão fadadas a ter.

Embora as intervenções, que são consideradas voluntárias, ocorram sempre sobre um processo de insolvência, com uma crise de confiança dos credores se abatendo sobre as condições do país de resgatar a dívida, e mesmo levando-se em consideração que a adesão aos programas de reajuste restabeleçam a partir do vigoramento do crédito-ponte, que passa a exercer o "efeito catalítico" sobre os credores, a condicionalidade opera mesmo, em termos reais, com base em ajustamentos que traduzem restrições severas às importações. Esta restrição eleva os preços do consumo interno ao ser desvalorizada a moeda, atuando também sobre o gasto público, reduzindo-o em curto espaço de tempo, e induz um choque na demanda interna, que diminui o nível de emprego; e mais, o reordenamento do sistema de preços através da desvalorização provoca uma violenta repercussão sobre o volume e distribuição da renda.

A adesão ao Fundo não é propriamente um caminho adotado pelo país, mas sim uma situação à qual é empurrado por injunções que não controlam. O nível de atividade sustentado pelos programas de ajustamento estão sempre muito abaixo de um nível de equilíbrio que seria permitido por uma outra via de assistência financeira de longo prazo.

O custo social que implica a adesão à condicionalidade leva os países a evitar ao extremo cair sob a batuta do Fundo. Quando isto vem a ser admitido que ocorra, a gravidade da situação do balanço de pagamento coloca uma aparente prioridade ao país para resgatar a confiança do meio financeiro e recompor um certo nível de fluxos financeiros com os créditos-ponte. Nessas situações, as opções entre ajustamento e crédito já não existem, o que torna a condicionalidade uma adesão séria ao auto-sacrifício. Os créditos extensivos facilitados permitem um acréscimo de composição entre as duas opções; porém, seria forçoso proclamá-los como suficiente, para definir um concernimento pelo crescimento nos programas de ajuste do Fundo.

Para que serve o Fundo?

A percepção do papel do Fundo por parte dos países de baixa renda *per capita* é de que o Fundo se ocupa de salvaguardar os interesses dos banqueiros privados, relegando às outras políticas uma função de suporte. Para isso o *staff* do Fundo se envolve até nos detalhes dos programas econômicos dos países. Nas negociações em curso na Tanzânia, a condicionalidade da assistência monitorou ajustes no sentido de privatizar empresas estatais,

liberalizar controle de preços e subsídios à agricultura; cortes na assistência médica gratuita e em outros serviços públicos. Num país claramente de baixa renda *per capita*, o ministro do Planejamento vem denunciando estes programas como definidores da natureza ideológica do Fundo.

Ironicamente, o FMI de hoje está muito distante do que foi definido em seus estatutos quando da sua criação em Bretton Woods. Como seus objetivos primários, constavam, no art. 1.º: "Facilitar a expansão e o crescimento balanceado do comércio internacional e contribuir, portanto, para a promoção e manutenção de altos níveis de emprego e renda real e para o desenvolvimento dos recursos produtivos de todos os membros" e "dar confiança aos membros, fazendo com que os recursos gerais do Fundo, temporariamente disponíveis para eles sob adequadas salvaguardas, lhe darão a oportunidade de corrigir desajustamentos no seu balanço de pagamentos sem lançar mão de medidas destrutivas da prosperidade nacional ou internacional".

O que explica em parte as mudanças que afastaram o Fundo dos seus objetivos primários é a alteração no perfil do quadro de associados, que nos anos 50, fora o grupo dos industrializados, era formado basicamente pelos países latino-americanos, que tinham renda *per capita* média. Ainda não havia o Grupo dos 77 e o grupo subsaariano era administrado pelas metrópoles: França, Grã-Bretanha e Portugal.

No ano de 1983, dos 45 programas em curso, 41 eram relativos a países subdesenvolvidos e, destes, 34 estavam classificados no rol de baixa e média renda *per capita*, no critério do Banco Mundial. Mudou radicalmente o tipo de país que está em face a desequilíbrios de pagamento e mudou também a causa primária que provoca o déficit. Fica evidente que a aplicação de um modelo geral de reajustamento com flexibilidade limitada aos casos não produz os resultados desejados.

As dissensões no fim da década de 70 vinculadas ao impacto do segundo choque do aumento dos preços de petróleo, que levaram a um relaxamento nas cláusulas de condicionalidade (maio de 1979), foram revertidas em fins de 1981, antevéspera da eclosão da crise de pagamentos em 1982. Justo no momento em que as negociações dos países africanos faziam fila no Clube de Paris. O *lobby* dos credores pesou mais na balança e o Fundo passou a desempenhar o papel de gerente da crise. Sem a preocupação em minimizar o custo social, o Fundo vai conduzindo os países que a ele recorrem para economias de mercado, abertas a investidores, porém mais pobres, bem mais pobres. □

QUÊNIA: ANO DE PROVAS PARA ARAP MOI

Mark S. C. Simpson

Quando Daniel Arap Moi prestou juramento como o novo chefe de Estado, por ocasião da morte, em 1978, de Jomo Kenyatta, o fundador da nação queniana, muitos observadores eram da opinião de que Moi, o vice-presidente de Kenyatta e pertencente à tribo minoritária kalenjin, simplesmente desempenharia um papel transitório até que a oligarquia kikuyu tivesse escolhido um substituto aceitável entre as fileiras de sua tribo dominante, à qual pertencia Kenyatta.

Sete anos depois, Moi ainda se encontra no poder, tendo superado uma tentativa frustrada de golpe por parte de jovens oficiais da Força Aérea, em agosto de 1982, e os sérios problemas econômicos de 1984. Ele vem demonstrando considerável flexibilidade e engenhosidade nas soluções dos problemas que enfrenta. A tentativa de golpe lhe forneceu a justificativa para expurgar não só as Forças Armadas, bem como os altos escalões da hierarquia administrativa, dominados por pessoas indicadas por Kenyatta, substituindo-os por pessoas de sua própria confiança.

Apesar de se verificar uma guinada quase que inevitável em favor dos kalenjin no gabinete presidencial, este se encontra razoavelmente representativo em termos tribais. As associações étnicas, tal como a GEMA, um "clube" de notáveis kikuyus, e que durante a era Kenyatta serviram de base não somente para o faccionalismo étnico, como também para o oportunismo econômico, foram abolidos. Arap Moi também se empenhou nos expurgos contra a corrupção que permeava as estruturas governamentais, e que alcançou proporções absurdas durante os dias derradeiros de Kenyatta.

Essas atividades conseqüentemente têm entrincheirado a autoridade do regime, redistribuindo oportunidades políticas e econômicas para áreas não-kikuyu, enquanto alargavam a base de apoio a Moi. A única variável desconhecida é se, e quando, os notáveis kikuyu pretendem revidar o "assalto" a seus privilégios.

A despeito de ser um Estado de partido único dominado pela União Nacional Africana do Quênia (KANU), fundada por Kenyatta, Moi vem mantendo a posição do país como um dos mais abertos e estáveis da África, com uma imprensa crítica, uma magistratura independente e eleições freqüentes para a Assembleia Nacional, o que permite uma contínua introdução de sangue novo na KANU e força os políti-

cos a prestarem contas junto a seu eleitorado.

Os problemas econômicos, no entanto, têm se revelado mais intratáveis. Sendo ainda essencialmente uma economia agrícola — este setor contribuiu com quase 30% do PNB de 6,17 bilhões de dólares em 1983, mantendo 80% da população nas áreas rurais — o Quênia é vulnerável às flutuações de preços nos mercados internacionais para as suas exportações agrícolas. No ano passado, apesar deste problema estrutural ter apresentado melhoras, estas foram neutralizadas pela seca na África Oriental, sujeitando a economia a consideráveis tensões e forçando o país a recorrer à ajuda do FMI.

A seca reduziu a produção de grãos em mais da metade em algumas regiões. A necessidade de importar 415 mil toneladas de milho e trigo a um custo de 200 milhões de dólares forçou o país a buscar a ajuda do FMI para seu balanço de pagamentos através de um empréstimo *stand by* de 83 milhões de dólares em janeiro de 1985. Isto, por sua vez, implicou na já conhecida condicionalidade: cortes nos gastos públicos, aumento nos preços ao produtor rural, redução dos empréstimos externos e desvalorização da moeda em 22%. A população urbana em especial foi duramente atingida: aumentou o nível de desemprego bem como os preços dos alimentos e produtos importados.

Não obstante, os principais produtos agrícolas de exportação, o café e o chá, demonstraram um bom desempenho em termos de volume a despeito da seca, aproveitando a reversão da queda dos preços registrada desde 1978 e atenuando os efeitos da importação de alimentos. O chá, em particular, sofreu um aumento expressivo de preço e contribuiu na ordem de 257 milhões de dólares em 1984. Estas cifras se tornaram de especial relevância ao levar-se em conta que os pequenos produtores são responsáveis por 40% e 60% respectivamente do chá e café produzidos, sendo o restante oriundo das grandes fazendas pertencentes às agroindústrias britânicas e americanas, o que atesta a vitalidade da agricultura de pequenos produtores.

Em conseqüência, apesar dos problemas, o país conseguiu um superávit na balança comercial de 48 milhões de dólares em 1984, embora isso represente uma queda de 45% em relação ao exercício de 1983. A inflação caiu para 10% (18%, em 1983) e a taxa de crescimento projetada para 1985 é de 4%. Entretanto, a dívida externa de

1,74 bilhões de dólares em 1984/85 e o serviço da dívida, que representa 31% das exportações, começa a preocupar. A economia continua vulnerável a dois fatores imprevisíveis: as chuvas em 1985 e o preço de suas exportações no mercado internacional de *commodities*.

A esperada recuperação do setor agrícola inevitavelmente repercutirá sobre o setor industrial do país — o maior da África Oriental e que contribuiu com 16% do PIB — já que boas safras e preços internacionais favoráveis estão estreitamente vinculados a um mercado consumidor de produtos industrializados em alta.

Os interesses industriais e financeiros do Ocidente dominam o setor, que se baseia principalmente na produção de bens de consumo — apesar de existir uma tendência em direção a *joint-ventures* entre capital estrangeiro e empresários autóctones — aproveitando-se do mais alto PIB da região bem como da mais alta renda *per capita*, 420 dólares contra 280 da Tanzânia e 220 de Uganda. Em virtude disto, Nairobi é hoje o centro industrial e financeiro da região, fornecendo bens e serviços a seus vizinhos.

Moi vem se esforçando no sentido de restabelecer a Comunidade Econômica da África Oriental. Esse arranjo regional, estabelecido em 1967 entre o Quênia, Uganda e Tanzânia foi uma das poucas experiências de integração econômica de sucesso na África, mas que se dissolveu em 1977, devido principalmente às reclamações tanzanianas de que o Quênia estava dominando o mercado regional, em detrimento dos seus parceiros. Moi espera que, com a reativação da Comunidade, os produtores quenianos terão acesso aos mercados da África Austral e Central. Isto por sua vez possibilitará às indústrias do país — muitas das quais operam com 40% da sua capacidade — funcionar como uma força motriz na economia, gerando empregos e riqueza.

A importância deste aspecto se encontra no fato de o país registrar a mais alta taxa de crescimento populacional do mundo (4,2%), uma população de 19 milhões, atualmente sendo o dobro do que era na época da independência. Esta estatística desemboca em pressões sobre as terras agrícolas, no inevitável fluxo populacional para as cidades e na taxa de desemprego urbano de 30%. A pobreza, tanto urbana quanto rural, constitui uma ameaça, a longo prazo, à estabilidade política do país.

A prova de fogo de Moi, portanto, continuará em 1985. □

JDA

Em Foco

CAMARÕES: PAUL BIYA E A ESCOLHA DE UM CAMINHO

O quarto congresso da União Nacional Camaronesa, ocorrido no fim do mês de março em Bamenda, principal cidade do noroeste anglófono, foi marcado pela mudança do comitê central e pela abertura política dirigida, dando continuidade ao congresso extraordinário de Yaoundé, em setembro de 1983, quando a renovação foi o grande tema dos discursos oficiais.

O primeiro resultado concreto desse congresso manifesta-se no profundo remanejamento de seu comitê central, como resposta à necessidade de acelerar a concretização da política de renovação, cuja lentidão no processo de implantação foi atribuída à má vontade de uma parte da administração e às reticências de certos meios políticos conservadores. O antigo comitê, composto por 54 membros, foi renovado em mais da metade. O novo comitê é formado por 65 membros, que poderão chegar ao número de 80 por indicação direta do Presidente.

Entre as mais significativas mudanças ocorridas na composição do novo comitê, está a presença em massa de empresários e homens de negócio. Sem dúvida, esta presença significa para o partido o reconhecimento da escalada do setor privado ao poder e, conseqüentemente, sua participação na vida política do país. É necessário lembrar que no Camarões, como em outras regiões da África, a sociedade civil começa a acordar e pretende ter sua revanche sobre um Estado burocrático, nem sempre funcional do ponto de vista econômico.

Quanto às questões econômicas, quase não foram abordadas em Bamenda. Na verdade, o Camarões goza, atualmente, de uma saúde econômica quase insolente: preservação da seca que assola uma parte do continente, beneficia-se de uma auto-suficiência alimentar que lhe permite assegurar quantitativa e qualitativamente a subsistência de sua população. Paralelamente, o fantástico desempenho do setor petrolífero, cuja produção atual é de cerca de oito milhões de toneladas anuais, proporciona à economia não somente confortáveis ganhos fiscais que compensam o baixo rendimento do setor cacaueteiro e cafeeiro, mas também assegura uma balança comercial superequilibrada e um balanço de pagamentos em equilíbrio.

Essa privilegiada situação econômica demonstra com clareza porque o Congresso de Bamenda só poderia se concentrar na discussão política. A democratização do partido único, bem como a do Estado, foi confirmada. O desejo de abertura e de mudança foi debatido e seus limites colocados, com a transferência de uma data ulterior para a implantação do multipartidarismo. Quanto ao presidente Biya, ele conseguiu virar o jogo em seu proveito e avançar, sem precipitação, no caminho que havia traçado. □

BANDUNG: 30 ANOS DEPOIS

A Conferência de Bandung constituiu o marco histórico da entrada dos povos afro-asiáticos na cena internacional. Um dos seus organizadores, Nehru, asseverou que "debates planetários que interessam aos destinos de toda a humanidade não mais irão se desenrolar apenas entre algumas capitais". Do "espírito de Bandung" nasceu, em Belgrado, em 1961, o Movimento dos Países Não-Alinhados.

A Conferência de Bandung realizou-se na Indonésia, de 18 a 24 de abril de 1955, e nela participaram 29 Estados, dos quais seis africanos (Egito, Etiópia, Gana, Libéria, Líbia e Sudão).

Liderada por Nehru, Nasser, Sukarno e Chu En Lai, a Conferência elaborou dez princípios — cinco dos quais baseados na tradição indiana da *panch shila* — que traduziram uma "consciência coletiva", uma solidariedade na luta anticolonialista, a convicção de que os seus participantes constituíam uma força moral de dissuasão num conflito armado entre as superpotências e o respeito pela soberania, integridade e igualdade de direitos dos Estados, grandes ou pequenos.

O contexto político em que se desenrolou a Conferência pode ser avaliado pelo clima de guerra fria reinante e por alguns eventos afro-asiáticos de 1954: derrota militar francesa em Dien Bien Phu (Indochina), ascensão de Nasser ao poder e início da revolução argelina.

Na década dos 70, os Não-Alinhados apoiaram os produtores de matérias-primas, como foi o caso da OPEP e, a partir da Conferência de Argel, em 1973, usaram sonhar com uma Nova Ordem Econômica Internacional, pressionando os países industrializados a entrar em negociações globais no sentido de provocar mudanças estruturais no sistema econômico mundial vigente. A pressão esbarrou na intransigência dos países industrializados do Norte. A UNCTAD, tornada instrumento de reivindicação do Terceiro Mundo pelo Grupo dos 77, acabou sendo esvaziada através do GATT, onde as discussões de base sobre o comércio internacional foram reduzidas à esfera da técnica. Com a crise dos 80, o projeto de uma "Nova Ordem" sofreu mais um revés: a maior parte dos países do Terceiro Mundo teve que recorrer ao FMI, com as conseqüências desastrosas ainda em curso.

Se o "espírito de Bandung" teve eficácia na descolonização, não tem, porém, sido capaz de evitar conflitos sérios entre os "Não-Alinhados" (Vietnã-China-Camboja, Iraque-Irá, Etiópia-Somália etc.).

Não se trata de ressuscitar o "espírito de Bandung". Ele já conquistou o seu lugar na História. Entretanto, novas lideranças surgem entre os Não-Alinhados. Entre elas estão Robert Mugabe, Rajiv Gandhi e Raúl Alfonsín. Resolvendo o problema do Canal de Beagle com o Chile, Alfonsín demonstrou como vizinhos podem solucionar suas disputas de maneira sensata. Mugabe vem oferecendo, com um Zimbábue de convivência multirracial, um exemplo do que pode ser uma alternativa ao *apartheid* sul-africano. Rajiv, enquanto administra, dentro de padrões democráticos, sérios conflitos internos, mantém a liderança indiana na cooperação entre os países do Terceiro Mundo. □

JMNP

NIGÉRIA ESTIMULA O COUNTERTRADE

A Nigéria está procurando remediar as suas dificuldades de importar (devido às más vendas de petróleo) mediante a multiplicação de acordos de trocas diretas de país a país. Em outras palavras, os países-parceiros engajados nestes acordos se comprometem em aumentar as compras de petróleo nigeriano como contrapartida à venda de mercadorias.

Esse tipo de operação foi a base do acordo comercial assinado, em 1984, entre a Nigéria e o Brasil, cujo montante atingiu a casa dos 500 milhões de dólares. Por este acordo, o lado brasileiro forneceria, em um prazo de 12 meses, diversos artigos manufaturados e matérias-primas e, por sua vez, se comprometeria em absorver 40 mil barris por dia de petróleo nigeriano. Destes negócios participou, além da Petrobrás, a Cotia Trading, a quem coube enviar açúcar, produtos químicos, papel, material de construção e outros produtos para o mercado nigeriano.

Um outro exemplo deste "troca-troca", que Lagos prefere chamar de "compras de compensação" (countertrade) para evitar as críticas da OPEP, é o acordo entabulado com a sociedade francesa Scoa, também no valor de 500 milhões de dólares. Nele é prevista a troca de petróleo nigeriano por peças de montagem dos veículos Peugeot, açúcar e outros produtos indispensáveis à Nigéria.

Este tipo de operação é interessante para os dois lados. A Nigéria assegura as suas vendas de petróleo por um prazo não inferior a seis meses, o que lhe permitirá melhorar sua situação financeira marcada por um serviço da dívida externa que absorve 45% das divisas do país. Por sua vez, as empresas estrangeiras garantem a manutenção de uma fatia do mercado nigeriano, numa conjuntura em que a Nigéria, de ano para ano, vem diminuindo as suas compras externas.

Ainda do lado nigeriano deve-se destacar que, caso se confirme os acertos com o Japão e Áustria, isto representará a conquista de dois novos clientes para o seu petróleo. Por outro lado, o mesmo não se daria com os acordos em vista com a França e Alemanha, mercados tradicionais de Lagos, que cobririam mais ou menos 25% de suas compras de petróleo.

Por último, observa-se que dois grandes parceiros comerciais da Nigéria, Estados Unidos e Grã-Bretanha, estão ausentes desse tipo de negócios. No caso dos Estados Unidos, principal comprador do petróleo nigeriano, as suas leis proíbem tal tipo de operação. Quanto à Grã-Bretanha, principal exportador para a Nigéria, esta ausência deve-se a um esfriamento de relações entre estes dois países, após o evento diplomático criado pela tentativa nigeriana de seqüestrar, em solo inglês, o ex-ministro Dikko. □

JLF

ERRATA

No artigo "Ajuda Alimentar Norte-Americana para a África" (*Conjuntura Africana*, n.º 4, p. 3), onde se lê, no 7.º parágrafo, "ajuda militar", leia-se "ajuda alimentar"; e onde se lê, no último parágrafo, "o que cria mercado para a (...)", leia-se "contudo, é certo que o seu uso implicará a (...)".

■ **ÁFRICA DO SUL: CRESCIMENTO INTERNO.** O PIB bruto sul-africano aumentou 4,7% em 1984, após haver baixado 3,1% em 1983, segundo a divulgação de dados oficiais, publicados a 15 de março. O PIB não-agrícola aumentou 4,2%, depois da queda de 1,6% em 1983, enquanto que o do setor agrícola registrou uma alta de 13,7% após uma queda de 21,5%, durante os meses anteriores.

O PIB do setor mineiro aumentou 2,6% durante o último ano, o das indústrias secundárias 2,4% e o do setor manufatureiro, 3,1%. E por último, o PIB do setor terciário teve alta de 5,6% no decorrer desse mesmo período.

A taxa de inflação anual, medida pelo índice de preços de produtos de consumo, alcançou 16% durante o ano, fechado a 28 de fevereiro, anunciou a 22 de março o Serviço Central de Estatísticas sul-africano. Essa taxa representa um aumento sensível em relação ao mês de janeiro, sendo o nível anual mais elevado desde junho de 1982, quando chegou a 16,1%.

■ **CONGO: PETRÓLEO.** O Banco Crédit Lyonnais anunciou, em abril, a assinatura de acordo com a Agip Recherches Congo e Elf Congo para a abertura de uma linha de crédito de 300 milhões de francos para financiar o aumento do campo petrolífero de Loango, na plataforma continental. Esses trabalhos, a serem realizados entre 1985/86, ao longo da costa congoleza, visam o desenvolvimento de jazidas situadas no prolongamento sudoeste do campo de Loango, no qual a AGIP opera com uma participação de 65%, associada a Elf, que detém 35%.

■ **ZIMBÁBUE-MÉXICO.** O México e o Zimbábue decidiram estabelecer relações diplomáticas a partir de 25 de março do corrente ano, anunciou o ministro das Relações Exteriores mexicano. Os dois países terão relações diplomáticas a nível de embaixada.

■ **ZÂMBIA: EMPRÉSTIMOS.** A International Development Association (IDA - filial do Banco Mundial) fez à Zâmbia um empréstimo de cerca de 25 milhões de dólares, com prazo de 50 anos para a amortização e sem quaisquer juros. Esse empréstimo destina-se ao programa de restauração das estradas de ferro do país, orçado em cerca de 104 milhões de dólares. O programa de modernização dos transportes ferroviários zambianos compreende: colocação de linhas; instalação de um novo sistema de telecomunicações e de sinalização; e a renovação de locomotivas e material de reposição. Esse novo empréstimo aumenta em 80 milhões de dólares o total dos créditos fornecidos pela IDA às estradas de ferro zambianas, setor que já se beneficiou da ajuda da Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (SIDA), da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e de empréstimos alemães ocidentais e belgas.

■ **LÍBIA: TRABALHO DE HIDRÁULICA.** A Líbia já tem pronta a primeira etapa do grande projeto de construção de um rio artificial, orçado em 3,3 bilhões de dólares e confiado à empresa sul-coreana de serviços públicos Dong-Ah.

A Líbia encontra-se totalmente dedicada a esse projeto, tendo mesmo descartado uns 200 menos importantes, como afirma Dokali Mgarief, que dirige a comissão governamental responsável pela execução dessa importante obra de hidráulica. Já foram pagos 343 milhões de dólares à empresa sul-coreana pelos trabalhos realizados e feita uma abertura de concorrência internacional para a apresentação de propostas para a execução da segunda etapa, que será lançada no final do corrente ano.

Uns 10 bilhões de dólares de projetos, atualmente desenvolvidos por cinco firmas sul-coreanas de construção, não serão afetados pelo adiamento de certos programas, ressaltou Mgarief, tanto assim que a firma Daewod Construction Company, da Coreia do Sul, acaba de anunciar sua vitória na concorrência para a execução de diversos serviços públicos em Benghazi, orçados em 337 milhões de dólares.

■ **ÁFRICA-CHINA.** O Ocidente começa a se preocupar com a concorrência chinesa, na África, em setores, onde até agora reinou. Recentemente, empresas chinesas assinaram contratos para a construção de estradas em Ruanda, com financiamento da Alemanha Ocidental. Em resposta às concorrências lançadas pelas autoridades do país, as propostas chinesas foram 38% mais baratas que o mais baixo preço apresentado pelas empresas ocidentais. Esse gigante do Oriente tem possibilidades para alargar o espaço, já aberto por diversos países do Terceiro Mundo, contra o monopólio ocidental em matéria de grandes obras públicas. Basta lembrar a construção da estrada de ferro Tanzânia-Zâmbia, de 1.800 km, construída pelos chineses na década de 70.

■ **CABO VERDE - COOPERAÇÃO EUROPEIA.** Dois projetos industriais - uma fábrica de cerveja e uma metalúrgica - foram apresentados no mês de abril ao Conselho de Ministros de Cabo Verde. A fábrica de cerveja será criada na forma de *joint-venture*, detendo o Estado 30% do capital, e o restante, dividido entre empresários caboverdianos (30%), uma instituição financeira de Cabo Verde (10%) e parceiros dinamarqueses (30%). O projeto está orçado em 480 milhões de escudos caboverdianos (um dólar = 95 escudos).

O segundo projeto, a metalúrgica Metalcave, produzirá utensílios domésticos em alumínio e móveis metálicos. Necessitará de investimentos na ordem de 70 milhões de escudos caboverdianos. Seu capital social será repartido entre o Estado (70%) e dois parceiros suecos com participação - o Instituto Sueco para Investimentos a Países em Desenvolvimento e a FINNEVEDEN, empresa técnica.

Cabo Verde assinou acordo de cooperação de 20 milhões de marcos com a Alemanha Federal. A assistência técnica alemã atuará num programa de desenvolvimento rural nas ilhas do Fogo e Brava. Esta assistência técnica será complementada por um programa de garantia alimentar no valor de 4,2 milhões de marcos e pelo fornecimento de 8 mil toneladas de cereais.

■ **MOÇAMBIQUE - FMI.** Uma missão do FMI esteve em Maputo, no início do mês de abril, a fim de estudar um pedido de empréstimo. Esta foi a primeira visita de uma missão do FMI depois da adesão de Moçambique ao Fundo, em 25 de setembro de 1984. O FMI exigira, em contrapartida, uma desvalorização do metical (um dólar = 44 meticais; no câmbio negro: um dólar = 1.500 meticais).

■ **LÍBIA: ARMAMENTOS.** O Coronel Khadafi anunciou, no dia 30 de março, a inauguração de uma fábrica de armamentos. Embora sua localização não tenha sido divulgada, sabe-se que o chefe da revolução líbia salientou na ocasião a importância do empreendimento para a criação de uma força autônoma líbia.

■ **GUINÉ-BISSAU-URSS.** Novos aviões de fabricação soviética destinados à força aérea da Guiné-Bissau foram entregues no dia 8 de abril ao presidente João Bernardo Vieira. Os Migs, cujo número não foi revelado, fazem parte do apoio dado pela URSS às forças armadas da Guiné-Bissau, dentro do quadro de acordos de cooperação bilateral. Os pilotos da força aérea da Guiné-Bissau fazem seu treinamento na URSS desde o início da luta armada contra a ocupação colonial portuguesa.

■ **MOÇAMBIQUE: REPAROS EM ESTRADAS DE RODAGEM.** Estados Unidos e Inglaterra unem-se para fornecer uma parte do material necessário para consertar a maior estrada de rodagem do norte de Maputo, seriamente danificada pelas inundações ocorridas no mês de fevereiro. Cerca de 400 m da estrada foi carregada pelas águas e um trecho de 10 km necessitará de nova pavimentação.

O Departamento de Estradas e Portos lançou um apelo para a doação de fundos, para a execução dos trabalhos de reparação, orçado em 161 mil dólares.

A Embaixada norte-americana em Maputo encarregou-se do fornecimento de asfalto, cimento e combustível, enquanto que a da Grã-Bretanha prontificou-se a entregar dois caminhões para servirem nas obras de restauração. A previsão de duração dos trabalhos é de três meses, a partir da entrega do material.

■ **SEMINÁRIO SOBRE ÁFRICA.** No final de junho próximo, em convênio com a FINEP, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA, realizará um seminário intensivo dirigido a empresários e executivos sobre planos de desenvolvimento sócio-econômico e código de investimentos de cinco países africanos (Angola, Camarões, Congo, Gabão e Moçambique). Este seminário encerra um trabalho que levou professores do CEAA a uma pesquisa de campo nos países mencionados. Durante a sua realização serão distribuídos os dossiês resultantes da pesquisa. Informações no CEAA pelos telefones 221-3536 e 224-8622 ramal 59.

MHB

O CEAA publica também **Estudos Afro-Asiáticos**, revista semestral de grande utilidade para a compreensão do mundo afro-asiático contemporâneo.

CONJUNTURA AFRICANA

JUNHO DE 1985

ANO 1 - N.º 6

COUNTERTRADE: O DRIBLE NIGERIANO

Sidney de Miguel Lourenço

Num momento em que quase todos os países subsaarianos do continente africano têm sua política econômica sob intervenção ou sob orientação do Fundo Monetário Internacional, a Nigéria altivamente escolheu fazer os ajustamentos necessários na sua economia ao seu modo. É tal a dimensão dos desafios que o Estado nigeriano atravessa que parece só serem comparáveis ao teste imposto ao país nos fins dos anos 60 pela crise secessionista de Biafra, que precedeu ao início do "ciclo do petróleo", iniciado nos anos 70.

O petróleo veio a ser a principal fonte de recursos para a formação, em curto espaço de tempo, de uma infraestrutura de serviços e industrial, base para a construção de uma sociedade moderna.

A trama do conflito da Nigéria com os credores e o Fundo se articula em torno de um núcleo de problemas que a orientação oficial da política econômica demonstra se penitenciar: a agricultura. Uma década de debates e reflexões sobre as opções do desenvolvimento que desembocaram no "Plano de Ação Lagos" em 1980 e atribuíram ao país a liderança incontestável dos países africanos de baixa renda em grandes negociações, como Lomé II, em meados dos anos 70, não foi suficiente para iluminar os caminhos que evitassem a grande distorção, a perene depressão agrícola. O país se volta para uma grande campanha de incentivo à auto-suficiência alimentar e as indústrias são levadas a organizar projetos agrícolas voltados para seu aprovisionamento em matérias-primas, que substituem insumos antes importados. O ingente esforço de substituição de importações tende a engrenar-se com o desenvolvimento rural.

Sem embargo, a contraface dessa distorção teve por origem o modelo de desenvolvimento que entrou em cena com o crescimento da capacidade de importar propiciada pelas divisas do

petróleo. Sob o signo deste "mal do Terceiro Mundo", os nigerianos gastaram esses recursos segundo uma hierarquização social já assimétrica que não fez senão acentuar-se. Formou-se uma importante classe média e um numeroso proletariado urbano, principalmente no setor de serviços, que estabilizou estruturas de consumo, solidárias a um certo nível de importações de bens sofisticados e, sobretudo, a um certo nível de preços para o consumo interno, que tende a transferir a renda do campo para a cidade. Essa concentração de riquezas fixou estruturas de poder que resistem a uma redistribuição da renda orientada pela redefinição do sistema de preços no sentido de beneficiar o setor rural.

A crise nos pagamentos externos tem-se acentuado gravemente com retração do volume e dos preços do petróleo exportado. Somente para os Estados Unidos, seu maior cliente, caíram as vendas de 7,045 bilhões de dólares em 1982 para 3,736 em 1983 e 2,508 em 1984. O país renegociou rescalonamentos nos Clubes de Paris e Londres, mas os banqueiros, como de hábito, pressionam por um acordo com o Fundo, o que a Nigéria resolveu contornar. As condições do Fundo são monotemáticas e advogam centralmente ajustamento da política cambial com desvalorização da moeda. Isso significa elevação dos preços das importações e perda de poder aquisitivo para os setores urbanos sustentadores do pacto de poder vigente. É exatamente nesses setores que o governo Buhari encontra forças para resistir à pressão externa, mas, como uma faca de dois gumes, esta é também uma fonte de rigidez que conspira contra uma redefinição interna que poderia induzir a um crescimento mais sadio e igualitário.

É tão grande a importância do petróleo nas exportações (95% em 1984), que uma desvalorização cambial não surtiria efeitos maiores de elevação das exportações, devido à rigidez

do mercado oligopolizado pela OPEP. O modelo padrão do Fundo, neste caso, parece não recuperar uma variável de base. Contrariando um preceito básico da constituição da OPEP em não permitir fechamento de mercado para o comércio do óleo e ferindo o que é tido como a menina dos olhos do Fundo, o livre mercado, a Nigéria, usando seus amigos brasileiros, abriu as portas para um acordo de "troca" numa forma moderna, como os tempos exigem: o *countertrade*.

Em abril, através de uma ágil empresa brasileira de comércio, a Cotia, bastante inserida nas necessidades recíprocas dos dois países, foi amarrado um acordo de 1 bilhão de dólares que pode ter forte efeito na cooperação Sul-Sul (ver *Conjuntura Africana*, n.º 5, p. 7). O precedente abriu uma porta para a Nigéria escapar da chantagem da escassez de divisas que leva as economias combatidas a aceitar quaisquer condições nas suas negociações externas, terminando por provocar desestabilizações internas.

Após o cancelamento, em fevereiro, de uma série de contratos, entre eles o importante projeto do metrô de Lagos (maio/85) a cargo da Interinfra, a experiente empresa francesa SCOA pragmaticamente fechou um importante contrato de *countertrade* nas mesmas bases da Cotia, com volume de 1 bilhão de dólares, envolvendo açúcar, automóveis Peugeot e autopeças. É interessante constatar que o contrato brasileiro também envolveu uma importante partida de automóveis Volkswagen.

A Nigéria escolheu seu próprio caminho para a austeridade e os contratos de troca foram para o país um recurso tático para aliviar seu aprovisionamento externo, aumentando e ultrapassando sua cota de exportação de petróleo conveniada com a OPEP.

As autoridades econômicas acabam de suspender temporariamente a assinatura de novos contratos de *countertrade*, em parte, é bem verdade, para sustar fortes pressões, umas contrárias e outras a favor, que se faziam sobre os ministérios em Lagos. Tal iniciativa, porém, se deve muito mais à intenção de tirar proveito dos desdobramentos provocados pelas operações e que esperam acomodação. □

ZÂMBIA: DO COBRE PARA A AGRICULTURA

João Luís Fragoso

O presidente Kenneth Kaunda vem continuamente repetindo que "muitas das minas de cobre se extinguirão nos próximos vinte anos e, nesta medida, a principal esperança para a sobrevivência econômica da Zâmbia é que as exportações de minérios sejam substituídas pelas da agricultura". Por outro lado, verifica-se que a Zâmbia é hoje um dos principais mercados africanos para as máquinas agrícolas do Brasil. Por dois anos consecutivos, 1982 e 1983, foi o terceiro maior importador africano desse item, sendo que em 1983, 44% destas exportações (US\$ 2.335.826) foram constituídas por colheadeiras.

A Zâmbia é um país da África Austral, com área de 752.614 km² e população de 6,44 milhões. Durante os primeiros seis anos de independência (outubro de 1964), a economia da Zâmbia foi uma das mais ricas e de maior crescimento da África subsaariana, devido à alta anual de 7% dos preços do cobre naquele período. Entretanto, a partir de meados dos anos 70 essa situação mudou drasticamente.

Em 1982, a renda *per capita* era estimada em 600 dólares, 23% abaixo do nível de 1972. Uma das razões para esta queda foi o impacto da recessão mundial sobre a demanda e os preços do cobre, que caíram 50% naqueles dez anos.

Torna-se assim mais clara a preocupação de Kaunda em mudar os rumos da economia da Zâmbia para a agricultura. Isso parece muito difícil se levarmos em conta que a atividade mineral, ainda em 1984, contribuía com 95% das vendas externas e cerca de 16% do PIB. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que perto de 40% da população é urbana, ou seja, há a necessidade de uma respeitável produção agrícola para o abastecimento interno.

A estrutura agrícola

A agricultura da Zâmbia, *grosso modo*, pode ser dividida em três grandes grupos. O primeiro é constituído pela grande produção comercial e é

caracterizado por um alto padrão tecnológico na produção de cereais (em particular o milho), de laticínios, de carne, ovos e aves para o mercado interno e de tabaco para a exportação. A tendência verificada atualmente neste macrogrupo tem sido a da diminuição da participação dos cerca de 800 fazendeiros europeus e o crescimento de grandes fazendas estatais, ao lado das grandes corporações multinacionais.

O segundo grupo é constituído pelos "emergent farmers" (fazendas africanas de porte médio), caracterizado pelo uso de sementes melhoradas e tratores. Cultivam os mesmos produtos do primeiro grupo, mais o algodão. Nos últimos anos, este tipo de fazendas vem aumentando bastante. Estima-se que estes dois grupos citados são responsáveis por mais de 55% do valor dos produtos agrícolas comercializados no mercado interno.

Por último, temos a produção de subsistência. Apesar de sua pequena participação no mercado, concentra mais de 50% da mão-de-obra agrícola e é responsável pela produção de 85% de todos os cereais.

Desempenho agrícola no pós-independência

Apesar do governo da Zâmbia, desde finais dos anos 60, ter procurado modernizar a agricultura africana, via incorporação de insumos químicos e maquinários, o balanço para os anos 70 foi negativo. A produção agrícola *per capita* decaiu a uma taxa média de 0,13% ao ano. Em contrapartida, as entradas em ajuda alimentar internacional, em termos de quilograma por habitante, passaram de 0,2 em 1975 para 5,5 em 1977 e 8,9 em 1979.

Tal situação deveu-se, além de demasiada atenção dada à grande produção comercial, à dubiedade e às mudanças bruscas da política governamental para a pequena e média produção nos anos 60 e 70, o que é exemplificado pelo fracasso das fazendas cooperativas mecanizadas. No 3.º Plano de Desenvolvimento da Zâmbia

(1979/83) foi dada uma grande ênfase aos *emergent farmers*, através de créditos e difusão de insumos modernos, o mesmo não ocorrendo com o pequeno produtor tradicional. Outros problemas também contribuíram para o frágil desempenho agrícola dos anos 70, como é o caso dos baixos preços fixados para os produtos agrícolas. Agora tenta-se remediar essa situação com um substancial aumento dos preços agrícolas (de 17% a 37%) anunciado este mês. Entretanto, no caso do milho (em 1985 a produção permitirá a auto-suficiência), os agricultores observam que este aumento de preço (17%) apenas o nivela ao milho importado do Malawi.

Ainda dentro da atual política governamental, foi lançada a Operação de Produção Alimentar, que prevê o estabelecimento, em cada província, de duas fazendas estatais mecanizadas de 20 mil hectares. Ao mesmo tempo, apesar das discussões políticas que tem gerado no interior do governo, nota-se, nos últimos anos, o incremento do estabelecimento de grandes corporações de capital internacional na agricultura. Tal é o caso dos 55 milhões de dólares, capital americano e inglês, que recentemente foram destinados ao campo da Zâmbia, sendo este o maior investimento estrangeiro neste país nos últimos tempos, precedidos por outros, alemães e suíços.

Apesar da seca que atingiu a região nos últimos anos, espera-se que num futuro próximo o desenvolvimento do setor agrícola permita diminuir as importações de alimentos e, ao mesmo tempo, gerar um excedente exportável. Este desenvolvimento do setor se basearia numa agricultura modernizada, empreendida nas grandes fazendas comerciais e pelos *emergent farmers*. Contudo, resta saber, além das declarações e projetos, qual será de fato o papel real destinado ao pequeno produtor, até agora marginalizado. Seja como for, frente ao quadro acima esboçado, não é de se estranhar o lugar que a Zâmbia ocupa nas exportações do Brasil de maquinarias agrícolas para a África. □

ANGOLA APLICA PLANO DE EMERGÊNCIA PARA VENCER A CRISE

José Maria Nunes Pereira

A aplicação de planos de emergência anuais com medidas de austeridade e prioridade para as atividades privadas na agricultura e no comércio no campo, bem como na produção industrial de bens essenciais, além da abertura para o Ocidente, são as novas armas usadas pelo governo de Luanda para combater a crise e a desestabilização econômica provocada pela África do Sul e seus aliados internos.

O recrudescimento das ações militares da África do Sul e do movimento rebelde armado por ela, a UNITA, agravou ainda mais a crise econômica que Angola vinha atravessando desde a sua dramática independência, em 1975, e, particularmente, a partir de 1981, em consequência da diminuição da produção de petróleo (de 171 mil barris diários, em 1978, para 130 mil, em 1980; atualmente: 200 mil) e da queda do seu preço em relação ao atingido por ocasião do "segundo choque" de 1979. A isso acresceu a crise internacional, com a alta dos juros, a seca e as consequências dos erros praticados por inadequação de modelos e programas e pela falta de quadros qualificados.

Face a esta realidade, o governo de Luanda passou a aplicar, a partir de 1984, o chamado Plano de Emergência, isto é, um conjunto de reformulações anuais das Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Econômico-Social — período 1981-1985, conhecido como 1.º Plano Quinquenal de Angola e emanado das resoluções do I Congresso Extraordinário do MPLA — Partido do Trabalho, realizada em dezembro de 1980.

Nova política econômica

O Plano de Emergência de 1985 não está disponível para o público, mas sabe-se que ele tem as características de ser também um plano de austeridade e de apoiar o esforço de defesa e segurança. "Chama-se Plano de Emergência porque se está em guerra. Não é bem um plano de desenvolvimento mas, antes, um plano de reconstrução, pois há quem construa — governo e particulares — e há quem destrua — UNITA e tropas sul-africanas", informou-nos, em Luanda, um dirigente angolano. Ele acrescentou: "Fundamentalmente, com base numa política de rigorosa austeridade, foram selecionadas áreas de atuação prioritária e, em relação a cada uma, foram elabora-

dos programas de emergência visando a alocação prioritária de recursos nacionais para a sua execução. No campo dos investimentos definiram-se novas prioridades, suspendendo-se alguns projetos e privilegiando-se a agricultura, a pesca e a indústria mineira" (em especial, o petróleo).

O Plano prevê uma autonomia crescente nas empresas mais importantes, de modo a proporcionar-lhes uma gestão mais ágil ao libertá-las de entraves burocráticos. Foram selecionadas cem empresas como prioritárias, independentemente de serem estatais, mistas ou privadas. Houve também a preocupação de descentralizar decisões, cabendo aos governos provinciais maior responsabilidade no domínio econômico, particularmente na agricultura e no comércio.

Prioridade à agricultura privada

As principais reformulações do Plano de 1985, entendidas como resultado de "uma nova orientação da política econômica", passam pela consolidação do poder do Ministério do Plano e pela "alta prioridade" no setor agrícola às propriedades familiares (em detrimento do setor estatal). Comentou o dirigente angolano: "O melhor investimento que se pode fazer é comprar, mesmo importando, bens de consumo para trocar com o excedente dos camponeses." Fala-se numa "cesta" de dezesseis produtos básicos: sal, peixe seco, óleos comestíveis, açúcar, sabão, querosene, cobertores, vestuário, calçados, rádios, ferramentas, utensílios agrícolas, materiais de construção, sementes, fertilizantes e pesticidas. Sobre a questão do transporte e do pequeno comércio, disse ainda o dirigente: "Em Angola, o camionista [carreiro] é um comerciante: transporta, vende e compra ao mesmo tempo. Na comercialização do campo está o segredo da nossa economia. Temos que ter produtos adequados para o nosso camponês. Por exemplo: o ferro de engomar deve ser a carvão."

O parque industrial angolano funciona atualmente só com 50% da sua capacidade. Está obsoleto, há falta de conservação e, sobretudo, de peças e acessórios. "Somos um cemitério de máquinas. O angolano não foi treinado para mexer nas máquinas, nem mesmo para tomar conta de um almoxarifado; tudo eram os portugueses que faziam",

explicou-nos um responsável desse setor.

Investimentos estratégicos

As indústrias ligeiras mais estratégicas no momento são as de produtos de consumo e as de produção de utensílios agrícolas. A prioridade está sendo dada para as indústrias que utilizem como matéria-prima produtos de origem nacional e que, simultaneamente, permitam um acréscimo significativo do emprego, reduzam as importações e facilitem o desenvolvimento da ligação entre a cidade e o campo.

Os investimentos na indústria mineira, além de irem prioritariamente para o petróleo, deverão privilegiar também os minérios industriais, de aplicação imediata na indústria e também passíveis de exportação, como é o caso dos fosfatos, feldspatos e quartzo. (A exploração de ferro — 3.º produto de exportação antes da independência, quando Angola era o 4.º produtor africano — encontra-se paralisada em Cas-singa, pela ação da UNITA). Ainda sobre o petróleo (ver páginas centrais deste número), prevê-se, para mais tarde, uma política de contenção de exploração para manter uma reserva de segurança.

As prioridades citadas e outras não referidas — como a da energia elétrica, onde a construção de Capanda (600 milhões de dólares, só na barragem) é o maior projeto de Angola pós-independência — estão contidas em catorze programas, dos quais o de maior êxito imediato é o do petróleo. Ele é responsável por mais de 90% dos 2 bilhões de dólares das exportações angolanas (PNB de cerca de 4 bilhões de dólares).

A eficácia da determinação política expressa no Plano não pode ser ainda avaliada por falta de dados. A permanência do estado de guerra, com o sério agravamento da recente tentativa de sabotagem sul-africana em Cabinda, é um obstáculo, no momento intransponível, para a normalização do país. □

O CEEA publica também
Estudos Afro-Asiáticos,
revista semestral de grande utilidade
para a compreensão do mundo
afro-asiático contemporâneo.

CONJUNTURA AFRICANA é uma publicação mensal do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEEA) do Conjunto Universitário Candido Mendes. Diretor: Candido Mendes. Conselho Editorial: Jacques D'Adesky, João Luís Fragoso, José Maria Nunes Pereira, Juarez Coqueiro, Manuel da Paixão Faustino, Maria Helena Barbosa, Mark Stanley Christopher Simpson, Sidney de Miguel. Coordenador: Juarez Coqueiro. Secretário de redação: Carlos Augusto de O. Lima. Composição e arte final: Luiz Flávio von Rondow. Impressão: Bartolo Fotolito. Tiragem: 1.000 exemplares. Preço da assinatura anual: Cr\$ 120.000. Annual subscriptions: US\$ 40 (twelve issues). Envio de cheque em nome de: SBI-CEAA — CONJUNTURA AFRICANA. All orders and cheque payable to: SBI-CEAA — CONJUNTURA AFRICANA. Assinaturas e correspondência: Rua da Assembléia, 10 - sala 501 - Tels.: 221-3536 / 224-8622 R. 59 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20011. Subscriptions and correspondence: Rua da Assembléia, 10 - sala 501 - CEP 20011 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

CONJUNTURA AFRICANA conta com o apoio financeiro da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos.

CRESCER A PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NA ÁFRICA

Átila Roque
(colaborador)

Desde a sua criação, há 25 anos, a OPEP viu variar seu poder de pressão, na medida em que as flutuações da demanda mundial e as necessidades diferenciadas dos países membros, quando alteradas, comprometem a unidade de ação.

Fundada em 1960 e contando inicialmente com apenas cinco países (Irã, Arábia Saudita, Kuwait, Irã e Venezuela) a OPEP interveio fortemente no cenário internacional, mediante uma política de controle de preços sobre o petróleo.

O aumento de preços decidido pela OPEP nos anos de 1973 e 1979 teve um grande impacto na economia mundial, sendo especialmente dramático para os países do Terceiro Mundo. Um dos caminhos encontrados para contornar a crise foi o incremento da pesquisa em busca de novos campos petrolíferos, assim como a ativação de áreas conhecidas, mas até então tidas como não-rentáveis. Neste sentido, aceleraram-se as pesquisas no continente africano, que permanecia até aquele momento em grande parte desconhecido. Esta política resultou, nos últimos anos, num aumento considerável da capacidade produtiva da África.

A atividade petrolífera no continente africano, tomado em seu conjunto, vem apresentando desde 1982 uma tendência constante de aumento da produção de petróleo bruto, mantendo-se, salvo exceções, a capacidade de refinação. É interessante ressaltar, no entanto, que nos países membros da OPEP verificamos uma situação de estabilidade e até mesmo de retrocesso da capacidade produtiva. Ao contrário, os países de produção mais recente acompanham mais sistematicamente a tendência ao crescimento.

Segundo a revista *Marchés Tropicaux* (15/3/85), em 1984 a África produziu um total de 243,3 milhões de toneladas de petróleo (6,2% a mais do produzido em 1983), distribuído de maneira diferenciada entre os 14 países produtores. Por exemplo: crescimento de 14% em Angola, estabilidade no Gabão e queda de mais de 3% na Argélia. As diferenças podem ser explicadas, por um lado, a partir da consideração das condições físicas sob as quais a exploração é desenvolvida, podendo beneficiar ou não a retirada do

produto. Por outro lado, têm grande importância os fatores de ordem econômica e política, tais como adaptação do produto bruto à demanda, condições do mercado, política fiscal etc., que podem reforçar ou minimizar os de ordem física.

Esquemáticamente, podemos dividir a África em três regiões básicas:

1) *África Mediterrânea*: possui condições gerais favoráveis, concentrando uma produção volumosa;

2) *África Equatorial e Golfo da Guiné*: tem realidade física bastante favorável, pois a região fecundou-se através de um longo trabalho de sedimentação dos deltas fluviais;

3) *África Ocidental*: não apresenta boas condições de exploração, situando-se numa posição menos relevante.

Em vista do caráter sintético deste artigo, apresentaremos a seguir, brevemente, a situação de quatro países africanos, localizados na África Equatorial e Golfo da Guiné: Nigéria, Congo, Gabão e, mais ao sul, Angola. A escolha desses países foi feita em razão dos vínculos políticos e comerciais, notadamente na conta brasileira do petróleo, que liga esses países ao Brasil. Reconhecemos certa arbitrariedade nessa escolha, contudo parece ser a mais adequada ao proposto. O quadro da página seguinte oferece uma perspectiva global da produção petrolífera africana, país por país.

Nigéria

Entre os produtores localizados no grupo do Golfo da Guiné e África Equatorial, a Nigéria se distingue em vista do volume alcançado pela sua produção. Dados recentes revelam mais de 69 milhões de toneladas/ano, cerca de 70% da produção total da África Equatorial e o equivalente a 29% do montante da produção africana. Esse resultado é a consequência de trabalhos que foram desenvolvidos na plataforma marítima nos últimos anos. O alto grau de participação estrangeira e a política fiscal mais flexível adotada em 1983 são fatores importantes do resultado alcançado. Outro aspecto a ser destacado é o fato de na Nigéria encontrarem-se, justamente, alguns dos

grupos internacionais mais capazes de colocarem a produção no mercado mundial, a despeito de uma demanda marcadamente recessiva: R. D. Shell, Mobil, Texaco, Phillips e outras companhias, menores mas importantes: Agip, Ashland, Tenneco, Panocean.

Duas descobertas, no início de 1984, marcam a produção nigeriana recente. A primeira, realizada pela Ashland, a sudoeste do delta do Níger, distante 21 km do campo de prospecção de Ebughu. A segunda, realizada quase ao mesmo tempo pela Agip, no delta do Níger, distante 15 km do terminal de Brass River, tratando-se, no entanto, de gás. A descoberta "off-shore" de Agbara, em 1982, pela Phillips, associada com a Agip e com a NNPC (Nigerian National Petroleum Corporation), começará a produzir por volta de 1986.

A exploração petrolífera deverá prosseguir, a partir de agora, nas bacias terrestres. No entanto, as condições de pesquisas, sendo menos favoráveis do que aquelas encontradas no mar, e o rigoroso regime fiscal nigeriano, associados a um mercado altamente competitivo, levam as companhias internacionais a serem mais cuidadosas. Um alívio na política fiscal semelhante ao que vigorava antes do golpe de Estado de 1983 seria bem visto por essas companhias.

Em relação ao ano anterior, a Nigéria obteve em 1984 um aumento da produção de cerca de 13,7%. Neste sentido, a Nigéria tem adotado no seio da OPEP uma política ofensiva buscando conquistar ampliação da sua cota de produção. Baseia sua investida na necessidade de equilibrar o seu balanço de pagamentos. Em fins de fevereiro de 1984, o novo chefe de Estado nigeriano, general Buhari, declarou que caso a OPEP não aumentasse a sua cota, o seu país restauraria a liberdade em termos de volume e de preços. Embora não tenha conseguido ampliar as suas cotas na medida adequada aos seus interesses, na reunião da OPEP de 1984 a Nigéria conseguiu alguns benefícios, reduzindo a diferença entre os preços do petróleo pesado e leve. Com este fato, o *bonny-light* nigeriano se situa em melhores condições no mercado. Neste sentido a tendência contemporizadora no interior da OPEP, enfra-

quecida pela situação do mercado, aceitando a reivindicação nigeriana de um duplo sistema de preços que disciplinasse o diferencial entre o bruto e o leve, favorece um alívio da tensão entre a Nigéria e a OPEP.

Estão previstas novas dificuldades para o atual governo do general Buhari no trato da questão, mas a sua experiência com assuntos ligados ao petróleo certamente o deixará mais à vontade na tomada de decisões.

Angola

Situada em uma região bastante favorável à extração de petróleo, o potencial angolano vem sendo confirmado. A produção de seus poços alcançaram em 1984 a ordem de 9 milhões de toneladas, representando cerca de 90% de suas receitas de comércio exterior. A Gulf Oil (controlada pela Chevron), em Cabinda, associada na proporção de 49/51% à Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), produziu no ano de 1984 por volta de 6,5 milhões de toneladas. A Petrofina tem mantido mais ao sul, em terra e em mar, uma média de 500 mil t/ano. Contudo, a grande expansão do potencial angolano advém das descobertas feitas nas concessões marítimas no sul de Cabinda. A Texaco tem obtido grande sucesso à frente de uma associação com a Total-Cap, Braspetro e Sonangol. Além dos dois poços que explora (Cuntale e

Essungo), acrescentará brevemente um terceiro, Lombo-Leste. Existe possibilidade de Lombo-Leste ser desenvolvido ainda no decorrer de 1985, em vista das medidas fiscais mais flexíveis adotadas pelo governo angolano. Isto favoreceu a atuação da Elf-Aquitaine na exploração de sua descoberta em Palanca, com previsão para operar em fins de fevereiro de 1985 com um ritmo inicial de 1,5 milhão de t/ano. Da mesma forma, a Elf pretende colocar em funcionamento, no ano de 1986, a estrutura de Pacassa, que detém um potencial equivalente ao de Palanca.

Apesar de eventuais frustrações, como a da Total-Cap (associada à Union Texas e Derminex) que renunciou à exploração de uma área na região, após várias tentativas fracassadas, a plataforma angolana tem apresentado boas perspectivas à exploração.

Congo

Após as descobertas de reservas petrolíferas feitas na última década, o Congo passou a contribuir com parcela considerável do total produzido pela região do Golfo. Em 1984 alcançou o montante de 4,5 milhões de toneladas, superando em 6% a marca obtida em 1983. A Elf-Congo controla a exploração de sete poços, localizados nos campos de Émeraude, Likouala, Pointe-Noire, Mengo, Yengo-Sendji, associada à Agip Recherches Congo, que opera

os campos de Loango-Norte e Sul e Mandingo.

Em junho de 1984, a Elf-Congo, novamente associada à Agip, incrementou a produção no campo de Tchibouela, cuja potencialidade provavelmente virá compensar as dificuldades encontradas nos poços em fase de decadência, como o de Likouala. Além disso, a Elf-Congo espera alcançar sucesso em N'Kossa Marine (alto mar) e em Émeraude, onde sob melhores condições de preço no mercado, torna-se factível o desenvolvimento da produção de petróleo pesado.

Por outro lado, outras descobertas são possíveis, na medida das concessões recebidas por outras sociedades, como por exemplo, Amoco, International Energy Development Corporation, Coastal (EUA) etc. Da mesma forma, a Agip tradicionalmente associada à Elf-Congo, constituiu uma sociedade com Exxon, Phillips Petroleum e Hydrocongo.

Gabão

A produção de petróleo tem um papel preponderante para o equilíbrio da balança comercial do Gabão. No ano de 1984, o petróleo representou cerca de 83,5% do valor total das exportações gabonesas.

Com relação aos anos anteriores, o Gabão manteve o seu ritmo de produção, entre 7,5 e 8 milhões de toneladas, adequada à cota determinada pela OPEP ao final de 1983 (7,5 milhões t/ano), ligeiramente aumentada na reunião de julho de 1984.

Dos grupos que promovem a extração, destaca-se pela atividade a Elf francesa, que atua no Gabão através da Elf-Gabon. Esta companhia opera sem associados em vinte poços e, em outro conjunto, com a Shell e com a Gulf na localidade de Lucinda. A produção sob a responsabilidade da Elf alcançou em 1984 a cifra de 6,3 milhões de toneladas, excedendo em 35 mil toneladas a do ano anterior.

Um indicador das condições favoráveis da exploração petrolífera no Gabão é o número elevado de investidores dispostos a dispender recursos na abertura de novas frentes produtoras. Atraídos pela alta rentabilidade alcançada pela Elf e pelo regime fiscal favorável aos seus interesses, os grupos econômicos oriundos de diferentes países acorrem para o Gabão. É o caso das sociedades norte-americanas Oxoco, Pennzoil e as européias Burmah (associada à Elf), Omu (Áustria), Neste Oy (Finlândia) e outras. □

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NA ÁFRICA
(cifras em 1.000 toneladas)

Países	1983	1984	% (+ ou -)
I. Benin	210	350	+67,0
Gana	60	30	-50,0
Costa do Marfim	1.195	1.100	-8,2
II. Nigéria	61.050	69.400	+13,6
Camarões	5.610	6.300	+12,4
Gabão	7.810	8.000	+0,3
Congo	4.240	4.500	+6,1
Zaire	1.220	1.200	-1,2
Angola	8.500	9.700	+14,0
III. Egito	35.550	41.300	+14,0
Líbia	53.260	52.500	-14,0
Argélia*	44.920	43.500	-3,2
Tunísia	5.570	5.400	-3,2
Marrocos	25	25	-
Total da África	229.170	243.505	+6,2
Total Mundial	2.750.000	2.800.000	+2,0

* Estão incluídos os condensados.
Fonte: *Marchés Tropicaux*, 15/3/85.

O DÉFICIT DAS ESTATAIS AGRAVA A SITUAÇÃO DA ECONOMIA CONGOLESA

Maria Helena Barbosa

A situação crítica de numerosas empresas estatais, acumulando grandes déficits, tem pesado sobre o conjunto da economia da República do Congo, contribuindo para a deterioração das finanças públicas. Na realidade, o Congo, quarto produtor de petróleo da África Subsaariana, depois de ter conhecido, a partir de 1979, um aumento anual em termos reais de 2,5% do PIB, está com sua economia passando por um período de grandes dificuldades.

Embora a produção petrolífera tenha aumentado de 5,4 milhões de toneladas em 1983 para 6,1 milhões em 1984, o atual plano quinquenal de desenvolvimento (1982-86) só poderá ser realizado parcialmente, pois os investimentos previstos de 1.109 bilhões de francos CFA sofreram cortes, paralelamente a uma retração de recursos que reduziu os investimentos de 115 bilhões de francos CFA em 1984 para 110 bilhões em 1985. Além desses, outros fatores também contribuíram, como a queda nas receitas do Estado e o rápido aumento do serviço da dívida externa.

Com um território de 342 mil km², o Congo é o país mais urbanizado da África Subsaariana, conseqüência de um dos mais espetaculares êxodos rurais acontecidos no continente. Daí o contraste marcante entre o rápido crescimento e dinamismo de seus dois principais pólos industriais — Pointe-Noire e Brazzaville, onde 79% das indústrias estão localizadas — e o declínio das zonas rurais. Para fazer face a esse desequilíbrio interno, o governo tem, atualmente, duas metas principais: reorganizar o espaço nacional e desenvolver as infra-estruturas necessárias a essa organização, sobretudo no domínio dos transportes, telecomunicações e energia.

Território continental cortado pelo Equador e com pequena abertura para o mar, o Congo atingiu um período áureo em sua economia entre os anos de 1981 e 1983, com o boom petrolífero. Por representar o petróleo 95% das receitas de exportação e assegurar 70% das receitas do orçamento congolês, a grande preocupação do governo é desenvolver e valorizar outros recursos naturais do país.

A potencialidade é grande, mas resta explorá-la: aproximadamente 60% da superfície do território é coberto por florestas — são 15 milhões de hec-

tares que representaram, até 1973, o primeiro produto da pauta de exportações do país e cuja produção, em 1984, foi de 145.114 m³; os minerais, além do petróleo, acham-se bem representados — potássio (reservas de 500 milhões de toneladas a serem exploradas), zinco, estanho, cobre, fosfato, bauxita, cassiterita, minério de ferro (cujas reservas, em apenas uma jazida prospectada, são de 300 toneladas de alto teor), ouro, diamantes e urânio. A agricultura, fraca, tem uma disponibilidade de oito milhões de hectares de terras, dos quais apenas 100 mil são cultivados.

A população é de cerca de 1,7 milhão e está extremamente mal-distribuída, pois 53% concentra-se na área das duas principais cidades do país, o que faz com que apenas 7% do espaço nacional esteja ocupado. A conseqüência imediata de tal distorção é a insuficiência na produção de alimentos: estima-se oficialmente que só 3% da superfície cultivável do país seja utilizada para a agricultura, o que faz com que o Congo seja obrigado a importar 70% de seus alimentos. O setor agrícola contribui com menos de 4% do PIB.

A expansão da produção petrolífera na década de 70 levou a uma mudança do perfil da economia nesse setor, o que coincidiu também com um aumento da concentração populacional. A indústria, marcada pelo processo de substituição das importações, é, no entanto, travada pela estreiteza do mercado interno e pela insuficiência de serviços de comercialização, daí ser uma das metas do governo melhor estruturar o setor secundário para aumentar as possibilidades da exportação. Paralelamente, procurar-se-á desenvolver os meios para fixar as populações no campo através do funcionamento de estruturas básicas que permitam ao país assegurar sua auto-suficiência alimentar.

Devido à fraqueza endêmica dos investimentos, tanto nacionais quanto estrangeiros, o Estado engajou-se, logo após a independência (1963), na sustentação do crescimento através do desenvolvimento, segundo formas diversas, de um setor produtivo estatal. No entanto, sua sobrevivência exige profunda modernização e racionalização. E, hoje, o país encontra-se aberto à participação de todos os países estrangeiros, cujos investimentos são bem-vindos.

Entre os seus parceiros comerciais, a França ocupa lugar de destaque, desenvolvendo atividades que englobam 30% da economia congolese e contribuindo com 65% de suas importações; a Itália tem sido importante parceira na prospecção do petróleo; os Estados Unidos dobraram suas importações nos últimos dois anos, absorvendo, atualmente, 80% da produção petrolífera, pela qual pagou, em 1984, um bilhão de dólares; Alemanha Ocidental, Japão e Inglaterra também estão presentes no Congo com investimentos.

Portanto, a adesão do Congo à doutrina marxista não impede uma franca convivência com o Ocidente. E este é um dos traços de originalidade do comunismo congolês — o desejo de independência nas trocas externas, pois, embora permanecendo amigo da União Soviética, não pretende ser, em absoluto, um aliado incondicional, o que é comprovado pelo baixo nível das trocas entre o Congo e os países do Comecon.

A partir de 1980, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Congo, que foram coroadas em 1982 com a visita a Brasília do Presidente N'Guesso. Na ocasião, o presidente congolês declarou que dentro do Plano Quinquenal de Desenvolvimento há espaço para o Brasil, cuja colaboração pode situar-se no âmbito da política congolese de diversificação de parceiros. Ressaltou também o domínio tecnológico brasileiro, apropriado para as regiões equatoriais e países subdesenvolvidos: obras públicas, transportes, aproveitamento da terra, exploração de minerais e recursos humanos.

A primeira grande obra brasileira na República Popular do Congo já se encontra em fase de operação: trata-se do contrato firmado pela empresa Andrade Gutierrez, no valor de 110 milhões de dólares, para a construção de rodovias pavimentadas em região onde outras empresas apenas ensaiaram os trabalhos, por tratar-se da floresta equatorial, com características muito semelhantes à região amazônica.

O alargamento das relações entre a República Popular do Congo e o Brasil poderá servir, efetivamente, para o desenvolvimento de uma política que permita aos países do Sul reduzir sua dependência em relação ao Norte industrializado. □

Em Foco

ÁFRICA DO SUL E O CASO DE CABINDA

Apenas um mês após a divulgadíssima retirada das tropas sul-africanas do sul de Angola (ver *Conjuntura Africana*, n.º 5, p. 2), uma missão de comandos sul-africanos foi desmantelada no dia 21 de maio, tentando, ao que parece, sabotar as instalações da Gulf Oil em Cabinda, no norte de Angola.

Esta violação patente do acordo de Lusaka, assinado em 1984 entre Pretória e Luanda, afetou mais seriamente ainda a credibilidade internacional de Pretória. Por aquele acordo, a África do Sul concordou em retirar as suas tropas do sul de Angola em troca do fim das incursões da SWAPO dentro do território namibiano a partir de bases angolanas.

Se tivesse tido êxito, o ataque teria conseqüências devastadoras, já que as exportações de petróleo representam a principal fonte de moeda estrangeira de Angola.

Posteriormente justificou governamentais para a missão, como a de que teria sido uma tentativa de colher informações a respeito de supostas bases do ANC (movimento anti-apartheid da África do Sul) e da SWAPO, foram obviamente tentativas apressadas de salvar a face.

Entretanto, apesar do presidente Botha não ter se pronunciado a respeito, tais missões não se encaixam bem na lógica dos seus esforços de estabelecer um *modus vivendi* regional — os acordos de Nkomati com Moçambique e os de Lusaka com Angola — a fim de poder concentrar os esforços do governo para as reformas internas.

Supõe-se que ele estaria ciente das possíveis repercussões no caso da missão ser descoberta. O incidente afetaria seriamente as relações com os americanos, que serviram de avalistas dos acordos de Lusaka. Isto se torna de especial relevância num momento em que Pretória se encontra sob forte pressão diplomática internacional para se retirar da Namíbia, desmantelar o apartheid, e está com a espada de Dâmocles do desinvestimento pairando sob sua cabeça (ver *Conjuntura Africana*, n.º 3, p. 4 e n.º 4, p. 5), já que Washington vem sendo seletivo nas suas críticas ao país.

Uma explicação plausível, por conseguinte, é a de que Botha não está com controle dos falções do *establishment* militar sul-africano, especialmente no BOSS (o Serviço Secreto) e os de segurança do exército, estes continuando a equiparar segurança nacional com a desestabilização de vizinhos. Isto pode ajudar a explicar as acusações moçambicanas de que Pretória continua a ajudar a Renamo (movimento que contesta o regime da Frelimo) a despeito de Nkomati. Se tal for o caso, as implicações são gravíssimas e poderão resultar numa confrontação entre o governo e os linha-dura da SADF (Forças de Defesa da África do Sul). □

SOCIALISMO AFRICANO RECEBE GOLPE DE MISERICÓRDIA

"Mais vale ver uma plantação rentável mantida pelo setor privado do que ser intransigente e manter uma empresa mal gerida pelo Estado".

Com essas palavras, em maio deste ano, o presidente Julius Nyerere da Tanzânia finalmente admite que a sua experiência socialista foi um anárgo desapontamento.

As raízes da presente crise remontam à Declaração de Arusha, de 1967, quando Nyerere esboçou as diretrizes básicas para a transformação socialista da Tanzânia. Os dois temas principais eram a *self-reliance* (bastar-se a si próprio) e o igualitarismo.

Empresas estrangeiras foram nacionalizadas bem como os setores bancário, de transportes e a comercialização, sendo substituídas por órgãos e empresas estatais. O impacto deste esforço para a socialização da economia fez-se sentir principalmente no setor rural que agregava 90% da população do país. As grandes fazendas comerciais estrangeiras foram desmanteladas e as terras individuais dos camponeses tomadas. Nos seus lugares, estabeleceram-se as *ujamaas* (aldeias comunais). Essa política das *ujamaas* era a pedra fundamental do socialismo tanzaniano, representando o maior projeto de engenharia social visto na África. Em 1975, 9 milhões de pessoas (65% da população) viviam em 7 mil comunas *ujamaas*.

De fato, uma política que almejava a reorganização, racionalização e modernização da agricultura simplesmente terminou por desorganizar os métodos agrícolas tradicionais, na medida em que os produtores eram deslocados de suas terras ancestrais e forçados a cultivarem glebas comunitárias.

A desorganização da capacidade produtiva do setor rural, o achatamento dos preços aos produtores controlados pelas juntas de comercialização estatais e a ineficiência dos sistemas de transporte de *marketing*, todos contribuíram para a crise agrícola, especialmente de produtos para a exportação. Para tomar alguns exemplos, a Tanzânia em 1970 exportou 220 mil toneladas de sisal. Em 1984 esta cifra havia caído para 47 mil toneladas.

Esse desastre da agricultura de exportação repercutiu por todos os setores econômicos e foi a razão básica da aguda falta de moeda estrangeira da qual o país vinha padecendo. A deterioração do setor industrial, operando agora com 25% da capacidade, encontra as suas raízes neste gargalo, impossibilitando-o de obter matérias-primas e peças de reposição.

Como resultado, o PIB (4,9 bilhões de dólares em 1980) caiu 5% em 1983. Como a taxa anual de crescimento da população atinge agora mais de 3%, pode-se dizer que apenas naquele ano houve uma queda da renda *per capita* de cerca de 8%.

Enquanto que os fatores externos indubitavelmente contribuíram para a regressão econômica (seca, o impacto dos aumentos dos preços de petróleo e termos de troca adversos), os erros da política interna são os principais responsáveis pela crise, como agora foi reconhecido por Nyerere.

A questão crítica para a Tanzânia é a de definir que políticas específicas levaram a esta situação e que espécie de reformas poderão superá-la. □

FMI OUVI AS CRÍTICAS DOS PAÍSES AFRICANOS

Representantes dos 33 bancos centrais africanos e do FMI reuniram-se pela primeira vez em Nairobi, no mês de maio, para discutir os métodos usados pelo Fundo diante da crise econômica africana.

Embora admitindo a legitimidade das medidas preconizadas pelo Fundo para sanear economias africanas abaladas, os representantes da Associação dos Bancos Centrais Africanos (ABCA) demonstraram suas dúvidas quanto à eficácia das políticas adotadas e afirmaram que, persistindo as condições atuais, a maioria dos países terá, num futuro próximo, dívidas consideráveis, tendo o Fundo contribuído apenas para agravar os problemas. Dessa forma, procurou-se demonstrar a inadequação dos programas de ajustamento e as condições fixadas pelo Fundo para a dotação de empréstimos, que generalizam os problemas e fixam, num pacote único, as soluções para o saneamento das economias, sem levar em consideração as especificidades de cada país. E mais, o FMI dá maior importância ao equilíbrio monetário que às situações nacionais. Comentando essa situação, o presidente da ABCA, Charles Nyiraburu, ressaltou: "Temos maior necessidade de fundos que de conselhos".

A Tanzânia colocou-se à frente dos Estados africanos, negando ao FMI o direito de impor condições draconianas e socialmente inaceitáveis. Outros governos, como o da Nigéria, manifestaram uma clara reticência em se submeter às condições fixadas pelo Fundo. Apoiado por dados concretos, o representante da Nigéria afirmou que, apesar de um certo crescimento nos últimos anos, os financiamentos do FMI para a África permanecem muito inferiores àqueles com que se beneficiam outras regiões em desenvolvimento.

Com uma dívida de 150 bilhões de dólares em 1983 (180% do valor das exportações anuais), os africanos presentes em Nairobi conseguiram se fazer ouvir pelos técnicos do FMI. Estes concordaram que o fluxo dos recursos para a África são, realmente, inadequados. Foi constatada também a enorme dificuldade em financiar o déficit global da conta corrente africana, que está estabilizado em 1985 em cerca de 10,2 bilhões de dólares (8,3 bilhões para a África Subsaariana) e 9,3 bilhões em 1986 (7,8 bilhões para a África Subsaariana).

Os dirigentes africanos se queixaram de que, além das condições fixadas pelo FMI para a doação de financiamentos, paralelamente surgem outras estipuladas por instituições financeiras, principalmente o Banco Mundial. São os mecanismos conhecidos como "condicionamentos cruzados", nos quais a presença do Fundo é predominante, ditando sua vontade não só aos países africanos, mas também ao Banco Mundial.

Ao final do simpósio, foi reconhecida a necessidade da implantação das políticas de ajustamento na África. Mas o ritmo e a execução desses ajustamentos ainda continuam problemáticos. Apesar de tudo, o recado foi dado e, segundo o presidente da ABCA, um certo impacto sobre os representantes do FMI foi disparado: "Espero que estejam prontos a mudar, a reexaminar suas posições e a serem mais acessíveis do que foram até agora." □

■ **ENERGIA: 3.ª CONFERÊNCIA ÁRABE.** O Banco Mundial acredita que os países em desenvolvimento deveriam investir 100 bilhões de dólares por ano na produção de energia na próxima década, ou seja, 4% do PIB desses países. Essa afirmação foi feita pelo diretor-adjunto para energia do Banco Mundial na 3.ª Conferência Árabe sobre Energia, realizada na Argélia no mês de maio. E acrescentou: "Mobilizar recursos para um tal investimento é, na verdade, o principal desafio do mundo em desenvolvimento". Para ajudar o Terceiro Mundo a desenvolver seus recursos energéticos, o Banco Mundial aumentou a previsão de financiamento no setor, no corrente ano, que atingirá um total de 3,8 bilhões de dólares.

■ **MARROCOS-PORTUGAL.** Duas empresas de construção civil e uma de materiais de construção vão investir no Marrocos. Fontes empresariais da Associação Nacional dos Empreiteiros em Obras Públicas, de Portugal, referiram-se ao interesse das empresas de construção civil em conquistar influência nos mercados externos, dada a recessão interna que atinge o setor. Representantes das três empresas portuguesas deslocaram-se para o Marrocos, no mês de maio, para contatos diretos.

■ **GUINÉ-BISSAU-EUA-PORTUGAL.** Uma delegação do Instituto Português para a Cooperação Econômica encontra-se em Bissau para analisar, com as autoridades locais, a implementação prática do acordo trilateral entre Portugal, Guiné-Bissau e Estados Unidos. O acordo, assinado em setembro de 1984, comporta uma primeira fase de formação de quadros e outra de créditos a potenciais investidores guineenses e portugueses no setor da agroindústria.

■ **ARGÉLIA-ARGENTINA: ENERGIA NUCLEAR.** Uma delegação argelina chegou a Buenos Aires no dia 21 de maio para estreitar a cooperação sobre a utilização pacífica da energia nuclear entre os dois países. Esta delegação, chefiada pelo presidente da comissão de novas fontes de energia da Argélia, permanecerá na Argentina até o final do mês para visitar instalações nucleares, solares e industriais.

■ **COSTA DO MARFIM.** A Sociedade de Transportes de Abidjan (Sotra) acaba de comprar 95 ônibus de 100 lugares, ao preço de 12,7 milhões de dólares. A Sotra tem em seu parque 1.112 veículos, porém 10% desses ônibus são comprados anualmente, para enfrentar o desgaste. Assim, já está prevista a compra de outros 95 ônibus, em 1986, segundo o diretor geral da Sotra. Como as taxas alfandegárias para a entrada dos veículos dobram o seu preço, a Sotra pediu ao governo uma isenção de impostos.

■ **ÁFRICA DO SUL: PLATINA.** A sociedade Gold Fields of South Africa anunciará em breve a exploração de uma nova mina de platina, situada ao norte de Rustenburg. Somente a produção dessa mina permitirá ultrapassar a União Soviética, primeira produtora mundial. A atual produção sul-africana de 90 toneladas passará para 103 toneladas.

■ **ÁFRICA-CHINA.** A China foi admitida, no mês de maio, como o 75.º membro do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) subscrivendo 5 mil ações num total de 50 milhões de dólares (0,92% do capital, que tem 540 mil ações) e também o 26.º membro do FAD (Fundo Africano de Desenvolvimento), para o qual traz uma contribuição de 40 milhões de dólares (1,06% dos recursos totais do Fundo). Chefiada por Shang Ming, a delegação participou pela primeira vez, em Brazzaville, de uma reunião do BAD e do FAD.

■ **NIGÉRIA: NOVAS EXPULSÕES.** Em janeiro de 1983, o mundo assistiu surpreso a Nigéria expulsar dois milhões de estrangeiros, qualificando-os de imigrantes irregulares, vindos dos países vizinhos.

Desta vez, mais 700 mil são atingidos. Essa medida do governo do general Buhari tem sido criticada no interior da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), formada por 16 países que reúnem cerca de 150 milhões de habitantes e da qual a Nigéria deveria ser, por sua importância na região, não só a espinha dorsal como a principal beneficiária. Agindo da forma como vem fazendo, e que atinge diretamente seus parceiros da CEDEAO, o governo de Lagos não parece interessado em consolidar sua posição no interior da comunidade; ao contrário, vem gradualmente quebrando os fundamentos culturais e o ideal de solidariedade política que a sustenta.

Mas, por trás dessas ocorrências, para o receio do Supremo Conselho Militar Nigeriano de que o trio de governantes militares nacionalistas, formado por Rawlings (Gana), Sankara (Burquina-Fasso) e Kerekou (Benin) esteja sendo incentivado e financiado pela Líbia para promover uma mudança na Nigéria, na direção de um estilo de governo radical, semelhante ao de seus vizinhos. Na realidade, já ocorreu um encontro entre os três dirigentes mencionados e o primeiro-ministro líbio, major Jalloud, em Ouagadougou, capital burquinense, no final do mês passado.

■ **COSTA DO MARFIM: SUCESSÃO.** A muito esperada entrevista coletiva do presidente Houphouët-Boigny, para indicar o nome do vice-presidente e seu eventual sucessor, foi adiada para depois do Congresso do Partido Democrático da Costa do Marfim, sem data marcada mas que precederá decisões acerca das eleições do país, fixadas para outubro, quando serão eleitos o presidente, o vice-presidente, a assembléia nacional e os conselhos municipais.

Houphouët-Boigny, atualmente com 79 anos, governa o país desde 1960. Espera-se que ele ainda continue no governo por mais cinco ou seis anos. A grande novidade nas próximas eleições é a indicação do vice-presidente e um severo registro dos eleitores, quando, pela primeira vez, serão excluídos os não marfinianos.

■ **LÍBIA-ÍNDIA.** A Índia ainda não conseguiu progressos concretos em relação ao pagamento dos trabalhos que vem realizando na Líbia. Técnicos de Nova Déli estiveram em Trípoli no final de abril e não sabem o que fazer para resolver os problemas levantados pelo adiamento dos pagamentos. A Índia hesita em aceitar uma operação de *countertrade* em petróleo para pagamento, pois tal medida obrigaria em aceitar o cru líbio ao preço oficial, tendo que revendê-lo no mercado *spot*, o que implicar perda de 10 a 20%.

A Índia, com 15 companhias trabalhando na Líbia, está tentando um acordo que proteja seus interesses. Os dois países trocaram, recentemente, esboços para a elaboração de um pacto de trabalho, nos moldes do recente acordo indiano feito com o Catar. Entre outros itens, o acordo proposto procura canalizar o recrutamento de trabalhadores indianos através de agências oficiais.

A Líbia cancelou, recentemente, sete contratos com a estatal indiana National Building Construction Corporation. No entanto, outra estatal, a International Airport Authority of India foi consultada para em *joint-venture* construir aeroportos na Líbia.

■ **HEGEMONISMO LÍBIO É COMENTADO.** Fica cada vez mais evidente que Trípoli empenha-se em ser o grande pólo articulador da presença árabe na África Subsaariana. A influência de Kadhafi começa a despontar com uma nova postura política, constatada pelo *Ivoire-Dimanche*, jornal da Costa do Marfim, que escreve: "A Líbia traça, atualmente, uma nova estratégia sobre a política africana, na qual o coronel Kadhafi abandona seu perfil de chefe de Estado efervescente, imprevisível, fogoso, que tanta perturbação causou."

O *Ivoire-Dimanche* lembra a recente visita do líder líbio a Ruanda, Burundi e Sudão, e o encontro de Ouagadougou, entre a Líbia, Burquina-Fasso, Benin e Gana, analisado como "uma preocupação concreta em reequilibrar e alargar o círculo dos amigos da Líbia", acrescentando, contudo, que seu dirigente é bastante difícil de ser classificado numa área precisa. Continuando, o jornal marfiniano afirma: "Incontestavelmente, esboça-se, no momento, uma nova estratégia africana por parte da Líbia", o que parece indicar a simpatia marfiniana por uma acomodação política com a Líbia.

■ **ZAIRE-LÍBIA.** O coronel Kadhafi conclamou os generais zairenses a seguirem o exemplo do Sudão e derrubarem Mobutu do poder. A resposta não se fez esperar: os Companheiros da Revolução (generais que participaram da tomada do poder pelo presidente Mobutu, em 1965) advertiram o chefe líbio e os vizinhos do Zaire contra toda tentativa de desestabilização do regime de Kinshasa. Numa mensagem de apoio ao presidente, declararam: "Certos países vizinhos não devem encarar como sinal de fraqueza a política de boa vizinhança praticada pelo Zaire" e qualificaram Kadhafi como "o grande terrorista do século XX", acrescentando que a reação de Kadhafi é devida à intervenção das tropas zairenses no Chade, a pedido de N'Djamena, e a retomada das relações diplomáticas com Israel.

MHB

CONJUNTURA

AFRICANA

JULHO DE 1985

ANO 1 - N.º 7

DEPOIS DAS ARMAS, OS GRÃOS

Sidney Miguel de Lourenço

Na política de aproximação da Argélia com os Estados Unidos, iniciada com um importante acordo de cooperação na área de defesa (*Conjuntura Africana*, n.º 5, p. 1), mais uma importante carta foi posta na mesa com o anúncio de John Bock, ministro norte-americano para a Agricultura, da compra por parte de Argel de um milhão de toneladas de trigo.

O aprofundamento do novo curso escolhido pela administração argelina cruzou-se, na trama das rivalidades intra-Maghreb, com uma outra rivalidade conhecida como guerra dos grãos. É a disputa entre a França e os Estados Unidos, estes últimos fortemente superavitários em grãos, contando com esta produção como poderosa alavanca estratégica no conflito Norte-Sul, conforme foi valorizado nos anos 70 diante da OPEP (árabes). Hoje a questão de alimentos é um assunto hipersensível no contexto de segurança do grupo subsaariano da África e não menos contundente na oposição Leste-Oeste, tendo em vista a incurável falta de capacidade de auto-abastecer-se da União Soviética e China.

No outro lado da disputa desta guerra da oferta de grãos está a França, que dispõe na "Europa agrícola" de um lugar de indisputada primeira linha, figurando nas exportações agrícolas europeias como chefe de fila dos interesses europeus. Embora o mercado argelino tivesse sido conquistado apenas nos últimos anos, com a ajuda da Alemanha Federal e Inglaterra, uma ex-colônia não escapa de ser objeto da síndrome de *chasse gardée*. O efeito psicológico é claro, e não se pode subestimar também a influência argelina no grupo dos não-alinhados, sobretudo na área francófona do continente. A queda de Claude Cheysson do Ministério de Relações Exteriores da França, o arquiteto da convenção de Lomé como comissionário para assuntos de cooperação e desenvolvimento da CEE, foi o marco de uma travessia do Rubicão. Tendências já instaladas em Argel tiveram o caminho aberto para

profundidade, na existência de um cálculo francês em face dos riscos e das perdas que podem implicar com respeito à Argélia.

A nova atitude norte-americana de ter um desempenho mais ativo na África encontrou no episódio do contrato da venda de trigo à Argélia uma oportunidade de matar vários coelhos com um só cajadado. O "nã" pronunciado por Mitterrand na reunião de cúpula de Bonn, em resposta à solicitação de Reagan de que se abrisse uma rodada de negociações do GATT para tratar dos problemas comerciais, deixou no ar a expectativa de uma réplica americana com golpe forte. A aproximação de Rabat com Trípoli já havia provocado a suspensão do suprimento de grãos americanos ao Marrocos, justificado pelos atrasos nos pagamentos de remessas anteriores. Após muitas pressões, os americanos catalogaram como obsessiva a atitude do rei Hassan com relação ao Polisário.

Os laços tradicionais do Marrocos com os Estados Unidos não são nada desprezíveis, existindo uma fundação destinada a promover a amizade dos dois países, que tem por conselheiros gente do porte de Henry Kissinger e Vernon Walters e como conselheiro-chefe, David Rockefeller.

Talvez a repercussão mais duradoura da ponte estabelecida entre Washington e Argel venha a ser o estabelecimento de um quadro de cooperação técnico-econômica na área da agricultura. Este é o justo momento em que a política de desenvolvimento argelina se volta prioritariamente para esta área, segundo os parâmetros orçamentários do novo plano.

O porte da economia argelina (2.º PIB do continente) faz com que a Argélia possa vir a ser o carro-chefe dos esforços do Departamento de Comércio norte-americano, que vem realizando seminários de informação com empresários para estimulá-los a investir na África, com o objetivo de ter os investimentos privados como peça essencial na cooperação para o desenvolvimento. Alguns empresários já aceitam a idéia de que a África é o continente do futuro. Bons negócios com armas, com grãos, investimentos que garantem um futuro. Um final feliz para parceiros que até recentemente trocavam adjetivos nada lisonjeiros. □

ÁFRICA DO SUL: PROBLEMAS NA OPOSIÇÃO

Mark S.C. Simpson

Por trás do crescente número de negros mortos por policiais ou soldados na África do Sul, aparecem também, de modo perturbador, cifras que indicam um aumento de violência, não só entre militantes e os "colaboradores" negros do governo, bem como entre os vários grupos políticos que lutam contra o sistema de dominação branca. É apontada por especialistas a cisão ideológica que aflige o movimento de luta contra o *apartheid*, e que vem se acirrando na medida em que as possibilidades de manutenção do *status* se inviabilizam.

No momento em que se esboça uma real possibilidade de desmantelamento do sistema, inevitavelmente apareceram divergências entre os diversos movimentos contestadores com relação às táticas e alianças a serem utilizadas.

Entre os atores, a entrada no cenário político da UDF (Frente Democrática Unida) acirrou as divergências latentes em virtude de sua composição: frente ampla e plurirracial (negros, brancos, indianos e mulatos), encerrando em suas fileiras toda uma gama de posturas, que vão da forte presença do ANC (Congresso Nacional Africano), que prega a luta armada, até a ideologia reformista liderada pelo Bispo Desmond Tutu.

PAC e Azapo

Diante da intransigência de Pretória de dialogar com a UDF, existe a real possibilidade desta organização vir a ser suplantada por posições mais radicais, como as do PAC (Congresso Pan-Africano) e da Azapo (Organização do Povo da Azânia), herdeira do Movimento de Consciência Negra dos anos 70. Tanto o PAC como a Azapo se recusaram a se filiar à UDF, argumentando contra o seu caráter plurirracial, numa luta que é vista como sendo, em última análise, dos negros. A posição das duas organizações em relação à presença de brancos na luta contra o sistema é de que estes deveriam se empenhar em transformar o sistema vigente a partir da sua própria comunidade branca.

A presença do ANC na UDF tem razões históricas. O ANC é um aliado do SACP (Partido Comunista Sul-Africano), de linha pró-Moscou. Este relacionamento necessariamente implicou a tática de participação numa frente ampla com a UDF, tão ao gosto do Kremlin. É interessante, neste contexto, notar que no último congresso do ANC, realizado em junho na Zâmbia, Joe Slovo, um importante membro branco do SACP, foi eleito para o comitê executivo do ANC, e que nos últimos anos a tendência vem sendo treinar os guerrilheiros do ANC em Moscou e não em Angola ou na Tanzânia como anteriormente.

O PAC, por outro lado, tradicionalmente recebe apoio de Pequim, enquanto que a Azapo vem sendo influenciada pelo obscuro Cape Action League, uma facção trotskista, que despreza o ANC pelas suas ligações com Moscou. Estes antagonismos têm, por vezes, resultado em embates frontais, como por exemplo em maio, quando oito membros da Azapo foram mortos por partidários da UDF.

Inkatha e Buthelezi

As implicações dessas cisões têm mais um fator complicador, que é o Inkatha, partido político com cerca de um milhão de associados, quase exclusivamente da tribo zulu. Liderado pelo chefe Buthelezi do bantustã Kwa-Zulu, advoga reformas graduais e pacíficas, sem questionar basicamente a validade do sistema dos bantustãs (ver *Conjuntura Africana*, n.º 4, p. 4-5). Tanto a Azapo como a UDF acusam Buthelezi de ser um colaboracionista, já que gerencia o seu bantustã com as bênçãos de Pretória, e argumentam que a Inkatha divide os negros pela ênfase que é dada à importância da tribo.

Vários encontros foram registrados recentemente entre Buthelezi e o presidente Botha, e pelo que se pode depreender, o chefe zulu parece estar disposto a aceitar um modelo federativo, com maior autonomia e recursos para os bantustãs existentes. Por outro lado, as demais organizações reivindi-

cam um Estado unitário. Divergências também aparecem com relação à questão do "desinvestimento", na medida em que Buthelezi, ao contrário dos outros movimentos, mostrou-se contra a campanha internacional que visa à retirada dos investimentos estrangeiros da África do Sul. Este ano várias mortes também foram registradas em conflitos entre membros da Inkatha e da UDF.

Dessas diferenças de posição entre os movimentos nasce necessariamente uma certa falta de unidade, num momento em que a união é fator primordial para alcançar os objetivos perseguidos. O negro sul-africano, portanto, encontra-se sujeito a apelos um tanto conflitantes, provenientes das diferentes posturas dos movimentos: alianças ou não com brancos, mestiços e indianos; a importância da questão tribal; luta armada *versus* reformas pacíficas etc.

Sindicatos negros

Toda essa problemática desembocou na questão sindical. Os recém-formados sindicatos negros são um espelho das tensões mencionadas acima. A multirracial Fosatu (Federação de Sindicatos Sul-Africanos) tem sérias divergências com o Cusa (Conselho dos Sindicatos da África do Sul), este último tingido com a ideologia exclusivista da Azapo.

Conversações no início de junho entre todos os sindicatos, visando a estabelecer uma superfederação sindical, que reuniria cerca de 500 mil trabalhadores, chegaram a um impasse justamente em relação à proposta de que o novo sindicato abrangesse todas as raças. Tal falta de união é um fator externamente negativo, na medida em que os sindicatos desempenharam um papel fundamental no processo vigente de desmantelamento do "*apartheid* econômico" (reservas de certos empregos para brancos e disparidades salariais baseadas na classificação racial), possibilitando-os agora a se dedicarem a injetar um maior conteúdo político nas suas reivindicações se resolverem as suas diferenças. □

CRISE GEOPOLÍTICA RETARDA INTEGRAÇÃO NA ÁFRICA OCIDENTAL

Maria Helena Barbosa

Os dez anos de fundação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) estão sendo marcados por intensa crise geopolítica, vivenciada, em maior ou menor escala, por seus países-membros. Não bastassem as dissensões internas por que passa a Comunidade, a Nigéria, país-chave e grande incentivadora da criação da CEDEAO, vê sua liderança abalada com o aumento do peso político de Gana no contexto regional.

Gana, apontada como exemplo pelas reformas estruturais que vêm transformando sua economia, apresenta-se também como uma nova proposta política mais radical, com o segundo golpe de Estado desfechado pelo tenente da Força Aérea, Jerry Rawlings.

Paralelamente, grave crise econômica e distúrbios religiosos provocados pela seita muçulmana Maitatsine no norte da Nigéria forçaram o governo a desferir, pela segunda vez no espaço de dois anos, violenta ação de expulsão de migrantes de países vizinhos, que, por coincidência, em seu maior contingente, eram ganenses, injustamente acusados de fomentar a efervescência religiosa da seita, constituída pela presença maciça de camaroneses.

Essa ação ataca frontalmente a filosofia que permeia a Carta da CEDEAO, atingindo também o Tratado de Assistência Mútua, firmado em 1984, com Gana, Benin e Togo, que estipula "apoio e proteção a todos os deportados, até que deixem o território do país que os expulsa".

As razões alegadas pelo governo nigeriano — alto nível de desemprego, crise social e religiosa internas — escondem a preocupação maior, que está voltada para a expansão da influência líbia na região, após ter encontrado boa receptividade por parte dos governos de Gana, Burquina Fasso e Togo.

A tentacular expansão do governo de Trípoli, cujo raio de ação começa a se voltar para a África Oriental e Ocidental, vem se organizando, mais concretamente, no oeste africano através dos recentes contatos mantidos com dirigentes dos três países mencionados com representante do coronel Kadhafi. Anteriormente já havia sido concluída operação de ajuda em petróleo por parte da Líbia para Gana, logo após a tomada do poder por Rawlings, em 1982. Tudo isso faz prever um maior peso da presença líbia e muçulmana na região. Ao mesmo tempo, o Supremo Conselho Militar Nigeriano teme a

influência dos dirigentes desses três países que, contando com o apoio líbio, provoquem uma radicalização do governo nigeriano pela ação de jovens oficiais, como o acontecido em Gana.

É interessante notar que a mídia da Costa do Marfim pronunciou-se favoravelmente quanto à nova postura da diplomacia líbia, qualificada como mais amadurecida; e, num momento de indefinição sucessória, como a que está acontecendo nesse país, não deixa de ser significativa a ameaça dos "coronéis".

A estrutura da CEDEAO está abalada, mostrando que o jogo geopolítico atrapalha profundamente a viabilidade dessa comunidade regional, através das diferenças de governos, de etnias, da superposição de organizações regionais e intergovernamentais, da falta de recursos e das disputas internas de cada país.

No entanto, a inviabilidade econômica de pequenos Estados, consequência da balcanização desta região, já se tornou um fato comprovado, daí haver uma vocação na África Ocidental para a formação de uma comunidade de países, favorecida pela própria posição geográfica que ocupam. Paralelamente, ao capital internacional também interessa essa unificação regional, única forma de possibilitar a formação de mercados capazes de absorver investimentos.

A África Ocidental é uma região que, por tradição, já teve importantes experiências no domínio da integração regional, algumas de raiz colonial, como a UDEAC (1959), outras pela iniciativa de Estados recém-independentes, como a CEAO.

A fundação da CEAO (Comunidade Econômica da África Ocidental), em 1973, eminentemente francófona, levou à constituição de uma entidade mais abrangente, a CEDEAO, que congrega todos os dezesseis países da região, dos quais nove são francófonos, cinco anglófonos e dois lusófonos, o que mostra a pretensão de ultrapassar as raízes coloniais e assume, como determinante da integração, a necessidade de desenvolvimento, a qual, com a proximidade geográfica, pode avançar para formas superiores de integração.

A viabilidade de uma cooperação regional em grande escala se esboça através de diversos fatores: é a sub-região africana que engloba o maior nú-

mero de países, cobrindo uma extensão de 6,6 milhões de km²; reúne uma população de 160 milhões de habitantes, um terço de toda a população africana; os Estados-membros exportam todos os produtos que as condições climáticas de seus territórios lhes permitem: madeira, cacau, café, óleo de palma, de amendoim, borracha, algodão etc. e 90% da população da região se dedica à agricultura; o leque de reservas minerais é variado, sendo algumas das mais ricas do continente: petróleo, cromo, ferro, bauxita, cobre, manganês, estanho, fosfato, silício, ferro e urânio.

O objetivo geral da CEDEAO é promover a cooperação e o desenvolvimento em todos os setores da atividade econômica. Do ponto de vista estritamente econômico, a CEDEAO persegue dois grandes objetivos: a constituição de um mercado comum africano e a implementação de uma integração econômica pela adoção de políticas econômicas comuns.

Para viabilizar os projetos da CEDEAO foi criado, em 1977, um Fundo de Cooperação e Desenvolvimento que, com capital inicial de US\$ 500 milhões, será provido pelas contribuições diretas dos países-membros. O fundo mantém relações com diversas instituições financeiras, como o Banco Europeu de Investimentos e o Fundo Europeu de Desenvolvimento e o Overseas Development Administration.

O maior problema da CEDEAO é a falta de recursos para o desenvolvimento de seus programas, embora já se notem progressos nas áreas de comércio, transportes e telecomunicações; outro grande problema refere-se à necessidade dos Estados-membros racionalizarem seus esforços e energias, na maioria das vezes dispersas entre dezenas de organizações intergovernamentais, cujos domínios de atividades se sobrepõem.

Na realidade, a crise pela qual passa a CEDEAO é grave, e faz-se necessário afastar qualquer possibilidade de interferência extra-regional para que o ideal de unidade se mantenha intocável e a comunidade possa concretizar suas metas.

Na 8.ª reunião de cúpula, de 4 a 6 de julho, em Lomé, evidenciou-se a necessidade de serem ultrapassados os chamados "micronacionalismos" para que a comunidade se torne um símbolo da cooperação intra-africana. □

ZIMBÁBUE: ELEIÇÕES, SAFRAS E VIZINHOS PROBLEMÁTICOS

Mark S.C. Simpson

Apesar do partido ZANU (União Nacional Africana do Zimbábue), baseado na tribo majoritária dos shonas do primeiro-ministro Mugabe, ter aumentado seu percentual do voto nacional para 77% nas eleições de julho (63% nas primeiras eleições de 1980), ganhando 63 de um total possível de 79 cadeiras reservados para os negros, o presidente do Zimbábue não se mostrou entusiasmado com os resultados. Ele reconheceu que a vitória foi conseguida às custas de pequenos partidos negros, como o UANC (Congresso Nacional Africano Unido) do bispo Abel Muzorewa, que perdeu suas três únicas cadeiras.

Duas são as manchas que estragaram o que aparenta ser, à primeira vista, o cenário animador de uma vitória eleitoral esmagadora.

Em primeiro lugar, apesar dos esforços do próprio Mugabe, a ZANU não conseguiu penetrar nas áreas do principal partido de oposição, a ZAPU (União do Povo Africano do Zimbábue), que tem seus partidários entre a tribo minoritária dos ndebeles. A ZAPU, liderada por Joshua N'komo, ganhou todas as quinze cadeiras disputadas nas terras do ndebele, a Matabelelândia. Estes resultados demonstram que a natureza tribal do cenário político do país fortaleceu-se desde as últimas eleições, há cinco anos. Mugabe anunciou que, em vista da continuação da dissidência de Matabelelândia, agora contando com cerca de 2 mil guerrilheiros da ZAPU que se recusam a integrar as forças armadas do país (ver *Conjuntura Africana*, n.º 3, p. 3), pretende encontrar uma solução definitiva para o problema da ZAPU.

Muito mais difícil de Mugabe engolir, entretanto, foram os resultados das eleições separadas para a comunidade branca, realizadas no fim de junho. Ian Smith, ex-primeiro ministro da antiga Rodésia, e velho inimigo de Mugabe, parece ter tirado grande proveito dos temores dos brancos com relação a recentes pronunciamentos de Mugabe sobre a possibilidade de ser estabelecido um partido único no país. A CAZ (Aliança Conservadora do Zimbábue), de Smith, conseguiu 15 das 20 cadeiras reservadas para os brancos, de acordo com a constituição de Lancaster House (ver *Conjuntura Econômica*, n.º 3, p. 3), aumentando em oito o número de suas cadeiras no Parlamento. Isto às custas do outro partido branco, o IZG (Grupo Independente do Zimbábue), que vinha cooperando com o governo e oferecia uma alternativa de reconciliação com os negros. A partici-

pação do IGZ caiu de treze para cinco cadeiras.

Mugabe esperava que, nas eleições, os brancos lhe fornecessem um sinal de que haviam rejeitado as políticas racistas de Ian Smith em troca da reconciliação numa nova ordem, como consequência da maneira moderna como ele vinha socializando a economia, deixando quase que intacto os interesses econômicos dos brancos.

Após a divulgação dos resultados, entretanto, Mugabe ameaçou que, apesar do governo ter respeitado a constituição, "já que desejava unidade com o povo", nunca se aceitou que "uns meros 32 mil eleitores tivessem o direito a 20 cadeiras". Pela constituição de Lancaster House, as vinte cadeiras brancas estão asseguradas até 1987, quando se tornará necessária uma maioria de 70% no Parlamento para eliminar o sistema de cadeiras reservadas.

A ala radical da ZANU foi até mais longe do que o primeiro-ministro. Eddison Zvobogo, ex-ministro de Assuntos Legais e Parlamentares, e agora ministro da Justiça, declarou que a CAZ era tida como a "Ku-Klux-Klan do Zimbábue" e indicou que haveria disposição de ab-rogar a constituição no que toca às cadeiras brancas. A *Financial Gazette*, jornal financeiro do país e que representa os interesses dos empresários brancos, afirmou que "os resultados foram, na nossa opinião, um tapa na face para a política de reconciliação de Mugabe (...). É compreensível que esteja zangado e desapontado com o resultado das eleições".

Esse desapontamento de Mugabe resulta agora num endurecimento por parte do governo. No dia 6 de julho, o dirigente disse que o governo está "trabalhando na direção de unir o nosso povo debaixo de um único guarda-chuva político". Encontra-se refletido também na composição do novo gabinete ministerial, formado exclusivamente por quadros da ZANU, pondo fim, conseqüentemente, à representação minoritária de brancos e de partidários da ZAPU, política adotada por Mugabe durante seu primeiro mandato. O ministro da Agricultura, o branco Denis Norman, foi substituído, numa óbvia retaliação à comunidade de fazendeiros brancos, pelo seu apoio ao CAZ.

Em vista da presente discussão no seio do governo a respeito de unipartidarizar o sistema político vigente, surge a possibilidade de uma coalizão de partidos minoritários que desempenhariam o papel de um baluarte contra as

pretensões de Mugabe. Uma aliança ZAPU-CAZ não está fora de cogitação, quando se leva em conta que durante a guerra de libertação (1965-80) N'komo várias vezes se mostrou disposto a chegar a um acordo unilateral com o regime de Smith.

A economia

Não se pode avaliar, por enquanto, em que medida estes sinais de uma possível rejeição do semi-status quo político entrincheirado na constituição de Lancaster House podem vir a prejudicar os recentes indicadores econômicos extremamente satisfatórios do país. O que se pode afirmar é que a preocupação da imprensa internacional com a possibilidade de uma mudança nas regras do jogo político não se encontra refletida, pelo menos no presente, entre a vasta maioria dos próprios zimbabuanos, sejam estes ndebeles, shonas ou brancos.

Em grande parte, este despreendimento deve-se à euforia prevalecente com respeito ao desempenho da economia, que vem superando todas as expectativas. Divergências ideológicas latentes se encontram no momento ofuscadas pelas possibilidades existentes de melhoria de nível de vida, abertas a todos os setores da sociedade.

O clima otimista, entretanto, também vem escondendo a realidade de certas mudanças estruturais na economia, o mais importante sendo o aumento do peso relativo do setor camponês na agricultura. A safra de milho recorde de 1984, com os camponeses contribuindo com um excedente de 375 mil toneladas — completamente imprevisível pelos planejadores do governo — significa agora que o setor do pequeno agricultor não mais será ignorado nas projeções agrícolas do governo.

Antes de ser substituído, Denis Norman havia previsto que a próxima safra de milho seria de cerca de 3 milhões de toneladas, valendo US\$ 650 milhões, um novo recorde tanto em termos de volume quanto de valor. O que é ainda mais encorajador, especialmente quando se pensa em termos africanos e em vista da fome que assola o continente, é que um terço da safra provavelmente será exportada para países vizinhos.

A longo prazo, é ainda mais significativo para o setor agrícola e a economia em geral o fato de que se estima que três quartos da safra será produzida pelos 850 mil pequenos produtores do país. O camponês também aumen-

tará a sua participação no setor de produtos agrícolas comercializados, tais como algodão, chá e fumo. Espera-se uma safra recorde deste último produto, que trará divisas para o país estimadas em US\$ 220 milhões. Depois de um grande esforço junto a Bruxelas, o país também ganhou uma cota de exportação para a CEE de 8.100 toneladas de carne.

Como declarou um diretor da Agri-tex (o departamento de serviços técnicos e de extensão da agricultura), "o que mais impressiona é que os melhores pequenos produtores estão agora alcançando níveis de produções que se comparam favoravelmente aos melhores fazendeiros de grande escala nas terras comerciais vizinhas". Afirmações como esta, comuns no Zimbábue de hoje, põem fim ao que era tido como uma verdade inquestionável, isto é, de que se houvesse um aumento da produção camponesa em detrimento das fazendas brancas altamente capitalizadas, isto poria em risco necessariamente a auto-suficiência alimentar do país.

O governo também assimilou bem a importância dos preços pagos ao produtor no desempenho do setor e da safra recorde deste ano. No ano agrícola 1985/86, os produtores de milho receberão US\$ 115 por tonelada, 28% a mais do que o preço de 1984/85 de US\$ 90.

Os pequenos agricultores do país, tradicionalmente de subsistência, conquistaram o seu espaço no cenário econômico nacional. O governo, portanto, terá naturalmente de dar maior atenção às suas reivindicações, que certamente vão se centrar na questão de um aumento no tamanho de suas glebas, às custas das terras agrícolas brancas. Com uma taxa de crescimento populacional de 4%, a redistribuição de terras torna-se um imperativo se o país quiser evitar a subdivisão de terras familiares africanas, que implicaria um uso mais intensivo e a conseqüente pauperização da terra agrícola. Ao mesmo tempo, entretanto, o governo está ciente de que 85% da produção de produtos agrícolas comercializados permanece nas mãos dos 4 mil fazendeiros brancos e que, portanto, uma expropriação repentina destes últimos seria desastrosa.

A escolha de Mugabe sobre o curso a ser seguido provavelmente será a seguinte: uma abordagem gradual com respeito à questão da fome de terras, continuando a investir no setor camponês, que com o passar do tempo aumentaria a sua participação no montante global da produção, e redistribuindo terras brancas (com a compensação dos ex-proprietários), de acordo com as necessidades. Estaria assim deixando que a lógica econômica do crescimento do setor camponês seguisse o seu próprio rumo, evitando quais-

quer guinadas radicais. O mundo já viu o suficiente da mistura peculiar de retórica marxista e políticas extremamente pragmáticas que caracteriza o primeiro-ministro para saber que, pelo menos a curto prazo, nada fará para virar o barco.

Uma continuação do apoio governamental ao pequeno e médio fazendeiro africano trará efeitos secundários extremamente benéficos para outros setores da economia, em especial a indústria. Deve-se ter em conta que o Zimbábue possui um complexo industrial bem estruturado, produzindo uma gama de bens industriais. Depende de importações somente na área farmacêutica, energia, equipamento de transporte, equipamento pesado e de alta tecnologia. Isto em grande parte resultou das sanções econômicas impostas sobre o país por Londres em 1965, após a UDI (Declaração Unilateral de Independência) de Ian Smith. De 1965-80, o país passou por um processo de industrialização de substituição de importações, forçado a produzir internamente tudo o que anteriormente importava. O legado permanece até hoje, e o país possui o mais desenvolvido setor industrial da África Austral, com exceção da África do Sul.

Desde a independência o setor vem operando abaixo da sua capacidade (por exemplo, a indústria têxtil com 60%) por razões várias: a recessão econômica pela qual vinha passando o país em virtude da seca; os problemas de reconstrução e atualização da maquinaria; e o mercado consumidor de bens industriais em declínio devido ao êxodo de brancos (240 mil na época da independência para 100 mil hoje). Mugabe vem tentando transformar o setor industrial do país na força-motriz da economia, tirando partido da própria complexidade do setor e de uma rede de comunicações privilegiada a fim de exportar para os seus vizinhos da SADCC (ver *Conjuntura Africana*, n.º 2, p. 2). Isto se encaixa bem com o papel designado ao país pelos planos da SADCC, segundo o qual o Zimbábue se responsabilizará pela coordenação da produção industrial da região.

Um setor camponês próspero, crescentemente integrado na economia monetarizada, obviamente resultará num crescimento da demanda interna, permitindo com que a indústria do país possa alcançar maiores economias de escala e competitividade nos mercados africanos. Mercados para exportação vêm sendo procurados assiduamente, e os empresários do país vêm prestando maior atenção a seus vizinhos do norte (Quênia, Uganda e Tanzânia) como mercados a serem explorados.

Neste contexto, é interessante notar que em maio o ministro das Finanças, Desenvolvimento e Planejamento, Bernard Chidzero, anunciou que a partir

de 1.º de janeiro próximo as companhias estrangeiras poderão mais uma vez remeter para o exterior lucros e dividendos. Isto é, obviamente, uma tentativa de atrair investimentos externos, assustados inicialmente pelos regulamentos de controle cambial instituídos numa tentativa de corrigir o problema do balanço de pagamentos em 1983/84, devido à necessidade de importar grãos durante a seca. Chidzero também anunciou um aumento de 30% nas dotações de moeda estrangeira a partir de junho, permitindo assim que o setor industrial possa recuperar o atraso nas importações de equipamento essencial do qual vinha padecendo.

Vizinho forte, vizinho fraco

Enquanto persiste a dissidência da Matabelelândia — embora a um nível tido pelos especialistas como apenas uma irritação sem maiores conseqüências — em virtude da instabilidade generalizada na África Austral, os problemas de segurança do país já fluíram para além de suas fronteiras. Apesar de continuar na sua política de *détente* com a África do Sul, à luz da esmagadora superioridade militar desta, Mugabe vem deixando explícito que as tentativas de desestabilização de seu país por Pretória, através de ações de delegados em países vizinhos, não serão toleradas.

A Renamo (Resistência Nacional Moçambicana), que luta contra o regime de Maputo, com a conivência direta de Pretória a despeito do acordo de Nkomati (*Conjuntura Africana*, n.º 6, p. 7), ou através do apoio da comunidade portuguesa na África do Sul, ou mesmo uma combinação dos dois, vem assediando o regime de Samora Machel.

A questão da segurança nacional do Zimbábue entrou portanto em jogo, já que o oleoduto, ferrovia e estrada que ligam Beira a Umtali são de vital importância econômica para o Zimbábue, país sem acesso ao mar, e vêm sendo os alvos favoritos da Renamo. No momento encontram-se 4 mil soldados zimbabuanos em território moçambicano vigiando estas artérias.

Numa cimeira realizada em Harare no dia 13 de junho, e que reuniu Samora Machel, Mugabe e Julius Nyerere, da Tanzânia, o presidente de Moçambique pediu um aumento do contingente de tropas do Zimbábue e da Tanzânia que se encontram no norte do seu país, e é provável que o seu pedido venha a ser atendido.

Mugabe assim deixará claro que, quando os interesses nacionais do Zimbábue são postos em risco pelas tentativas de Pretória de estabelecer uma hegemonia regional, ele não hesitará em fazer frente ao gigante regional. □

NIGÉRIA: MENOS PETRÓLEO E MENOS COMIDA

João Luís Fragoso

Em 1980, o governo nigeriano lançava uma ousada política agrícola, a "Revolução Verde", cujo objetivo era alcançar a auto-suficiência alimentar em cinco anos. Passado este período, em 1985 a população nigeriana cresce a uma taxa anual de 3,5% enquanto que a produção agrícola continua a não ultrapassar a taxa de 1% ao ano. A batalha da Revolução Verde foi perdida. Por esse e outros motivos, a Nigéria hoje se apresenta como um bom exemplo do problema alimentar africano e das políticas que procuraram resolvê-lo.

A Nigéria é um país da África Ocidental, com 923 763 km² de superfície e uma população calculada em perto de 100 milhões de habitantes. Destes, mais de 60 milhões encontram-se agrupados em 5-10 milhões de explorações agrícolas familiares, sendo estas responsáveis por 90% da produção agrícola e mais de 50% da população econômica ativa. Por sua vez, a Nigéria hoje passa por sérias dificuldades, entre elas a reversão do mercado petrolífero; 70% do seu orçamento provém do petróleo (ver *Conjuntura Africana*, n.º 3, p. 7).

No início dos anos 60, a economia nigeriana apresentava, quanto a proveniência de suas receitas, um perfil diferente do atual: 75,8% das suas exportações eram compostas por produtos agrícolas. Entretanto, a partir de meados desta mesma década, tal situação se modificou drasticamente. Em 1965, as vendas de petróleo passavam para 25,9% das exportações, em 1973 para 82% e no final da década atingia a cifra de 96,1%. Enquanto isto, as exportações agrícolas diminuíam a sua participação para 2,4%.

Acompanhando este declínio da agricultura de exportação, e mesmo precedendo-o, a agricultura tradicional de alimentos era colocada em segundo lugar já no 1.º Plano Nacional de Desenvolvimento (1962-68). Neste programa de modernização (grandes fazendas comerciais) a ênfase foi dada às culturas de exportação e aos produtos que substituísem as importações agrícolas (como o açúcar e o trigo). Quanto às culturas tradicionais (sorgo, milho, cassava etc.), desenvolvidas pelo camponês, permaneceram no lado escuro do 1.º PND. Esta pouca atenção do Estado, combinada com outros fatores (seca, conflitos políticos-militares internos etc.) iria se traduzir numa queda brutal da área cultivada em alimentos, entre 1969/70 e 1974/75, de 18%.

Por sua vez, aparecendo como causa

e consequência daquele refluxo agrícola, verifica-se, nos anos 70, uma rápida intensificação das migrações campo-cidade. Atraídos pelo boom petrolífero, a população urbana cresce, nos primeiros cinco anos da década de 70, à taxa anual de 7% (nos anos 60 foi de 4,8%). Este crescimento urbano, aliado à deterioração da agricultura de alimentos, se traduziria no aumento das importações agrícolas, que passaram de 7,6% das compras externas (1970) para 20% em 1982.

Após a falência da "Operation Feed the Nation", lançada pelo governo em 1976, em 1980 era inaugurada a Revolução Verde, projeto que pretendia minimizar a crise alimentar através de três grandes programas.

O primeiro, *River Basin Development Authorities* (RBDA), pretendia a irrigação de algumas culturas, particularmente a de arroz e trigo. Das onze *Authorities* criadas em 1976, apenas seis se mantêm atualmente em funcionamento. Este projeto sofre hoje sérios problemas financeiros.

O segundo, objetivava intensificar empreendimentos privados de larga escala, que envolvessem o capital nigeriano e *joint-ventures* constituídas pelo Estado e companhias estrangeiras. Neste esquema eram incluídas grandes fazendas comerciais ligadas à agricultura e pecuária. Para a implementação deste programa foram dados incentivos fiscais aos investidores estrangeiros. Ao mesmo tempo, algumas cláusulas do *Indigenisation Act* foram relaxadas para as empresas agrícolas; nestas, a participação nigeriana não precisa ser de 60%, mas somente de 40%. Em vista destes incentivos, empresas inglesas e norte-americanas têm sido encorajadas a ingressar no *agribusiness* nigeriano. Entretanto, alguns investidores têm se mostrado um pouco reticentes devido à má reputação da burocracia e dos meios financeiros da Nigéria.

Por último, temos o *Agricultural Development Projects* (ADP), programa que pretendia desenvolver a produção camponesa de onze Estados, mediante o fornecimento de crédito, insumos e de uma infra-estrutura básica. A importância particular do ADP se prende a duas razões. Em primeiro lugar, ele era dirigido ao camponês, o que representa uma diferença fundamental para com os demais programas. Em segundo lugar, o Banco Mundial lhe deu especial atenção, investindo inicialmente mais de US\$ 1 bilhão. Apesar desta operação apresentar um caráter piloto e do Banco Mundial ter diminuído posteriormente os seus in-

vestimentos, através dela podemos tirar algumas impressões da política daquele Banco para a agricultura africana.

A partir da presidência de Mac Namara, o pequeno produtor rural adquire uma importância de relevo nos planos do BIRD. No fim dos anos 70, com o aguçamento da crise alimentar na Nigéria, algumas das suas regiões tornam-se áreas-teste da nova estratégia daquela agência internacional. Tal é o caso da região atingida pela primeira fase do Projeto Funtua. Podemos hoje apreender alguns resultados daquele projeto.

Dos 83 mil produtores rurais presentes naquela região, apenas 20 mil foram beneficiados pela distribuição de crédito e de fertilizantes. Como consequência, as desigualdades econômico-sociais da região foram acentuadas, acelerando o processo de proletarianização e marginalização dos camponeses mais pobres. Deste modo, apesar da linguagem presente na estratégia do Banco Mundial (ênfase ao *rural poor*), na verdade, ele privilegia certos estratos do campesinato: os *progressive farmers*, médios produtores rurais que, mesmo caracterizados pelo predomínio da mão-de-obra familiar, possuem mais de 40 hectares. Os produtores com menos de 40 hectares são colocados em segundo plano e vistos como *traditional farmers*. Na Nigéria a maior parte das explorações camponesas é de 10 hectares.

Um outro traço daquele projeto foi a preocupação do Banco Mundial em exigir que sua direção fosse dada a um conselho internacional, ou seja, formado por membros escolhidos pelo Banco. Por outro lado, os insumos para aquele projeto deveriam ser adquiridos no mercado internacional, mesmo existindo uma oferta local. Desta forma, a grosso modo, a política do Banco Mundial visa ao desenvolvimento de uma classe de médios produtores rurais modernos, subordinados ao capitalismo mundial.

Na Nigéria tanto o ADP, como o RBDAS e o programa de desenvolvimento das grandes fazendas comerciais resultaram na maior integração da agricultura daquele país ao mercado internacional, como compradora de fertilizantes, pesticidas e máquinas agrícolas. Com isso foi ampliado o mercado para o Swiss Ciba-Geigy, Dutch-British Shell, o American Pfizer etc. Entretanto, o déficit alimentar persiste e a maior parte dos produtores nigerianos continua a ser marginalizada nos programas de desenvolvimento agrícola. □

Em Foco

21.ª CONFERÊNCIA DE CÚPULA DA OUA

Com a eleição de Abdou Diouf, do Senegal, para a presidência da OUA (Organização da Unidade Africana), depois de sete anos de ausência um representante da África francófona passa a dirigir a organização pan-africana. Em vista dos grandes problemas ocorridos nas três últimas conferências, a reunião de 1985 pode ser considerada como um sucesso. Resta aguardar a concretização das resoluções então tomadas.

Nessa 21.ª Conferência de Cúpula, realizada em Addis Abeba, em julho último, especial ênfase foi dada a quatro grandes assuntos: situação econômica da África, problemas alimentares, dívida externa e, por último, a sempre presente situação conturbada da África Austral, no momento marcada por maior inflexibilidade do governo de Pretória.

A constatação de uma postura mais realista por parte dos dirigentes africanos foi a marca da reunião de 1985. Seriedade na discussão dos problemas que assolam o continente e preocupação de respeitabilidade internacional sobrepujaram os *slogans* e aná-

temas, tão usados no passado, na tentativa de oferecer apologias para a inadequação de certos modelos adotados.

Evidentemente, enfoque prioritário foi dado à agricultura, tendo sido anunciado um plano visando a tornar a África auto-suficiente em alimentos, no prazo de cinco anos. Nesse programa, foi recomendado aos Estados-membros que reservem 20% a 25% de seus orçamentos ao setor agrícola, uma vez que a esse setor, considerado como pedra fundamental para o desenvolvimento, é reservado normalmente menos de 10% e, às vezes, até menos de 5%.

Quanto à dívida, notou-se maior rigor por parte dos dirigentes africanos. Salvo divagações de alguns quanto a uma moratória para a dívida, houve uma quase unanimidade ao princípio de que os países africanos devem honrar suas dívidas, cujo montante, de cerca de US\$ 170 bilhões, aumenta quase 20% ao ano. Mas os Estados africanos também guardam a esperança de que os credores apaguem as dívidas dos países mais carentes, transformando certos créditos em doações.

Tendo os problemas econômicos como tônica da Conferência, foi decidida a criação de um comitê de treze membros que se encarregará de dirigir um Fundo Africano de Luta contra a Seca e a Fome, com fundos doados por países africanos ou não. Também houve concordância sobre a necessidade de convocar uma conferência internacional para discutir a dívida da África e do Terceiro Mundo em geral.

Na pauta política, ênfase especial foi dada à situação da África do Sul e sua atuação na sub-região, bem como à hipótese levantada no Senado americano de promover ajuda aos rebeldes angolanos, considerada como ato hostil à OUA. □

MHB

FINEP/CEAA organizam Seminário para empresários

Cerca de quarenta representantes de empresas privadas e públicas e de federações e associações ligadas ao comércio exterior participaram, no último dia 3 de julho, do 2.º Seminário sobre Planos de Desenvolvimento de Países Africanos (Angola, Camarões, Congo, Gabão e Moçambique), organizado conjuntamente, no Rio de Janeiro, pela FINEP e pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Entre as empresas privadas e públicas que se fizeram representar pode-se mencionar, entre outras: Varig, Banco do Brasil, Mendes Júnior, CPRM, Promon, Cotia, Andrade Gutierrez e Bamerindus; entre as federações e associações, citam-se: Confederação Nacional da Indústria, FIESP e ABEMI.

O professor Candido Mendes presidiu a abertura do Seminário e, após destacar a importância da ação da FINEP, lembrou o papel que o CEAA vem desempenhando na pesquisa e na cooperação direta com a África. Hélio Keller, representando a FINEP, dirigiu as sessões de trabalho. Nas exposições feitas pelos pesquisadores do CEAA, José Maria Nunes Pereira, Jacques d'Adesky e Sidney de Miguel Lourenço, bem como nos debates subsequentes, foi dada atenção especial às questões relativas às grandes opções dos planos de desenvolvimento, como agricultura, energia, indústria e minas. O Seminário abordou igualmente as políticas de cooperação bilateral e multilateral, além dos mecanismos de financiamento e crédito, sobretudo no domínio da prestação de serviços.

Dentro do espírito de uma melhor colaboração nos domínios da pesquisa e da documentação entre a universidade e a empresa, foi dedicada uma sessão especial à apresentação do boletim mensal do CEAA, *Conjuntura Africana*, e foi distribuído um questionário para avaliação desse *news letter*.

O encerramento do Seminário foi feito pelo diplomata Celso Amorim, assessor de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia. Ele sublinhou a relevância que tem para o Brasil o mercado internacional de serviços e sua crescente importância nas relações Sul-Sul.

Os relatórios finais de análise dos planos de desenvolvimento dos países africanos acima citados, que foram distribuídos durante o Seminário, encontram-se à disposição dos interessados na biblioteca do CEAA.

JDA

FRANÇA AUMENTA SUA PRESENÇA EM ANGOLA

A presença francesa na África é, sem dúvida, extremamente marcante, principalmente nas antigas colônias, onde, muitas vezes, sua atuação se tornou mais intensa depois das independências. Assim, a chamada África francófona, que se entende pela região central e ocidental do continente, é a que mais unida está à antiga metrópole.

Porém, a França não concentra sua participação somente nas ex-colônias, expandindo sua influência a outras regiões. Atualmente, o governo francês empenha-se em reforçar sua presença na potencialmente rica mas, no momento, carente Angola.

As vendas francesas para Angola cresceram consideravelmente nos últimos anos: em 1984, por exemplo, as exportações francesas cresceram 36,2%, totalizando 872 milhões de francos. Produtos industriais contribuíram com 52,2% para essa cifra, juntamente com o bom desempenho nas vendas de produtos agroindustriais. Na realidade, as estatísticas oficiais das trocas entre os dois países estão muito abaixo da realidade — assim, diversas plataformas para prospecção de petróleo, fornecidas pelo grupo francês Bouygues Offshore, foram enviadas do vizinho Congo e por isso não incluídas nas estatísticas oficiais.

Angola importou, no ano passado, mais de um milhão de francos em mercadorias francesas, o que contribuiu para favorecer a França com o maior saldo positivo do balanço de pagamentos fora dos países francófonos. Os bancos franceses afirmam que as indicações de crescimento das exportações para Angola são extremamente favoráveis para o corrente ano e só tendem a crescer no resto da década.

As companhias petrolíferas, Elf Aquitaine e Compagnie Française des Pétroles (CFP TOTAL) abriram caminho para um maior peso da presença comercial francesa em Angola. No começo dos anos 80, as duas estatais francesas começaram a prospecção de petróleo na plataforma continental angolana, sendo que a Elf conseguiu nas reservas de Palanca um excelente desempenho e tem boas perspectivas em Pacassa, que começará a produzir em 1986. Segundo projeções, estará produzindo, numa *joint-venture* com a estatal angolana Sonangol, cerca de 200 mil barris por dia, em 1990, tornando-se Angola seu maior parceiro na África subsaariana.

Esse crescimento da presença francesa é demonstrado pela contínua expansão de novos contratos com Angola, cujo valor aumentou de 1 bilhão de francos em 1983 para 2,4 bilhões em 1984. Fontes diplomáticas francesas estão seguras de que essa tendência continuará a crescer.

A situação financeira de Angola tem melhorado com o contínuo aumento da produção de petróleo, cuja expectativa para o corrente ano é de 250 mil barris por dia.

Fora do setor petrolífero, as companhias francesas estão empenhadas em projetos que envolvem venda de equipamentos para transporte, planos para irrigação, serviços públicos, energia e telecomunicações.

A partir do momento em que a cotação de Angola junto à Agência Francesa de Comércio Exterior e Investimentos (Cofaci) aumentou muito, créditos para financiar novos negócios não faltarão. □

MHB

■ **QUÊNIA: DESEMPENHO DA ECONOMIA EM 1984.** Foi apresentado, no início do mês de julho, documento sobre o desempenho da economia do Quênia, em 1984. Apesar da seca e da recessão econômica mundial e, principalmente, pela forte alta do dólar que aumentou, em muito, a fatura do petróleo e o custo das demais importações, os resultados para o Quênia foram relativamente satisfatórios. Os aspectos negativos, principalmente a queda de 3,7% da produção agrícola em relação a 1983, e a baixa de 1% no conjunto das exportações, foram compensados, em parte, pela alta do preço do chá, que pela primeira vez tornou-se a principal fonte de divisas do país (US\$ 376 milhões), vindo, em seguida, o café (US\$ 283,7 milhões). Quanto ao turismo, o progresso foi importante, proporcionando um apreciável apoio à economia, da ordem de US\$ 190 milhões, US\$ 37,5 milhões a mais que em 1983.

Os aspectos favoráveis permitiram um crescimento das reservas de divisas de US\$ 317,5 milhões em 1983, para US\$ 390 milhões em 1984; a inflação de 14,6% em 1983 caiu para 9,1%, em 1984, sendo a mais baixa taxa desde 1976. Esses resultados permitiram melhorar em 0,4% o poder aquisitivo médio, que havia caído 7% em 1983 e 10% em 1982. A renda anual média ficou em US\$ 1.200, em 1984, e foram criados, no decorrer desse ano, 22 mil novos empregos.

□ **DEZ ANOS DE INDEPENDÊNCIA.** Cinco antigas colônias portuguesas festejam esse ano dez anos de independência.

Especialistas comentaram o contraste existente entre as excelentes relações mantidas entre Portugal e suas ex-colônias da África Ocidental — Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe — e as relações difíceis e mais vulneráveis com as duas da África Austral — Angola e Moçambique. "A opção africana" foi particularmente enfatizada durante a visita do presidente Eanes às antigas colônias, entre os anos de 1978/82, e o primeiro-ministro Mário Soares reafirmou, recentemente, que a entrada de Portugal para a CEE em nada alterará a "vocalização africana" do país.

■ **ANGOLA-FRANÇA.** A França acaba de estabelecer uma presença concreta em Angola, com a abertura, a 13 de junho, de uma sucursal do Banco Paribas em Luanda. Além das atividades bancárias usuais, espera-se que a principal atividade do Banco Paribas seja obter financiamentos para projetos, especialmente nos setores petrolífero, têxtil, agrícola e de defesa. O banco já providenciou financiamentos para diversos projetos através de seus escritórios em Paris e Londres.

■ **TANZÂNIA: RETOMADA DO CRESCIMENTO.** O governo tanzaniano pensa gastar US\$ 750 milhões na primeira fase de um programa visando à retomada do crescimento econômico. O programa começará a partir do exercício financeiro de 1985/86. Desse montante, mais ou menos a metade virá das receitas de exportações e o resto será obtido junto a "países amigos" e a organizações internacionais.

A primeira fase do programa destina-se a assegurar a importação de combustíveis, implementos agrícolas, matérias-primas usadas no setor industrial e peças de reposição para a indústria e transportes.

As autoridades de Dar-es-Salaam pensam que um terço do montante será utilizado para reativar as fábricas e diversos equipamentos nos setores chaves da produção e dos serviços. O restante será destinado a projetos diversos de desenvolvimento industrial.

Por fim, ainda em relação a esse país, merece menção o empréstimo de cerca de US\$ 130 milhões que a Suécia concederá à Tanzânia, nos próximos dois anos, para a realização de projetos nos setores industrial, águas, energia, educação e florestas.

■ **ÁFRICA-ITÁLIA.** No início da atual década, a Itália percebeu a necessidade de desenvolver politicamente o comércio com a África. Agora, essa política está começando a render dividendos. A Itália decidiu desenvolver ligações com determinados países africanos, afim concentrando seus investimentos: Etiópia, Somália, Angola, Moçambique, Tanzânia, Congo, Zaire, Camarões e Gabão. É o Ministério das Relações Exteriores, através de seu departamento econômico, que coordena as relações com os países africanos selecionados. Uma comissão mista, com representantes italianos e de cada um desses países, reúne-se uma vez por ano para discutir as possíveis áreas para cooperação, que é dirigida para a agricultura, agroindústria, energia, transportes, telecomunicações e saúde (não se envolve em outros setores, como estradas de rodagem e de ferro, infra-estrutura e serviços, por acreditar que o retorno não é compensador). Já se encontram atuando na África, entre outras, grandes empresas como a Fiat, a gigantesca Montedison e a Famitalia Carlo Erba.

■ **NIGÉRIA-FRANÇA.** Em visita à França, o ministro nigeriano do Comércio e Indústria, Mahmud Tukur, manifestou particular interesse em desenvolver uma indústria açucareira com a cooperação da França. Na verdade, a Nigéria é o primeiro cliente da França na compra desse produto: as refinarias francesas controlam cerca de 95% do vasto mercado nigeriano.

■ **CAMARÕES-INGLATERRA.** Um tratado visando à promoção de investimentos foi assinado entre a Inglaterra e o Camarões, conforme recentemente anunciado. O tratado assinado em 1982, só foi ratificado no dia 31 de maio último, em cerimônia com a presença do embaixador camaronês em Londres. Companhias inglesas que procuram fazer investimentos no Camarões se empenharão ainda mais depois do sucesso da visita do presidente Biya ao Reino Unido. O resultado será "um aumento do perfil inglês nos Camarões que encorajará os investimentos". O tratado inclui um mecanismo para prover adequada compensação, em caso de desapropriação de qualquer empreendimento inglês.

■ **ÁFRICA-BÉLGICA.** A Bélgica criou, em 1983, o Fundo para Sobrevivência do Terceiro Mundo, com capital de 15 bilhões de francos (cerca de US\$ 1,5 bilhão).

Em 1984, a Bélgica empregou mais de 2.700 cooperantes e suas empresas receberam, durante esse ano, mais de US\$ 300 milhões em fornecimento de serviços. Esse país concentra seus esforços de cooperação na África, sendo que 72% das reservas para ajuda bilateral estão na África Subsaariana: o Zaire, Ruanda e Burundi (antigas colônias belgas), recebem 55% do total, permanecendo o primeiro como parceiro privilegiado, com 35%. Na escolha dos setores a receberem ajuda, existe prioridade para o setor rural, seguido de transferência de tecnologia e, nas economias mais avançadas, a formação de quadros.

O Fundo para a Sobrevivência do Terceiro Mundo trabalha em estreita colaboração com organismos internacionais como a UNICEF, OMS, PNUD e FIDA.

■ **NIGÉRIA-INGLATERRA.** Empresas inglesas estão, no momento, procurando ativamente desenvolver o *countertrade* para negociar o petróleo nigeriano e, assim, compensar as perdas que sofreram com os volumosos negócios realizados pela Nigéria com o Brasil e a França. Diversos especialistas de bancos ingleses em *countertrade* foram enviados a Lagos para assessorar as firmas inglesas na execução de suas propostas.

As empresas britânicas estão preocupadas com a possibilidade de perder seu domínio sobre o mercado nigeriano, depois dos negócios efetuados através do *countertrade* — principalmente com o Brasil, que até então não era um grande fornecedor para a Nigéria, mas que após firmar o contrato passou do 10.º lugar para o 3.º, depois da Inglaterra e França. As exportações brasileiras para a Nigéria subiram de US\$ 195,4 milhões em 83, para US\$ 653,7 milhões, em 1984. No mesmo período, as importações brasileiras da Nigéria, quase exclusivamente petróleo, subiram de US\$ 82 milhões para US\$ 963,3 milhões.

Além da ameaça vinda das operações do tipo *countertrade*, os ingleses também estão preocupados com o esfriamento das relações diplomáticas com a Nigéria, provocado pela questão do seqüestro do antigo ministro dos Transportes nigeriano, Umaru Dikko, em 1984.

■ **GABÃO: PETRÓLEO.** Segundo relatório da Elf-Gabão, subsidiária da Elf francesa, a produção de petróleo bruto do Gabão aumentou, no ano passado, cerca de 8,73 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 11,39% em relação a 1984. No total, a parte da Elf-Gabão representa 54,79%.

MHB

O CEEA publica também
Estudos Afro-Asiáticos,
revista semestral de grande utilidade
para a compreensão do mundo
afro-asiático contemporâneo.

CONJUNTURA AFRICANA

AGOSTO DE 1985

ANO 1 - N.º 8

FRANÇA REDEFINE SUA PRESENÇA NA ÁFRICA

Jacques d'Adesky

A África francófona ou África de expressão francesa era, até há pouco tempo, encarada pelo mundo como um verdadeiro "quintal" da França, e que mesmo a entrada desses países no Mercado Comum, no quadro das concessões de Yaoundé e de Lomé, não havia abalado, seriamente, sua hegemonia. O uso muito difundido da língua francesa, a existência da zona monetária do franco e as já estáveis linhas comerciais pareciam, à primeira vista, constituir sólidos pilares para as atividades francesas.

Tomando-se como referência as trocas comerciais, observa-se que a parte francesa nas importações africanas atingiam, em 1959, 64,9% ou quase dois terços do total, o que representava uma grande vantagem em comparação aos Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Inglaterra. A partir de 1960, essa porcentagem começou a diminuir, passando para 60% em 1961 e 50% em 1968. A regressão será mais ou menos rápida segundo os países, atingindo, em 1982, 27,1% para o Togo, 31,6% para a Costa do Marfim, 32% para Burquina Fasso, 51,5% para o Gabão e 63,8% para o Congo.

Apesar dessa queda, a França continua como primeira fornecedora, embora tenha sido ultrapassada por outros concorrentes em determinados setores: no setor de material aeronáutico pelos Estados Unidos; no de fibras artificiais ou sintéticas pela Itália e pelo Japão; no fornecimento de têxteis de algodão etc.

Em relação ao lugar ocupado pela França no quadro das exportações desses países, era de 59,8% em 1959. Esse percentual atingia ou até mesmo ultrapassava os três quartos: no Benin, com 75%; no Togo, com 76,7%; e no Senegal, com 83,2%. Nessa época, a França era, sem dúvida, o primeiro cliente, muito à frente dos Estados Unidos, Países Baixos, Alemanha Ocidental etc.

Entre 1959 e 1964, as importações francesas oriundas dos antigos territó-

rios da África Subsaariana diminuíram progressivamente. De 1965 a 1968, serão marcadas por uma prolongada estagnação, interrompida de 1969 a 1974, quando aconteceu o aumento dos preços do petróleo. Em seguida, apesar do recorde alcançado em 1977 e os ligeiros saltos registrados em 1979 e em 1982, a situação deteriorou-se. Constata-se mesmo, na atualidade, que a França não é mais, globalmente, o primeiro cliente de seus antigos territórios africanos. O lugar foi ocupado principalmente pelos Estados Unidos, devido a suas importações de petróleo bruto e derivados, seguido do açúcar, tabaco em folhas e bauxita.

No setor de fornecimento de serviços também houve um retraimento na posição francesa. Recentemente, segundo a revista *Africa Economic Digest*, de junho de 85, mais de três quartos das concorrências para grandes projetos foram ganhos por firmas não-francesas.

Quais as causas desse duplo retraimento? Em primeiro lugar, a França como antiga potência colonial já esperava que, com o correr do tempo, iria sofrer uma certa erosão natural, ante o desejo dos novos países independentes em diversificar seus parceiros internacionais. Mas esse dado não é a única explicação, devendo-se levar em consideração outros fatores. A crise econômica internacional é um deles, pois contribuiu para que as potências industriais procurassem novos mercados para seus investimentos nessa parte da África.

Para conseguir penetrar na zona de influência francesa, principalmente o Canadá e a Alemanha Ocidental desenvolveram consideráveis esforços na área de cooperação técnica e financeira. É necessário ressaltar que estes dois países oferecem, da mesma forma que a França, créditos a longo prazo, com taxas de juros simbólicas, colocando seus especialistas e técnicos em ministérios e empresas públicas-chaves.

O exemplo mais marcante é o dos canadenses francófonos que, no Camarões, em dois setores fundamentais da economia — eletricidade e estradas de ferro — suplantaram os cooperantes franceses.

Outra razão importante está no desejo político francês de se fazer presente em outras partes da África. Nota-se uma fantástica penetração da França na Nigéria, no Zaire, em Ruanda e no Burundi. A escolha de Moçambique e Angola para se beneficiarem do Fundo de Ajuda e Cooperação (FAC), anunciada por Christian Nucci, ministro francês da Cooperação, em recente visita a esses dois países, confirma essa nova estratégia.

No entanto, o recuo francês tem limites que não podem ser ultrapassados: existe a preocupação, por parte da França, em gerir a herança de seu "quintal", isto é, de preservar a profunda interligação de interesses econômicos, comerciais e industriais — o acesso a fontes de matérias-primas, quase um quarto do abastecimento de petróleo da França etc.

Essa herança também leva os franceses a não se descuidarem dos acordos militares, tendo, atualmente, tropas espalhadas no continente africano, onde estabeleceram onze acordos de cooperação militar e de defesa. Embora recuse o papel de *gendarme* de uma parte da África, é preciso reconhecer que esse rótulo dá à França credibilidade junto a alguns Estados africanos, preocupados com os riscos de desestabilização.

Quando a França intervém no Zaire ou enfrenta a guerra no Chade, isto acontece para tranquilizar os Estados africanos com os quais mantém acordos e também — e isto é preciso ser ressaltado — porque esta presença lhe confere na cena internacional, especialmente junto à OTAN e ao Mercado Comum Europeu, um peso muito maior do que o real, tanto econômico quanto diplomático. □

OUA: TOMADA DE CONSCIÊNCIA

Maria Helena Barbosa

Desde sua fundação, em 1963, uma conferência de cúpula da Organização da Unidade Africana não conseguia tão completo consenso em suas decisões, bem como tanta seriedade no tratamento das questões discutidas, como na 21.ª reunião, realizada em Addis-Abeba, no último mês de julho.

As ideologias divergentes e geoestratégias conflitantes que tão profundamente marcaram as reuniões anteriores foram relegadas a um plano secundário, cedendo lugar para a discussão de assuntos pertinentes: a África, sua fome, sua crise financeira e outros males. E, mais, buscou-se os antídotos para combater os problemas, fixando-se o debate, entre os chefes de Estado, em torno de temas econômicos.

As questões econômicas foram, pela primeira vez, tratadas numa reunião extraordinária da OUA, em 1980, quando foi adotado o chamado Plano de Ação de Lagos. A idéia predominante era a necessidade dos africanos resolverem seus problemas sem depender da boa vontade alheia. Daí foi apresentado um programa de ação cuja meta primordial era alcançar a auto-suficiência alimentar no ano 2000. No entanto, faltou ação para a concretização do Plano.

A constatação do fracasso do Plano de Ação de Lagos foi amplamente debatida nessa 21.ª Reunião de Cúpula da OUA. Laboriosamente, os ministros das Relações Exteriores dos países africanos, encarregados de preparar a agenda para a reunião dos chefes de Estado, dedicaram-se a organizar um novo plano para a África, que deverá ser ativado dentro de seis a doze meses, esperando-se que esteja concretizado nos próximos cinco anos. Esse programa de ação, preparado por um comitê ministerial de sete nações — Argélia, Gana, Costa do Marfim, Nigéria, Senegal, Tanzânia e Zimbábue — é um documento fundamental, totalmente consagrado às questões econômicas, e que prepara o caminho para um crescimento auto-sustentado a nível nacional e coletivo.

O programa é elaborado com medidas que visam: ação especial para rever-

ter o déficit alimentar, com a reabilitação da agricultura; aliviar a dívida externa; criar uma plataforma comum de ação em todos os níveis. Num continente onde o problema da carência alimentar já se transformou num drama alarmante, pois a maioria dos países consome suas escassas divisas estrangeiras com a importação de alimentos, é imperativo que todo esforço seja concentrado na reativação do setor agrícola e, acima de tudo, que todas as decisões da OUA se inscrevam no quadro dos planos de desenvolvimento nacionais para que não fiquem apenas circunscritas às atas das reuniões.

O tratamento sério que receberam os problemas continentais levou à crítica a países cujos gastos com a defesa são muito maiores do que os empregados para subsidiar os alimentos. Embora desenvolvimento e segurança sejam dois temas intimamente interligados, a necessidade de dar maior ênfase aos programas do primeiro alcançou a unanimidade junto aos participantes.

Em relação à dívida externa, o realismo também predominou, embora tenham se levantado algumas vezes, pouco conciliatórias, logo rebatidas por outras menos acusadoras, como a do líder tanzaniano, Julius Nyerere, que enfatizou a necessidade de a África honrar suas dívidas e apoiou a convocação de uma conferência internacional com a participação das nações do Ocidente, principais instituições doadoras e os Estados africanos, para trabalharem em conjunto por uma solução, envolvendo, provavelmente, novos créditos. A dívida externa, estimada em US\$ 158 bilhões, em 1984, até o fim do corrente ano atingirá US\$ 170 bilhões, o que representa um valor igual a 60% do PNB do continente. O crescimento do serviço da dívida vem representando uma carga insuportável para os países africanos por seu aumento progressivo: em 1982, foi de US\$ 12,9 bilhões; em 1983, de 14,9; em 1984, de 18,9; e, segundo estimativas do Banco Mundial, em 1985, será de 20,4.

Os chefes de Estados africanos, na procura de soluções e com o firme propósito de honrar os compromissos assumidos, apelaram para que a comunidade internacional trabalhe por uma solução urgente e duradoura para o problema da dívida. Entre as medidas propostas estão: o reescalonamento dos prazos de pagamento, com um período de carência de cinco anos para possibilitar uma reestruturação das economias; aumento da ajuda para a África; aumento dos tetos de seleção para que um maior número de países possa recorrer a créditos da International Development Aid; e que a dívida dos 26 países africanos pertencentes ao grupo dos mais pobres (L.D.C.) seja convertida em doações ou canceladas.

O tema de uma plataforma comum de ação para a África tem sido um dos principais objetivos da OUA no decorrer de sua existência, porém sempre entravado por disputas políticas e ideológicas. Na última reunião, houve consenso sobre a necessidade de perseguir esse objetivo mais vigorosamente, principalmente através da promoção de uma maior integração, como já definida pelo Plano de Ação de Lagos, e, no entanto, não realizada. No plano da política externa, a decisão de uma completa coordenação de suas posições para que ajam como bloco unido no âmbito das conferências internacionais, suscitou a criação de um comitê permanente de consulta de alto nível formado pelos mesmos países que elaboraram o novo Plano de Ação para a África.

Ao apreciar as propostas e decisões tomadas durante a 21.ª Conferência da OUA, o recém-eleito secretário geral, Ide Oumarou, do Níger, comentou que a reunião provocara uma "tomada de consciência", havendo o firme propósito, por parte dos chefes de Estado, de restaurar todo o prestígio da OUA, o que contrasta com o "desengajamento dos africanos, acontecido nos últimos anos, em relação à instituição máxima do pan-africanismo". □

NIGÉRIA: A PENOSA ADAPTAÇÃO DO GIGANTE

Mark S.C. Simpson

Dezenove meses após extinguir-se a segunda experiência nigeriana em democracia desde a independência, a chamada Segunda República (1979-83), o regime militar do general Buhari apresenta alguns resultados positivos na sua gestão da economia.

O legado econômico do presidente anterior, Shehu Shagari, era assustador. Durante pouco mais de quatro anos de governo civil, as reservas cambiais caíram de US\$ 8 bilhões para pouco mais de US\$ 1 bilhão. A dívida externa disparou de cerca de US\$ 4 bilhões para US\$ 15 bilhões. A corrupção crescia exponencialmente, no exato momento em que o país se encontrava menos capacitado para dar-se ao luxo de uma cleptocracia. Diplomatas ocidentais bem como economistas estrangeiros estimam entre US\$ 5 e US\$ 7 bilhões as riquezas drenadas para fora do país por oficiais do governo. Isto veio coincidir com uma queda brutal nos preços mundiais do petróleo, com as receitas petrolíferas caindo de um pico de US\$ 24 bilhões em 1980 para US\$ 10 bilhões em 1983. As tentativas feitas para agir de acordo com as regras da OPEP representavam uma carga extra, quase que insuportável para o país. A Nigéria, cujos planos de desenvolvimento estabelecidos em 1980 dependiam da venda de 2,1 milhões de barris/dia a US\$ 40 o barril, encontrou-se presa a uma cota de 1,3 milhões de barris/dia a US\$ 30/barril.

Convergindo em 1983, essas exigências levaram a uma degeneração crônica dos serviços públicos essenciais. O declínio nas receitas petrolíferas se refletiu numa queda das importações, especialmente matérias-primas e alimentos. Fábricas foram forçadas a se entrincheirarem, operando com grande margem de ociosidade. A necessidade urgente era obviamente a de alocar a escassa moeda estrangeira existente de acordo com uma norma de prioridades, neste caso para a importação de matérias-primas e bens de consumo básicos, ao mesmo tempo distribuindo equitativamente o peso do ajustamento estrutural às novas condições financeiras do país. Entretanto, as reservas cambiais continuaram a ser monopolizadas pela elite, usadas na importação de bens de luxo e viagens para o exterior.

Austeridade e *self-reliance* (bastar-se a si próprio) vêm sendo as palavras-chaves nos últimos 19 meses: viver dentro de seus próprios meios, sem recorrer a novos empréstimos estrangeiros, e cumprir suas obrigações finan-

ceiras internacionais a fim de melhorar o *credit standing* do país (capacidade de contrair empréstimos). No momento, cerca de 45% das receitas em moeda estrangeira da Nigéria estão sendo canalizadas para o serviço da dívida (cerca de US\$ 16 bilhões). É provável que esta porcentagem aumente em 1986 e 1987. Buhari vinculou diretamente a questão do serviço da dívida com a expectativa de vida do governo militar: "A não ser que alcancemos o zênite do nosso serviço da dívida e este comece a cair, sem dúvida não estaremos suficientemente estáveis para retornarmos à política partidária."

Com esta filosofia em mente, a mais importante medida tomada pelo governo foi a de eliminar, através de um aperto de divisas, a importação indiscriminada de bens, daí resultando que o orçamento de 1985 limitou a US\$ 3,5 bilhões as divisas disponíveis para importações, o que representa apenas 25% do total de 1982.

Uma maneira encontrada de contornar a crise de divisas, bem como a cota de produção imposta pela OPEP, tem sido os acordos de *countertrade* (ver *Conjuntura Africana*, n.º 6, p. 1).

Resultante desses acordos, as exportações de petróleo encontravam-se em 1,6 milhão de barris/dia em julho do presente ano. Além dos acordos com o Brasil, a França e a Áustria, outros estão a caminho de serem fechados com a Itália, Alemanha Ocidental, Romênia e Bulgária. Entretanto, apesar do *countertrade* ter fornecido à Nigéria novos mercados e uma certa estabilidade a curto prazo para as suas receitas petrolíferas, este setor ainda se encontra extremamente dependente da demanda internacional, reflexo do ainda pequeno parque industrial autóctone. Ademais, as projeções para a procura internacional deste produto não são animadoras. Ao mesmo tempo, enquanto esses acordos também permitiram que o país evitasse contrair novos empréstimos, o que por sua vez teria implicado necessariamente um programa preliminar de ajustamento imposto pelo FMI, o consenso entre empresários locais é de que se a economia quiser passar do presente estágio de mera sobrevivência se tomarão imperativos novos empréstimos.

Ao que consta, o programa do FMI esboçado até o presente momento ofereceria um crédito *standby* de mais de US\$ 2 bilhões no decorrer de mais de três anos, apoio do Banco Mundial para ajustes estruturais, a oportunidade de reescalonar as dívidas de médio prazo e uma retomada de novos em-

préstimos e investimentos estrangeiros. O regime militar, entretanto, continua a resistir, rejeitando a condicionalidade implícita no pacote, que certamente incluiria uma maciça desvalorização do naira (moeda nigeriana) e cortes nos subsídios internos de certos produtos básicos; enfim, um barril de pólvora político.

A política imposta de *self-reliance* indubitavelmente está surtindo efeitos benéficos, já que força algumas indústrias a buscarem alternativas nacionais para as suas necessidades, em sintonia com a filosofia do ministro das finanças, Dyou Soley, de permitir afundar qualquer indústria que se mostre incapaz de satisfazer as suas necessidades de matérias-primas e insumos com o que se produz nacionalmente.

As iniciativas positivas tomadas por certas indústrias evidenciam-se especialmente no setor têxtil e de processamento de alimentos, anteriormente dependentes de produtos agrícolas e matérias-primas importadas. Estas indústrias estão crescentemente recorrendo ao setor agrícola local em busca de substitutos, por sua vez dando a este setor, negligenciado há tanto tempo, um pequeno impulso.

Restrições às importações de alimentos também vêm tendo o efeito de proteger e estimular um mercado lucrativo para produtos alimentícios produzidos internamente. O governo está encorajando esta tendência e, por isso, os equipamentos agrícolas encontram-se isentos de tarifas alfandegárias. É cedo demais, entretanto, para avaliar os efeitos a longo prazo desta mudança qualitativa na prioridade que vem sendo dada ao setor rural. O que se pode afirmar é que em 1984 o país conseguiu um superávit na balança comercial, o primeiro desde 1980, registrando-se também um aumento nas reservas cambiais (ver "Tópicos", p. 8, deste número).

Os outros setores industriais no entanto, mostram-se menos afortunados. Muitas companhias, especialmente as de montagem, vinculadas a grupos industriais estrangeiros, estão lutando com as restrições e muitas já faliram. No Estado de Kano, por exemplo, a maioria das fábricas opera com menos de 30% da capacidade. Num recente memorando ao governo, a MAN (Associação de Fabricantes da Nigéria) condenou a porcentagem destinada ao serviço da dívida por estar sacrificando desnecessariamente o crescimento e a recuperação econômica do país nos altares dos credores estrangeiros. □

OS REBELDES EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE E A ESTRATÉGIA SUL-AFRICANA

José Maria Nunes Pereira

Os acordos de não agressão firmados pelo governo sul-africano com Angola e Moçambique, em 1984, poderiam levar a crer que as ações militares da Unita e da Renamo — movimentos rebeldes aos governos de Luanda e Maputo, financiados e armados por Pretória — iriam gradualmente se extinguir, deixando de inviabilizar importantes setores da economia dos dois países. No entanto, o frustrado ataque de um comando sul-africano às instalações petrolíferas da Gulf Oil, em Cabinda, em maio passado, seguido de uma incursão a Botsuana e de mais uma intervenção de tropas sul-africanas no sul de Angola apontam para o predomínio da linha dura militar no governo da África do Sul, levando o presidente Botha a recuar na sua política de consolidar, na "convivência pacífica", a hegemonia econômica sobre os países vizinhos e a intensificar a estratégia de agressão militar direta e indireta, a nível externo, enquanto, no âmbito doméstico, desencadeava a repressão total.

A imprensa internacional vem dando destaque às declarações da Unita e da Renamo sobre o êxito de suas operações militares contra os governos do MPLA e da Frelimo. Nas informações provenientes desses governos pode-se perceber que a situação de segurança nos seus países é muitíssimo precária, embora também anunciem vitórias sucessivas sobre os rebeldes.

Independentemente dos comunicados, algumas visitas realizadas nesses dois países nos mostram que os ataques dos rebeldes têm inviabilizado setores vitais de suas economias. Moçambique, onde predomina uma economia de prestação de serviços ferroviários a países vizinhos e há a herança de uma grande dependência econômica da África do Sul, é muito mais vulnerável que Angola.

A Resistência Nacional Moçambicana — Renamo penetra na maior parte das províncias e as suas ações incluem desde sabotagens a alvos econômicos estratégicos até o rapto de estrangeiros e matança de civis. Entre esses alvos estão as linhas de transmissão da hidroelétrica de Cahora Bassa, o oleoduto Beira-Mutare (Zimbábue), as vias férreas que servem os países vizin-

hos, plantações, cooperativas, armazéns e instalações médicas e sociais. O prejuízo causado por essas sabotagens foi calculado, para o ano de 1982, em 330 milhões de dólares, quase o equivalente ao total das exportações moçambicanas nesse ano. Se contabilizarmos os prejuízos diretos e os provenientes da redução de receitas que Moçambique teve, como resultado da hostilidade ativa da África do Sul e da atuação dos rebeldes, o montante ascende, entre 1975 e 1983, a 3,8 bilhões de dólares (o PNB do país, em 1980, era de 2,8 bilhões de dólares).

A União Nacional para a Independência Total de Angola — Unita, cujo passado e estrutura são diferentes dos da Renamo, vem tendo uma atuação mais ou menos do mesmo tipo. Impede que o Caminho de Ferro de Benguela escoe o cobre da Zâmbia e do Zaire, inviabiliza a exploração de ferro em Cassinga e destruiu, recentemente, uma importante mina de diamantes no extremo norte do país.

No entanto, algumas das sabotagens de maior êxito reivindicadas pela Unita foram, na realidade, realizadas por comandos sul-africanos. Isso foi confir-

mado pelo chefe de um deles, o capitão Du Toit, em entrevista à imprensa internacional, após ter sido aprisionado ao tentar dinamitar as instalações petrolíferas de Cabinda. Du Toit afirmou também ter participado de um ataque a Maputo, em 1983.

O papel da Unita na estratégia sul-africana

Após o fracasso da invasão sul-africana a Angola, iniciada pouco antes da independência deste país, a Unita, que havia se aliado aos invasores, ficou reduzida a um pequeno grupo que, liderado por Jonas Savimbi, refugiou-se nas matas do sudoeste angolano.

Entretanto, a África do Sul passou a diversificar a sua estratégia de combate aos governos vizinhos, muito especialmente Angola e Moçambique, que ofereciam o maior apoio à SWAPO, movimento de libertação da Namíbia, e ao ANC, partido líder na luta contra o *apartheid*.

Não tendo conseguido, quando da referida invasão, derrubar o governo do MPLA — pela ajuda que este recebeu de tropas cubanas e armamento soviético — Pretória optou, como uma alternativa, apostar forte na Unita.

Para a África do Sul, fundamental não é derrubar um governo marxista em Luanda, mas sim impedir que a independência da Namíbia se faça de acordo com a Resolução 435/78 das Nações Unidas, que prevê eleições livres no território, o que levaria à vitória da SWAPO, não só por legitimidade política como pelo apoio dos ovambos, principal etnia do país. Pretória não "admite" um governo radical na Namíbia.

Deste modo, as variantes estratégicas da África do Sul para a Unita são que esta consiga neutralizar a SWAPO através de um dos seguintes meios: a) dividir o governo com o MPLA (face à impossibilidade de conquistá-lo, mesmo com a retirada cubana); b) controlar o sul de Angola de tal forma que instale aí um governo secessionista que estenderia a sua influência sobre o norte namibio (área-chave da SWAPO); c) na hipótese menor, que ela implante nessa região uma zona tampão que impeça a atividade militar da SWAPO.

É importante lembrar que a Unita tem já uma tradição de alianças espúrias. Criada em 1966 por Savimbi, a Unita viria, pouco depois, a cumprir-se com as tropas coloniais no combate ao MPLA. (Cartas trocadas entre o exército português e a Unita vieram a público, em 1974, bem como um depoimento em livro de Marcelo Caetano.) Ela era, no período de transição para a independência, o movimento da preferência dos colonos, além de contar com a fidelidade tribal dos ovim-

bundos, majoritários no país. Por seu lado, o MPLA (ver *Conjuntura Africana*, n.º 2, p. 4 e 5) tinha a adesão dos quadros autóctones mais preparados — fossem eles pretos, mestiços ou brancos — de amplas camadas urbanas e o apoio dos kimbundos, a segunda etnia de Angola; recebeu, o que foi fundamental na época, armamento dos oficiais portugueses de esquerda que tinham passado a administrar o país pouco depois da revolução de 25 de abril.

Voltando à atuação da Unita, ela teve, a partir de 1981, um êxito crescente, ultrapassando o seu reduto tradicional e atingindo a maior parte das províncias. Executou ações de guerrilha de certa envergadura, não lhe faltando meios de transporte e armamento fornecidos pela África do Sul e, por vezes, capturado às FAPLA (exército angolano). Ao mesmo tempo, as sucessivas incursões do exército sul-africano no sul de Angola concentravam a atenção das FAPLA e do contingente cubano beneficiando largamente a Unita, então com 15 mil homens armados.

A reação de governo do MPLA à expansão da Unita foi inadequada em todos os sentidos, incluindo o militar. Um antigo chefe de operações do exército nos confessava, em Luanda: "As FAPLA hoje estão na rua [na estrada] e a Unita em casa [no mato]; deste modo estamos na mesma situação das tropas portuguesas quando lutavam contra nós, do MPLA. Precisamos reverter a situação".

A situação, como se apresenta atualmente, evolui a favor das FAPLA. Após terem adotado uma estratégia claramente ofensiva, com tropas cada vez melhor treinadas e de recrutamento em todas as etnias, elas têm recebido reforço de armamento mais adequado e intensificado a formação de comandos.

Por seu lado, a Unita não consegue mais desenvolver ações de larga escala. "Estamos em período de reciclagem de quadros", informa a direção do movimento. A sua atuação predominante no momento é a de sabotagem através de comandos. Continua, no entanto, imobilizando setores fundamentais da economia do país e praticando, na área a que tem acesso, uma política de terra arrasada. Essa política, aliás, é uma das razões da dissidência que se está alastrando no movimento e que não foi estancada pelo congresso de novembro de 1984. Ela envolve tanto comandantes jovens e intelectuais, que propõem também uma menor dependência da África do Sul, quanto militares não ovimbundos.

A Renamo e suas múltiplas conexões

Enquanto em Angola o MPLA teve que disputar, pelas armas, contra dois outros movimentos o controle do po-

der na passagem para a independência, em Moçambique, a Frelimo foi a única a pegar em armas contra o colonialismo português. A sua legitimidade sempre foi incontestada em todo território nacional. A atuação dos "bandidos armados" do MNR — depois chamada de Renamo — só começou depois que o governo da Frelimo, na sequência das resoluções das Nações Unidas, fechou as suas fronteiras com a Rodésia, em 1976, e intensificou o apoio à luta armada dos nacionalistas contra o governo de minoria branca daquele país.

Ao mesmo tempo em que as tropas rodesianas realizavam incursões no território moçambicano, o Serviço de Informação Militar da Rodésia, chefiado por Kenneth Flowers, organizava o MNR. Utilizando africanos que haviam servido na política e no exército português e que se refugiaram na Rodésia, bem como desertores da Frelimo, Flowers não procurou formar um movimento político-militar nem constituir uma alternativa à Frelimo, mas sim desestabilizar completamente o governo de Maputo através de ações como as descritas anteriormente. Com a independência do Zimbábue (ex-Rodésia), em 1980, o MNR passou aos cuidados dos serviços de segurança do exército sul-africano.

A partir de 1981, ano em que comecem as intervenções militares sul-africanas em Moçambique, o MNR amplia a sua ação por várias províncias do país. Seu efetivo militar, comandado por Afonso Dhlakama, chega perto dos 15 mil homens, incluindo já muitos camponeses abandonados e com fome. O general moçambicano Sebastião Mabote, então vice-ministro da Defesa, após ter expulsado, em 1982, os rebeldes da província de Gaza, afirmou: "Cumprir minha missão e pacifiquei toda esta região. Mas agora é preciso que o governo venha cá dar comida a esta gente porque se não vai tudo voltar à mesma".

A advertência de Mabote não teve do governo uma resposta à altura. Em parte pela desorganização da economia (erros dos dirigentes, boicote econômico sul-africano, gasto de mais de um terço do orçamento com a guerra interna) e pela seca que sobreveio depois, vitimando mais de 100 mil pessoas, e, por outro lado, por sérias deficiências no exército moçambicano. Sobre isso temos dois depoimentos colhidos em Maputo. De um jornalista: "Lembra-te que não estás em Angola, onde há petróleo, cubanos e farto armamento. Esta semana, por exemplo, os bandidos armados podem continuar a ouvir a nossa Rádio, mas muitos dos nossos soldados, não: as pilhas para os transistores estão em falta". De um dirigente: "O exército não está preparado para este tipo de guerra. A nossa Academia Militar de Nampula

parece uma academia do Pacto de Varsóvia".

No momento, Maputo negocia uma cooperação militar com Lisboa. Militares moçambicanos são treinados por ingleses que assessoram o exército do Zimbábue. Este, por sua vez, deverá aumentar em breve o seu contingente atuando em Moçambique (defesa do oleoduto e vias férreas) de quatro mil para vinte mil homens (ver *Conjuntura Africana*, n.º 7, p. 4 e 5). Soldados da Tanzânia deverão atuar no norte do país.

As frustrações de Nkomati

É no contexto da situação caótica da economia moçambicana, acima referida, que se pode analisar as razões de Maputo para o Tratado de Nkomati, de não agressão e boa vizinhança, assinado com Pretória, em março de 1984. O Tratado prevê, em síntese, a retirada total do apoio sul-africano à Renamo, a retomada do fluxo econômico normal entre os dois países e, como contrapartida, a saída de Moçambique dos militantes do ANC.

O acordo foi, desde logo, sabotado pelo serviço de informação (ex-BOSS) e serviço secreto militar (MSS) sul-africanos, que continuaram insuflando a Renamo em oposição à política do presidente Botha (ver *Conjuntura Africana*, n.º 6, p. 7). Este, na impossibilidade de ver derrubado o governo da Frelimo, passou a preferir a hegemonia econômica — dentro da sua estratégia de formar uma "constelação de Estados" vizinhos clientes —, e, o que era igualmente importante, usar como propaganda para a sua propalada política de abertura para a África um tratado com o marxista Machel.

No início, Botha ainda tentou preservar Nkomati: a fronteira entre os dois países foi considerada "zona restrita", afastou para o interior um batalhão sul-africano favorável à Renamo, prendeu cinco militares e ameaçou outros simpáticos aos rebeldes e promoveu, em outubro de 1984, negociações, em separado, de delegações da Frelimo e da Renamo, que não chegaram porém a bom termo. A linha dura militar porém prevaleceu. O ataque de um comando sul-africano a Cabinda foi a gota d'água. O chefe do estado-maior do exército, Viljoen, esteve demissionário por alguns dias. Mas a conferência do ministro da Defesa, Magnus Malan, no Parlamento, quatro dias depois do acidente de Cabinda, foi decisiva. Ele afirmou que o recebimento por Angola, nos últimos meses, de armamento soviético sofisticado (79 aviões de caça, dos quais 28 Migs-23 e 45 helicópteros), "havia modificado o equilíbrio de forças na África Austral" e que, face a isso, "seria loucura da parte da África do Sul baixar o nível de preparação do seu exército". □

O BANCO MUNDIAL E A AGRICULTURA: TEORIA E PRÁTICA

João Luís Fragoso

Em 1984, o Banco Mundial (BIRD) investiu 670,3 milhões de dólares em projetos agrícolas na África Subsaariana. Com esta soma, que representava 28,3% das verbas totais do Banco para a região, era mantida a *performance* que vem caracterizando o comportamento desta instituição nos últimos anos. Desde os anos 70, o BIRD se apresenta como um dos mais importantes fundos externos de inversão direta na agricultura. Basta lembrar que entre 1971 e 1980 destinou 32,9% das suas verbas à África Subsaariana para aquele setor. Por outro lado, verifica-se igualmente que traços de suas formulações para o setor agrícola podem ser encontrados nos programas de outros organismos internacionais, como é o caso da FAO e da OCDE.

Segundo um documento publicado pelo Banco em 1975, esta maior atenção para com o campo, nos anos 70, foi o resultado da modificação de seu conceito de desenvolvimento e da consciência da situação crítica em que se encontrava os países em desenvolvimento. Em outras palavras, partindo de dados da época, constatava-se que 85% dos 750 milhões de pobres daqueles países viviam em pobreza absoluta. Destes, 80% encontravam-se no campo.

A partir deste quadro, o Banco propunha a formulação de projetos de "novo tipo", cujo eixo seria o desenvolvimento rural, este entendido como uma "estratégia para melhorar as condições de vida no plano social e econômico de um grupo determinado de pessoas: os pobres das zonas rurais", isto é, os pequenos agricultores (em geral, com menos de 5 hectares), os arrendatários e as pessoas que careciam de terras. Por esta época ainda declarava-se que a necessidade de reduzir a miséria rural, em grande medida, não entrava em conflito com outra prioridade do Banco Mundial, a de aumentar a produção de alimentos.

Entretanto, uma outra forma de entender, na visão do Banco Mundial, a inexistência de uma contradição entre aquelas duas prioridades é utilizando uma outra interpretação, mais matizada, de desenvolvimento rural: "se a finalidade do desenvolvimento rural é aliviar a pobreza, deve encaminhar-se claramente para o incremento da produção e produtividade". E o meio para isto seria a mudança do padrão tecnológico agrícola (a chamada Revolução Verde).

Esta última noção apareceria mais claramente em 1981. Neste ano, o Banco Mundial avaliava a situação econômica e social da África como crítica.

Em vista disso seria necessária uma reorientação de política geral, dos Estados e das agências internacionais, no sentido da produção. No setor agrícola, a noção de desenvolvimento rural passa a ser entendida especificamente como uma "estratégia baseada na pequena exploração, onde a produção está à frente de todas as outras considerações". De acordo com esta perspectiva, a mudança do padrão tecnológico, como vetor principal, foi reforçada. Ao mesmo tempo, desapareciam as referências a outras camadas de pobres rurais: os trabalhadores sem terras.

Mais ou menos na mesma época em que o Banco Mundial declarava guerra à pobreza rural, em meados dos anos 70, ele fornecia à Tanzânia um vultoso programa de assistência voltado para a modernização agrícola e a auto-suficiência alimentar. Para alguns, este programa foi a ponta de lança para o aprofundamento do capital internacional no país. Entre os seus resultados destaca-se a subordinação de parte da agricultura camponesa, nas regiões afetadas, àquele capital.

Entre 1975-80, o Banco implementou três projetos de desenvolvimento rural no norte da Nigéria: Gusau, Funtua e Gombé.

Na região de Funtua, foram classificados 87 mil agricultores em três categorias: *large-scale* (mais de 100 hectares), *progressive* (em torno de 40) e os *traditional-farmers* (menos de 40). Daqueles 87 mil, 20 mil (23%) foram incluídos nas duas primeiras categorias e receberam mais de 60% de todas as visitas de extensão agrícola, o mesmo ocorrendo com a distribuição de fertilizantes e créditos. Deste modo, os *traditional-farmers* (77% do total), que correspondiam às pequenas explorações agrícolas e, portanto, eram em tese o objetivo do programa de desenvolvimento rural, foram os menos beneficiados. Um dos resultados práticos deste programa foi o aumento da proletarianização e marginalização dos camponeses mais pobres. O que era declarado como luta contra a pobreza, na verdade criou um novo tipo de pobreza.

Outro traço da prática do Banco pode ser visto no destino das verbas alocadas para o campo africano em 1980. Neste ano o maior investimento (US\$ 58 milhões) foi para a produção de legumes de "contra-estação", no Marrocos, isto é, para uma cultura ligada ao mercado europeu. Naquele ano, pelo menos, 25,2% do total das verbas agrícolas do Banco foram destinadas para a agricultura de exportação. Em

1984, o Marrocos aparecia entre os 21 países africanos, listados pela FAO, onde o déficit alimentar era mais grave.

Um outro exemplo é o da Costa do Marfim, país que em 1981 e 1982 receberia um terço do total dos investimentos destinados pelo Banco Mundial à África Ocidental no período. Entre estes projetos, destaca-se o programa de aprendizagem e extensão agrícola, dirigido, em particular, aos *contact farmers*, ou seja, aos agricultores mais ricos e dinâmicos das áreas consideradas, ou em outras palavras, para aqueles que não são os mais pobres.

Entretanto, a grosso modo, uma das principais características da prática do Banco Mundial para a agricultura africana é a mudança do padrão tecnológico. A incorporação de sementes melhoradas, de fertilizantes etc. é o traço que perpassa quase todos os seus projetos. Isto pode ser visto nos 22 (73,3%) dos projetos empreendidos em 1980 ou nos 19 (76%) aprovados em 1981. Um dos resultados de tal prática é a transformação dos países "beneficiados" em mercados das indústrias do Norte industrializado. Deve-se destacar que muitos daqueles insumos podem ter resultados colaterais. Tal é o caso do milho híbrido introduzido na Tanzânia que, apesar de mais produtivo, é menos resistente às secas do que os produtos tradicionais (sorgo e milhete).

Outro traço da prática do Banco Mundial é a sua preocupação com a "eficiência". Trata-se não apenas de mudar a tecnologia das explorações agrícolas, mas também de torná-las "racionalizadas" e "eficientes". Desta forma, a média exploração agrícola não deve estar ligada só ao mercado, mas se dedicar também àqueles produtos mais rentáveis, sejam eles para o mercado interno ou à exportação. Por sua vez, aquele mercado deve estar livre da intervenção do Estado.

Em resumo, da prática do Banco Mundial surge um "projeto" que se identifica com o desenvolvimento de um médio extrato de agricultores fundados numa tecnologia modernizada e ligados ao mercado internacional (pelo menos via insumos). E isto tendo como pano-de-fundo o livre mercado, o que, por sua vez, em tese, abre espaço para a penetração do capital internacional no campo africano. Enquanto isto a constatação feita pelo próprio Banco Mundial, em princípios dos anos 70, continua sendo válida: "Os primeiros a morrerem de fome são os pobres do campo, apesar deles serem os principais produtores de alimentos." □



Em Foco

BOIGNY: OS CROCODILOS DE YAMOUSSOUKRO DORMEM DE OLHOS ABERTOS

Paz e espírito de solidariedade, eis a fórmula secreta da *performance* da Costa do Marfim neste quarto de século em que Felix Houphouët-Boigny conduziu os destinos do país através do seu PDCI, partido único que monopoliza o poder. Quase não distinguindo o marco da independência, Boigny mantém os mesmos métodos de quando era ministro na França: "responsabilidades divididas, democracia real e total no interior do partido, escolha livre de candidatos e direito de observação pelo povo de seus representantes. Tanto assim, nem mesmo alguns partidos na França".

De família animista, convivia em criança com a prática de sacrifícios humanos quando da morte de um chefe, devido à crença de que o que existe aqui existirá no além. Ser chefe ou escravo significava que continuaria a manter a sua posição após a morte. Sacrificavam-se as pessoas próximas a um morto para acompanhá-lo na outra vida.

Batizado aos onze anos, Boigny viveu o drama de sua família ao buscar uma crença em deus. O horror ao sangue o marcou ao atirar em um animal que tinha um filhote e ao observar o seu olhar. Boigny identifica nestas experiências de vida a origem da tolerância política que existe numa Costa do Marfim cercada de países que viram o sangue jorrar nos últimos anos, como o Mali, Guiné, Burquina Fasso, Libéria e Gana.

Ele, que é conhecido como o "velho" ou o "decano", é na verdade o arquiteto de um Estado moderno, edificado em menos de três décadas sobre um território onde imperavam hábitos bastante tradicionais. Não se sabe como estas instituições sobreviverão a ele, que é chefe tradicional desde os cinco anos de idade em Yamoussoukro, lugar onde ele continua a freqüentar e "onde os crocodilos dormem de olhos abertos". Recusando-se a abolir a pena de morte, prefere que o país se "habitue com essa realidade". Para comprovar a lealdade de seu exército enviou um jornalista amigo para fazer o serviço militar, após haver posto em dúvida o lado em que estariam os militares. Assegurando não haver delírio de pensamento na Costa do Marfim, demonstra o com a escolha como terra de asilo por opositores de países vizinhos.

Tendo sobrevivido a muitas tentativas de assassinato, mas não de complôs organizados, o Decano prefere confiar mais no refúgio eterno do que no dos homens e não teme entrar no meio de uma multidão para apertar de mão. Tantos anos exposto ao perigo, Boigny se declara reconhecido a Deus por ter vivido todas essas experiências. □

MOÇAMBIQUE: ESTREITAM-SE AS RELAÇÕES COM O OCIDENTE

Na seqüência da adesão do governo de Maputo à Convenção de Lomé (ver *Conjuntura Africana*, n.º 2, p. 1) e ao FMI, o Banco Mundial concedeu no mês passado um crédito de 45 milhões de dólares a Moçambique, destinado à importação de equipamentos, acessórios, matérias-primas e assistência técnica.

Em maio deste ano, a Lonrho, multinacional com sede em Londres e maior volume de investimentos na África, criou uma empresa em Maputo, a Lonmoc, dando início a investimentos na área de turismo, pesca, açúcar, algodão e mineração de ouro. A Lonrho, presidida por Tiny Rowlands, possuía em Moçambique, no tempo colonial, uma *holding* de dezenove empresas.

Rowlands tem sido um ativista na normalização das relações da África do Sul com Moçambique e na neutralização da Renamo. Em Angola, porém, ele tem uma posição oposta: é um dos financiadores da Unita.

Os interesses britânicos tendem a aumentar em Moçambique. Tem-se como provável uma visita de Margaret Thatcher, ainda este ano, a Maputo, culminando a recente aproximação entre os dois países, inclusive na área de cooperação militar.

Por sua vez, os homens de negócios americanos têm-se mostrado muito ativos, nestes últimos meses, na procura de negócios em Moçambique. Não se deixaram impressionar pela atuação do *lobby* antimozambicano, fornecedor de fundos à Renamo e chefiado pelo senador Jesse Helms. Este, teve aprovação pelo Congresso, em julho passado, uma emenda que leva o seu nome e que condiciona severamente os empréstimos americanos a Moçambique.

Aliás, essa emenda não deverá ser ratificada por Reagan. O governo americano, por razões geopolíticas e face à atitude realista do presidente Samora Machel, vem se aproximando de Moçambique, o mesmo não ocorrendo, no campo político, com Angola.

Essa nova linha de comportamento americano foi precedida por duas viagens a Moçambique, ano passado, de David Rockefeller e, em abril deste ano, de um grupo de empresários americanos, liderado pelo ex-secretário de Defesa, Mervin Laird que, posteriormente, declarou: "Agora os Estados Unidos têm a possibilidade de inverter a influência soviética em Moçambique".

Atualmente, quatro empresas americanas estão engajadas na prospecção de petróleo em Moçambique, pretendendo aí investir, nos próximos quatro anos, 400 milhões de dólares. A Esso já está atuando no litoral norte do país.

O Brasil também está em vias de aumentar a sua presença em Moçambique, através da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais - CPRM. A convite recente do governo moçambicano, a empresa enviou àquele país o orçamento de um projeto de pesquisa de carvão na região de Moatise, produtora tradicional desse minério desde o tempo colonial, que poderá render, para a CPRM, se aprovado, entre 8 a 12 milhões de dólares.

Como o projeto envolve transporte ferroviário e porto, a entrada da CPRM - que já atuou em Moçambique há dois anos - poderá abrir caminho a grandes empreiteiras nacionais com *know-how* nessas áreas. □

ÁFRICA DO SUL: SANÇÕES, BOICOTES E GREVES

Provocando o mau humor de um grupo de países africanos integrado por Argélia, Angola e Moçambique (clá duro), a França depositou no Conselho de Segurança da ONU a proposta de resolução para sanções voluntárias à África do Sul, com abstenção da Inglaterra e Estados Unidos. A França se absteve na votação de outro texto dos "não-alinhados", que tornava as sanções obrigatórias, o que provocou a irritação da Inglaterra, que esperava que a França usasse seu direito de veto, conforme se havia comprometido. Os investimentos ingleses acumulados na África do Sul totalizam US\$ 12 bilhões e 250 mil empregos dependem desse comércio. A França tem investimentos da ordem de US\$ 1,6 bilhão, mas no ano de 1984 totalizaram apenas US\$ 13,5 milhões, e há um ano, desde o início dos quebra-quebras, os investimentos estão interrompidos.

Dois dias depois da votação na ONU, a França punha em funcionamento a segunda central nuclear de Koeberg, a 40 km do Cabo, devendo produzir 7% do consumo interno. O primeiro reator, ligado em abril de 1984, sofreu atraso devido a uma sabotagem do ANC em dezembro de 1982, o que provocou medidas de segurança, para o segundo, que o torna capaz de suportar um choque de um Boeing 707 ou de um abalo sísmico de 7 graus na escala Richter.

As sanções voluntárias aprovadas no Conselho de Segurança repercutem sobre seis áreas: a suspensão de qualquer novo investimento é a mais importante; e ainda a suspensão dos empréstimos com garantia; interdição de novos contratos na área nuclear; proibição de venda de material de informática que possa servir à política ou ao exército; interdição de venda de Krugers e outras peças de metal fino; e restrições na prática de esportes e cultura.

A espetacular medida francesa, sem sombra de dúvidas, ao colocar a questão dos embargos sobre bases irreversíveis, colocou o regime de Pretória nas cordas. O sentimento de pária atinge agora o coração financeiro da economia, já às voltas com os quebra-quebras e com a amplitude, adquirida em apenas três semanas, do boicote às lojas comerciais de brancos em Port-Elizabeth e East-London e que podem se estender para o resto do país. A suspensão do pagamento de prestações sobre compras já feitas - considerando que os lojistas não se arriscam a ir às vilas-dormitórios para resgatar os bens - deverá se transformar em novo fator de pressão da comunidade negra, que dispõe de 47% do poder de consumo, quando os brancos dispõem de 40%.

Contra a onda de sanções, o Estado racista dispõe ainda de trunfos de relativa sedução para a OTAN e a CEE. Embora o petróleo exportado ao Oriente Médio passe cada vez mais pela rota de Suez, abandonando os superpetroleiros, ainda hoje 115 milhões de toneladas transitam ao largo do Cabo. A base naval de Simonstown no Cabo foi transformada em sofisticado e secreto centro de escuta capaz de controlar todo o Atlântico Sul até a costa argentina, que tem nas suas proximidades as ilhas Malvinas, centro de interesse estratégico para a Inglaterra. □

Tópicos

■ **NIGÉRIA - FINANÇAS.** A Nigéria anunciou um superávit em sua balança comercial no ano de 1984, o primeiro desde 1980. De acordo com o Banco Central nigeriano, houve um superávit de 264,3 milhões de nairas, comparado com o déficit de pouco mais de 3 bilhões de nairas, em 1983. Esse era o resultado esperado, após a implantação das drásticas medidas econômicas adotadas no país, com o severo controle das importações, que entraram em declínio pelo terceiro ano consecutivo, enquanto as exportações cresceram 19,6%.

Algumas tendências interessantes surgiram a partir dos dados apresentados: no comércio externo, uma maior dependência ao petróleo foi detectada, pois esse produto representou 96,8% do total das exportações em 1984, comparado com 94,3% em 1983. Outro dado importante refere-se ao contínuo declínio dos produtos de exportação em geral, principalmente o cacau.

Quanto à venda do petróleo, foi notada uma mudança interessante: em 1982, 35,4% das exportações dirigiam-se para os Estados Unidos; em 1983, caiu para 22,9%; e em 1984, para 13,7%. Por outro lado, a Europa Ocidental aumentou sua cota para 72,7% em 1984, contra 65,6% em 1983 e 47,8% em 1982. A França continuou sendo o maior comprador europeu do petróleo nigeriano, aumentando sua parte para 21,8% do total, em 1984. A Itália passou a ocupar o 2.º lugar, com 16,5%, e a Alemanha Ocidental caiu do 2.º para o 4.º lugar, com 10,4%, depois da Holanda com 12,8%.

As exportações para os países africanos tiveram um aumento espetacular, subindo de 106,7 milhões de nairas em 1983, para 346,5 milhões em 1984.

Quanto às importações, as prioridades do governo agiram sobre os produtos comprados: a importação de alimentos, desencorajada pelo governo, caiu no total das importações para 14,6% em 1984, contra 15,1% em 1983. A importação de produtos químicos, maquinaria e peças de reposição para os meios de transportes também caíram, acompanhando o declínio geral das importações.

As políticas que produziram esse quadro continuam em vigor para 1985, e com maior eficiência.

■ **ÁFRICA-ITÁLIA.** De um fundo de 3.500 bilhões de liras, a Itália reservou 1.900 bilhões para ajuda de urgência contra a fome. A Itália detém o 5.º lugar, entre os países membros da OCDE, mais engajados na ajuda ao desenvolvimento do Terceiro Mundo.

Embora não ocupe uma posição de destaque no conjunto dos doadores, está seguramente em posição privilegiada quanto ao aumento da ajuda. A percentagem atual - 0,34% do PNB - demonstra que a meta de 0,7% para 1990 será atingida.

■ **ANGOLA: LIBERALIZAÇÃO DA ECONOMIA.** Segundo fontes oficiais, Angola prevê a liberalização de sua economia através do distanciamento dos cânones marxistas e de maiores contatos com o Ocidente. Oficialmente, Angola apóia as posições soviéticas em todos os níveis, mas quando se trata de comércio e investimentos, o país se conduz como qualquer nação não-alinhada, aliás o que pretende ser.

O problema interno criado pela guerra civil provocou uma hecatombe na economia angolana, pois cerca da metade das receitas das exportações é gasta com a aquisição de armas junto ao bloco soviético.

Mais de 90% das importações angolanas, exceto armamentos, são procedentes dos países do Ocidente, e para aí também se dirigem suas exportações (a maior parte petróleo, o qual rendeu no ano passado US\$ 2,1 bilhões). Metade dessas exportações destina-se aos Estados Unidos, apesar dos dois países não manterem relações diplomáticas.

O governo tem por meta prioritária estimular o débil setor agrícola tradicional, abandonado após a implantação das fazendas estatais. Devido ao baixo nível dos pagamentos à produção dos pequenos proprietários, estes perderam o interesse em produzir para além de seu próprio consumo, daí a estagnação da produção de cereais, que nos últimos anos foi de cerca de 300 mil toneladas, o que obrigou a importação de igual tonelagem para alimentar seus 8,2 milhões de habitantes. Em parte, devido à guerra civil, somente 1% a 2% da superfície total do território (1,25 milhões de km²) é cultivada.

■ **CABO VERDE: EMIGRADOS CHAMADOS DE VOLTA.** Apontado pelas Nações Unidas como um dos países mais atrasados do mundo, Cabo Verde quer mobilizar a diáspora dos emigrados para construir as bases de uma economia independente. A antiga colônia portuguesa prepara ativamente seu 2.º Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1985/1989), que espera estruturar sobre as possibilidades de investimentos oriundos da diáspora. Duas vezes mais numerosos que os nativos do arquipélago (600 mil contra 300 mil), os emigrados, vivendo principalmente nos Estados Unidos, enviaram em 1983 cerca de 2,8 milhões de escudos cabo-verdianos para o seu país.

O governo, na expectativa de um retorno maciço nos próximos anos, espera que esses imigrantes tomem parte ativa nos investimentos, principalmente no setor pesqueiro e no da pequena indústria. O arquipélago está com 21% da sua população desempregada (segundo censo de 1980) e 45% subempregada. A indústria aloca apenas 11% da população ativa, contra 47% no setor pesqueiro e 42% nos serviços. Para facilitar os investimentos, o governo tomará medidas de incentivo, como regimes fiscais favoráveis para os fundos repatriados e investidos.

■ **EGITO: AUTOMÓVEIS.** O banco egípcio Misr Development Bank anunciou que fará um empréstimo de US\$ 700 milhões para ajudar a General Motors Corporation a abrir uma fábrica de automóveis no Egito. O banco citado será o carro-chefe do consórcio, para o qual será feito esse empréstimo.

■ **SAHEL: IRRIGAÇÃO.** As regiões desérticas da África Subsaariana poderiam ser irrigadas por um canal de 2.500 km, construído a partir do rio Zaire. Essa é a conclusão de estudos apresentados às autoridades de Kinshasa por uma delegação de engenheiros italianos. A idéia é transferir 100 bn de metros cúbicos de água por ano do Zaire, através do rio Chari, na República Centro Africana, para o lago Chade, que faz fronteira com Camarões, Chade, Níger e Nigéria. Cerca de 700 mil m² do Sahel poderiam ser assim irrigados.

■ **CONGO: CENSO E PETRÓLEO.** Segundo os resultados do recenseamento de 1984, a população da República Popular do Congo é de 1.912.429 habitantes, sendo 979.512 do sexo feminino (51,2%) e 932.917 do sexo masculino (48,8%). O recenseamento anterior, de 1974, apontava uma população de 1.320.000 habitantes.

A produção de petróleo para 1985 será de 5,5 milhões de toneladas, informou o ministro das Minas e Energia do país. A produção do ano passado foi de 6 milhões de toneladas, proporcionando uma renda de 230 bilhões de francos CFA; altos preços e valorização do dólar foram fatores positivos para o principal produto do país.

■ **NOVA LIGA ÁRABE?.** O coronel Kadhafi, da Líbia, acaba de lançar um novo projeto para a criação de uma União dos Povos Árabes, propondo a todos os chefes de Estados árabes algo mais elaborado do que os até então imaginados. A nova proposta dá continuidade a um outro projeto apresentado aos mesmos países, há pouco mais de um ano, e que resultou na união Marrocos-Líbia.

A proposta de Kadhafi inspira-se nas estruturas da Comunidade Europeia e compreenderá um congresso formado por parlamentares ou delegados de cada país-membro, com função legislativa; uma corte de justiça; um banco que emitiria uma moeda árabe; instituições econômicas e um centro árabe de pesquisa científica. O problema prioritário seria o da água, a fim de valorizar os desertos.

Para Kadhafi, a iniciativa destina-se a evitar ao mundo árabe as armadilhas desfechadas pelos Estados Unidos, pelo sionismo e por outros inimigos. O líder líbio conclama todos os dirigentes árabes a participar dessa obra histórica, senão... será o reino da violência e do terrorismo que derrubará todos os regimes.

Segundo a agência líbia de informações, todos os destinatários responderam favoravelmente à proposta de Kadhafi. Mas um leitor mais atento observará que nas entrelinhas se encontra uma mesma resposta por parte dos chefes árabes: "sim, mas..."

MHB

O CEEA publica também
Estudos Afro-Asiáticos,
revista semestral de grande utilidade
para a compreensão do mundo
afro-asiático contemporâneo.

CONJUNTURA AFRICANA

SETEMBRO DE 1985

ANO 1 - N.º 9

KADHAFI ENFRENTA UMA NOVA CRISE

Maria Helena Barbosa

Nos últimos dois meses, a preocupação dos dirigentes africanos e também da diplomacia internacional voltou-se, mais uma vez, para a Líbia. Na realidade, o General Kadhafi tem o poder de criar situações geradoras de conflito, cultivando, com grande empenho, toda uma legenda em torno de seu nome. Desde 1969, quando foi derrubada a monarquia e proclamada a República Árabe Líbia, os objetivos do novo regime vêm sendo perseguidos através de métodos pouco ortodoxos e nem sempre existosos: unidade árabe e vigorosa campanha antiimperialista, centrada em ferrenha oposição à influência ocidental, em geral, e ao expansionismo sionista, em particular.

A situação do momento refere-se à expulsão de trabalhadores estrangeiros do território líbio, principalmente tunisinos e egípcios. Como explicação, a necessidade de fazer face à crise econômica mundial, o que é aceitável. Porém, a par das expulsões juntou-se a ameaça de invasão desestabilizadora, sistematicamente empreendida pelo dirigente líbio, e que se manifesta em tentativas, geralmente frustradas, de formação de alianças, ameaças hostis ou invasões aos países vizinhos.

O estopim da presente crise está ligada à psicose tipicamente kadhafiana de que seu país se encontra cercado pelos vizinhos - Argélia, Tunísia e Egito -, considerados hostis. Convém então armar punições: à Tunísia, pela visita feita por seu presidente aos Estados Unidos, considerada como "desvio" pré-Ocidente, e ao Egito, por seu "regime traidor", pois ousou ceder o deserto oriental de seu território para manobras conjuntas da força norte-americana de deslocamento rápido. Mas, para além da punição, há o desejo de desestabilização desses países, que no caso das expulsões tinham um duplo objetivo: defensivo, visando distrair o povo líbio de seus problemas internos; e, agressivo, pois é sabido que

ção petrolífera líbia entra em operação de barter com a União Soviética em troca de armamentos, cujos preços, em três anos, triplicaram. Paralelamente, a dívida externa está crescendo, e talvez alcance US\$ 5 bilhões ao final do corrente ano.

Expulsar os trabalhadores estrangeiros foi a única medida econômica significativa tomada que não ameaçou a reputação de Kadhafi internamente, em nenhum sentido, muito pelo contrário, até melhorou. País subpovoado (3,5 milhões de habitantes) e com falta de quadros, até recentemente havia cerca de 550 mil trabalhadores estrangeiros na Líbia, quase a metade do total das forças de trabalho do país, empregados em serviços recusados pelos líbios.

Embora a mediação do Kuwait e do Marrocos, entre a Líbia e a Tunísia, tenha resultado num acordo para pôr mais ordem nas expulsões dos tunisinos, as sérias consequências diplomáticas do incidente são agora evidentes: a cooperação entre a Argélia e a Tunísia foi fortalecida, e qualquer incursão líbia em território tunisino arrisca uma contrapartida militar argelina; a iminente sucessão presidencial na Tunísia - Bourguiba está com mais de oitenta anos e pode vir a falecer a qualquer momento - combinada com crescente crise econômica, dará oportunidade à Líbia de desestabilizar a Tunísia.

Assim, 28 mil dos 92 mil trabalhadores tunisinos na Líbia foram expulsos, como o foram também 20 mil egípcios, 3.500 do Níger e 500 do Mali. Somente os sudaneses e marroquinos, cerca de 35 mil, não foram afetados. Convém lembrar que a Líbia firmou, em 1984, importante acordo com o Marrocos e já fez igual proposta ao novo dirigente do Sudão.

Fora as iniciativas diplomáticas, a única resposta da Tunísia foi a expulsão de 238 líbios acusados de espionagem, inclusive trinta diplomatas. No momento, parece que o perigo maior já passou. Mas a unidade de Maghreb está longe de ser alcançada, e mais, muitos especialistas consideram a política de Kadhafi não só nefasta para a região, mas também para a África, o mundo árabe e o Terceiro Mundo em seu conjunto. □

MOÇAMBIQUE: O CONTÍNUO EMPOBRECIMENTO RURAL

João Luís Fragoso

Déficit alimentar crônico, racionamento de víveres nas cidades (2 kg de milho por pessoa), propostas de modernização agrícola, medidas governamentais de liberalização econômica: estes são alguns dos traços do atual cotidiano de um país marcadamente agrícola. Em Moçambique, 86,8% da população está no campo, sendo que 79% de sua mão-de-obra é constituída pelo trabalho familiar agrícola. Em outras palavras, trata-se de um país não apenas rural, mas principalmente ligado a "formas camponesas de produção". E é este país de pequenos produtores de alimentos que, segundo a Unicef, poderá se transformar em uma segunda Etiópia.

No tratamento deste déficit alimentar deve-se, antes de mais nada, ter em conta que ele não é um fenômeno conjuntural, restrito aos anos 80. Para tanto, basta lembrar que, nos anos 70, 48% de todas as crianças de baixa renda, da área de Maputo, mostrava alguma forma de subnutrição. Ou ainda que, na segunda década deste século, o sul de Moçambique foi marcado por uma série de crises alimentares recorrentes. A partir destas duas informações pode-se inferir que, para além das secas recentes (1981, 82 e 83), do excesso de chuvas (região do Maputo), da ação da Renamo (ver *Conjuntura Africana*, n.º 8, p. 4-5) etc., o atual déficit alimentar é o resultado de um processo de empobrecimento rural que se confunde com a própria história agrária do país nos últimos cem anos.

Em finais do século XIX a presença portuguesa em Moçambique, entre outras coisas, se caracterizava pelo: envio de mão-de-obra para as plantações e minas da África do Sul; início da montagem das *plantations* (capital internacional); trabalho forçado (meio de abastecimento de mão-de-obra às plantações); e imposto de palhota (forma coercitiva de dirigir parte da produção camponesa para o mercado).

Nos anos de 1940 e 1950 novos elementos seriam incorporados a este quadro: as culturas forçadas — obrigatoriedade do camponês de plantar certas culturas (Norte e Centro de Mo-

çambique, principalmente) e a implementação de uma pequena e média agricultura de colonos portugueses.

A combinação desses elementos, grosso modo, modelariam a agricultura camponesa de Moçambique. Esta passaria, com variações regionais, a ser marcada pela retirada periódica de parte de sua mão-de-obra, obrigatoriedade de dirigir parte de seu tempo de trabalho para culturas comerciais e redução de sua área agricultável. E tendo em conta que, isto incidiria sobre formas agrícolas marcadas por um padrão tecnológico precário, não é difícil de se perceber a possibilidade de crises alimentares recorrentes.

Por outro lado, progressivamente, alguns daqueles traços, em algumas regiões, seriam incorporados à lógica desta agricultura. Tal é o caso do trabalho migrante para a África do Sul. Este tipo de trabalho não apenas iria permitir o barateamento da mão-de-obra mineira para o capital sul-africano, mas também se transformaria em uma renda fundamental para a reprodução da agricultura camponesa. Ao mesmo tempo, verificar-se-ia uma aceleração na diferenciação camponesa.

Por sua vez, em finais dos anos 60, a agricultura europeia ocupava em torno da metade das terras cultivadas de Moçambique (apesar de corresponder a apenas 1% das unidades agrárias) e era responsável por 30% da produção nacional e 66% da comercial. Desta agricultura faziam parte 560 corporações-*plantations* (chá, açúcar, sisal e copra) e 4 mil pequenas e médias fazendas (arroz, trigo, milho etc.); a primeira estava ligada à exportação e a segunda ao abastecimento interno.

A outra metade das terras cultivadas era ocupada pela agricultura africana, formada por 1,6 milhão de unidades (2 hectares em média). Apesar desta agricultura ser responsável por 70% da produção nacional, fornecia apenas 34% dos produtos comercializados.

A partir deste quadro é possível perceber o impacto gerado, nas exportações e no abastecimento interno, pela evasão do capital internacional e

dos agricultores portugueses no pós-independência (1975).

Em 1978, Maputo, procurando mediar tal situação e inspirando-se no modelo agrícola cubano e chinês, tentaria sucessivamente viabilizar fazendas estatais mecanizadas e aldeias comunais. Por conseguinte, apesar do peso, na agricultura nacional, da produção camponesa, o Estado moçambicano, nos primeiros tempos, tentaria reeditar as grandes plantações.

O sucesso destes dois projetos pode ser medido pelo fato deles reunirem, em 1983, apenas 5,5% da população economicamente ativa na agricultura.

Em 1983, no IV congresso do Partido Frelimo, reconhecia-se serem inadequadas as medidas de 1977-78 e, ao mesmo tempo, sublinhava-se a importância do setor familiar agrícola. Entretanto, no presente ano há indícios de que a agricultura moçambicana poderá entrar em uma "nova" fase.

Em outras palavras, recentemente a FAO recomendou um programa de modernização de 4 mil fazendas e plantações como meio de amenizar o déficit alimentar. Em junho deste ano os Estados Unidos enviaram uma importante remessa de material agrícola para o setor privado moçambicano. Ao mesmo tempo, o Banco Mundial concedia o seu primeiro empréstimo (US\$ 45 milhões) a Moçambique, que deverá ser dirigido, entre outras coisas, para a modernização da agricultura (de abastecimento interno e de exportação).

Por último, não se deve esquecer as experiências passadas das intervenções do Banco Mundial na agricultura (ver *Conjuntura Africana*, n.º 8, p. 6) ou mais precisamente as suas repercussões para o pequeno produtor agrícola. Ao mesmo tempo, é sempre bom lembrar que o camponês possui uma lógica distinta da empresa capitalista. E em Moçambique ele é diferenciado; ao mesmo tempo em que reivindica melhores preços para seus produtos, ele usa(va), em outras regiões, o trator para passeio, ao invés de usá-lo na lavoura do campo. □

ZAIRE: MONITORAGEM PERMANENTE

Sidney de Miguel Lourenço

O nome Zaire, dado em 1960 ao ex-Congo Kinshasa, parece hoje indissolúvel do de Mobuto Sesse Seko, o general-presidente que tomou o poder em 1965, após a secessão da região de Katanga, hoje chamada de Shaba, considerada um "escândalo geológico", pela quantidade de minerais aí disponível, como o cobre, cobalto, ouro, zinco etc. A paz armada de Mobuto ganhou aceitação depois do longo período de turbulências, que colocava em xeque sobretudo a continuidade dos interesses belgas enclavados na produção mineral através da Union Minière du Haut Katanga. Sua sucessora, a Gecamines (Generale des Carrières et des Mines), ainda é responsável por cerca de 70% das exportações do país.

Em 1965 após uma fase de sobresaltos, se encontraria um *status quo*, definindo-se um estatuto para a cooperação belga que manteria mais de dois mil cooperantes em áreas importantes como o ensino, saúde, infra-estrutura, mas também em áreas estratégicas, como a administração e a magistratura. Em 13 de julho de 1960, as relações haviam sido rompidas entre os dois países, quando, com cerca de 10 mil cooperantes, a Bélgica foi submetida à ação da ONU, devido ao envolvimento de sua ajuda bilateral aos rebeldes katangueses. Esta normalização de 1965 foi apenas relativa, mantendo-se um certo nível de tensão entre a antiga metrópole e Kinshasa. O "segredo da saída Mobuto para uma estabilização foi sua clara opção ocidental, que se faz presente no forte engajamento de empréstimos da USAID, entre 1966 e 1969. A sobrecoordenação estratégica dos EUA os tornariam de certa forma prisioneiros desta aliança com Mobuto através de longos vinte anos. A dívida pendente na fase colonial, que em 1965 a ex-metrópole aceitou se responsabilizar em apenas 2/5, restou pendente até 1971, quando Bruxelas se responsabilizou pelo restante.

O aumento do preço do cobre no final dos anos 70 havia fornecido oxigênio a Mobuto para iniciar um projeto mais definitivo de regime ao seu feitiço: 1971 foi chamado o ano da autenticidade, na mesma maré que mudou o nome do país para Zaire. Mas é em 1973, a 30 de novembro, que a "zairização" das propriedades é levada a cabo com grande repercussão. A busca da legitimação interna se acompanhou da organização de um partido único, o Movimento Revolucionário Popular, o qual, com seus comitês carrega todas as tinturas do modelo de Estado do "socialismo real". A antiga metrópole

em todo este processo foi perdendo espaço no país à custa de tensões maiores ou menores, até os grandes acontecimentos de Shaba I e II, em 1977 e 1978, quando rebeldes partindo da Angola atacaram Kolzezi.

Aparentemente, a "zairização", ao desarticular as redes comerciais, colocou o Zaire na situação de outros países subsaarianos, os quais, após a descolonização, não conseguiram colocar de pé um modelo de relação campo-cidade que assegurasse a circulação de bens com base em um sistema de preços minimamente auto-regulado, ou com o mínimo de distorções possível.

Desde 1977, quando na esteira da invasão de Shaba ocorreu o que foi chamada a "implosão do Estado" em vista da simultaneidade de duas crises que abalaram o funcionamento das instituições (uma de segurança, que levou a França de Giscard, apoiada pelos países do Norte industrializado em bloco, a patrocinar uma intervenção em 1977 e a intervir diretamente em 1978 em Kolzezi, para expulsar os rebeldes e restabelecer a segurança nas minas; e outra de ordem financeira, levando o FMI a se envolver estreitamente na condução das finanças internas), os assuntos do Estado zaireense desde então contam com uma solidariedade inaudita dos centros estratégicos de decisão do Ocidente.

A trama complexa de segurança e economia, somada à grande importância do país e à habilidade de Mobuto, colocaram o Zaire sob uma espécie de monitoragem indulgente e permanente, que parece fadada a não ter fim. É interessante constatar que esta história tida como "de sucesso" da política de estabilização do Fundo se inicia na verdade em 1970, quando o novo Zaire, considerado um *aid development country*, havia reduzido sua taxa de endividamento em relação ao PIB a 14,1%, a metade dos 37,9% de 1959. A evolução favorável dos preços do cobre conjugado com a pressão de liquidez no mercado financeiro internacional levou os bancos a fazerem mão aberta para os financiamentos de projetos hoje reputados por muitos como elefantes brancos. O país se individualizou rapidamente para construir uma refinaria (Sosir Oil), aeroportos, uma siderúrgica (Sosider), sistema de rádio e telecomunicações, hidrelétricas (Inga), chegando em 1981 a uma dívida acumulada em torno de 5 bilhões de dólares. A operacionalidade produtiva deste complexo responderá no futuro se valeu a pena o esforço que o endividamento implicou.

A presença e a generosidade do Fundo para com o Zaire não evitou que o país se tornasse o campeão de renegociações na África, com sete rodadas desde 1976. O mais curioso no entanto é o assunto do mercado negro, que no Zaire é denominado popularmente de *debrouillardise*. Com cerca de 50% da demanda alimentar apriovisionada do exterior, os investimentos na agricultura alcançaram um por cento do orçamento público em 1984, atingindo apenas empresas estatais.

O esforço para se enquadrar nos cânones do Fundo levou a uma desvalorização da moeda de 77,5% em setembro de 1983. Os preços foram liberados neste ano e a produção aumentou para alguns produtos, mas as dimensões do país e o estado dos transportes pesam sobre o custo de comercialização, deixando em média apenas de 20% a 40% do preço pago pelo consumidor para o produtor. O barateamento das importações também tornou não competitiva a produção interna de milho e açúcar. Para o período de 1986-88 está previsto um programa de investimentos de 326,6 milhões de dólares em estradas, dos quais 163 milhões serão destinados à manutenção de uma rede que atingia 55 mil km quando da independência, dos quais restam operando apenas 12 mil km, com somente 1.400 km asfaltados. Conspiram contra os preços internos da alimentação a liberalização dos preços do diesel e da gasolina. O fechamento do monopólio estatal e a privatização da distribuição implicará em preços maiores para o consumidor, devido ao aumento nos países dos produtos importados. Todos estes ajustamentos num país que deverá completar uma década sob a batuta da monitoragem do Fundo, não parece vislumbrar uma luz no fim do túnel.

É na produção mineral, na Gecamines, que se colocam as maiores exigências de financiamento para os próximos cinco anos. Dia 10 de setembro o "comitê de doadores", coordenado pelo BIRD, sentou à mesa para discutir o plano que prevê US\$ 750 milhões para permitir a Gecamines manter a produção de 465 mil t/a de cobre e cobalto.

Mas em julho Mobuto declarou que mais além dos resultados dos ajustamentos pós-83 com o Fundo, com a recuperação da convertibilidade do "Zaire" e a queda de 1/5 do nível da inflação, o que pretende em 1986 é negociar com o Banco Mundial um programa de ajustamento estrutural porque a seu ver é nas estruturas que residem os problemas do Zaire. □

CONJUNTURA AFRICANA é uma publicação mensal do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) do Conjunto Universitário Candido Mendes. Diretor: Cândido Mendes. Conselho Editorial: Jacques d'Adesky, João Luís Fragoso, José Maria Nunes Pereira, Juarez Coqueiro, Manuel da Paixão Faustino, Maria Helena Barbosa, Mark Stanley Christopher Simpson, Sidney de Miguel. Coordenador: Juarez Coqueiro. Secretário de redação: Carlos Augusto de Oliveira Lima. Composição e arte final: Luiz Flávio von Rondow. Impressão: Bartolo Fotolito. Tiragem: 1.000 exemplares. Preço da assinatura anual: Cr\$ 220.000. Annual subscriptions: US\$ 40 (twelve issues). Envio de cheque em nome de: SBI-CEAA — CONJUNTURA AFRICANA. All orders and cheque payable to: SBI-CEAA — CONJUNTURA AFRICANA. Assinaturas e correspondência: Rua da Assembleia, 10 - sala 501 - Tels.: 221-3536 / 224-8622 R. 59 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20011. Subscriptions and correspondence: Rua da Assembleia, 10 - sala 501 - CEP 20011 - Rio de Janeiro - RJ - Brazil. CONJUNTURA AFRICANA conta com o apoio financeiro da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos.

ÁFRICA DO SUL: INTRANSIGÊNCIA POLÍTICA, REAÇÃO ECONÔMICA

Mark S.C. Simpson

Pretória havia no passado ativamente argumentado que o uso de sanções contra a África do Sul pela comunidade internacional não surtiria os efeitos desejados, isto é, uma mudança na política interna do país. Enfatizando os resultados desprezíveis do uso da arma econômica contra o governo de minoria branca de Ian Smith na Rodésia (ver *Conjuntura Africana*, n.º 7, p. 5), nos últimos cinco anos a África do Sul vinha entretanto mudando um pouco a linha de sua argumentação. Correndo paralelamente à projeção da imagem de uma África do Sul supostamente invulnerável e auto-suficiente economicamente, apareceu uma outra, envolta em tons mais moralísticos: que as sanções castigariam precisamente aqueles setores da população que originalmente visavam auxiliar, isto é, os negros. Desinvestimento e um embargo sobre futuras exportações de capital para a África do Sul resultariam tão-somente num aumento do índice de desemprego entre os negros. Deve-se salientar que a frequência do uso desta segunda racionalização crescia em proporção direta ao aumento de pedidos pelo uso da arma econômica contra Pretória em fóruns internacionais, como a ONU. Pretória obviamente se conscientizou, apesar de nunca ter admitido em público, de que também possuía um calcanhar de Aquiles.

Este calcanhar foi exposto recentemente. No dia 20 de julho, Pretória ao declarar o estado de emergência, estava admitindo implicitamente que havia chegado a um beco sem saída político nas suas tentativas de controlar os distúrbios raciais no país. Van Zyl Slabbert, líder do partido de oposição, o Progressive Federal Party, comentou que "o governo parece não possuir a habilidade, nem o talento para estabelecer uma política de negociação". Este comentário veio em seguida ao discurso do Botha no dia 15 de agosto, aguardado ansiosamente por Washington e outras capitais que esperavam ver indícios de uma disposição para introduzir reformas fundamentais no sistema vigente. Ao contrário, enfatizou-se ainda mais a linha-dura tradicional. Botha avisou que o governo iria recorrer a todos os meios disponíveis para não ceder às pressões internacionais.

Os meios financeiros internacionais deram o seu veredito. Devido às perspectivas de um aumento da ebulição e instabilidade no país, dois grandes bancos americanos (um deles supostamente o Chase Manhattan), retiraram o

dinheiro que haviam depositado em bancos sul-africanos. Seguiu-se uma decisão do Citibank de não mais emprestar dinheiro ao governo sul-africano, apesar de continuar a emprestar para empresas privadas operando no país. Estas foram apenas as últimas de uma série de medidas tomadas pelo mundo das altas finanças que começaram a ser adotadas desde o início do ano corrente. Estrangeiros vêm recentemente vendendo as suas participações acionárias e retirando o seu capital do país, desinvestimento que, só de maio a julho, chegou a US\$ 20 milhões. Juntando-se ao desinvestimento das multinacionais (cujas inversões somam no total em US\$ 17 bilhões), calcula-se que de outubro de 1984 a março de 1985, US\$ 1,6 bilhão de capital a curto prazo deixou o país, levando o South African Reserve Bank (o Banco Central sul-africano) a admitir que tais cifras não podem ser inteiramente o resultado de pagamentos da dívida do setor privado. A moeda sul-africana, o rand, sofreu uma brusca queda, que no mês de agosto chegou a 30% em relação ao dólar.

Medidas drásticas logo se seguiram. A Bolsa de Valores de Johannesburg foi fechada de 21 de agosto a 2 de setembro, e o presidente do Reserve Bank, de Kock, correu o mundo em busca de um reescalonamento dos pagamentos da dívida externa sul-africana. Um indício da fria recepção que deve ter recebido de Kock é que, no dia 1.º de setembro, o ministro das finanças sul-africano, du Plessis, anunciou um congelamento dos pagamentos da dívida a curto prazo durante os próximos quatro meses.

Enquanto que o total da dívida permanece dentro de limites gerenciáveis (aproximadamente US\$ 22 bilhões), cerca de US\$ 12 bilhões deste total têm um prazo de maturação de seis meses. O ministro também introduziu um novo rand numa tentativa de pôr fim à hemorragia de capital. Existe agora o rand comercial, usado para o comércio exterior e uso interno, e o rand financeiro, comercializado com um deságio de até 13% em relação ao rand comercial. Todas as transações financeiras devem ser conduzidas com esta nova moeda, como por exemplo a compra e venda de ações. Qualquer investidor estrangeiro, portanto, seria prejudicado se tentasse retirar o seu patrimônio do país.

As reações dos bancos foram e continuarão a ser diversificadas. Os bancos americanos, cujo capital empatado na

África do Sul monta a US\$ 4,2 bilhões, se encontram sob forte pressão doméstica proveniente de lobbies anti-apartheid, congressistas e senadores, para se retirarem da África do Sul. Para estas instituições, portanto, as medidas tomadas por Pretória constituem um obstáculo para que possam alcançar este objetivo. Posto isto, a tendência é que venham a ser os credores mais intransigentes quando sentarem à mesa com os sul-africanos para discutirem a questão do reescalonamento da dívida.

Os bancos ingleses por outro lado, têm mais a perder. Apesar do fato de que eles também vêm reduzindo a sua participação nos bancos sul-africanos, os seus clientes — companhias britânicas operando no país — ainda têm cerca de US\$ 6,8 bilhões investidos. As restrições no que toca à repatriação de capital ataram mais as mãos dos bancos ingleses do que dos bancos americanos. O que se pode afirmar, entretanto, é que se a situação se deteriorar ainda mais terão que aceitar a necessidade de operar com o rand financeiro, reduzirão ao máximo os seus prejuízos e se juntarão ao êxodo.

Pretória tende a salientar que apesar dos problemas internos, conseguirá um superávit de US\$ 2,5 bilhões na sua conta corrente, este ano. Isto entretanto certamente não se deve a um crescimento no volume das exportações sul-africanas, e tampouco a um aumento no preço mundial do ouro, que continua em baixa (US\$ 320/onça). Se tal superávit for alcançado, deve-se atribuir o feito como resultando do programa de austeridade que restringiu as importações de bens de consumo e cortou os gastos governamentais. Enquanto que as presentes condições obviamente apontam para a necessidade de maiores cortes nos gastos públicos, forçando o país a viver dentro dos limites de seus próprios recursos sem recorrer a novos empréstimos externos, Pretória se encontra num dilema, prensada entre o touro e o penhasco.

A guerra na Namíbia está custando US\$ 275 milhões por ano, cifra a ser adicionada aos US\$ 300 milhões anuais que Pretória contribui para o orçamento namibiano. O item Defesa absorveu US\$ 2,95 bilhões do orçamento do Estado no ano 1984/85. Estes constituem os custos para a manutenção do apartheid.

Uma estratégia alternativa para conter os distúrbios seria obviamente a de cortar os gastos militares e investir o

dinheiro em áreas diretamente produtivas, preenchendo os espaços deixados pelo capital estrangeiro. Com uma inflação recorde de 16% ao ano e o nível de desemprego entre os negros estimado entre 25% e 30%, tais medidas poderiam ajudar a diminuir o radicalismo dos negros urbanos e minar o poder dos sindicatos. Entretanto, medidas mais sutis e que visam o longo prazo nunca foram um traço dominante dos governantes do país. O resultado inevitável é que recorrem ao uso do velho amigo, o cassetete.

Sanções

Em seguida à decisão francesa de implementar sanções contra a África do Sul, durante a primeira semana de setembro o presidente Reagan aprovou um pacote de medidas proibindo certas exportações (computadores, tecnologia nuclear) para Pretória. Antes do fim do ano ele certamente se encontrará sujeito a uma maior pressão do Congresso para adotar medidas econômicas mais drásticas. Ao mesmo tempo, o Conselho de Segurança da ONU clamou por sanções voluntárias contra a África do Sul, que teriam se tornado obrigatórias, não fosse o veto do representante do Reino Unido.

A reação de Botha foi imediata. Declarou que "investigaria a posição" dos negros estrangeiros trabalhando no país. Levantou-se a possibilidade de que o presidente pretendia expulsar os 1,5 milhão de trabalhadores imigrantes que se encontram na África do Sul, receio que cresceu após ele informar que "vamos nos assegurar de que aqueles que estão sujeitos a serem repatriados sejam devidamente informados de que a medida deve-se tão-somente à decisão do Conselho de Segurança".

Não há dúvida de que isto constitui uma arma formidável nas mãos de Pretória. Cerca de 40% dos mineiros provêm dos vizinhos da África do Sul. A cifra para o total das divisas que estes países estão arriscados a perder se tal política for adotada é calculada em cerca de US\$ 1 bilhão. Países como o Lesoto, com 75% de sua mão-de-obra empregada na África do Sul e que depende das remessas destes trabalhadores para até metade do seu PNB, seriam duramente atingidos.

Representa entretanto uma arma que não pode ser recarregada. Uma vez usada, Pretória perderia um dos mais importantes instrumentos que possui para influenciar o comportamento de seus vizinhos. Como declarou recentemente o ministro das Relações Exteriores moçambicano: "Moçambique seria um dos países mais afetados se sanções econômicas fossem implementadas contra a África do Sul. Estamos, a despeito disto, preparados para fazer

os sacrifícios decorrentes de sanções, se por sua vez implicarem em mudanças significativas na África do Sul."

Essa espécie de declaração, aliada à decisão de Reagan de ceder a pressões domésticas, acabou por isolar ainda mais a primeira-ministra Thatcher na sua atitude em relação à questão das sanções. Ela argumentava continuamente, em sintonia com a racionalização de Pretória, que sanções são indesejáveis na medida em que atingem especialmente os negros. O discurso de Londres é o reflexo da posição inglesa de maior investidor estrangeiro no país.

Os argumentos de Thatcher foram enfraquecidos ainda mais quando os negros sul-africanos se empenharam voluntariamente num boicote das lojas de propriedade dos brancos, apesar do fato de que tinham que pagar preços mais altos nas lojas negras menores. Ainda que o boicote tenha produzido resultados variados, ele prova que os negros estão dispostos a arcarem com dificuldades econômicas ainda maiores, se isto por sua vez resultar em recompensas ao nível político.

Thatcher estará sujeita a um aumento nas pressões da opinião pública inglesa para que se junte às outras potências nas medidas contra o apartheid. Com o seu índice de popularidade no nível mais baixo, aliado à possibilidade de eleições gerais no próximo ano, ela não pode se dar ao luxo de remar contra a corrente.

É difícil fazer previsões no que toca aos efeitos para a economia sul-africana se os distúrbios persistirem e as sanções aumentarem. Sem a possibilidade de capital estrangeiro, a economia só poderia crescer à velocidade do aumento do nível de poupança interna mais exportações. Sob condições de desinvestimento financeiro internacional, especialistas acreditam que a melhor taxa de crescimento possível para a África do Sul gira em torno de 3% a 4%, menos do que é preciso para conter um aumento do desemprego entre os negros. Entretanto, se o país for vítima de um completo embargo comercial, a economia certamente se desagregaria, com conseqüências imprevisíveis.

Soluções?

É um lugar comum que a única solução para a crise é a que sempre esteve ao alcance de Botha, isto é, o diálogo. A não ser que se esforce na direção de reformas substanciais, que em última análise podem ser traduzidas simplesmente como a concessão do voto para os negros, nenhum grau de repressão irá silenciar o protesto. A intransigência somente significará que

Botha terá desperdiçado uma oportunidade única para negociar a possibilidade de salvaguardas constitucionais para os brancos, tais como as que foram outorgadas aos brancos rodesianos sob a Constituição de Lancaster House (ver *Conjuntura Africana*, n.º 3, p. 3), com líderes respeitados e relativamente moderados como Desmond Tutu e Nelson Mandela.

No momento, sua postura em relação a organizações como a UDF e a detenção de líderes tais como Allan Boesak, paradoxalmente serve apenas para neutralizar as únicas organizações capazes de controlar e canalizar a ira dos negros para objetivos mais construtivos. Se o presidente persistir nesta política, o país certamente será devastado por uma guerra racial sem tréguas, com as favelas negras tornando-se ainda mais incontroláveis do que no momento, e os líderes negros mais tradicionais sendo atropelados por extremistas da Azapo (ver *Conjuntura Africana*, n.º 7, p. 2), que se recusarão a dialogar.

Há entretanto um outro fator na equação que Botha terá que levar em conta se vier a optar por uma política mais conciliatória. É imprescindível que continue a prestar a devida atenção para o seu flanco direito, isto é, os partidos brancos de extrema-direita que aparentam estar fortalecendo-se às custas do Partido Nacional do presidente. Estima-se que dos 4,9 milhões de brancos no país, cerca de 20% agora apoiam grupos ultra-conservadores, tais como o Partido Conservador de Treurnicht e o HNP de Jaap Morais (ver *Conjuntura Africana*, n.º 4, p. 6). Isto reflete a desaprovção do eleito branco em relação às pequenas reformas que o presidente continua a introduzir no sistema, tais como a abolição das leis que proibia casamentos mistos.

No congresso do Partido Conservador, em agosto, Treurnicht, dirigindo-se indiretamente a Bhotá, disse: "Com todo o respeito, estou lhe avisando. Serás prensado entre as reivindicações dos radicais negros e a resistência dos brancos. Você está desperdiçando o tigre entre os brancos." A recente formação de grupos paramilitares de direita demonstra o perigo do extremismo branco.

É possível argumentar entretanto que esta inclinação para a direita deve-se mais a um aumento do sentimento de insegurança resultante dos distúrbios, do que de uma afinidade ideológica com a extrema-direita. Esses partidos inevitavelmente lucram sob tais condições. O diálogo com os líderes negros, que certamente esfriaria a situação, representaria um avanço em direção à eliminação do sentimento de sítio que indubitavelmente prevalece entre os brancos, minando assim o apoio ao Partido Conservador. □

NIGÉRIA PENSA EM CONSTRUIR COMPLEXO INDUSTRIAL MILITAR

José Maria Nunes Pereira

O novo governo presidido pelo general Ibrahim Badamosi Babangida deseja negociar com o FMI e pensa que a única maneira de combinar um regime militar com desenvolvimento econômico e progresso social é partir para a montagem de um complexo industrial-militar em que a usina siderúrgica de Ajaokuta, de equipamento soviético, seria a peça central. Por outro lado, Babangida procurou o apoio dos jovens oficiais e podou o poder da "máfia de Kaduna", um dos mais fortes grupos de pressão político-comercial do país. Foi mantido o ministro do petróleo, T. David-West, ligado à Arábia Saudita e à OPEP e adversário dos acordos de *countertrade* que a Nigéria havia assinado com o Brasil e outros países e que estão sob estudo de uma comissão nomeada pelo governo no dia 18 deste mês.

Babangida recebeu uma pesada herança econômica e política do governo do general Muhammadu Buhari, deposto em 27 de agosto passado. Este havia surgido como "salvador da pátria" após a desastrosa administração de Shehu Shagari, derrubado pelos militares no final de 1983. O golpe militar de agosto é o sexto desde a independência da Nigéria, em 1960.

As esperanças depositadas em Buhari no início do seu governo, em 1984, foram despedaçadas menos de vinte meses depois: queda desabalada do poder de compra, lojas praticamente vazias pelo corte drástico nas importações e mais fechamento de empresas com aumento do desemprego. Na área política, uma Nigéria tradicionalmente liberal revoltou-se contra a perseguição da NSO (Organização de Segurança Nigeriana), feita a pretexto da campanha contra a indisciplina e a corrupção.

A palavra de ordem de austeridade lançada no início da administração Buhari tivera grande ressonância. Afinal, tratava-se de pôr fim a uma situação que abalara o orgulho nacional do "gigante da África", com mais de 95 milhões de habitantes e um PNB de cerca de 72 bilhões de dólares. As negociações com o FMI foram sustadas, em maio de 1984, pois as condições impostas pelo Fundo eram tidas como inaceitáveis: desvalorização da moeda (naira), liberalização das importações e o fim da subvenção do Estado às vendas domésticas de produtos petrolíferos (ver *Conjuntura Africana*, n.º 3, p. 7).

Acontece, porém, que a austeridade imposta pelo governo não era menos amarga que os remédios geralmente

prescritos pelo FMI, sem, contudo, ter as contrapartidas ligadas normalmente a um acordo: novos empréstimos e alívio no serviço da dívida.

Acresce ainda que o governo de Lagos não cumpriu o acordo com os fornecedores estrangeiros para a liquidação de débitos a curto prazo não assegurados por organismos de garantia de créditos.

É dentro desse quadro que está a maior parte da dívida que, desde 1983, a Nigéria tem com o Brasil e da qual prometeu pagar 250 milhões de dólares até janeiro passado e não o fez.

Perante um déficit de 5 bilhões de dólares no balanço de pagamentos, uma das saídas de Buhari foi o recurso ao *countertrade* (ver *Conjuntura Africana*, n.º 5, p. 7 e n.º 6, p. 1), mas as autoridades mais vigilantes da Nigéria vêm acusando os países parceiros de, através da corrupção, superfaturarem as mercadorias que trocam por petróleo.

A questão com o FMI

Dia 18 deste mês o novo governo nigeriano nomeou duas comissões: uma, para avaliar o estado das relações com o FMI, e outra, para examinar os acordos de *countertrade*.

A proposta inicial do FMI era de uma desvalorização da naira em 60%, seguida de outros reajustes. O governador do Banco Central nigeriano declarou, semana passada, que "é desejável um ajuste na taxa cambial" e que a alteração deve ser "contínua e dinâmica". Atualmente, no câmbio oficial, 1 US\$ vale N 1,18, mas no paralelo é vendido por cinco vezes mais.

É de salientar que a supervalorização da naira tem causado sérios prejuízos aos exportadores de produtos agrícolas, embora facilite o consumo de produtos importados, aí incluídos desde os de luxo para as elites até o material militar que o exército vem importando de forma indisciplinada.

Um acordo com o FMI possibilitaria um crédito por três anos de 2,5 a 3,5 bilhões de dólares e permitiria que o Banco Mundial concedesse um empréstimo para ajustes estruturais de 1,5 bilhão de dólares, bem como reabriria as linhas de crédito dos bancos ocidentais.

A estratégia para um complexo industrial-militar

A primeira marca política a assinalar no governo de Babangida é a quebra de poder sofrida pelo tradicional grupo dominante haussa-fulani, do Norte, embora o novo presidente, de 44 anos, com formação militar na Nigéria, Inglaterra e Estados Unidos, seja muçulmano haussa e originário do Estado do Níger. Um grupo de oficiais da nova geração domina a maior parte dos 19 Estados e o major Abubakar Umar, novo governador de Kaduna, é um socialista com impecável reputação de honestidade, o que o capacita a defrontar o famoso *lobby* conservador conhecido como a "máfia de Kaduna". Ao mesmo tempo, Babangida contém os jovens radicais do *Non Commissioned Officers*.

O novo governo ambiciona prover a Nigéria de um complexo industrial-militar "do tipo brasileiro", cuja primeira peça seria a siderúrgica de Ajaokuta. Ainda nessa linha, Babangida vinha, desde o governo anterior, estimulando a compra de material bélico, foi contra a desmobilização de 30 mil soldados e pretende tornar compulsório o serviço militar. Babangida está convicto da "relação entre o povo e o exército" e "do papel da instituição militar na afirmação da identidade nacional".

A política externa nigeriana se tornará mais militante do pan-africanismo após a nomeação de Bolaji Akinyeme como ministro dos Negócios Estrangeiros que, de pronto, enviou uma delegação de apoio ao governo de Angola e à SWAPO. Quando era diretor do NIIA (Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais), Akinyeme esteve no Brasil e confessou-nos esperar mais apoio do nosso governo no combate ao *apartheid*; quanto à questão racial brasileira ele esperava que os nossos negros tivessem melhores oportunidades. O NIIA, que participou de dois seminários organizados pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos, deverá voltar a ser o *think-tank* da política externa nigeriana, como já o foi na década de 1970.



CASABLANCA...

O ataque israelense ao quartel-general da OLP em Túnis traz à tona, nas suas repercussões, o frágil equilíbrio da unidade árabe, que havia dado um pequeno passo adiante no encontro de Casablanca (7-9 de agosto), promovido pelo rei Hassan II. A simples presença de 16 países marca a dimensão do resultado de uma operação em que o rei jogou todo seu cacife sobre a mesa, quando o secretário-geral da Liga Árabe, Chedli Klibi, havia anunciado a impossibilidade de levar a termo o encontro, sob a pressão da contra-iniciativa síria, que desaprovava "qualquer encontro concebido para cobrir o acordo de Amã e liquidar a causa palestina".

Em nenhum outro grupo de países do Terceiro Mundo é tão consagrado, como no mundo árabe, o objetivo da "unidade" como fator de legitimação e liderança. Isto explica parcialmente o acordo de Oujda, em agosto de 1984, entre Marrocos e Líbia, com vistas a promover a unidade de dois países sem fronteiras comuns e separados territorialmente pela Argélia.

No entanto, em Casablanca, importantes poltronas haviam ficado vazias, além daquela reservada à Síria. O Golfo não se fez presente, retirando do encontro o peso dos dólares que tanto contam na balança dos projetos árabes. O "não" de Hafez El-Assad afastou a Arábia Saudita, que vinha acompanhando Hassan II na promoção da reunião. A ausência dos que assinam os cheques tirou qualquer interesse para o Iraque de estar presente. Mesmo assim, Rabat se propôs a correr os riscos.

Aparentemente, nestes cálculos estava a consideração de que o melhor naquela situação era manter de pé a iniciativa tática. Depois da ausência no encontro da OUA, motivada pela questão do Saara Ocidental, a reunião com 16 países árabes, num grupo de 21, trouxe para Hassan II uma certa dose de prestígio que pode contar nos contenciosos da sub-região magrebina. Se de um lado a recusa síria delimitou um poder de imantação sobre os países do Golfo, a presença de Arafat em Casablanca significou um embaçamento das cartas de duas regiões árabes que vinham levando suas questões em separado.

No cenário magrebino, agora mais submetido ao influxo das tensões do Oriente Médio, o ataque israelense a Túnis, no momento de aproximação e entendimento entre Tunísia e Argélia, cai como uma bomba complicadora para os dirigentes deste país, que vem levando a frente uma abertura para com Washington. Definitivamente, o deserto é um lugar de altas temperaturas. □

SML

"OPÇÃO SOCIALISTA" EM DEBATE NA ARGÉLIA

Um intenso debate está sendo realizado na Argélia sobre o enriquecimento da Carta Nacional, a constituição do país. Os 45 minutos diários de programa de televisão ganham calor nesta segunda etapa de um processo democrático de discussão dentro de um regime, embora aberto, de partido único.

Cerca de 20 mil reuniões já foram realizadas para debater a Carta, aparecendo críticas veementes aos "novos ricos", à corrupção e ao desperdício; a condição da mulher, do setor privado na sociedade e o lugar do Islã, a religião oficial do país, são temas que dividem a opinião de uma sociedade em rápida modernização.

O pano de fundo das posições que vão se cristalizando com a entrega de relatórios pelas comissões de base é o "socialismo argelino" e a compatibilidade com os preceitos do Islão. É ampla a aceitação da existência de um setor privado, e mesmo sua expansão; porém, é marcadamente presente o cuidado em mantê-lo sob controle, voltado para a produção e que não induza relações de exploração. Os partidários da chamada "opção socialista" voltaram ao ataque dia 18 de setembro, com um extenso comentário da agência oficial APS defendendo a política de planificação praticada por Boumediene antes de 1979. O centro do poder na área econômica vinha dando alento à crítica na televisão à "improvisação e empirismo" da gestão aos "planos hegemônicos e ineficazes" que predominavam naquele período. O semanário do partido, *Revolução Africana*, havia deploorado intervenções marginais e inoportunas, as eternas reivindicações que partem de uma concepção superada, que consiste em manter a mentalidade assistencial baseada no Estado-Providência".

Numerosos círculos do poder reagiram vivamente na linha do comentário da agência, reunindo-se organizações de massa com associações científicas, culturais e profissionais da Frente de Libertação Nacional (FLN), o partido oficial, manifestando uma articulação em defesa de adesão à opção socialista. Sustentando o princípio de que o setor público continue a ser o "pilar da economia nacional", em resolução tornada pública, estes setores reabilitam ainda a "revolução agrária" e a "gestão socialista das empresas", duas pedras angulares do período Boumediene.

Há um certo elemento de surpresa nesta reunificação dos setores socialistas da FLN. O regime vinha evoluindo lentamente no sentido de uma mudança no modelo econômico, após as medidas de descentralização que foram aplicadas em 1984.

Embora a revolução tenha gerado um regime de partido único, importantes conquistas no desenvolvimento técnico, social e cultural criaram um padrão de circulação de informações e idéias inigualável no contexto africano. A centralização do poder político continua no entanto a ser um traço essencial da natureza do regime. O caminho tomado pelo debate sobre a Carta Nacional será um teste definidor do grau de maturidade do país para fazer conviver, com tolerância, diferentes propostas de projeto nacional. □

SML

TANZÂNIA: SUCESSÃO E RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA

O Congresso do Chama cha Mapinduzi, partido único da Tanzânia, escolheu mês passado Ali Hassan Mwinyi como o candidato que deverá suceder, nas próximas eleições presidenciais de outubro, a Julius Nyerere, de 63 anos, dos quais 24 como presidente da República.

Com Mwinyi teremos um muçulmano e, sobretudo, um natural de Zanzibar na suprema magistratura da República Unida da Tanzânia, formada em 1964 pela associação entre a ex-colônia inglesa de Tanganica e a ilha vizinha de Zanzibar, outrora um centro árabe no tráfico de escravos do leste africano para o Oriente Médio.

Atualmente vice-presidente da Tanzânia, Mwinyi é também presidente do Conselho Revolucionário de Zanzibar, que expressa a semi-autonomia de que goza a ilha em relação à parte continental. Com 60 anos de idade, ele é tido como um pragmático, como vem mostrando, há 18 meses, na presidência de Zanzibar, onde a crise econômica e a rigidez política ameaçavam o ressurgimento de tendências separatistas. Mwinyi liberalizou a economia, privatizando grande parte do comércio e tornando livre a importação de certos produtos, bem como incentivou os investimentos nacionais e estrangeiros.

Escolhido candidato único à presidência da República, Mwinyi afirmou que atuará no sentido da unidade nacional — dentro do socialismo e do não-alinhamento — e do soerguimento da economia (ver *Conjuntura Africana*, n.º 6, p. 7). Não houve ainda um pronunciamento quanto às negociações com o FMI, que exige uma nova desvalorização do *shilling* tanzaniano (1 US\$ vale 16,90 TSh) em troca de um significativo crédito *standby*.

O orçamento do Estado para o ano fiscal de 1985/86 é de 1,7 bilhão de dólares, um terço maior que o anterior, embora tenha havido uma queda de 8% nas receitas. O governo pensa destinar 750 milhões de dólares à primeira das três fases de um programa de recuperação da economia. Desse montante, 402 milhões serão provenientes das receitas de exportação (especialmente café, algodão e sisal) e o restante será obtido de "países amigos e de organizações internacionais".

A primeira fase do programa visa assegurar a importação de combustíveis, insumos agrícolas, matérias-primas e peças para a indústria e transportes. A segunda fase, que custará 120 milhões de dólares, permitirá recuperar fábricas e equipamentos em setores-chaves de produção e serviços. A terceira, que requer 330 milhões de dólares, será dedicada a projetos de desenvolvimento industrial, como uma fábrica de papel (prevendo a exportação), uma mina de carvão e a extensão do fornecimento de energia elétrica.

Entre as contribuições recentes de capitais estrangeiros destaca-se a da Suécia, de 129,4 milhões de dólares em dois anos, para projetos na área da indústria, água, energia, educação e florestas. □

JMNP

■ **EGITO: ELETRICIDADE.** O ministro da Energia do Egito aprovou os estudos desenvolvidos para a construção de uma central elétrica movida a carvão na região de El-Koraymat, cujos investimentos serão de 600 milhões de libras egípcias.

A construção da central será iniciada em 1986. Com força de 1.200 MW (duas unidades de 600 MW), será a mais poderosa central térmica do Oriente Médio e a sua energia abastecerá o grande Cairo. O carvão será descarregado no porto de Zafarana; porém, em caso de falta desse combustível, a central poderá funcionar com óleo diesel. O Banco Mundial e a USAID participam do financiamento, cuja primeira unidade entrará em serviço em 1990, e a segunda, nove meses mais tarde.

■ **EGITO: INDÚSTRIA TÊXTIL.** A Misr-Rayon, do Cairo, receberá até o próximo dia 3 de dezembro propostas para o fornecimento de equipamento necessário para o aumento da capacidade de produção de uma fábrica de Poliéster (3.500 t/a).

□ **GUINÉ-BISSAU-KWAIT.** O fundo kwaitiano para o desenvolvimento econômico árabe (FKDE) concedeu à Guiné-Bissau um empréstimo de cerca de US\$ 3,7 milhões, reembolsáveis em 24 anos, com período de 4 anos de carência e juros de 1%. Esse empréstimo destina-se a financiar a segunda fase do projeto de restauração de 500 km de estradas de rodagem do país.

■ **BENIN: PETRÓLEO.** A sociedade exploradora de petróleo, baseada em Genebra, Pan Ocean Oil Co. Inc., acaba de fechar um contrato de US\$ 2 milhões com o governo de Benin, que lhe assegura a exploração das reservas petrolíferas de Sème e o controle de toda a produção de hidrocarburetos desse país.

Até o presente, a exploração das reservas de Sème esteve sob o controle da sociedade Saga Petroleum, da Noruega, que produzia 7 mil barris por dia.

A companhia suíça está prevendo produzir 25 mil barris por dia até o final de 1986, e também construir refinarias. Nesse contrato está também incluída a construção de um aeroporto internacional, pois o acordo firmado entre os dois países, no fim do mês de agosto, compreende sete projetos distintos.

■ **SERRA LEOA: REABERTURA DE EMBAIXADAS.** O Ministério das Relações Exteriores de Serra Leoa anunciou em setembro a reabertura, ainda no corrente ano, de seis missões diplomáticas fechadas, há mais de dois anos, por motivos de ordem econômica. As missões que serão reabertas são as localizadas na França, Alemanha Ocidental, Itália, Cuba, Egito e Gana.

■ **ZIMBÁBUE: CONSERVAÇÃO DO SOLO.** Uma conferência internacional tendo como tema os problemas de conservação dos solos terá lugar em Harare, de 4 a 8 de novembro próximo. Nos últimos dez anos, 12% das terras cultiváveis do país foram perdidas e as florestas estão desaparecendo num ritmo de 75 mil ha por ano devido à desmatagem; continuando nessa velocidade, o país não terá mais florestas dentro de dez anos.

■ **CEDEAO: AUMENTA A CRISE.** A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental está enfrentando sua pior crise financeira desde sua fundação, há dez anos, não tendo meios sequer para pagar os funcionários da sede, em Lagos. A única razão para a presente crise financeira continua sendo a má-vontade dos países-membros em pagar suas contribuições anuais. O secretário executivo da comunidade, Momodu Munu comunicou que somente a Nigéria e a Costa do Marfim, dos 16 membros da comunidade, já pagaram a sua contribuição anual, sendo que muitos membros estão com os pagamentos com mais de cinco anos de atraso.

■ **GANÁ-IRÃ.** Uma delegação iraniana de cinco pessoas, chefiada pelo ministro-adjunto para a Construção e Desenvolvimento Rural, passou uma semana em Acra. Ao término da estada, o ministro iraniano declarou que Gana e Irã compartilham certos problemas de desenvolvimento e que um intercâmbio nos setores de agricultura e educação poderão ser úteis aos dois países. Apesar da guerra Irã-Iraque, o ministro afirmou que seu país continuará a dar especial atenção à cooperação Sul-Sul, intercambiado suas experiências com os países em desenvolvimento.

■ **SUDÃO: ELETRICIDADE.** O Sudão vai iniciar um projeto de renovação de sua rede de distribuição de eletricidade, a fim de assegurar a racionalização das instalações existentes e melhorar as reservas energéticas. Um crédito de US\$ 30 milhões por parte da IDA (Associação Internacional de Desenvolvimento), filial do Banco Mundial, servirá para financiar em parte esse projeto, cujo custo total é de US\$ 40,2 milhões. As reservas internas da companhia nacional de eletricidade sudanesa contribuirão com US\$ 10,2 milhões e seu término está previsto para 1988.

Esse projeto prevê a renovação de duas unidades da central hidrelétrica de Rosseires e fornecimento de peças de reposição à central hidrelétrica de Sennar, além da restauração das linhas de transporte do Nil Bleu, bem como disjuntores e aparelhagem auxiliar de rede elétrica oriental, sendo substituídas as subestações de Burri e de Kilo X. O projeto compreende também a adição de dois grupos de diesel de 10 MW cada um, para a central de Burri, localizada próximo a Cartum, capital do país.

■ **LÍBIA-URSS.** Os 2 mil militares soviéticos recentemente chegados à Trípoli terão uma missão tripla: 1) construir nas proximidades das fronteiras egípcio-tunisianas, três novas bases para lançamento de mísseis anti-aéreos SA-5 que a União Soviética acaba de vender à Líbia; 2) assegurar a vigilância dessas bases, pois os líbios estão proibidos de nelas penetrar, a não ser com autorização especial dos soviéticos; 3) treinar equipes líbias para o manejo dos SA-5.

■ **LAGOS: A MAIS CARA CIDADE DO MUNDO.** A capital da Nigéria foi, mais uma vez, apontada como a cidade onde o custo de vida é o mais caro do mundo. No entanto, o salário médio permanece entre os mais baixos do mundo, segundo pesquisa feita recentemente.

■ **QUÊNIA - CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO.** O crescimento demográfico do Quênia, considerado o mais elevado da África (cerca de 4% ao ano), provoca periodicamente preocupação às autoridades. Em julho último, mais um grito de alarme foi emitido pelo ministro do Interior do país, anunciando que se o controle da natalidade não for efetivamente aplicado, a população do Quênia atingirá 32 milhões de habitantes antes do final do século. Atualmente, a população é de 19 milhões de habitantes e a produção de alimentos do país arrisca, se não forem tomadas medidas apropriadas, a ter uma taxa de crescimento muito inferior ao demográfico.

■ **NIGÉRIA: HIDRÁULICA.** A companhia inglesa Tate Pipe Lining Processes assinou recentemente, um contrato de US\$ 4,4 milhões para a construção da primeira fase de um projeto para implementação das reservas hídricas de Lagos. Os trabalhos a serem executados são: limpeza ou substituição das tubulações existentes e a colocação de novas.

■ **CONGO-CUBA.** Os primeiros bacharéis congolezes formados pela escola internacional de Havana concluíram seus estudos, anuncia a Agência Congoleza de Informações. Um novo grupo de 183 alunos deverá, em breve, partir para Cuba.

■ **ÁFRICA-JAPÃO.** Duas empresas japonesas - Kajima Corp. e Mitsui Co. - ganharam a concorrência para a construção de um terminal de embarque de *containers* no porto de Dar-Es-Salaam. O projeto financiado pelo Banco Mundial é de US\$ 21,7 milhões e deverá estar terminado dentro de dois anos. Esse projeto faz parte do plano de modernização do porto da capital da Tanzânia e prevê também a construção de um silo para grãos e melhorias nos cais de embarques.

Na Somália, foi também um consórcio de firmas nipônicas que ganhou a concorrência para a construção de uma rede telefônica em Mogadíscio. O contrato assinado é de US\$ 20,8 milhões. As firmas são: C. Itoh and Co., Furukawa Electric e Fujitsu Ltd.

Segundo o contrato assinado com o Ministério das Telecomunicações somali, a Furukawa entrará com os cabos co-axiais para uma rede de 12 mil circuitos. A Fujitsu fornecerá um comutador digital capaz de servir a 8 mil linhas telefônicas e um sistema de telex com mil circuitos.

MHB

O CEAA publica também **Estudos Afro-Asiáticos**, revista semestral de grande utilidade para a compreensão do mundo afro-asiático contemporâneo.

CONJUNTURA AFRICANA

OUTUBRO/NOVEMBRO DE 1985

ANO 1 - N.º 10

NIGÉRIA EM ESTADO DE EMERGÊNCIA ECONÔMICA

José Maria Nunes Pereira

O general Babangida, no poder desde agosto último, proclamou-se oficialmente presidente da República, nomeou vice-presidente o general Ebitu Ukiwe, até então chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e reestruturou o sistema de poder, assumindo sobre ele um controle maior do que todos os seus predecessores.

No atual "estado de emergência econômica", que deve vigorar até janeiro de 1987, os acordos de *countertrade* que permanecerem, após os estudos que estão sendo realizados, serão modificados: só servirão para troca com bens de equipamento e em novas bases; não incluirão portanto, como anteriormente, bens de consumo.

As medidas de austeridade já postas em prática possibilitarão um acordo em melhores condições com o FMI, embora haja um repúdio generalizado a esta instituição internacional. Segundo o presidente Babangida: "Durante os últimos quatro anos o nosso país contraiu dívidas internas e externas a um nível jamais atingido. Não podemos aceitar a responsabilidade das dívidas se esta responsabilidade não foi ainda indiscutivelmente estabelecida".

O poder na Nigéria assenta, atualmente, em três órgãos: o Conselho de Governo das Forças Armadas (AFRC), o Conselho de Ministros, formado por civis e militares, e o Conselho dos Governadores, formado exclusivamente por militares que encabeçam os governos de todos os dezenove Estados da Nigéria. Babangida passará agora a presidir os três conselhos.

As medidas de emergência

Quanto às medidas de emergência econômica, teve grande repercussão entre os cortes de gastos efetuados a redução do soldo de militares e policiais, atingindo cerca de 100 mil deles. O corte variou desde 20% para os generais até 2,5% para os soldados. Funcionários civis também foram atingidos entre 15% e 20% de redução de salários.

Outras medidas de emergência econômica destinam-se a privilegiar a agricultura, com ênfase nos pequenos fazendeiros, e a promover a descentralização e a desburocratização, havendo o propósito de exercer vigilância severa contra as arbitrariedades dos órgãos administrativos.

O governo pretende, no entanto, prosseguir com os projetos industriais mais importantes previstos ou iniciados nas administrações anteriores. Entre eles estão a siderurgia, a petroquímica e as fábricas de papel e de fertilizantes. Em Port-Harcourt deverá estar concluída, em 1988, a quarta refinaria de petróleo do país, com capacidade para refino de 150 mil barris diários.

Petróleo

O ministro do Petróleo, Tam David-West, mostrou-se satisfeito com os

resultados da última reunião da OPEP, em outubro: o aumento provisório da cota nigeriana para 1,45 milhões de barris/dia tomou-se permanente, e o governo de Lagos defenderá sua posição no mercado através de *countertrades* ou de transações *netback*, alinhando o preço do seu bruto pelo dos produtos petrolíferos refinados.

As receitas petrolíferas da Nigéria durante o primeiro semestre deste ano totalizaram 5,8 bilhões de dólares, que representam 65% das receitas federais, estimando-se que cheguem ao final do ano a 11,6 bilhões de dólares, o que representaria um aumento de 4 bilhões em relação ao ano de 1984. A companhia estatal de petróleo, NNPC, tem novos dirigentes: Aret Adams na presidência, Oyibo Lolomari na direção da petroquímica, Kufeji nos projetos e Sam Akpe na parte comercial.

A economia nigeriana sofreu, em 1984, uma queda maior do que a refletida pela baixa de 0,6% registrada no PIB desse ano. Para 1985 prevê-se um crescimento da ordem de somente 1%.

As importações ultrapassaram, em 1984, o montante previsto: em vez de 5,5 bilhões de nairas, foram gastos 7,1 bilhões. Todavia, este montante foi 20% inferior ao de 1983, e isso deveu-se a uma redução da importação de bens de consumo, que foi ainda mais acentuada que a de bens industriais, produtos químicos e matérias-primas para indústrias consideradas prioritárias. Para 1985, porém, a soma das importações ultrapassará largamente o previsto no orçamento, que era de 3,15 bilhões de nairas (1 naira = US\$ 0,9225). Só no primeiro trimestre deste ano foram gastos em importações 2,8 bilhões de nairas.

A safra agrícola deste ano é altamente promissora, com exceção para o cacau (somente 100 mil toneladas, contra 150 mil no ano passado). No entanto, embora a produção de açúcar tenha aumentado em 38%, ainda assim haverá necessidade de importar neste ano 400 mil toneladas do produto. □

A AGRICULTURA NO PAÍS DO "APARTHEID"

João Luís Fragoso

É freqüente, entre os comentaristas internacionais, a colocação de que a ala mais dura do governo racista da África do Sul tem como um dos seus sustentáculos os fazendeiros bôeres do Transvaal. Apesar do setor agrícola sul-africano ocupar hoje uma fração diminuta do PNB do país (1980: 7%) o seu papel na formação do *apartheid*, ou melhor, na montagem de um tipo de capitalismo centrado na segregação racial, foi fundamental. Por estas e outras razões, no entendimento da atual situação daquele país é necessário dar uma atenção especial à sua evolução agrícola.

Antes de mais nada é necessário esclarecer à que agricultura estamos nos referindo. O setor agrícola da África do Sul, *grosso modo*, pode ser dividido em dois grandes blocos: aquele que é empregado nos bantustãs (áreas reservadas à população negra) e o das "zonas brancas". Detendo-nos no primeiro bloco, verificamos que a agricultura vem perdendo progressivamente a sua importância. Nos anos 70, este setor correspondia a menos de 1/4 do produto interno dos bantustãs e menos de 0,5% do PNB sul-africano. Isto deve-se, em parte, à desarticulação de uma agricultura pré-capitalista aí existente, à pressão demográfica e à erosão dos solos. Como um dos resultados desta situação, encontramos a deterioração das condições de vida de sua população, incluindo os trabalhadores migrantes que servem à "economia branca".

Passando para o segundo bloco, a lavoura adquire uma outra configuração. Desenvolvida por cerca de 90 mil fazendas, que ocupam em média 150 hectares e empregam no total um milhão de trabalhadores, a agricultura das zonas brancas é responsável pela quase totalidade da produção agrícola do país. Nos anos 70 esta produção crescerá a uma taxa anual de 3,4%, superando o crescimento da população (2,1% ao ano), o que lhe daria um lugar especial dentro da precária paisagem agrária do continente africano, cujo crescimento agrícola *per capita* na

década seria de 10% negativos ao ano. Ainda nos anos 70, a África do Sul aparecia como o 7.º exportador mundial de alimentos, fornecendo 36% das importações de milho e 18% das de trigo para aquele continente.

Entretanto, apesar desta *performance*, a "agricultura branca" apresenta uma produtividade inferior a de outros setores da economia sul-africana. Esta "fragilidade", por sua vez, confere atualmente a este setor um papel central e particularmente duro dentro do sistema de trabalho ligado ao *apartheid*. A isto deve-se, ainda, acrescentar que as diferenciações presentes entre a agricultura "branca" e a "negra" são o resultado de todo um movimento histórico, onde se confundem processos de enriquecimento e de empobrecimento. A seguir passaremos a nos deter nestes processos históricos.

Os primeiros 50 anos do presente século seriam fundamentais para a história da África do Sul, na medida em que precisaria certos contornos de sua economia e sociedade. Neste sentido, destaca-se em especial a guerra dos bôeres (1899-1902) e a recessão econômica dos anos 20 e 30, fenômenos cuja incidência levaria à proletarianização de parte dos bôeres (agricultores) mais pobres, o que por sua vez traria consequências decisivas para a evolução econômica e política do país. Em 1923, era lançado *The Natives (Urban Areas) Act* que restringia o direito dos africanos de habitarem as áreas urbanas.

Com isso pretendia-se resguardar os trabalhos mais qualificados para a população branca. Um ano depois, a aliança política milho (agricultores) — ouro (capital mineiro) rompia-se e o Partido Nacionalista era alçado ao poder, principalmente com os votos dos bôeres empobrecidos. Em 1936, *The Native Land Act* (votado em 1913) é reforçado. Por esta lei, apenas 12,7% das terras poderiam ser retidas pelos africanos; aos demais 87,3%, somente os brancos teriam acesso. Com isso, a agricultura sul-africana foi nitidamente dividida em dois blocos: o da "zona branca" e a restrita aos bantustãs.

Entre as conseqüências desta última lei podemos apontar a expropriação e o deslocamento de cerca de um milhão de *squatters* (pequenos produtores africanos) das "áreas brancas" para as reservas. Deste modo, era garantida não apenas a eliminação da concorrência agrícola africana, mas também reforçava-se o fornecimento de uma mão-de-obra negra, migrante e barata, para as atividades controladas pelos brancos, entre as quais a agricultura.

Paralelamente, o Estado adota medidas para garantir a consolidação de um mercado interno para os produtos da "lavoura branca". Entre elas, é restringido o livre-cambismo, característico do período anterior a 1924, ao mesmo tempo em que são aumentados os subsídios para esta agricultura.

Retornando à expropriação dos agricultores africanos, deve-se ter em conta que este processo só se completaria nos anos 60. Até este período, predominava na fazenda bôer, *grosso modo*, um tipo de relação caracterizado pela *labour tenancy*. Isto é, os africanos tinham acesso a uma fração das terras dos bôeres e, em contrapartida, deviam trabalhar para eles durante uma parte do ano (de 90 a 180 dias). Contudo, a partir dos anos 50, tal situação se modificaria com a mecanização agrícola, que iria limitar substancialmente o número de trabalhadores permanentes, aumentando o contingente de temporários e, conseqüentemente, a pobreza dos bantustãs. Com isso a agricultura assumiria definitivamente o "padrão econômico" do *apartheid*: trabalho negro-migrante. Em 1971, a exemplo do que já ocorria para a mineração desde o século XIX, era instituída uma corporação cuja função era contratar e organizar o trabalho migrante para a agricultura.

Assim, não é difícil de se perceber as razões para as diferenças entre a "agricultura branca" e aquela das reservas. Assim como não é difícil de se perceber o porquê do "apoio" dado pelos agricultores bôeres ao *apartheid*. Afinal, este "sistema" lhes garante terras e uma mão-de-obra barata. □

ANGOLA

JOSÉ EDUARDO MOVE SEUS PEÕES

Sidney de Miguel Lourenço

Os esforços do MPLA de José Eduardo para desmontar o quartel-general de Jamba, da Unita, levados a termo nos últimos dois meses, aparentemente tencionam desmontar este centro operacional, uma pequena aldeia com luz elétrica e casarões confortáveis, o que por estas pequenas coisas conferiria ao movimento de Savimbi um *status* de guerrilha com QG (com pretensões de ser transformado em governo paralelo). Isto, no estranho dialeto do poder entre as superpotências do Primeiro Mundo, tem sua importância como projeção não somente de prestígio, mas também como gerador de consentimentos e direitos. Em 1975 o controle de Luanda pelo MPLA conferiu legitimidade como projeção sobre o território lastreado nos eventos de Phnom Penh, onde o governo cambojano só tombou oficialmente com a tomada da capital.

Pacientemente o MPLA preparou as Faplas (Forças Armadas para a Libertação de Angola) para uma ofensiva ordenada no sentido de desarticular todo o dispositivo militar de Savimbi, oxigenado pelo exército sul-africano que ocupava uma parte da região fronteira com a Namíbia. Savimbi é uma marionete que se tornou uma espécie de torre na geopolítica do exército bôer. Este, tendo escapado do controle do governo civil de Botha, impôs uma situação "de fato" na Namíbia, contrariando a Resolução 435 das Nações Unidas, abortando os esforços diplomáticos expressados pelo acordo de Lusaca, e criando recentemente um governo chamado de tampão, mas também de marionetes.

As gestões de Chester Crocker, secretário assistente para Assuntos Africanos do Departamento de Estado, haviam definido um traçado, junto ao governo angolano, de uma via de compromisso para um *status quo* na banda ocidental da África Austral. A ocupação militar da Namíbia, que por si mesma impõe à SWAPO o enfrentamento, como via de sobrevivência, serve de justificativa à invasão sistemática do território angolano pelo exército sul-africano, o que já ocorreu por cerca de 4 mil vezes, como denunciou José Eduardo Santos na ONU. Os estragos de guerra em Angola são estimados em 11 bilhões de dólares pelo embaixador em Portugal, Maweto João Batista.

O peso da ofensiva das Faplas em todo o sul e sudoeste do país concentrou-se em Moxico e Cuando Cubango

no final de setembro. A província de Mavinga, onde está localizada Jamba, foi objeto dos mais duros combates, caracterizando-se como uma operação de limpeza de santuários longamente preparada pelo MPLA. Isto é o que se deduz da envergadura da pressão exercida sobre o terreno. Com um exército de mais de 90 mil homens bem enquadados, portando material sofisticado e com treinamento diversificado, Angola pôs em evidência a perda relativa de importância da presença cubana, ainda que esta guarde importância decisiva para fazer frente ao nível tecnológico e material dos sul-africanos.

A intervenção da aviação sul-africana em combates aéreos e terrestres e de comandos (em torno de 500 homens segundo fontes sul-africanas) apenas revelou a insustentável situação da Unita, se depender de suas próprias forças. A ocupação militar de parte do território angolano por forças sul-africanas já não é suficiente para assegurar a sobrevivência de Savimbi a médio prazo, sendo sintomático o surgimento de trincagem na direção da Unita.

Os problemas financeiros de Pretória, em situação de moratória com os bancos internacionais, coloca uma hipótese para o futuro previsível. A busca de socorro em Washington por Savimbi não indica nenhuma porta de saída para o encerramento imposto pela ofensiva das Faplas: se bem que dinheiro ajude muito, ele não compra legitimidade e mobilidade da população. Parece indicar muito mais, contra os desejos do Departamento de Estado e de Chester Crocker, uma possibilidade de levar Washington para um atoleiro similar ao envolvimento da contra-inteligência americana em 1975, fartamente documentado por cinco ou seis agentes que, após os malogros, abandonaram a profissão para publicarem suas memórias.

A vulnerabilidade da presença sul-africana no sul de Angola tornou ainda aparente o castelo de cartas que é a estratégia de Pretória. A justificativa de que as violações ao território angolano são "perseguições a quente" de comandos da SWAPO em operações na Namíbia partem de uma base de princípio em contra-senso com o óbvio. A Namíbia é um país ocupado militarmente por um Estado vizinho em crise crônica de legitimidade internacional devida ao repúdio que o *apartheid* unânimemente provoca em todo o mundo.

A recíproca não se colocaria nos mesmos termos. A questão da Unita perdeu substância na sua qualificação como problema interno da nação angolana. A presença sistemática de forças sul-africanas em território angolano retirou de Savimbi qualquer veleidade de apresentar-se como combatente da liberdade. O esforço de guerra nos últimos dez anos não favoreceu o MPLA a decantar o padrão de convivência que as etnias e regiões do país terão num país pacificado; no entanto, onde a paz foi encontrada, como no caso da FNLA, as regulamentações foram estabelecidas em padrões de acomodação mais que desejáveis, tendo em mente cenários de conturbações como Uganda ou Chade. Muitas vezes o livre comércio é posto como prerrogativa ocidental por excelência. Ainda nesse terreno, o Estado angolano tem convivido com investimentos norte-americanos em bases que nada ficam a dever à Costa do Marfim ou Quênia, para citar dois exemplos.

A reunião dos não-alinhados em Luanda, na primeira semana de novembro, repudiou em sua declaração o princípio do *linkage*, mecanismo pelo qual a diplomacia norte-americana, nas negociações de Lusaca, associava a desocupação da Namíbia à retirada cubana de Angola. A entrada cubana no teatro angolano foi justificada originalmente pela invasão sul-africana há dez anos. As estruturas do Estado angolano em todos os campos era incipiente naquele momento, principalmente face à ameaça criada pela invasão. No atual contexto, em vista da evolução em todos os domínios da construção nacional angolana, vai ficando flagrante que o temor principal ao curso de um acerto indicado em Lusaca partiu da África do Sul, carente de um alibi para manter de pé seu castelo de cartas.

O fator sul-africano vai se evidenciando aos olhos de todos como a única fonte de bloqueio de soluções, mesmo parciais. A Namíbia, nesta rede de cumplicidades, vai se tornando uma peça de geopolítica. Trata-se de um país frágil, mas um país, com direito, como todos os outros, a ser desocupado pela potência vizinha.

Em um conflito internacionalizado, como o de Angola, impõem-se restrições às gestões de paz, pois estas se enquadram na ritualística das grandes negociações globais. Porém, estes fatores não devem levar os acontecimentos a bifurcar-se nos casos de país em que a posição no mapa próxima dos territórios das superpotências encarrega-se de incendiar os conflitos bem além de seu poder de combustível interno. José Eduardo e o MPLA movem os seus peões, enfrentando este destino, mas cada vez mais com um olho voltado para a economia, para a reconstrução. □

CONJUNTURA AFRICANA é uma publicação mensal do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) do Conjunto Universitário Candido Mendes. Diretor: Candido Mendes. Conselho Editorial: Jacques d'Adesky, João Luís Fragoso, José Maria Nunes Pereira, Juarez Coqueiro, Manoel Garcia Florentino, Manuel da Paixão Faustino, Maria Helena Barbosa, Mark Stanley Christopher Simpson, Sidney de Miguel Lourenço. Coordenador: Juarez Coqueiro. Secretário de redação: Carlos Augusto de Oliveira Lima. Composição e arte final: Luiz Flávio von Rondow. Impressão: Bartolo Fotolito Ltda. Tiragem: 1.000 exemplares. Preço da assinatura anual: Cr\$ 220.000. Annual subscriptions: US\$ 40 (twelve issues). Envio de cheque em nome de: SBI-CEAA — CONJUNTURA AFRICANA. All orders and cheque payable to: SBI-CEAA — CONJUNTURA AFRICANA. Assinaturas e correspondência: Rua da Assembléia, 10 - sala 501 - Tels.: 221-3536 / 224-8622 R. 59 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20011. Subscriptions and correspondence: Rua da Assembléia, 10 - sala 501 - CEP 20011 - Rio de Janeiro - RJ - Brazil.

CONJUNTURA AFRICANA conta com o apoio financeiro da FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos.

CHADE: PERFIL DE UMA CRISE

Manolo Garcia Florentino

Depois de absorver por meses a fio as atenções da mídia internacional, o conflito chadiano simplesmente desapareceu das páginas dos jornais e revistas especializadas. Uma reflexão superficial indicaria o esgotamento dos contêdores, sinal inequívoco de solução à vista. A verdade, porém, é que o peso da questão de fundo (a da viabilidade ou não de um Estado-nação artificialmente criado pela dominação colonial) transcende o âmbito regional, minando o princípio sagrado da intangibilidade das fronteiras continentais, e, por isso mesmo, demandando extrema cautela na movimentação dos oponentes mais diretamente envolvidos.

Dar-El-Islam X Dar-El-Abid

Área de transição ecológica e cultural, em grande parte graças a esta peculiar posição o Chade está entre os três mais pobres países africanos (renda *per capita* de 68 dólares). São 4,4 milhões de habitantes presos à insegurança crônica originada da convivência forçada de dois universos não somente distintos como também opostos.

Abrigando mais de metade da população, o norte e o centro (*Dar-El-Islam*, "país do Islão") ocupam 80% do território "nacional". Trata-se de um amplo e caótico mosaico de tribos e etnias nômades, geralmente rivais, para as quais o deserto e a transumância constituem os paradigmas maiores: o Chade *inútil* na classificação colonial francesa. A pecuária (20% do PIB), que se concentra principalmente na parte central, vinha crescendo até a grande seca de 1982/85, e apesar da carne congelada ter no Oriente Médio, Congo e Zaire seus mercados preferenciais, a exportação clandestina continua a corroer os cofres públicos.

No plano político, porém, dois poderosos elementos continuam profundamente enraizados nas populações setentrionais: sua imensa *capacidade de mobilização via islamismo*, e a já *secular resistência* que elas oferecem a todo e qualquer tipo de autoridade estranha aos limites das etnias e dos clãs.

A parte meridional conforma o Chade *útil*. Fértil, rico em rios, lagos e bosques, o *Dar-El-Abid* ("país dos escravos") centraliza o grosso da influência cultural e econômica francesa.

Ali a população se dedica majoritariamente às atividades primárias, e ao contrário do perfil predominante no país (no qual 3/4 da produção agrícola não são destinados ao mercado), a agricultura meridional estrutura-se para a venda. A produção de algodão bruto atrai a maior parte dos investimentos (63% das exportações em 1977, quase que totalmente para o mercado francês), e as áreas de cultivo vêm crescendo e absorvendo novas tecnologias. Entretanto, as guerras e a cada vez mais catastróficas secas sahelianas ocasionaram um considerável *déficit* na produção de cereais, cujas conseqüências só não atingem os níveis etíopes devido ao volume dos programas de ajuda internacional.

O Chade possui o menos desenvolvido setor industrial dos países equatoriais (apenas 7% do PIB, concentrados nos têxteis).

O poder das armas

Todos os projetos que buscaram ultrapassar os delicados limites regionais só puderam ser implementados através da força das armas, com o desgaste político inerente a este tipo de opção. Por isso a colonização francesa não conseguiu dotar o país de uma estrutura estatal sólida e minimamente capaz de gerir as disparidades regionais. Pelo contrário, aos acentuá-las (como estratégia de dominação), sempre em detrimento do Chade *inútil*, Paris contribuiu decisivamente para a constituição de um estado de revolta latente que cada vez menos admitia reformas superficiais. Daí resultou uma situação frente à qual a única resposta vislumbrada pelo poder colonial foi a ocupação e o controle direto da parte setentrional pelo exército francês, estendida desde os anos 20 até 1965.

A retirada das tropas francesas — cinco anos após a independência, é bom que se atente — foi sucedida pela implantação do unipartidarismo do PPT (Partido Progressista Chadiano) de F. Tombalbaye, porta-voz dos interesses da pequena burguesia sulista. Contudo, sem a presença direta da *gendarmérie* metropolitana, passou a ser difícil evitar a multiplicação das insurreições nortistas, em particular depois da precária unificação dos opositores islâmicos ao redor da Frente de Liberta-

ção Nacional do Chade (Frolinat) em 1966. A crescente perda de controle da situação obrigou a que por duas vezes Tombalbaye solicitasse a intervenção direta dos pára-quedistas franceses (1968 e 1969-72), ao mesmo tempo em que implementava reformas administrativas que permitiam a participação dos muçulmanos em 50% dos postos do aparelho de Estado.

A internacionalização do conflito

A persistente impopularidade do governo, entretanto, abriu caminho para o golpe de 1975 — aliás, discretamente apoiado por Paris —, que colocou o general F. Malloum no poder. Este, apesar de logo proclamar a "reconciliação nacional", conservou e inclusive reforçou os métodos discriminatórios de Tombalbaye. Como resposta se intensificaram as rebeliões e complôs armados, e o norte passou para o controle da Frolinat — já então graças ao apoio líbio e apesar das disputas internas que fracionavam a organização. Numa derradeira tentativa de recompor sua autoridade (e sob o patrocínio de 1.500 homens e caças enviados por Paris), Malloum contra-atacou buscando cooptar H. Habré, o principal adversário de G. Oueddei dentro da Frolinat, nomeando-o primeiro-ministro e incorporando as suas Forças Armadas Norte (FAN) ao exército regular.

No entanto, contrariamente aos resultados desejados, Habré converteu-se em um rebelde no poder, consolidando e ampliando sua esfera de ação. Os choques entre os dois logo se transformaram em enfrentamento militar aberto — as FAN jamais se integraram —, concentrando as atenções da comunidade internacional em especial dos países vizinhos, que de imediato se mobilizaram para a escolha de um *tertius*. Enquanto a Argélia apostava no nome de A. Siddik, chefe histórico da Frolinat no exílio, a Líbia apoiava o nome de Oueddei, que depois de árduas negociações em Lagos acabou escolhido presidente do Governo Nacional de Transição (GUNT), em março de 1979.

Mas o oportunismo desastrado de Oueddei fez com que de imediato emergissem sérios problemas. De início o sul sempre recusou reconhecer seu governo. Por outro lado, Trípoli, acreditando poder radicalizar o processo, passou a sustentar as frações nortistas contrárias ao GUNT, chegando a ocorrer algumas escaramuças militares entre estas frações e as Forças Armadas

Populares (FAP) de Oueddei. Paralelamente, as atrocidades cometidas pelo exército regular fez com que parte da população meridional se sublevasse, ao mesmo tempo em que as rivalidades entre Oueddei e Habré — agora ministro da Defesa — se exacerbavam, culminando no enfrentamento direto entre as FAN e as FAP.

No plano internacional a movimentação era intensa. Nigéria e Líbia organizavam em Lagos uma conferência de união dos inimigos de Oueddei e Habré. A suposta superinfluência de Khadafi no país assustava não só os países vizinhos como também e principalmente as potências ocidentais. Afinal, elas tinham perfeita consciência do perigo representado por um questionamento prático da artificialidade do Estado "nacional" africano.

Durante o encaminhamento da questão ficou clara também a distância que, na época, separavam Washington de Paris. Para a recém-empossada administração Reagan o *affaire* Chade deveria ser incluído na esfera Leste-Oeste, como uma prova contundente do expansionismo soviético. A França, pelo contrário, procurou circunscrever a questão ao seu âmbito interno.

Enquanto as potências não chegavam a um acordo, o avanço das FAN alarmou Khadafi e Oueddei, que logo assinaram um tratado de defesa mútua e assim desequilibraram o panorama militar. Com a entrada de soldados líbios na luta, Habré abandonou posições, entrincheirando-se na fronteira sudanesa.

Parecia que o problema estava encerrado, e pouco depois a OUA, reunida em Nairóbi, reconheceu o GUNT como legítimo representante do povo chadiano. Mas foi então que se iniciou a série de erros políticos de Oueddei, que culminaram com a deposição do presidente. Acreditando-se numa posição sólida, ele começou a aproximar-se da França. Logo depois exigiu a retirada das tropas líbias, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos passavam a sustentar Habré com armas e créditos.

Mais uma vez o panorama militar pendia para as FAN. Fortalecido, Habré iniciou sua fulminante ascensão, entrando em N'Djamena em junho de 1982. Oueddei havia se refugiado no Camarões, e a França e os Estados Unidos pressionavam pelo reconhecimento do regime de Habré. Foi quando a Líbia, num desafio frontal ao Pentágono e a Paris, reorganizou as forças do presidente deposto e invadiu o país com infantaria e aviação.

A resposta francesa não se fez esperar. Preocupada com a continuidade de seus interesses no cultivo do algodão e na mineração, Paris passou a sustentar Habré. Entretanto, como a ofensiva líbia continuasse, Mitterand jogou todo o seu prestígio na *maior operação militar francesa no exterior desde o Vietnã*. Três mil homens foram enviados ao Chade, juntamente com caças Mirage e Jaguar: tinha início a *Operação Manta*. As forças líbias foram obrigadas a deter seu avanço, com o país estando até hoje dividido entre o norte, dominado pela dupla Oueddei-Khadafi, e o centro-sul, sob o controle de Habré.

Estabilidade à vista?

A situação atual é ainda muito confusa. Os interesses líbios são complexos, estando mais imediatamente ligados à resolução da questão da Banda de Anzou, uma pequena faixa territorial no extremo norte, a décadas considerada por Trípoli como sendo de interesse vital para a sua segurança, e que desde 1973 está ocupada por Khadafi. Este, não é segredo, vem trabalhando a mais de dez anos pela unificação do mundo árabe-africano, por cima inclusive das divergentes linhas políticas de cada país. Tentativas já foram realizadas com o Egito, a Tunísia e mais recentemente com o Marrocos, cujo objetivo de debilitar a posição de Argel é mais do que evidente. Por isso Khadafi se aproveita da anarquia chadiana para garantir que o país oficialize seu ingresso no mundo islâmico, a partir do que Trípoli seria naturalmente o parceiro privilegiado.

Khadafi não abrirá mão de influenciar o futuro do Chade. Prova desta obstinação foi dada em setembro de 84, quando, apesar de haver assinado com a França um acordo para a retirada conjunta de tropas, ele passou a reforçar o seu exército no norte. Mas não se deve esquecer que essa ocupação custa caro, principalmente para a debilitada economia líbia (ver *Conjuntura Africana*, n.º 9, p. 1). Não surpreendem, portanto, os contatos que a nível extra-oficial vêm sendo mantidos entre Trípoli e N'Djamena, à revelia inclusive de Oueddei.

Já o governo francês não tem uma posição muito clara sobre a Banda de Anzou. Enquanto Mitterand insiste no direito chadiano, outras autoridades de seu *staff* buscam excluí-la da mesa de discussões. Para o ministro da Defesa, por exemplo, "a Banda de Anzou está fora do Chade, todos estão de acordo.

É um problema que data de 1934". De qualquer maneira, Paris aposta na reconstrução nacional com Habré, mantendo tropas e abrindo linhas de crédito.

Os vizinhos subsaarianos buscam não se envolver no conflito, mas também apóiam Habré. Temem sobretudo a expansão da versão fundamentalista islâmica através de Khadafi, e por isso foram os propulsores do reconhecimento do governo chadiano pela OUA.

Os Estados Unidos, por fim, permanecem em compasso de espera. Mas o Pentágono e a *mídia* americana sempre estarão a postos, pronto a dramatizar o "perigo líbio" e a "loucura khadafiana".

Internamente a situação é mais favorável a Habré. Sua autoridade cresce com o exercício do poder, solidificando as bases de uma imagem "nacional" para o líder. Os sustentáculos são algumas etnias do centro-norte, por rivalidades regionais com os partidários de Oueddei; as camadas urbanas muçulmanas, funcionários, comerciantes e *marabuts* (sacerdotes), ávidos por ordem; e alguns dignitários sulistas, que condicionam o apoio à obtenção de favores de diversos tipos. Resta, no entanto, a adesão dos pastores como um todo, do campesinato (importante somente para efeito de recrutamento), dos intelectuais do norte e da maior parte da população meridional.

A mais organizada força de oposição, o GUNT, passa por um intenso processo de defecções internas, e Oueddei só consegue manter-se na liderança com a ajuda dos soldados líbios. Muitos dos seus opositores estão escolhendo Argel como centro de articulações, cujo objetivo final é a formação de uma frente anti-Habré, Khadafi e Oueddei.

A marcha da economia também tem ajudado o governo. As chuvas voltaram e a reconstrução nacional é a prioridade número um. Visa-se a que a economia recupere no próximo ano os níveis atingidos em 1977, pelo que o sul adquire mais uma vez papel estratégico para o futuro do país.

Habré parece ser o portador de um projeto tipicamente bonapartista, abrindo-se às manobras necessárias para o reconhecimento de sua autoridade. Isto implica a retomada do projeto de Malloum, agora com sólidos canais tanto em Paris, como em Trípoli e provavelmente em Argel. De qualquer forma, o conflito chadiano ainda se arrastará por algum tempo, com a substituição do deserto pelos gabinetes como os principais campos de batalha. □

NAMÍBIA: SWAPO MUDA DE ESTRATÉGIA

Mark S. C. Simpson

Enquanto grande parte da opinião pública internacional se encontra focada nos problemas internos da África do Sul, a questão da Namíbia tem estado em um segundo plano nas atenções internacionais. Com a situação dentro de suas fronteiras aproximando-se de uma guerra civil, como é que Pretória está vendo certos desenvolvimentos no seu flanco estratégico?

A recente incursão militar sul-africana em Angola (ver *Conjuntura Africana*, n.º 6, p. 7), supostamente visando à destruição de bases da SWAPO, indica que, pelo menos no que se refere aos governantes de Pretória, não foi possível ainda arquivar o problema. De fato, ao que parece, as missões punitivas contra as bases guerrilheiras da SWAPO no sul de Angola refletem o receio de que a qualquer momento a SWAPO estaria prestes a abrir, através de uma intensificação de sua campanha militar, uma verdadeira segunda frente contra Pretória, a primeira sendo os distúrbios raciais na África do Sul. O pensamento atribuído à SWAPO pelo *establishment* militar sul-africano é que a organização espera ajudar o movimento anti-apartheid dentro da África do Sul, forçando Pretória a desviar mais pessoal e equipamento militar para a Namíbia. O objetivo subjacente seria de que a independência da Namíbia viria imediatamente em seguida à formação de um governo de maioria negra na África do Sul, no momento uma possibilidade mais plausível do que uma vitória militar da SWAPO num confronto direto com as tropas sul-africanas.

Qualquer que seja a veracidade de tal racionalização imputada à SWAPO, a organização tem mantido a cabeça baixa, com o número de confrontações entre os seus guerrilheiros e as forças sul-africanas tendo caído de mais de mil em 1980-81 para pouco mais de 500 durante o corrente ano. Fontes militares na capital namibiana, Windhoek, gostam também de frisar o fato de que a maioria das escaramuças tem sido iniciada pelas forças de segurança sul-africanas, isto é, que os sul-africanos se encontram na ofensiva.

A política de Pretória tem se mantido relativamente consistente no decorrer de sua ocupação do território, visando à eliminação ou pelo menos à neutralização da SWAPO como ameaça militar, enquanto que simultaneamente encoraja e nutre a formação de movimentos negros "moderados" e mais maleáveis ao seu controle na Namíbia, possíveis governantes numa futura situação *pos-bellum*. Como já indicado,

no que se refere ao objetivo de Pretória, a política implementada parece ter surtido o efeito desejado, tendo sido reduzida a um impasse a guerra sem vencedores. Entretanto, o problema para Pretória é que o vínculo causal entre as duas políticas paralelas tem se mostrado mais difícil de ser ativado. Os militares e políticos sul-africanos começam a se conscientizar de que alcançar o primeiro objetivo — a neutralização da SWAPO — não implica necessariamente que o segundo — a formação de alternativas aceitáveis — se torna mais fácil.

Os sul-africanos aparentam ser incapazes de apagar a imagem da SWAPO, junto à maioria do povo namibio, como o único representante da luta pela libertação. Do mesmo modo como não conseguem eliminar a influência que Nelson Mandela, o líder negro sul-africano, continua a exercer junto a seus compatriotas, a despeito de 25 anos de prisão, são incapazes de contrapor uma alternativa ao apelo carismático de Sam Nujoma, líder da SWAPO. E isto a despeito de Nujoma não ter estado no país há anos e de seu movimento ter registrado poucos sucessos militares. Mesmo hoje, apesar de todo o dinheiro que tem despejado na formação de alternativas políticas à SWAPO, Pretória confessa que fracassou na guerra pelos "hearts and minds" (corações e mentes) do povo namibio e que se fossem promovidas hoje eleições livres a SWAPO provavelmente ganharia. Baseada como é na tribo majoritária dos ovambos, derrotaria a Conferência Multipartidária (MPC), patrocinada por Pretória, que agrupa grupos políticos brancos do território bem como representantes moderados dos grupos étnicos minoritários (ver *Conjuntura Africana*, n.º 5, p. 2).

Em seguida ao colapso das conversações entre a MPC e a SWAPO em Lusaca, no ano passado, Sam Nujoma vem se empenhando em estabelecer alianças com outros grupos negros dentro da Namíbia, alargando o espaço de manobra que a sua organização poderia exercer dentro do quadro existente da política interna do país. A Conferência Consultativa do Povo (PCC), por ele patrocinada, agrupa agora representantes das tribos minoritárias, tais como os damaras e namas, e, o que é importante, a SWANU (União Nacional do Sudoeste Africano), o principal movimento rival de libertação, baseado na importante tribo dos hereros. O significado, a longo prazo, de tais alianças é o de ajudar a combater os receios dos outros grupos étnicos minori-

tários, habilmente alimentados no passado pela máquina de propaganda de Pretória, de que a eventual independência do país implicaria um governo tirânico SWAPO/ovambos, em detrimento das outras tribos. É difícil dizer entretanto se as medidas conciliatórias por parte da SWAPO refletem um desejo genuíno de buscar um consenso nacional ou são puramente táticas.

O importante nestas mudanças é que o PCC agora constitui o representante de um nacionalismo namibio supratribal, uma alternativa à MPC e sem o estigma deste de se encontrar sob a égide de Pretória. A MPC pode, portanto, estar sujeita a um esvaziamento gradual de seu apoio interno, deixando a África do Sul sem um agente político dentro do país, com a exceção dos brancos, e tendo em consequência que recorrer ainda mais ao uso da força bruta, não apenas contra a SWAPO, mas também contra a PCC, que pode vir a se tornar a UDF da Namíbia. Nujoma aparenta ter aprendido uma lição dos resultados positivos da aliança implícita entre o ANC e a UDF na África do Sul (ver *Conjuntura Africana*, n.º 4, p. 5) e da necessidade de um movimento armado no exílio ter interlocutores numa frente ampla interna.

Frente à realidade dos limites de uma campanha de insurgência face à esmagadora superioridade militar sul-africana — estima-se que a SWAPO possui cerca de 8 mil guerrilheiros contra os 40 mil soldados da Força Territorial do Sudoeste Africano — a SWAPO pode ter decidido agora que a melhor estratégia seria a de encorajar distúrbios raciais nas áreas urbanas/industriais da Namíbia, segundo as linhas do que vem acontecendo na África do Sul.

Ter de enfrentar sublevações de negros em duas frentes pode quebrar a vontade psicológica de Pretória de continuar a se apegar a Namíbia. Custa atualmente à África do Sul cerca de US\$ 1 milhão eliminar um único guerrilheiro da SWAPO; juntando-se os subsídios diretos à economia da Namíbia, Pretória está gastando em torno de US\$ 1 bilhão por ano para manter a Namíbia como colônia. Em vista das presentes condições econômicas adversas na própria África do Sul, a Namíbia representa agora um enorme peso morto para o tesouro do governo sul-africano, e os custos ultrapassam de longe os benefícios econômicos. Esta verdade até levou o presidente Botha, ano passado, a pedir ajuda financeira de seus aliados para defender este "posto avançado do Ocidente". □

Em Foco

NUVENS ESCURAS NOS CENÁRIOS AFRICANOS DO BIRD

O staff do Banco Mundial, no relatório de 1985, retoma dois cenários para o horizonte de 1995, um para a hipótese de baixa e outro para a hipótese de alta. Os países da África, na hipótese de alta, conhecerão um decréscimo de 0,1% no seu PIB *per capita*; para a baixa, o decréscimo alcançaria 0,5%. Estes indicadores médios para o conjunto dos países deixa antever o que a próxima década reserva aos países que têm uma economia menos organizada, aqueles que historicamente estão abaixo da média. A hipótese de alta é construída com suposições de crescimento não-inflacionário (4,5% ao ano do PIB) nos países desenvolvidos, com aumento de produtividade induzindo a retomada dos parâmetros dos anos 60 no que tange a desemprego, inflação e taxa de juros, tudo isso conjugado a um rebaixamento das taxas alfandegárias.

Estas condições favoráveis, induzindo a retomada dos fluxos de capital e de ajuda para o Sul, permitiriam ao conjunto dos países em desenvolvimento apenas recuperar os níveis de crescimento dos anos 70, mas diferenciadamente, segundo as condições de cada região e de cada país. O melhor cenário teria crescimento de 3,5% e o pior, de 2,7% do PIB *per capita*. Ora, mesmo no cenário de baixa, onde os desenvolvidos não logariam remover as causas da instabilidade, as previsões não cogitaram a possibilidade do *hard landing*, que seria a reconversão com turbulência do atual modelo de funcionamento da economia mundial, com taxas de juros e de câmbio elevadas e altos déficits orçamentários e de comércio nos Estados Unidos. Este cenário ainda pior está inscrito na ordem de possibilidades.

O grupo subsaariano da África tem estado no limite crítico. Este será o quinto ano de queda do PNB *per capita*: 1985 deverá fechar com 2% de crescimento, o que não alcança o aumento demográfico. Se nos próximos anos o crescimento voltasse à *performance* dos 70, algo em torno de 4% a.a., seriam necessários dez anos para se recompor o nível de 1980, em valores estimados pelo FMI.

Em 1984, os subdesenvolvidos expandiram suas exportações em 17%, mas no 1.º semestre de 1985 estas evoluíram apenas 1%. O ano deverá fechar com 4% de aumento das exportações. Os termos de troca, que haviam se recuperado em 83 e 84, voltaram a cair em 85 para o nível anterior.

É de se prever que os países africanos terão ao menos uma década pela frente de renegociações de débitos atrasados, tornando estrutural a situação criada no início dos 80. Tudo isto faz pensar na clarividência do Relatório Brandt.

A receita de moratória consentida para os "países menos desenvolvidos" parece ser uma medida de adequação a uma realidade que se impôs com o jogo do mercado. □

GUINÉ-BISSAU: TENTATIVA DE GOLPE CONTRA NINO

A prisão, em 6 de novembro, do número dois do regime, coronel Paulo Correia, vice-presidente do Conselho de Estado, revelou oficialmente a tentativa de golpe militar ocorrida semanas antes contra o presidente general João Bernardo (Nino) Vieira, no poder desde 14 de novembro de 1980, quando derrubou o ex-presidente Luís Cabral.

Paulo Correia foi detido pelos órgãos de segurança na ausência de Nino, que se encontrava de férias em Portugal. Antes de viajar, o presidente havia detido vários oficiais balantas, etnia majoritária à qual pertence Correia. Os balantas destacaram-se na luta de libertação, bem como são os principais produtores de arroz, alimento básico do país. Eles se queixam de que sua região jamais teve os cuidados que merecia desde a independência.

Em depoimento prestado na prisão, Paulo Correia argumentou que havia irregularidades no governo e que "as patentes militares não estavam bem distribuídas". Esta referência às patentes militares ajuda a esclarecer a situação político-militar do país.

A ascensão de jovens quadros, tanto nas Forças Armadas quanto no aparelho de Estado, que não fizeram a luta armada mas tiveram a oportunidade de uma melhor formação no estrangeiro, vem, desde há uns quatro anos, descontentando ex-guerrilheiros, especialmente os balantas.

Por outro lado, há que considerar que esses jovens quadros, junto com veteranos, vêm conduzindo uma reformulação pragmática na economia guineense, em grave crise desde os primeiros anos pós-independência. Levado a recorrer ao Banco Mundial e ao FMI, o governo de Nino reforçou o setor privado em detrimento de certos setores estatizados sem êxito no governo anterior.

Em discurso pronunciado dia 14 de novembro, Nino enfatizou a linha nacionalista do PAIGC, partido único, e anunciou a "erradicação implacável" do tribalismo, do fracionismo e do oportunismo. Embora o discurso tenha sido muito bem recebido pela população, especialmente as camadas urbanas, e a popularidade de Nino seja incontestável (foi o maior chefe guerrilheiro durante a libertação), a questão do poder em Bissau não está ainda resolvida.

Além das prisões de cerca de 50 militares — entre eles o comandante da mais importante unidade militar, a dos blindados, o chefe da Casa Civil da Presidência e o comandante da Polícia Militar, bem como muitos coronéis e outros membros importantes da *entourage* do Presidente — houve a morte de João da Silva quando "pretendia escapar da prisão", segundo comunicado oficial. Silva, do PAIGC há 25 anos, era até novembro do ano passado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, quando foi rebaixado a secretário de Estado da Cultura e Desporto.

Face a este panorama presume-se que as patentes envolvidas não tiveram liderança suficiente e não encontraram apoio entre os jovens quadros modernos do exército. O caráter tribalista do *complé* acabou reforçando o apoio a Nino entre as camadas urbanas e os quadros partidários que lhe prestaram, no final de novembro, uma expressiva manifestação pública. No entanto, esta já é a quarta tentativa de golpe contra Nino. □

HOUPOUET-BOIGNY NÃO INDICA HERDEIRO

Só três "pais da pátria" abandonaram voluntariamente o poder na África, tendo, no entanto, indicado antes os seus sucessores: Léopold Senghor, do Senegal, Ahmadou Ahidjo, do Camarões, e Julius Nyerere, da Tanzânia. Como "pais da pátria" queremos nos referir aos "construtores" dos novos Estados africanos, isto é, àqueles que lideraram a luta e as negociações pela independência e permaneceram anos afora na presidência dos seus países.

Ao completar 80 anos, poder-se-ia pensar que o "Velho" não concorresse a mais uma reeleição ou que, fazendo-o, indicasse um vice-presidente que seria o esperado "delfim" do regime, isto é, aquele que o sucederia em caso de vacância do poder. Durante meses a fio a vida política marfiniana girou à volta da disputa pela escolha desse delfim que teria o inedito cargo de vice-presidente.

Houphouët-Boigny, porém, conduziu o processo de modo diferente. A Constituição prevê que em caso de vacância do poder assumirá interinamente a chefia do Estado o presidente da Assembléia Nacional, que, no entanto, deverá convocar novas eleições presidenciais, às quais, e isso é novo, ele poderá concorrer. O "Velho" descartou de sua responsabilidade direta a escolha do sucessor, embora seja evidente que quem ocupar a presidência da Assembléia será um candidato potencial privilegiadamente colocado.

Assim sendo, Houphouët-Boigny, candidato único, foi reeleito a 27 de outubro, para o seu sexto mandato por uma maioria computada em 99,9% dos votos de 2,6 milhões de marfinianos mais 573 mil africanos imigrantes residentes no país que, desde 1980, também têm direito a voto. O "Velho" tem sido considerado um protetor desses imigrantes, que constituem cerca de um terço da mão-de-obra do país.

Em 10 de novembro foram realizadas as eleições para a Assembléia Nacional. Uma novidade: 546 candidatos, não obrigatoriamente indicados pelo partido único, disputaram as 175 cadeiras. Foram eleitos 114 novos deputados e reeleitos 61, entre os quais o atual presidente da Assembléia, Henri Konan Bedié, e o seu predecessor, Philippe Yacé; os dois principais candidatos à chefia do parlamento e, no futuro, à tão cobiçada herança política do "Velho" Houphouët-Boigny que, antes da presidência da Costa do Marfim, ocupara, em Paris, nos anos 40-50, o cargo de ministro de Estado da França durante seis governos consecutivos.

A eleição do novo presidente da Assembléia Nacional será realizada na segunda quinzena de dezembro, após o Presidente Houphouët-Boigny ser novamente empossado. Yacé e Bedié representam, grosso modo, duas tendências; o primeiro, a continuidade da política do "Velho", os laços privilegiados com a França etc. O segundo representaria, segundo alguns marfinianos que ouvimos no Rio, a renovação pela via tecnocrática e uma diversificação de laços econômicos com o Ocidente maior que os existentes, o que, decerto, não seria totalmente do agrado dos franceses. Dizia-nos um marfiniano: "O tempo africano hoje é dos tecnocratas; olhe para o Diouf [Senegal] e para o Byia [Camarões]." □

SML

JMNP

JMNP

Tópicos

■ **TOGO: FEIRA INTERNACIONAL.** Estará aberta em Lomé, Togo, de 2 a 7 de março de 1986, uma exposição comercial acompanhada de conferências, visando a ajudar os empresários africanos a incrementar negócios com o mundo desenvolvido. Espera-se a presença de mais de mil empresários, incluindo quinhentos executivos norte-americanos das maiores empresas dos Estados Unidos. A exposição, organizada pela Opportunity Industrialization Center International (OICI), entidade sem fins lucrativos sediada na Filadélfia, visa ajudar os países mais pobres do mundo a tornarem-se mais seguros e produtivamente envolvidos no seu próprio desenvolvimento. O diretor da seção inglesa da OICI afirmou ser a exposição um raro evento para empresários de todo o mundo se inteirarem sobre as oportunidades de expansão dos negócios entre a África e o mundo desenvolvido.

■ **GANÁ: INVESTIMENTOS.** Foi promulgado um novo código de investimentos de Gana, que estabelece uma série de procedimentos e prioridades para os investidores estrangeiros, bem como garantias contra possíveis nacionalizações. Foi também criado um centro ganense de investimentos, com a função de ajudar os investidores estrangeiros e supervisionar a operacionalidade do novo código. Essas duas iniciativas começaram a vigorar em julho último.

As áreas prioritárias para investimentos são: agricultura, indústrias manufatureiras, construção, material de construção e turismo. Na área das indústrias é dada prioridade às de exportação, às que empregam matéria-prima local e às que produzem equipamentos agrícolas, peças de reposição e ferramentas. Na indústria de construção a ênfase recai sobre habitações e estradas de rodagem.

■ **NIGÉRIA: VIAGENS.** O economista Sam Aluko afirmou que a Nigéria economizaria cerca de 1,8 milhões de nairas (1 naira = US\$ 0,9225) em dois anos caso as peregrinações religiosas para Meca fossem suspensas nesse período. Falando num debate sobre alternativas para os empréstimos do FMI, Aluko sugeriu que o governo adotasse políticas que reduzissem a propensão dos nigerianos em gastar em viagens.

■ **LÍBIA: DÍVIDAS.** A Líbia está devendo cerca de US\$ 4 bilhões a empreiteiras estrangeiras, segundo fontes oficiais em Trípoli. A maior quantia, cerca de US\$ 1 bilhão, refere-se a grupos italianos. A queda dos preços do petróleo e um plano de desenvolvimento superambicioso contribuíram para os problemas financeiros que o país enfrenta. Algumas firmas há mais de seis meses esperam por seus pagamentos e estão pessimistas sobre as chances de recuperarem suas perdas. Um bom número de credores está recebendo pagamento em petróleo, embora a operação seja dificultada pela variação de preços do produto e porque a Líbia insiste em cotar seu petróleo acima dos preços de mercado.

■ **CEDEAO: UNIÃO MONETÁRIA.** Os Estados-membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental deram os primeiros passos em direção à criação de um sistema monetário comum. Os membros da Comissão de Estudos encarregada da criação da Zona Monetária têm mantido reuniões com os diretores dos bancos centrais dos Estados-membros, no Centro de Estudos Monetários, em Dacar. No primeiro relatório da Comissão, apresentado ao comitê dos bancos centrais da CEDEAO, em 1984, foi pedido um estudo para as políticas de ajustamento das moedas dos Estados-membros, colocando as reservas num depósito comum durante o período de transição, e os detalhes de um tratado de união monetária que reunirá todos os países formadores da CEDEAO.

■ **AIEA—ÁFRICA DO SUL.** A Nigéria decidiu apelar a todos os membros da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para interromperem a cooperação nuclear com a África do Sul, bem como a compra de seu urânio. A proposta da Nigéria, em nome de todos os países africanos presentes na 29.ª reunião da Agência, foi adotada como resolução. Foi também pedido aos membros da Agência que tomem as medidas necessárias para que não haja qualquer forma de colaboração entre corporações e empresas, sob sua jurisdição, com a República da África do Sul.

Quanto à exploração do urânio da Namíbia pela África do Sul, foi feita uma demanda pela total interrupção das atividades naquele território e uma recomendação para que todos os membros da AIEA suspendam a divulgação de informações sobre os recursos namibios fornecidos pela África do Sul.

■ **ÁFRICA: TRANSPORTES AÉREOS.** Duas das mais importantes companhias internacionais de transportes aéreos aumentaram em novembro os seus serviços para a África Ocidental. A companhia alemã Luftansa inaugurou novas linhas ligando Frankfurt a Douala (Camarões), Kinshasa (Zaire) e Libreville (Gabão).

Por sua vez, a companhia inglesa British Caledonian introduziu o serviço "Super Executive" em dez vôos semanais para a Nigéria e tem projetos para introduzir o mesmo tipo de serviço em outros países africanos nos próximos meses.

■ **ÁFRICA—BADEA.** Em reunião em Cartum, o Banco Árabe de Desenvolvimento para a África (BADEA) aprovou uma ajuda de US\$ 23,4 milhões para projetos no Senegal, Ruanda, Guiné-Bissau, Quênia, Angola e Zimbábue. Esta nova ajuda do BADEA totaliza a soma de US\$ 47,4 milhões no ano de 1985 e o total de US\$ 716,5 milhões desde 1975. A diretoria aprovou um empréstimo de US\$ 4 milhões para o fornecimento de eletricidade a quatro cidades de pequeno porte no Senegal, US\$ 4,7 milhões para a companhia de eletricidade de Bissau e US\$ 190 mil para assistência técnica à formação de um banco de investimentos, em Angola.

■ **ANGOLA—REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ.** Durante a visita de Bernardo de Souza, ministro dos Transportes angolano a Berlim, foi assinado acordo de cooperação econômica, técnica e científica a longo prazo entre os dois países. O protocolo assinado cobre, principalmente, as áreas de transporte e comunicações.

■ **FUNDO MONETÁRIO AFRICANO.** Propostas para a criação de um fundo monetário africano serão apresentadas numa reunião de ministros das Finanças e diretores de todos os bancos centrais africanos, após estudos desenvolvidos sobre políticas monetárias discutidos em reunião, no mês de abril passado, com a presença de 33 especialistas, em Addis Abeba.

As propostas recomendam que o FMA deverá apoiar os balanços de pagamentos dos seus membros e promover a cooperação monetária e financeira entre países africanos a fim de facilitar a integração econômica.

Entre as funções do FMA está a mobilização de recursos para financiar desequilíbrios nos déficits do balanço de pagamentos de seus membros, especialmente os advindos do comércio intra-africano. O FMA deverá também prover auxílio financeiro a curto e médio prazo para facilitar a implementação de programas de ajustamento estrutural e facilidades para garantir empréstimos a seus membros.

Os especialistas reunidos em Addis Abeba recomendaram um capital inicial de US\$ 2 bilhões a serem pagos nos primeiros cinco anos, dos quais US\$ 500 milhões pelos membros africanos.

■ **GANÁ—CHINA.** Gana e a República Popular da China assinaram acordo de *countertrade* no valor aproximado de US\$ 6 milhões, concluindo também acordo para um empréstimo de US\$ 15 milhões para serem empregados por Gana em um projeto de renovação de fontes de energia. Pelos termos do acordo de *countertrade*, Gana fornecerá à China aproximadamente 2.000 toneladas de cacau em troca de produtos manufaturados e agrícolas.

■ **ZAIRE: TÊXTEIS.** Com financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), está sendo lançada concorrência internacional para aumento e modernização de instalações têxteis em Kisangani, Zaire. Dividida em três lotes, a concorrência engloba: preparação para a fabricação de têxteis, reunindo fornecimento de bobinas automáticas e toda a linha para produção; estruturas metálicas para as construções; e instalações auxiliares, compreendendo instalações elétricas e geradores auxiliares, uma caldeira e material de manutenção. A data para entrega de propostas não foi fixada.

■ **ZAIRE: INVESTIMENTOS.** Os investimentos estrangeiros no Zaire aumentaram US\$ 111 milhões no primeiro trimestre de 1985, em comparação com os US\$ 60 milhões no mesmo período, em 1984, afirmou o ministro do Planejamento. Em termos reais, o total de investimentos no primeiro semestre de 1985 representa 86% do total dos investimentos de 1984. O governo planeja incentivar os investimentos para a implementação do próximo plano quinquenal de 1986-90.

O CEAA publica também
Estudos Afro-Asiáticos,
revista semestral de grande utilidade
para a compreensão do mundo
afro-asiático contemporâneo.

